Amália Cristovão dos Santos

A EXPULSÃO DO SERTÃO: ELITES PAULISTAS, ENTRE O IMAGINÁRIO E O TERRITÓRIO (1749-1841)

Tese apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
de São Paulo para obtenção do título de
Doutora em Arquitetura e Urbanismo

Área de Concentração: História e
Fundamentos Sociais da Arquitetura e do
Urbanismo

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Duarte
Lanna

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Assinatura:

amaliasantos@gmail.com

Catálogo na Publicação

Serviço Técnico de Biblioteca

FAU-USP

Santos, Amália Cristovão dos

A expulsão do sertão: elites paulistas, entre o imaginário e o território (1749-1841) / Amália Cristovão dos Santos; orientadora Ana Lúcia Duarte Lanna. - São Paulo, 2018.

304 p.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo

1. São Paulo (capitania). 2. São Paulo (província). 3. Imaginário. 4. Território. 5. Elites. 6. Indígenas. I. Lanna, Ana Lúcia Duarte, orient. II. Título.

Segue as normas do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde janeiro de 2009.

Diagramado, padronizado e revisado pela autora.

GUARDAS/ORELHAS *Mapa das Cortes e Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, referências descritas no texto da tese.

TIPOLOGIA Cambria

PAPEL Sulfite 90 g/m²

IMPRESSÃO Arrisca

A expulsão do sertão

Elites paulistas, entre o imaginário e o território (1749-1841)

*Ao meu pai, paulista convicto,
de uma ponta à outra, das
terras ao mar.*

À resiliência.

Agradecimentos

Esta tese foi um trabalho de aprendizado. Sem a serenidade e a firmeza de minha orientadora, certamente teria sido um esforço sufocado pelos prazos, pelas fronteiras e pelas incompreensões da estrutura acadêmica em que nos inserimos, cada vez mais limitadora e utilitária. É motivo de orgulho fazer parte da longa lista de orientandas e orientandos da professora Ana Lúcia Duarte Lanna, cuja atuação em sala de aula, nas atividades de pesquisa, nas supervisões e nos vários cargos dentro da Universidade não é nada menos que inspiradora.

Aproveito para lembrar os colegas com quem dividi debates e preocupações nas mesas do Departamento de História da FAU-USP, durante os quatro anos de doutorado, nos frequentes encontros promovidos – e exigidos – pela orientadora: Pedro Beresin, Otávio Melo, Cadu Marino, Thales Marreti, Leandro Leão, Gabriela Cesarino e Nathalia Lima. Dessas mesas, em outros tempos, Ana Castro, Joana Mello e Marianna Boghosian tornaram-se algo como mestras, com as quais aprendi – e continuo aprendendo – a ensinar e pesquisar.

Na Escola da Cidade, ganhei o prazer da rica convivência com estudantes, funcionários e professores. Como docente da Sequência de História, não posso deixar de manifestar minha admiração por quem está e esteve ao meu lado: Glória Kok, Pedro Lopes, Fernanda Pitta, Marcio Sattin, Anna Beatriz Galvão, Eduardo Costa, Gilberto Mariotti, Taísa Palhares, Cristiane Checchia e Fabio Mosaner.

À Fapesp, agradeço o apoio financeiro para a realização da pesquisa e das atividades complementares, bem como a autorização para o exercício da docência, basilar em meu percurso. Esse é um privilégio tão raro quanto necessário.

Não é só a atividade acadêmica que ora se vê ameaçada, mas também a vitalidade de bibliotecas e arquivos, mantenedores das fontes, das interlocuções e das documentações com as quais contei. Mais do que enumerar os acervos e funcionários, ressalto a importância do empenho dessas instituições não apenas na salvaguarda, como na divulgação desses materiais, por meio de sua conservação e digitalização.

Ao longo da pesquisa, tive a oportunidade de contar com a avaliação e as considerações de professoras, professores e colegas de pós-graduação, que contribuíram para moldar esta tese, em disciplinas, congressos, conversas e, principalmente, na qualificação: Iris Kantor, Renato Cymbalista, Cidinha Borrego,

Rogério Beier, Lucas Montalvão, Fernando Ribeiro, Maria Dulce de Faria e Uilton Oliveira. Os encontros, mesmo os breves, marcaram este trabalho.

Ressalto a generosidade de proponentes e debatedores, em especial nos simpósios que participei no encontro da Sociedade de Estudos do Oitocentos (2016) e na International Conference on the History of Cartography (2017).

O afeto de amigas e amigos foi indispensável para o bom cumprimento dessa jornada, por isso ofereço minha gratidão a quem me acompanhou nesses últimos quatro anos: Dani, Paulo, Elton, Michel, Kiki, Rafa, Mazão, Biru e Sergio. E misturado a tudo que eu faço, Cainã, que também veio acompanhado de boas amizades que hoje considero minhas.

Aos meus padrinhos, Rosa e Sérgio, cujo entusiasmo foi continuamente importante para mim.

Aos Said Heid Schettini, com suas histórias, seu passado e seu presente.

À minha irmã e meus irmãos, que não cessam de trazer coisas boas para nossa família.

À minha mãe, que me encanta, desde criança, cada vez que escreve ou desenha, mesmo que sejam só rabiscos distraídos enquanto fala ao telefone. Herdei suas panturrilhas, mas sempre quis suas habilidades.

Em minha dissertação de mestrado, agradei “meus primeiros orientadores, Raul e Sylvia”. Chego à conclusão da presente tese com o sentimento ainda tenro da despedida de meu pai e, por isso, dedico a ele essa pequena quebra de protocolo, designada para a devida homenagem. Como professor e pesquisador, nunca perdeu a curiosidade, que instilava em qualquer pessoa à sua volta e, com especial ternura, nos filhos e filhas. Ao longo de minha ainda breve trajetória acadêmica, não foram poucas as vezes em que as fontes de pesquisa e interesse estiveram ao alcance das minhas mãos, espalhadas nas copiosas mesas e estantes da casa. Pouco depois de sua partida, por acaso, me deparei com um bilhete que ele escreveu, por ocasião da publicação do meu mestrado em livro, mas que nunca entregou: era uma pequeníssima carta, de reconhecimento e incentivo, na qual dizia que nada teria a contribuir àquele livro. Não posso discordar – não haveria como colaborar com algo que ele próprio já tinha fundamentado. E, claro, obrigada pelas músicas.

Resumo

Por meio da análise de três imagens presentes nas fontes e documentação produzidas desde o século XVIII até meados do XIX – “sertanistas”, “paulistas” e “agricultores” –, esta tese debruça-se sobre as transformações nas relações entre as elites de São Paulo, os grupos indígenas e o território, engendradas no dito período. Partimos das discussões acerca da história cultural e do imaginário construído sobre as populações da capitania e depois província paulista, a um só tempo produto e vetor de decisões e contextos políticos, econômicos e sociais. O recorte cronológico adotado, de cerca de um século, considerado pela historiografia como longa duração, fez-se necessário para permitir o aprofundamento sobre os elementos de mudança e permanência que compõem o movimento estudado. Três conjuntos documentais centrais foram mobilizados em nossas investigações, a saber: o chamado *Mapa das Cortes* (1749), parte dos instrumentos de negociação confeccionados pela Coroa portuguesa em suas disputas diplomáticas com a contraparte espanhola pela remarcação de suas fronteiras coloniais; os escritos genealógicos de Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714-1777), produzidos originalmente com fins à obtenção de privilégios e mercês para as principais famílias paulistas, a partir de processos de nobilitação; e o *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* (1841), primeira representação cartográfica da recém-criada província paulista. Nossas conclusões apontam para o distanciamento das elites em relação aos contingentes indígenas – que fizeram parte, inclusive, da fundação de parte dos troncos familiares pertencentes a esse grupo –, em meio à reconfiguração do território e de seu uso, para o que foram importadas teorias e princípios advindos da razão e da ilustração. A presença dos nativos nas terras desejadas para a agricultura de exportação foi também transfigurada em questão social e econômica, a ser esquadrinhada e resolvida pelos intelectuais e políticos do período, encerrando sua autonomia e cerceando consecutivamente a legitimidade de seu domínio sobre o território.

Palavras-chave: São Paulo (capitania e província). Imaginário. Sertão. Elite paulista. Indígenas.

Abstract

Analyzing three images bore in sources and documents created from the 18th to mid-19th-century—“sertanistas”, “paulistas”, and “agricultores”—, this thesis explores the transforming relations between São Paulo’s elite, indigenous groups, and the territory, that occurred during said period. We start from the fields of cultural history and the discussions about images of the captaincy and province’s population, both made by and desive for political, economic, and social contexts. The chosen chronological scope, of around one century, considered as a *longuee dureé* time-scale, was demmed necessary to enable a deeper understanding over the changes and persistences that took place at that moment. Three were the main documents with which we worked: the so-called *Mapa das Cortes* (1749), part of the dossier manufactured by the Portuguese Crown for negotiations with their Spanish counterpart over colonial borders; Pedro Taques de Almeida Paes Leme’s (1714-1777) genealogical writtings, originally organized for the purposes of requiring privileges and honorary titles for the most important families of São Paulo; and the *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* (1841), first cartographical representation of the newly-created province. Our conclusions point to the distancing of these elites from indigenous groups—which had even been part of the establishment of these families—amid the territory’s reconfiguration, put in motion through the importing of enlighment theories and principles. The very presence of native population in the lands coveted for agriculture was turned into a social and economical issue, to be investigated and solved by intellectuals and politicians, closing in on their autonomy and successively restricting their territorial domain.

Keywords: São Paulo (captaincy and province). Imagery. Sertão. São Paulo’s elite. Indigenous groups.

Lista de Figuras

- Figura 1, p. 34 *Mapa dos confins do Brazil com as terras da Coroa da Espanha na America Meridional (Mapa das Cortes)*, 1749. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
- Figura 2, p. 35 *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, 1841. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.
- Figura 3, p. 36 Comparação da representação gráfica dos sertões das duas cartografias, em recorte semelhante.
- Figura 4, p. 37 Representação das áreas priorizadas pelo enquadramento adotado.
- Figura 5, p. 57 *Carte de La Terre Ferme du Perou, du Bresil et du pays des Amazones : dressé sur les descriptions de Herrera, de Laet, et des PP. d'Acuña, et M. Rodríguez et sur plusieurs relations et observations posterieures*, 1703. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
- Figura 6, p. 58 *Carte de la Terre Ferme, du Perou, du Bresil, et du Pays des Amazones*, ca. 1720. Fonte: Huntington Library, Rare Books Department, Maps.
- Figura 7, p. 58 *Tabula Americae specialis geographica regni Peru, Brasiliae, Terrae Firmae & Reg. Amazonum : secundum relationes de Herrera, De Laet, & P.P. de Acuna & M. Rodriguetz; aliorumque observationes recentiores de signata & edita / par Guiliem de l'Isle, Geogr. Reg. Parisiensem nunc recusa per Homanianos Heredes*, 1720. Fonte: Huntington Library, Rare Books Department, Maps.
- Figura 8, p. 58 *Tabula Americae specialis geographica regni Peru, Brasiliae, Terrae Firmae & Reg. Amazonum : secundum relationes de Herrera, de Laet, & PP. de Acuña & M. Rodriguetz, aliorumque observationes recentiores de signata & edita / per Guiliem. de l'Isle, Geogr. Reg. Parisiensem, nunc recusa*, ca. 1730. Fonte: Huntington Library, Rare Books Department, Maps.
- Figura 9, p. 58 *Carte de la Terre Ferme du Perou, Du Bresil et du Pays des Amazones : Dressée sur les descriptions de Herrera de Laet, et des P.P. d'Acuna, et M. Rodriguez, et sur plusieurs Relations et Observations posterieures / Par Guillaume Del'Isle, Geographe de l'Academie Royale des Sciences*, [ca. 1741?]. Fonte: Huntington Library, Rare Books Department, Maps.
- Figura 10, p. 59 *Carte de la Terre Ferme du Perou, du Bresil et du Pays des Amazones, Dressée sur les Descriptions de Herrera de Laet, et des PP d'Acuna, wt M. Rodriquéz et sur plusiers Relations et Observations posterieures, Par Guillaume Del'Isle Premier Geogra. du Roy de l'Academie Royale des Sciences*, 1745. Fonte: Huntington Library, Rare Books Department, Maps.

- Figura 11, p. 60 *Part of a Map of South America by William Delisle, 1700, 1897. In: Venezuela-British Guiana Boundary Commission. Maps Of The Orinoco-Essequibo Region, South America. Compiled For The Commission Appointed By The President Of The United States "To Investigate And Report Upon The True Divisional Line Between The Republic Of Venezuela And British Guiana". Washington, 1897. Fonte: John Carter Brown Library, David Rumsey Historical Map Collection.*
- Figura 12, p. 61 *South America from the latest discoveries, shewing the Spanish & Portuguese settlements according to Mr. D'Anville by De Larochette, [ca. 1771]. Fonte: John Carter Brown Library, Map Collection.*
- Figura 13, p. 61 *Mapa Geografico De America Meridional, 1775. Fonte: John Carter Brown Library, David Rumsey Historical Map Collection.*
- Figura 14, p. 62 *A general map of South America from the best surveys, 1796 B. Tanner, sculpt, 1796. Fonte: John Carter Brown Library, Map Collection.*
- Figura 15, p. 62 *Charte von Süd America nach den bewährtesten astronomischen Bestimmungen und den vorzüglichsten Charten, die Grenze zwischen den spanischen und portugiesischen Besizungen aber, dem Tractat von St. Ildefonse v. J. 1777 gemäss entworfen mit röm. kayserl. allergnäd. Freyheit von F. L. Güssefeld, 1797. Fonte: John Carter Brown Library, Map Collection.*
- Figura 16, p. 63 *Bresil, dont les Côtes sont divisées en Capitaineseries Dressé sur les dernieres Relations des Flibustiers et Fameux Voyageurs. Par N. de Fer, Geographe de sa Majesté Catolique 1719, 1719. Fonte: Huntington Library, Rare Books Department, Maps.*
- Figura 17, p. 63 *Recens elaborata mappa geographica regni Brasiliae in America Meridionali maxime celebris accuratae delineata / per Matth. Seutterum Sac. Caes. Maj. Geogr, 1734. Fonte: Huntington Library, Rare Books Department, Maps.*
- Figura 18, p. 63 *Nova et Accurata Brasiliae totius tabula, 1720. Fonte: John Carter Brown Library, Map Collection.*
- Figura 19, p. 64 *Recenselaborata Mappa Geographica Regni Brasiliae, 1740-1751. Fonte: John Carter Brown Library, David Rumsey Historical Map Collection.*
- Figura 20, p. 78 *[Mapas da região de encontro entre os atuais estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, e do curso do Rio São Francisco], [17--], detalhe de uma das folhas. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.*
- Figura 21, p. 81 *Mapa dos confins do Brazil com as terras da Coroa da Espanha na America Meridional ou Mapa das Cortes, 1749. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.*

Figura 22, p. 84	Detalhe dos elementos gráficos de mais destaque contidos no <i>Mapa das Cortes</i> : duas rosas dos ventos, cartucho e legendas “Moxos”, “Chiquitos” e “Chaco”, apenas no território espanhol.
Figura 23, p. 98	Análise esquemática do <i>Mapa das Cortes</i> , em que se nota a centralidade conferida à América portuguesa, diferentemente do enquadramento mais comum dado à América Meridional, que contém as faixas costeiras tanto do Atlântico quanto do Pacífico.
Figura 24, p. 99	<i>Amérique Meridionale: publiéé sous les auspices de Monseigneur le Duc D'Orleans prémeér prince du Sang</i> , 1748. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
Figura 25, p. 100	<i>South America Laid down from the Best Modern Maps with Improvements</i> , 1751. Fonte: John Carter Brown Library, Map Collection.
Figura 26, p. 100	<i>Amérique meridionale par M. Moithey, ing. geog. du Roi, et professeur de mathématiques de M.M. les pages de S. A. S. Monseigneur le prince de Conty</i> , 1785. Fonte: John Carter Brown Library, Map Collection.
Figura 27, p. 101	Comparação entre recortes do Mapa das Cortes e de cartografia inglesa da metade do século XVIII, em que se nota o resultado da distorção das terras espanholas na América e a ausência de seus limites a oeste no enquadramento do desenho formulado por Alexandre de Gusmão.
Figura 28, p. 102	<i>Tabula Americae specialis geographica regni Peru, Brasiliae, Terrae Firmae & Reg. Amazonum : secundum relationes de Herrera, de Laet, & PP. de Acuña & M. Rodriguetz, aliorumque observationes recentiores de signata & edita / per Guiliem. de l'Isle, Geogr. Reg. Parisiensem, nunc recusa</i> , [ca. 1730]. Fonte: Huntington Library, Rare Books Department, Maps.
Figura 29, p. 102	<i>New & Exact Map of the Coast, Countries and Islands within the Limits of the South Sea Company from the River Aranoca to Terra del Fuego, and from thence through the South Sea, to the North Part of California &c. With a View of the General and Coasting Trade-Winds. And particular Draughts of the most important Bays, Ports. &c. According to the Newest Observations, By Herman Moll Geographer</i> , [ca. 1720]. Fonte: Huntington Library, Rare Books Department, Maps.
Figura 30, p. 103	Detalhe do <i>Mapa das Cortes</i> em que se vê o preenchimento com “cordilheiras” ou conjunto de morros.
Figura 31, p. 105	<i>Mapa do Brasil segundo a visão do cartógrafo italiano Giovanni Battista Ramusio</i> (In: <i>Delle Navigationi et Viaggi</i>), 1556. Fonte: Instituto de Estudos Brasileiros, Coleção de Artes Visuais, Coleção Justiça Federal de São Paulo – Banco Santos.

Figura 32, p. 105	<i>Brasilia: frente generis nobilitate armerum et litterarum...</i> , [1640?]. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Cartografia.
Figura 33, p. 106	<i>Carta Geographica Del Bresil</i> , [ca. 1740]. Fonte: Instituto de Estudos Brasileiros, Coleção de Artes Visuais, Coleção Justiça Federal de São Paulo – Banco Santos.
Figura 34, p. 108	Capa do atlas <i>Descrição de todo o marítimo da terra de s. Crvz, chamado vylgarmente o Brazil</i> , de João Teixeira Albernaz I, publicado em 1640.
Figura 35, p. 108	<i>Terra de Santa Crvz, aqve chamão Brasil</i> . In: ALBERNAZ, João Teixeira. <i>Descrição de todo o marítimo da terra de s. Crvz, chamado vylgarmente o Brazil</i> , [manuscrito colorido]. Lisboa: 1640. Fonte: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, inv. n. CF 162, fl. 4.
Figura 36, p. 109	<i>Alagoa do Rio Grande—R^a De São Fr.co</i> . In: ALBERNAZ, João Teixeira. <i>Descrição de todo o marítimo da terra de s. Crvz, chamado vylgarmente o Brazil</i> , [manuscrito colorido]. Lisboa: 1640. Fonte: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, inv. n. CF 162, fl. 13.
Figura 37, p. 109	<i>Ilha de Sto Amaro—Emceada de Vbatvba</i> . In: ALBERNAZ, João Teixeira. <i>Descrição de todo o marítimo da terra de s. Crvz, chamado vylgarmente o Brazil</i> , [manuscrito colorido]. Lisboa: 1640. Fonte: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, inv. n. CF 162, fl. 22.
Figura 38, p. 109	<i>Entrada da Bahia de todos os Santos—Barra do Rio de S: Frco. pera caravelas e Pataxos</i> . In: ALBERNAZ, João Teixeira. <i>Descrição de todo o marítimo da terra de s. Crvz, chamado vylgarmente o Brazil</i> , [manuscrito colorido]. Lisboa: 1640. Fonte: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, inv. n. CF 162, fl. 59.
Figura 39, p. 115	<i>[Mapa de América del Sur con la línea divisoria de las colonias pertenecientes a España y Portugal]</i> , [1759?]. Fonte: Archivo General de Simancas.
Figura 40, p. 146	Imagem da tabela de qualificações referente à família Bueno da Ribeira. Fonte: produzido pela pesquisadora com base na obra <i>Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica</i> , tomo I, capítulo 1, p. 75-110.
Figura 41, p. 148	Imagem da tabela completa referente apenas aos “paulistas”, conforme indicações de Taques. Fonte: produzido pela pesquisadora com base na obra <i>Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica</i> , tomos I, II e III.
Figura 42, p. 169	Imagem da tabela completa referente apenas a menções de “mamelucos”, “mamelucas” ou situações semelhantes, conforme indicações de Taques. Fonte: produzido pela pesquisadora com base

na obra *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, tomos I, II e III.

Figura 43, p. 214

Árvore genealógica dos Paes de Barros.

Figura 44, p. 216

Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo, 1841. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Figura 45, p. 217

Página de rosto da estatística provincial, em reprodução da edição fac-similada.

Figura 46, p. 237

Detalhe do Mappa da Provincia, indicando os rios navegados nas expedições encomendadas pelo barão de Antonina e, na elipse, o Campo de Guarapuava.

Lista de Tabelas

Tabela 1, p. 141	Digressões inseridas nos títulos, seus conteúdos e as páginas nas quais se encontram
Tabela 2, p. 143	Qualificações encontradas nas descrições genealógicas e seus conteúdos
Tabela 3, p. 149	Ocorrência de cada qualificação no conjunto total e no conjunto de “paulistas”, na tabela completa
Tabela 4, p. 149	Ocorrência de cada qualificação no conjunto total e no conjunto de “paulistas”, na tabela sem repetições
Tabela 5, p. 150	Variação na proporção de menções de cada qualificação entre o total da população e os “paulistas”, nas tabelas completa e sem repetição, em ordem decrescente
Tabela 6, p. 186	Descrições de vida “à lei da nobreza” nas genealogias de Pedro Taques
Tabela 7, p. 211	Lista de deputados da primeira legislatura da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo (1835-1837)
Tabela 8, p. 232	Peças diretamente relacionadas à questão indígena publicadas na primeira década de circulação da <i>Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro</i>

Abreviaturas

USP	Universidade de São Paulo
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
IEB	Instituto de Estudos Brasileiros
BNRJ	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
APESP	Arquivo Público do Estado de São Paulo
JCB	John Carter Brown Library
HL	Huntington Library
ALESP	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
ALPSP	Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHG-SP	Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Sumário

1. Introdução: “assim em São Paulo [...] como no Sertão”	23
2. Sertanistas.....	51
OS DIVERSOS E DISPERSOS SERTÕES	52
OS INDÍGENAS “AMIGOS” E A FORMAÇÃO DOS SERTANISTAS.....	71
OS SERTANISTAS NA PRODUÇÃO DE TERRITÓRIOS COLONIAIS	80
A AMÉRICA PORTUGUESA PLENAMENTE DOMINADA OU SUA IMAGEM	98
3. Paulistas	117
DOS SERTÕES AOS PRIVILÉGIOS	118
DIVERGÊNCIAS, CONTENDAS E OS “PAULISTAS”	125
TIPO, GRUPO, FAMÍLIA: OS “PAULISTAS” DE TAQUES.....	141
LEALDADE E INSUBORDINAÇÃO NAS REENTRÂNCIAS DO SERTÃO	150
OS INDÍGENAS PAULISTAS E OS “PAULISTAS” INDÍGENAS	162
DA BARBÁRIE À CONSTRUÇÃO DA NOBREZA	182
TERRITORIALIDADE DAS FAMÍLIAS “PAULISTAS”	189
4. Agricultores	197
A MEDIDA DO OESTE.....	199
AS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS PROVINCIAIS E A REORDENAÇÃO DOS LUGARES DO PODER.....	208
A DUPLA AMEAÇA DOS INDÍGENAS: OS PÉS NAS TERRAS E OS BRAÇOS CRUZADOS	221
IMAGENS, REPRESENTAÇÕES E MÉTODOS EM CIRCULAÇÃO	238
AS IDEIAS E AS PALAVRAS: O INTERMINÁVEL “SERTÃO DESCONHECIDO”	248
5. Apontamentos finais: a marcha contra o oeste.....	263
Referências	281

1. Introdução: “assim em São Paulo [...] como no Sertão”

Para os colonos da capitania de São Vicente, vilas e matas tornaram-se igualmente conformadoras de seus domínios. Diversamente do que se passou em outras capitanias, as ocupações dessa – fundada em 1534 e extinta em 1709, com a criação da capitania de São Paulo e Minas de Ouro – logo ganharam o rumo do sertão,¹ com movimentos de jesuítas, alianças com grupos indígenas e estabelecimentos de portugueses, norteados pelas possibilidades de exploração e pela conversão de nativos em braços para o trabalho.² Foi nessa porção da América portuguesa, mais do que em outras regiões,³ que ganhou vigor a ocupação do interior do continente pelas

¹ Os debates acerca das variadas definições de “sertão” serão apresentados e aprofundados adiante, no Capítulo 2, “Sertanistas”. Por ora, utilizaremos o termo para remeter-nos às áreas distantes da costa. Um balanço sintético das hipóteses aventadas sobre as origens da palavra e os câmbios em sua conceituação pode ser encontrado em ANTONIO Filho, Fadel David. Sobre a palavra “sertão”: origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da ciência geográfica). *Ciência Geográfica*, Bauru, v. XV, n. 1, p. 84-87, jan./dez., 2001.

² Especificamente sobre o território que viria a ser da capitania de São Paulo, destacamos o primeiro capítulo da obra *Negros da terra*, de John Manuel Monteiro, em que o autor expõe as dinâmicas internas dos contingentes indígenas habitantes de tais terras, elucidando suas motivações, interesses e meios de articulação com os portugueses, bem como o eventual resultado dessas práticas, que desfavoreceu permanentemente os grupos autóctones. Ver MONTEIRO, John Manuel. A transformação de São Paulo indígena, século XVI. In: _____. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 17-56.

³ Anotamos aqui oposição à generalização descrita por frei Vicente do Salvador sobre a ocupação majoritariamente litorânea da América portuguesa, no primeiro século de colonização: “Da largura que

populações recém-aportadas, como se depreende da fundação, ainda no século XVI, das vilas de Santo André da Borda do Campo e São Paulo de Piratininga, respectivamente em 1553 e 1560,⁴ assentadas no topo da serra e abertas para o sertão – condição inexistente em outras capitanias, cujas vilas localizavam-se nos litorais.

Em fins do seiscentos, a articulação entre povoações – *locus* do poder colonial – e terras longínquas – territórios dos nativos – era patente no modo de vida desses colonos, ao ponto de o governador-geral Antonio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho afirmar que se comportariam da mesma maneira, “assim em São Paulo, donde são moradores, como no Sertão, donde vivem o mais do tempo”.⁵ O trecho sugere uma relação estreita entre esses territórios, que configurariam partes de um mesmo todo no que se refere aos costumes e atividades dessa população. A missiva de Coutinho era uma resposta à Coroa portuguesa, que o havia inquirido sobre a possibilidade de recrutar os habitantes de São Paulo⁶ que andavam pela região do Pará para aprisionarem indígenas “Tapuya” – possibilidade na qual o governador-geral não acreditava, pois aqueles colonos estariam interessados apenas nos nativos falantes da língua-geral,⁷ com que melhor se davam e que mais facilmente arregimentavam.

a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse por negligência dos portugueses, que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos”. SALVADOR, Frei Vicente. *História do Brasil: 1500-1627*. 6 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975 [1889], p. 59.

Entre alguns dos historiadores que citam essa passagem, nomeamos: Sérgio Buarque de Holanda, que associa a pouca penetração dos portugueses ao caráter de aproveitamento máximo de suas empreitadas, sem interesse de permanência; e Gilberto Freyre, que discorda de Salvador, afirmando que caberia aos franceses tal descrição, por suas tentativas frustradas de estabelecimento na Colônia portuguesa. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1936], p. 107. FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51 ed. São Paulo: Global, 2006 [1933], p. 74.

⁴ MONTEIRO, op. cit., p. 36-39.

⁵ SOBRE os paulistas que com pretexto de andarem aos Tapuyas de corso, captivam os de língua geral, 19 Jul. 1693. In: *Documento históricos*, v. 34, p. 84-86. Apud BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas; Fapesp, 2002, p. 304-305.

⁶ Sem descuidar-nos do risco de anacronismos, usaremos as denominações “colonos de São Paulo”, “moradores de São Paulo”, “habitantes de São Paulo” e “paulistas” para tratarmos tanto da população da capitania homônima como da de São Vicente e de São Paulo e Minas do Ouro, salvo quanto indicada outra aceção. Essa generalização não intenta, contudo, reforçar uma concepção da história de São Paulo que desconsidera as diversas paisagens e grupos humanos que compuseram esse território político e administrativo em suas variadas delimitações, e sim possibilitar melhor leitura.

⁷ A língua-geral seria a apropriação pelos colonos do idioma Tupi, presente em seus ambientes domésticos e difundido por meio de topônimos e alcunhas, mormente até a primeira década do século XVIII, em cuja primeira metade teria se dado sua efetiva substituição pelo português. Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. A língua-geral em São Paulo. In: _____, op. cit., p. 122-133.

As sobreditas linhas da carta de Coutinho são reproduzidas por Ilana Blaj⁸ e Laura de Mello e Souza,⁹ em capítulos de suas obras nos quais discutem a dualidade das interpretações feitas por contemporâneos acerca das qualidades dos paulistas, nas ações de combate e caça aos indígenas e de conquista de seus territórios. Esse debate assenta-se sobretudo nas relações ambíguas entre os colonos de São Paulo e a Coroa: aqueles constantemente invocando sua condição de vassalos da monarquia portuguesa; e esses sendo regularmente informados das insubordinações praticadas pelos paulistas. As duas historiadoras mencionadas remetem-se à noção de vassalagem – assim como fazemos nesta tese – a partir do sentido com que é invocada na documentação do período, ou seja, aludindo aos monarcas portugueses como seus soberanos máximos, em nome dos quais – e de Deus – realizariam toda e cada uma de suas ações no território colonial.¹⁰

Nesse contexto, o pertencimento dos colonos de São Paulo à estrutura de senhores e vassalos realizava-se por meio de constantes negociações e redefinições, dentro das quais os mesmos acontecimentos recebiam distintos significados, à medida que eram narrados por diferentes agentes, orientados por variados interesses e contingências, cujos sentidos eram criados pela vassalagem. Ao longo do tempo, entre condenações e incentivos, paulistas e Coroa agiam conjuntamente na realização da empreitada colonizadora. No exame dessa dinâmica, não basta debruçar-se sobre um ou outro episódio e os conflitos eventuais – faz-se imprescindível apreendê-la num recorte cronológico distendido, conjugando circunstâncias, embates e confluências no decorrer do processo de ocupação e exploração da América portuguesa:

Assim, o que se percebe é realmente um movimento pendular nas relações entre autoridades reais, a Coroa e os paulistas, mas que nunca chegou a colocar em risco a empresa colonial como uma ‘empresa em conjunto’. Em outras palavras, em troca de promessas de honrarias e mercês, a Metrópole obtinha todo o apoio dos habitantes de Piratininga no que mais interessava a

⁸ BLAJ, Ilana. Paulistas vassalos. In: _____. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas; Fapesp, 2002, p. 300-322.

⁹ SOUZA, Laura de Mello e. São Paulo dos vícios e das virtudes. In: _____. *O sol e a sombra: Política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 109-147. O capítulo em questão, segundo a própria autora, foi redigido como tributo a Ilana Blaj e publicado originalmente como artigo.

¹⁰ No capítulo 3, “Paulistas”, ao tratar do tema da “economia da mercê”, voltaremos ao debate sobre a vassalagem.

ela: a pacificação (ou extermínio) dos índios hostis e as expedições empenhadas na descoberta dos territórios auríferos. [...] Portanto, conjunturalmente, as relações entre paulistas e autoridades reais podiam ser conflituosas mas, ao fim e ao cabo, a conciliação era sempre possível pois [...] eram os mesmos objetivos que todos perseguiam, quais sejam, o desenvolvimento da colonização e a sedimentação da ordem senhorial-escravista mercantil.¹¹

Adriana Romeiro, em sua análise das disputas entre paulistas e forasteiros pelo domínio da exploração mineira, a partir do início do século XVIII, dá-nos um apanhado dos *topoi* referentes aos moradores de São Paulo, que estariam em circulação até o final do seiscentos.¹² As qualificações mais recorrentes dos paulistas, associadas à “lenda negra”,¹³ seriam como: hereges, bárbaros, mestiços, isolados,¹⁴ metidos pelas matas, criminosos, foragidos, nômades, autônomos, “arrendatários das terras de El-rei”,¹⁵ inexpugnáveis e promíscuos com os nativos. Era flagrante a diferenciação entre esses colonos e os demais e, ainda mais, entre os mesmos e os reinóis. Diante desse panorama, a autora coloca em questão o quanto a “lenda negra” seria referente a um grupo específico, que assim se entenderia. Baseando-se nos escritos de Anthony Russell-Wood, Romeiro considera que, na prática, os habitantes aos quais tais predicados se referem identificavam-se como um conjunto distinto dos demais, e esses igualmente os viam como “outros”,¹⁶ ou seja, existiria uma noção de coletividade entre

¹¹ BLAJ, op. cit., p. 306-307.

¹² ROMEIRO, Adriana. Idéias e práticas políticas. In: _____. *Paulistas e emboabas no coração das Minas: Idéias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 225-275. Sobre o uso de *topos* como conceito ordenador da interpretação da autora, ver Ibid., p. 226, nota 4.

¹³ Os escritos de padres inicianos acerca dos moradores de São Paulo, em larga medida relacionados às invasões sofridas nas missões jesuítas no início do século XVII, ficaram conhecidas como “lenda negra”, pela forma como caracterizavam os paulistas. Aprofundar-nos-emos nessa questão no Capítulo 3, “Paulistas”.

¹⁴ Entre as imagens dos paulistas, circulava a “descrição geográfica da vila de São Paulo como um verdadeiro bastião incrustado nos sertões distantes, inacessível à penetração das tropas régias”. Ibid., p. 226. É interessante notar como essa acepção contrasta com a ideia da vila como cruzamento de caminhos, cuja localização seria grande responsável pelo desenvolvimento de sua economia, tal como apontado inicialmente por Caio Prado Jr. Ver PRADO Jr., Caio. *A cidade de São Paulo: geografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

¹⁵ Em oposição a serem, de fato, súditos dos monarcas portugueses. ROMEIRO, op. cit., p. 228.

¹⁶ A historiadora mobiliza a ideia de “grupo étnico”, a partir da conceituação de Fredrik Barth, segundo a qual as distinções entre grupos não existem *a priori*, mas são formuladas a partir do contato, criando fronteiras entre uns e outros. É dessa maneira que Romeiro enxerga a formulação do epíteto “emboaba”, como uma diferenciação entre “descobridores [paulistas] e adventícios [forasteiros]”. Ibid., p. 231-233.

os paulistas envolvidos com as entradas e ações pelos sertões, e essa característica seria percebida por outros grupos.

Um dos aspectos por meio dos quais seria possível surpreender a coletividade desses homens é a maneira peculiar por meio da qual conduziam suas negociações com a Coroa. A alteridade dos paulistas manifestar-se-ia em todos os elementos de sua vivência, segundo Romeiro, incluindo sua interlocução com o Reino. A forma direta com que assinalavam as exigências para a realização de um dado serviço diferiria do modo usual, fundamentado numa espécie de “amizade”,¹⁷ ainda que desigual, entre o soberano e seus súditos. Nesse contexto, mesmo que os privilégios oferecidos não chegassem a ser efetivados, o vassalo deveria manter sua palavra e sua posição em relação ao monarca. Por demandarem o cumprimento de cada linha dos acordos estabelecidos com a Coroa, os paulistas eram vistos como colonos que possuíam “uma fidelidade suspeitosa”.¹⁸ Sua maneira de relacionar-se com o rei teria assumido feições de “contrato”, e não de amor ao soberano:

A vassalagem contratual significava antes que os paulistas somente se punham a serviço do rei quando devidamente recompensados, e que, longe de se animarem por amor à Coroa, interessavam-lhes tão somente o que

Para o sobredito Russell-Wood, “Membros de um grupo étnico compartilham uma ascendência comum (real ou percebida), características culturais (inclusive lingüísticas) relevantes, traços somáticos, atitudes, valores e comportamentos. [...] No cerne de um grupo étnico está a noção de ascendência comum. O debate é acirrado sobre se é a ascendência comum ou a cultura e consciência de pertencimento compartilhadas a característica diferencial mais importante. De acordo com qualquer uma das definições, os paulistas constituem um grupo étnico”. RUSSELL-WOOD, Anthony. Identidade, etnia e autoridade nas Minas Gerais do século XVIII: leituras do *Códice Costa Matoso*. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 15, n. 21, p. 100-118, jul., 1999, p. 113.

¹⁷ Essa conceituação, no bojo das relações entre súditos e soberanos, é discutida mais profundamente no Capítulo 3, “Paulistas”.

¹⁸ Ibid., p. 238. Romeiro utiliza-se de conceitos de Pierre Bourdieu – marcadamente, “estratégia” e “capital simbólico” – para enquadrar as relações entre esses colonos e a monarquia portuguesa, o que acaba por acentuar o caráter “peculiar” desse contato e a própria consciência e intencionalidade dos paulistas no uso de certos estratagemas. Ainda assim, não é menos relevante o destaque que a autora confere ao “tom acintoso e explícito com que [os paulistas] vendiam os seus serviços, exigindo recompensas que, aos olhos de todos, exorbitavam do que era justo”. Id. É possível sopesar essa construção por meio da oposição entre a ideia bourdiana de “estratégia” e a de “tática”, tal como concebida por Michel de Certeau, que sugere uma “visão a partir de baixo” e fortemente guiada pelas limitações, provavelmente mais pertinente às circunstâncias em questão. Ver BURKE, Peter. *O que é história cultural?*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 103-104.

pudessem auferir no âmbito de um acordo que visava objetivos bem definidos.¹⁹

Quando eclodiram os primeiros conflitos entre paulistas, descobridores do ouro na região das Minas, e aqueles que ali chegavam, atraídos pelas possibilidades de enriquecimento, na primeira década do setecentos, a “lenda negra” teria sido reavivada, como forma de minorar as demandas do direito de conquista dos homens de São Paulo. Por meio das qualificações expressas nessas imagens, era possível subverter as ações de desbravamento dos paulistas, tingindo-as com o estigma da insubordinação e da barbaridade, que lhes seriam intrínsecas.²⁰

Tanto as conquistas quanto as insurreições dos moradores de São Paulo eram vinculadas às suas afinidades com certos grupos nativos e às incursões que realizavam nos territórios de tais nações.²¹ As interpretações acerca dessas características, constantes da historiografia sobre a capitania e em suas fontes, podiam pender para a “exaltação” ou a “detração”,²² para o heroísmo ou a bandidagem, para a lealdade ou a independência, para a nobre riqueza ou a rude simplicidade. “Qualidades e defeitos apareceram, portanto, indissociados na qualificação dos paulistas durante todo o

¹⁹ ROMEIRO, op. cit., p. 240. Esse formato de negociação derivaria de práticas estabelecidas pelos piratinheiros em suas atividades pelos sertões. “Longe de serem novidade, os acordos contratuais faziam parte da longa experiência dos paulistas, que haviam se habituado a elaborar, na organização das expedições de apresamento de índios, cuidadosos contratos entre armadores e sertanistas, cabendo aos primeiros os gastos com o aviamento, e, aos últimos, a metade dos cativos presos.” Ibid., p. 242. Não nos cabe adentrar ainda mais nesse debate, contudo parece-nos que há um certo exagero na especificidade dos modos de negociação desses homens, que talvez seja menos radical e mais relacionado à própria distância entre Reino e Colônia.

²⁰ Ibid., p. 248-249.

²¹ O termo “nação” é encontrado na documentação coeva para referir-se a um conjunto de indígenas reconhecidamente distintos dos demais, que possuíam algum tipo de organização ou coletividade, ainda que essa não fosse relacionável à dos europeus. Foi apenas no século XIX, que a expressão foi substituída por “etnia”, expressando, contudo, uma ausência de historicidade, o que significava um relativo rebaixamento dos grupos assim descritos, numa atitude marcadamente colonialista. Em linhas gerais, o debate pode ser apreendido a partir das reflexões sobre categorizações e a conformação dos Estados africanos, ainda que o recorte cronológico seja posterior e o debate seja conformado pelo campo da antropologia. Ver AMSELLE, Jean-Loup (org.); M'BOKOLO, Elikia (org.). *No centro da etnia: Etnias, tribalismo e Estado na África*. Petrópolis: Vozes, 2017 [1985].

²² Tomamos os termos emblemáticos e a maneira sintética por meio da qual Laura de Mello e Souza analisa as possibilidades de qualificação dos paulistas, referindo-se detidamente a estudos originados entre as décadas de 1920 e 1940, sobre a capitania de São Paulo. A historiadora percorre o espectro existente entre uma e outra dessas atribuições, explicitando a complexidade das formulações que elenca. Ver SOUZA, op. cit.

século XVII, e assim continuou depois.”²³ A proximidade com os indígenas – manifesta na apropriação de seu idioma, nos casamentos e concubinatos que resultavam no estabelecimento de parentescos, nos hábitos domésticos, nas vestimentas, na língua e até na forma de andar²⁴ – fazia dos paulistas um conjunto populacional peculiarizado aos olhos dos demais colonos, dos padres inacianos e dos administradores régios,²⁵ que viam em suas ações brutais e nos costumes grosseiros o estigma do “gentio da terra”.²⁶

As relações dos piratininganos com os nativos – com os quais sabiam aliar-se e contra quem guerreavam com maior destreza que qualquer outro adversário – e com seus territórios – nos quais se moviam e encontravam riquezas – repousaram no cerne das caracterizações, representações, imagens e narrativas²⁷ sobre os colonos de São Paulo, tal como se depreende das leituras de Blaj, Souza e Romeiro. E foram os mesmos elementos – indígenas e territórios – que as elites paulistas, herdeiras e aparentadas daqueles homens do século XVII, resignificaram nas construções de imaginário empreendidas entre meados do setecentos e as primeiras décadas do oitocentos, tal como veremos ao longo desta tese.

²³ Ibid., p. 116.

²⁴ Nesse ponto, abster-nos-emos de enumerar os estudos de cultura material e genealogia por meio dos quais é possível tomar consciência da extensão das relações entre colonos e nativos, entretanto citaremos autores, autoras e estudos pertinentes à nossa discussão ao longo dos capítulos que seguem.

²⁵ Para Adriana Romeiro, era “muito em razão da proximidade com o universo indígena” que viria a estranheza com que outros colonos, funcionários régios e administradores locais viam os habitantes de serra acima. ROMEIRO, op. cit., p. 234. Diz ainda Anthony Russell-Wood: “[...] o componente indígena – língua, valores, vida doméstica, costumes e habilidades – continuou [no alvorecer do século XVIII] a distinguir os paulistas, que se orgulhavam de seu senso de identidade coletiva”. RUSSELL-WOOD, op. cit., p. 104. Um apontamento sistemático das referências aos moradores de São Paulo como “bestiais” e “selvagens”, assemelhando-se aos nativos, pode ser encontrado em SCHNEIDER, Luiz Alberto. Os paulistas e os outros: fama e infâmia na representação dos moradores da capitania de São Paulo nas letras dos séculos XVII e XVIII. *Projeto História*, São Paulo, n. 57, p. 84-107, set./dez., 2016.

²⁶ A expressão é corrente na documentação do período colonial e engloba a totalidade dos grupos indígenas.

²⁷ Entendemos essas categorias como pertencentes ao escopo do que Roger Chartier denominou como representações coletivas e identidades sociais, que encontram lugar específico de relação entre o imaginado e o material, no campo da história cultural: “Ao trabalhar sobre as lutas de representação, cuja questão é o ordenamento, portanto a hierarquização da própria estrutura social, a história cultural separa-se sem dúvida de uma dependência demasiadamente estrita de uma história social dedicada exclusivamente ao estudo das lutas econômicas, porém opera um retorno hábil também sobre o social, pois centra a atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade”. CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 11, n. 5, p. 173-191, 1991, p. 183-184.

Assim como observamos nos debates acerca da lealdade e da insubordinação dos moradores de São Paulo, é também na longa duração que ganham sentido as imagens criadas e recriadas pelos grupos principais de tal população. No decorrer desse quase um século, “sertanistas” demandaram reconhecimento e recompensas por suas incursões e conquistas, “paulistas”²⁸ identificaram-se como parte da nobreza local e do Reino, e “agricultores” foram evocados para o cumprimento dos planos de incremento das lavouras de exportação.²⁹ Essas três narrativas, que compõem e reproduzem as imagens enumeradas, podem ser analisadas isoladamente, uma vez que nem sempre se orientaram para os mesmos objetivos e que não há linearidade em suas temporalidades. No entanto, evidenciaremos neste trabalho que os acúmulos e sobreposições dos aspectos particulares dessas representações resultaram em uma transformação específica e distinguível, qual seja, a anulação do elemento indígena e da familiaridade com seus territórios, que passaram de aliados – e parentes – a objetos a serem estudados e solucionados no viés dos projetos desenvolvidos e encampados pelas elites de São Paulo.

Para além do recorte que privilegia agentes específicos, atuando em seus tempos de vida, ou contextos discerníveis de algumas décadas, tais como os sucessivos governos dos capitães-generais,³⁰ a ênfase de nosso trabalho está nas “grandes correntes subjacentes, freqüentemente silenciosas, cujo sentido só se revela quando se abarcam amplos períodos de tempo”, nas palavras de Fernand Braudel. Nesse enquadramento, “Os acontecimentos retumbantes não são amiúde mais que instantes, que manifestações desses largos destinos e só se explicam por eles”.³¹ Ou seja, promulgações de leis e mudanças de regime político, por exemplo, ainda que guardem significados em si mesmas, não podem ser completamente percebidas sem o exame das

²⁸ Ao mencionar paulistas, serão usadas aspas sempre que nos referirmos aos sentidos de pertencimento em construção, tais como a conceituação elaborada por Pedro Taques de Almeida Paes Leme, que será examinada no Capítulo 3, “Paulistas”. Quando tratarmos do adjetivo pátrio tomado em analogia à forma corrente – ou seja, relativo aos habitantes considerados naturais do território de São Paulo, seja capitania ou província –, o termo aparecerá sem aspas.

²⁹ Antes mesmo do período que estudamos, o afastamento em relação ao indígena já teria estado no centro das preocupações dos paulistas, quando, no princípio do século XVIII, teriam buscado dissociar a imagem de descobridores de riquezas minerais daquelas de sertanistas e preadores. ROMEIRO, op. cit., p. 255-256.

³⁰ Período em que se sucederam na administração da capitania de São Paulo os chamados capitães-generais, desde a restauração desse território, em 1765, após 17 anos de submissão ao governo do Rio de Janeiro, até o início do século XIX.

³¹ BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2004, p. 15.

transformações de ritmo lento, que se desenrolam no passar de um século ou mais. Esses câmbios configuram-se a partir, a um só tempo, da manutenção de um lastro reconhecível e da resignificação de certos aspectos a ele articulados. Entre “sertanistas”, “paulistas” e “agricultores” há, então, elementos comuns e dissonâncias que entretemos nos capítulos que seguem.

É no sentido de “agitação de superfície”³² que apreendemos e analisamos os contextos de criação do imaginário sobre os paulistas. No entanto, em aproximadamente um século, quadro de que tratamos, interessa-nos a transposição dessas imagens, narrativas e discursos, transmutados de seus circuitos originais de formulação para novas produções – movimento dilatado, por meio do qual predicados específicos são fixados e outros, ocultados e obliterados. Por se tratar de uma análise no campo da história cultural, entendemos que é justamente no tempo longo que se possibilita a compreensão de sentido em suas transformações e a devida apreensão de suas continuidades.³³ Da mesma maneira, esse tipo de objeto beneficia-se de outras fontes, para além da documentação escrita, por meio das quais seja possível problematizar as imagens e representações, em suas rupturas e permanências.³⁴ Os acontecimentos pontuais – localizados em curtos períodos de tempo – não são desprezíveis para esses fins, sendo referenciais das descontinuidades, que devem ser entendidos em sua articulação com os processos circunscritos em longos arcos temporais.³⁵

Como veremos, o recorte em foco compreende um processo de transformação particular, que resulta no forjamento de uma representação da elite de São Paulo – na capitania e depois província –, caracterizada por um amálgama dos traços de heroísmo, conquista, nobilitação, racionalidade e esclarecimento, cuja ascensão alicerça-se no estabelecimento de uma diferenciação intransponível em relação aos indígenas e no

³² Ibid., p. 14.

³³ Em balanço realizado duas décadas após a publicação do artigo de Fernand Braudel sobre as análises e implicações do tempo dilatado, Michel Vovelle agrupa “história das mentalidades”, “história das culturas”, história de “atitudes” e de “representações coletivas” como campos privilegiados para a investigação de longa duração, por encamparem mudanças que ocorrem de forma lenta, quase imperceptível e nos quais os rompantes ou “revoluções” têm pouca relevância explicativa. VOVELLE, Michel. A história e a longa duração. In: NOVAIS, Fernando A. (org.); SILVA, Rogerio F. da (org.). *Nova história em perspectiva*, v. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 370-407, p. 328-326. Ver BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A Longa Duração. In: _____, op. cit., p. 41-78.

³⁴ VOVELLE, op. cit., p. 388-389.

³⁵ Ibid., p. 398-401.

controle exatificado do território. Ao cabo dessas mudanças, é o sertão – ou os múltiplos e dispersos sertões que foram nomeados, disputados e, em várias ocasiões, incorporados ao aparato colonial e imperial, já despidos de sua aspereza e de seus “bárbaros” habitantes originais – que passa a não ter lugar nas ambições dos grupos de paulistas mais importantes.

...

O período em que esse movimento se desenvolve corresponde a cerca de cem anos, entre meados do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, conforme previamente apontado. Para os fins de nosso estudo, esse recorte foi construído a partir de dois mapas³⁶ ou dos períodos de reunião de fontes, de preparação, de feitura e de publicação original desses documentos. O primeiro é o *Mapa dos confins do Brazil com as terras da Coroa da Espanha na América Meridional*³⁷ (Figura 1), que passou a ser conhecido como *Mapa das Cortes*, por ter sido assinado pelos diplomatas de Portugal e Espanha em 1749, ano da sua divulgação, em meio às negociações que dariam vazão ao Tratado de Madrid, firmado no ano seguinte, que regulava sobre as fronteiras entre as colônias ibéricas na América. A segunda cartografia é o *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*³⁸ (Figura 2), encomendado pela recém-criada Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, durante sua primeira legislatura, entre 1835 e 1837, e finalmente impresso e disponibilizado em 1841, sendo o primeiro produto do

³⁶ Além do termo “mapa”, usaremos “cartografia” com significado semelhante, ainda que não seja conceito existente no período estudado. “O vocábulo cartografia foi criado pelo Visconde de Santarém em correspondência de 8 de dezembro de 1839 ao historiador Francisco Adolfo de Varnhagen.” Utilizaremos “cartografia” e seus derivados com seus significados correntes, ou seja, remetendo à produção de mapas e representações do território de acordo com os padrões técnicos e saberes de cada contexto. GUEDES, Max Justo. A cartografia impressa do Brasil: 1506-1822: os 100 mapas mais influentes. Rio de Janeiro: Capivara, 2012, p. 14. Apud FARIA, Maria Dulce de; OLIVEIRA, Uilton dos Santos. A Coleção Cartográfica do Tratado de Santo Ildefonso na Biblioteca Nacional. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 3, 2016, Belo Horizonte. *Anais do 3º Simpósio....* Belo Horizonte: UFMG, 2016, p. 89. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio2016/pdf/7MariaDulceFaria-UiltonOliveira_3SBCH.pdf>. Acesso em: 23 Jun. 2017.

³⁷ *Mapa dos confins do Brazil com as terras da Coroa da Espanha na América Meridional*. [S.l.: s.n.], 1749. 1 mapa ms.: col.; 60 x 54cm. em f. 70 x 64. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1004807/cart1004807.html>. Acesso em: 20 Jan. 2016.

³⁸ *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*. Paris: Alexis Orgiazzi, [1841]. 1 mapa, impr.: 100 x 72 cm. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

tipo para esse território, desde a extinção das capitanias. Ainda que possamos assinalar o período entre 1749 e 1841 como recorte cronológico desta tese – e assim o fazemos –, esses marcos devem ser entendidos menos como indicações estanques e mais como aproximações, que cercam as transformações analisadas.

Na escala do território e do imaginário paulistas, observam-se nesse recorte elementos distintivos de transformação do modo de vida dessa população. Os grupos indígenas aliados, suas práticas e sua relação com o território, tão significativos para os movimentos de exploração e incursão dos paulistas pelo espaço colonial nos primeiros séculos de colonização, vão sendo cercados, distanciados e segregados, por meio de ações operadas por agentes diversos, dentre os quais se destacam suas elites econômicas, políticas e intelectuais. Pretendemos apontar que tal movimento, que denominamos aqui como “expulsão do sertão”, ter-se-ia dado por meio de estreita relação entre os planos administrativos e econômicos criados ou encampados pelas elites paulistas e a construção, a partir de meados do setecentos, de um imaginário de nobreza, racionalização e planejamento, em consonância com debates e desenvolvimentos que então ocorriam no espaço europeu.

Trataremos nesta tese dos processos de construção, reconstrução e mobilização das imagens e representações dos paulistas, formadas e formadoras da relação com o território e os grupos indígenas. A colonização, ocupação e posse da América portuguesa e depois Império brasileiro envolveu invariavelmente esses dois fatores – quais sejam, os grupos indígenas e os seus territórios –, que foram significados e ressignificados, em função de circunstâncias e interesses diversos. Os sentidos simbólicos atribuídos a tais elementos variaram entre aproximação, apropriação, negação, orgulho e negociação, sendo esses valores presentes, produzidos, mobilizados e reproduzidos por diferentes representações, em formatos textuais, imagéticos, narrativos, cartográficos e outros.

Ainda que tenham atuado dentro do enquadramento geral dos espaços coloniais do Império português, os colonos paulistas são um caso peculiar desses movimentos de significação e ressignificação, na medida em que eles próprios foram associados e se associaram – nos campos simbólicos, culturais e materiais – aos indígenas e aos seus territórios e territorialidades, operando derradeiramente afastamentos em relação aos nativos. Alianças de exploração, redes de parentesco, modos de vida particulares, evocação da ancestralidade indígena, vassalagem à Coroa portuguesa em pedidos de

honras e mercês, narrativas genealógicas das conquistas territoriais e controle racional e planejado dos grupos indígenas e suas terras são os modos de aproximação ou obscurecimento entre as elites paulistas e os autóctones, desde o princípio da colonização até o decorrer do século XIX.

Figura 1 – Mapa dos confins do Brasil com as terras da Coroa da Espanha na América Meridional (Mapa das Cortes), 1749. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

A escolha dos mapas como balizas temporais para esta tese não se deu apenas por serem fontes privilegiadas para analisar a construção de imagens e narrativas sobre o território e vinculadas a ele, mas também porque tomar essas duas cartografias, apartadas em quase um século, permite problematizar a ideia de que a representação cartográfica é constantemente acrescida – seja no aspecto técnico, seja na quantidade de informações, seja na qualidade de representação gráfica dessas informações, seja no saber efetivo sobre o território representado. No caso, temos: o

Mapa das Cortes, que advogava um conhecimento extensivo e pormenorizado do território, a ponto de permitir a delimitação de fronteiras baseadas na configuração topográfica e hidrográfica de uma larga região do interior do continente; e o *Mappa da Provincia*,³⁹ que alardeava um desconhecimento do território imediatamente consecutivo às áreas povoadas e contido no recorte do primeiro mapa. Entre um e outro, enxergamos aproximações e oposições tendo, de um lado, a imagem de um território colonial uno e conquistado e, de outro, de uma província com largos vazios a serem ocupados. Em ambos, o significado e as possibilidades do sertão – presente e ausente nos mapas – e das populações que nele habitavam são centrais para a compreensão dos discursos embutidos nessas cartografias e, assim, das práticas políticas e econômicas que engendravam.

Figura 2 – *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, 1841. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

³⁹ Para facilitar a menção a esses documentos, limitar-nos-emos aos termos *Mapa das Cortes* e *Mappa da Provincia*, ou mesmo mapa provincial.

Não nos interessa julgar a veracidade de uma e outra cartografia ou mesmo avaliar as distorções e os erros intencionais impressos nesses documentos,⁴⁰ e sim partir do pressuposto de que qualquer mapa é realizado a partir de escolhas, de adições e subtrações, de destaques e obscurecimentos, de interesses, demandas e contingências. O olhar ora lançado sobre esses documentos dirige-se à esfera dos processos de construção e dos elementos gráficos, narrativos, de imaginário e de poder com os quais trabalham, questão que detalharemos adiante.

Figura 3 – Comparação da representação gráfica dos sertões das duas cartografias, em recorte semelhante. Os rios assinalados em vermelho são rio Grande ou Paraná (na direção sudoeste-nordeste) e rios Paranaíba e Tietê (na direção sudeste-noroeste, sendo o primeiro mais ao sul). O círculo indica a posição da cidade de São Paulo em ambos os mapas.

Os dois mapas foram concebidos em circunstâncias distintas – o *Mapa das Cortes* como recurso de negociações diplomáticas de fronteiras e o *Mappa da Provincia* como primeira representação oficial do território provincial –, foram feitos com técnicas distintas – um manuscrito e outro impresso –, têm recortes geográficos distintos – um representa o Brasil⁴¹ e as partes adjacentes da América espanhola e o outro, como indicado, a província de São Paulo e suas áreas limítrofes, com grande presença do Mato Grosso –, têm caracteres distintos – o *Mapa das Cortes* almejava ser uma representação de aparência definitiva e o *Mappa da Provincia* foi intencionalmente criado para ser alterado à medida que o território fosse sendo transformado ou planejado – e, principalmente, as duas cartografias qualificam de maneiras distintas os

⁴⁰ Esse tipo de exame foi feito extensamente acerca do *Mapa das Cortes*, e trataremos dessas análises no capítulo seguinte.

⁴¹ Faremos referência a “Brasil” apenas quando tratarmos do *Mapa das Cortes*, cujo título original contém esse termo. Nessas ocorrências, a denominação corresponde à mesma entendida como América portuguesa, colônia portuguesa e semelhantes.

seus sertões. Ao olhar para o *Mapa das Cortes*, o interior do território colonial se apresenta graficamente como mapeável, homogêneo e delimitado – configurando inclusive limites razoavelmente precisos e relacionados às condições geográficas existentes. Já o *Mappa da Provincia* não apenas exprime um desequilíbrio marcado pela concentração de vilas e da capital em uma pequena porção do território total, a leste, como ainda reforça essa diferenciação pelo uso da legenda “sertão desconhecido”, centralizada no enquadramento do mapa. É possível observar as diferentes representações de uma das áreas de sertão das duas cartografias na Figura 3.

Figura 4 – Representação das áreas priorizadas pelo enquadramento adotado. Como se vê, ocupam a porção central do *Mapa das Cortes* e do *Mappa da Provincia*, respectivamente, o Brasil e o “sertão desconhecido”, e não a América Meridional e a província de São Paulo, como se poderia deduzir pelos títulos dos documentos.

Nos dois casos, a escolha da disposição do território retratado no enquadramento sugere interesses discrepantes em relação ao título das cartografias, conforme apresentado na Figura 4. No *Mapa das Cortes*, o nome original indica o seu elemento principal, qual seja, a fronteira ou os “confins”, conforme os termos do próprio documento.⁴² No entanto, o recorte privilegia o Brasil no enquadramento, incluindo, no mesmo nível de detalhamento, as áreas sobre as quais não havia disputa, como é o caso do litoral e das demais porções que já seriam de posse da Coroa portuguesa, segundo a divisão original, constante no Tratado de Tordesilhas (1494). O *Mappa da Provincia*, por meio da adição de uma porção considerável do Mato Grosso –

⁴² Atentando para os contextos em que as expressões “confins” e “sertão” são lançadas, é possível diferenciá-las, sendo a primeira relativa a limites e a segunda, vastidão. Podemos fazer um paralelo com a distinção entre os conceitos de “border” e “frontier”, conforme entendidos na historiografia norte-americana, sendo aquele referente à fronteira política e administrativa e esse, à direção para a qual se orientava a ocupação colonizadora no território.

maior do que das outras províncias limítrofes apresentadas –, constrói um enquadramento no qual o chamado “sertão desconhecido” é o elemento de destaque – e não as áreas “civilizadas”.

O tipo de representação contida no *Mapa das Cortes*, de um território dominado e suficientemente conhecido, foi possibilitado pela reunião de fontes cartográficas e textuais, em diferentes níveis de detalhamento, sendo algumas produzidas especificamente no processo de feitura do mapa e outras criadas em contextos diversos e apenas recolhidas para esse fim. Um dos elementos que compuseram esse rol de documentos, direta e indiretamente, resultou das ações dos chamados “sertanistas” – colonos europeus e, principalmente, nascidos no Brasil, geralmente habitantes das capitanias do sul, considerados pelos seus contemporâneos como experientes no trânsito, nas condições de vida, nas explorações e nas guerras empreendidas em áreas habitadas pelas várias nações indígenas existentes nas porções mais interiorizadas do espaço tomado pela colonização ibérica, denominadas costumeiramente como “sertão”. Trata-se dos sobreditos homens do século XVII, caracterizados por seus vícios e virtudes, remontando aos termos usados por Laura de Mello e Souza.

Ainda que não tivessem se lançado ao interior da Colônia com o intuito original de angariar dados, suas entradas renderam extenso conhecimento sobre o território e seus habitantes. Suas atividades eram empreendidas em coletivos, formados por alguns colonos e uma maioria de indígenas, que podiam ser seus “administrados” – nativos desvinculados de seus territórios e nações originárias, catequizados e dispostos para o trabalho – ou mesmo parte de suas redes de parentesco, construídas originalmente a partir de relacionamentos, geralmente não oficializados, entre colonos e mulheres indígenas, do que resultavam filhas e filhos conhecidos como “mamelucos”, que eram, por vezes, reconhecidos, mas costumeiramente desconsiderados como herdeiros. A indicação do oeste da província de São Paulo como “sertão desconhecido” no mapa de 1841 aponta para a necessidade de exploração e conquista desse território, o que poderia significar uma subversão ou desprezo das ações dos sertanistas. No entanto, como veremos adiante, os sertanistas, antes de serem repudiados ou esquecidos, serão ressignificados por seus descendentes, por meio da criação de narrativas de cunho heroico, na qual esses homens figuram como os verdadeiros “paulistas” – um grupo homogêneo, ao qual correspondem atributos tais como honra, generosidade, racionalidade, lealdade, nobreza e liderança.

Essas qualificações foram assim definidas nos pedidos de reconhecimento de nobreza e de solicitação ou comprovação de mercês e privilégios obtidos, em grande parte, por meio das atividades dos antigos exploradores de sertões. Do conjunto geral de documentos que carregavam essas funções, deter-nos-emos naqueles produzidos por Pedro Taques de Almeida Paes Leme, principalmente em meados do século XVIII, quando redigiu dezenas de genealogias das famílias principais de São Paulo – entre as quais figurava a sua própria. Nos dizeres de Katia Abud, esses escritos seriam uma reação direta à “lenda negra”, especialmente à publicação, em 1757, do livro *Histoire du Paraguay*, de Pierre François Xavier de Charlevoix, “padre jesuíta que nunca esteve no Paraguai”.⁴³ Podemos dizer que Taques apropriou-se da maneira como seus antecessores construíram suas demandas por recompensas, no passado não muito distante,⁴⁴ alavancando-as à coletividade.⁴⁵ São precisamente os legatários dos “paulistas” de Taques que apontarão novamente, no raiar do Império brasileiro, para o sertão como território a ser desbravado e reconfigurado para adequar-se aos interesses desse grupo ou das várias famílias que o compunham, como discutiremos no Capítulo 4.

Na esteira das transformações e permanências, reforça-se o discurso de que a maioria da população seria composta por “agricultores”, elementos fundamentais para a expansão das lavouras de cana-de-açúcar e, principalmente, de café. Voltam-se para esse grupo os olhares da elite, interessada em fixar os lavradores e suas famílias às terras supostamente disponíveis, incrementar sua condição técnica e ampliar as culturas, a partir da transfiguração dos territórios indígenas, combatendo os nativos ali residentes, que até então não haviam sido catequizados ou reduzidos. No horizonte, estava o oeste da província – o chamado “sertão desconhecido”. Ao descrevê-lo como um vazio sobre o qual nada se saberia, os legisladores reposicionavam o sertão e projetavam sua nova conquista, não mais pelos sertanistas, e sim pelo instrumental e

⁴³ ABUD, Katia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições*. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante. 1985. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985, p. 92.

⁴⁴ “Sagazes, [os sertanistas] haviam desenvolvido uma fórmula eficiente para o encaminhamento de suas pretensões, exagerando a relevância dos feitos e invocando, ao mesmo tempo, os sacrifícios e as tribulações sofridas para alcançá-los.” ROMEIRO, op. cit., p. 242.

⁴⁵ Adriana Romeiro afirma esse processo de coletivização das conquistas, ao remeter-se aos relatos produzidos sobre as descobertas auríferas, a fim de justificar o direito de conquista dos paulistas, na primeira metade do século XVIII: “Da dimensão individual, o feito dos descobrimentos assumiu uma dimensão coletiva, transformando-se na empresa heróica dos homens de São Paulo”. Ibid., p. 257.

pela técnica da engenharia, da topografia e das ciências políticas quantitativas, a saber, a aritmética e a estatística. Aos nativos, restavam a integração ou a eliminação, possibilidades debatidas no escopo da administração imperial e nos círculos intelectuais, do que destacaremos os debates encampados no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a partir de 1838.

Em meio às constantes transformações nos planos simbólico e territorial, o recorte temporal assinalado entre a produção e circulação do *Mapa das Cortes* e do *Mappa da Provincia* circunscreve um período específico de mudança, no qual esses paulistas se beneficiaram intencionalmente do prestígio que haviam atingido por suas ações no território colonial e suas habilidades no combate aos grupos indígenas “ferozes”, que não se submetiam à catequização, aos acordos e ao regime de trabalho imposto pelas forças colonizadoras. Ao reconhecerem-se como valiosos para a Coroa e a empresa colonial como um todo, os sertanistas puderam obter vantagens políticas e econômicas, consolidadas em meio à reformulação das suas relações com a terra e os nativos – dos quais os paulistas afastaram-se materialmente em movimentos de criação de imagens de nobreza e racionalidade para si mesmos. Os indígenas passam de aliados a submetidos, enquanto o sertão deixa de ser território familiar dos paulistas do presente para configurar-se como cenário das conquistas dos ancestrais.

Assim compõem-se o arco posto pelas três narrativas – dos “sertanistas”, dos “paulistas” e dos “agricultores” –, que podem ser circunscritas a contextos particulares e analisadas a partir da mobilização de conjuntos documentais específicos, mas cujo acúmulo, sobreposição e articulação constroem um sentido mais amplo, marcadamente no que concerne à relação entre as elites paulistas, os grupos indígenas e seus territórios.

...

As fontes compulsadas em nossa pesquisa distinguem-se em centrais e complementares.⁴⁶ No que tange às primeiras – os dois mapas supramencionados e as

⁴⁶ Além das fontes centrais, os demais conjuntos mobilizados são: atas da Câmara de São Paulo, documentos reunidos sobre a negociação e implementação do Tratado de Madrid, documentação referente à presença de sertanistas e jesuítas na região do Guairá, papéis do chamado Códice Matoso, ofícios, leis e anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, escritos de José Arouche de Toledo Rendon e contemporâneos, relatos de viajantes estrangeiros e artigos publicados na primeira década de circulação da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, além de outros mapas, especialmente

genealogias de Pedro Taques –, o modo de olhar para os documentos distingue-se das apropriações feitas em campos específicos, tais como a história da cartografia e a história da literatura.⁴⁷ Ainda que estudos realizados dentro desses enquadramentos sejam-nos interlocutores basilares ao debruçarmo-nos sobre tais artefatos, não é nesses escopos que propomos as hipóteses ora apresentadas. Em nossa investigação, as documentações centrais, serão examinadas a partir do problema que se coloca – qual seja, a transformação das relações entre as elites paulistas e os grupos indígenas e seus territórios –, do ponto de vista das construções que operam na esfera do imaginário e da histórica cultural e da maneira como informam e emergem de noções e decisões nos domínios político, econômico e administrativo, entre outros:

As imagens que interessam ao historiador são imagens colectivas, amassadas pelas vicissitudes da história, e formam-se, modificam-se, transformam-se. Exprimem-se em palavras e em temas. São-nos legadas pelas tradições, passam de uma civilização a outra, circulam no mundo diacrónico das classes e das sociedades humanas. E pertencem também à história social sem que, no entanto, nela fiquem encerradas. [...] *O imaginário alimenta o homem e fá-lo agir*. É um fenómeno colectivo, social e histórico.⁴⁸

Segundo Jacques Le Goff, conforme o trecho citado, existe uma relação própria entre a produção do imaginário e as condições materiais. Referindo-se sucintamente à articulação entre esse campo de pesquisa e outros, o historiador diz ainda que “a história dita ‘nova’, desanimada com a ‘velha’ história política, tem andado demasiada afastada desse domínio”, no entanto, em seu ponto de vista, “é possível e desejável a sua renovação – se ela integrar às dimensões do simbólico e do imaginário”,⁴⁹

do século XVIII. Esses documentos e seus usos na presente tese são devidamente apresentados e detalhados à medida que se integram ao texto, nos capítulos que seguem. Fora outras observações, que fazemos adiante, a maneira como serão trabalhados segue os princípios discutidos neste item.

⁴⁷ É Affonso Taunay quem nos lembra da feição literária da obra de Pedro Taques, assim apreendida por um número de críticos. Ver TAUNAY, Affonso d’Escragnolle. In: LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*. 5 ed. Belo Horizonte; São Paulo: Ed. Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, t. I, p. 50.

⁴⁸ LE GOFF, Jacques. Prefácio da 1ª Edição. In: _____. *O imaginário medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 16, grifos nossos.

⁴⁹ Ibid., p. 29.

orientação metodológica cara à presente pesquisa.⁵⁰ O capítulo específico sobre o tema na coletânea *A história nova*,⁵¹ escrito por Évelyne Patlagean, permite uma reflexão indispensável, no que toca às especificidades da pesquisa fora do território europeu. Diz a autora que o desenvolvimento da história do imaginário deu-se tratando principalmente de religião, iconografia e literatura, com enfoque particular no período medieval – e, portanto, no espaço compreendido pelas fronteiras da Europa. Para a América portuguesa e o Império brasileiro, no entanto, faz-se necessário um balanço sobre os lugares da produção e reprodução das imagens e discursos do imaginário.

Patlagean lista outras fontes e documentos que podem ser entendidos como testemunhas do imaginário de sociedades passadas – para além daqueles costumeiramente vinculados às imagens, em seu sentido mais restrito –, sugerindo ser imperativa a reflexão acerca da adequação das fontes ao objeto, de forma geral e também sob essa ótica específica⁵² – ponderação que transpomos para sociedades exógenas ao território europeu. O mesmo vale para a periodização e a eventual necessidade de “propor cesuras sob medida para a enquete e seus resultados”,⁵³ remontando às considerações escritas previamente acerca da necessidade de estabelecer um período longo de observação e análise. Le Goff alvitra igualmente uma expansão das fontes e objetos sobre as quais deveria dedicar-se um estudo das imagens, ainda que considere as artes e a literatura como espaços privilegiados para tais manifestações:

Os documentos sobre que o historiador trabalha podem todos, sem dúvida, encerrar uma parte do imaginário. Até o mais prosaico dos documentos pode ser comentado, quer na forma quer no conteúdo, em termos de imaginário. O pergaminho, a tinta, a escrita, os selos, etc. exprimem mais que uma

⁵⁰ É indispensável ter em mente que esse prefácio data da publicação da primeira edição da obra, em 1985, de modo que tanto a “história nova” como a “história política” já passaram por novos debates e seu distanciamento não pode ser encarado como total ou tão acentuado como apontava Le Goff naquele momento.

⁵¹ PATLAGEAN, Évelyne. A história do imaginário. In: LE GOFF, Jacques (org.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 291-317.

⁵² Ibid., p. 293.

⁵³ Ibid., p. 294.

representação: exprimem também uma imaginação da cultura, da administração, do poder.⁵⁴

Os registros produzidos no escopo das práticas administrativa, acadêmica ou doméstica são, do mesmo modo, testemunhos das transformações e consolidações de imagens construídas, tal como propõem os historiadores da chamada “nova história cultural”, de acordo com as ponderações de Peter Burke. Ainda que sejam muitos os trabalhos que podem ser enquadrados nesse grupo, é legítimo dizer que, de forma geral, sobressai-se o entendimento de “cultura” como qualquer produção humana, individual e coletiva, e não apenas os produtos tradicionalmente relacionados à erudição e às artes. O cotidiano e a chamada “cultura popular” não fazem parte de nossos interesses imediatos, no entanto consideramos cartografia e genealogia também como alguns dos artefatos que não seriam anteriormente visados para o estudo do imaginário. Nessas produções, aquilo que é imaginado tem tanto poder quanto o que existe de fato, na construção da sociedade e suas práticas.⁵⁵

As reflexões que reunimos a seguir são baseadas principalmente no exame dos mapas e da cartografia no que se refere às transformações culturais, sociais e do território. No entanto, em nossa tese, são também a fundamentação da análise que fazemos dos escritos genealógicos mobilizados – ou ainda de qualquer fonte, no que diz respeito à relação entre o que se encontra registrado e a realidade. Destacadamente sobre os mapas, remetemo-nos a um aspecto que Le Goff afirma ter fundamentação na própria gênese da dita Escola dos *Annales*, a saber, “a busca simultânea do espaço e do tempo”. De acordo com balanço apresentado pelo autor em 1978:

Daí a importância da cartografia para a história nova, grande produtora e consumidora de mapas, não de simples mapas de referência ou de ilustração, e sim de mapas de pesquisa e explicação, justificados pelo desejo de longa duração inscrita no espaço, de quantificação (encarnada nas localizações) e de hipóteses explicativas sugeridas pelas correlações entre fenômenos em áreas que se confundem ou que discordam entre si.⁵⁶

⁵⁴ LE GOFF, op. cit., p. 13.

⁵⁵ Ver BURKE, Peter. Um novo paradigma?. In: _____, op. cit., p. 68-98.

⁵⁶ LE GOFF, Jacques. A história nova. In: NOVAIS; SILVA, op. cit., p. 130-131.

A cartografia deixa de ser tida, pois, como fonte de informações sobre o território que representa e passa a ter sua própria condição gráfica e geográfica problematizada. Chamamos atenção ainda, no mesmo trecho, para o uso das palavras “inscrita”, “encarnada” e “correlações”, que nos direcionam aos ensaios de formulação teórica e conceitual da própria articulação entre tempo e espaço e da relação entre os aspectos culturais e os territoriais – ou ainda, da análise simultânea de ambos. Sem filiar-se a ideias como do espaço enquanto produto ou consequência de determinadas características da vida social, política e econômica, essas tentativas inserem o território no rol de elementos a um só tempo transformados e transformadores do modo de vida.

Em consonância com as próprias revisões derivadas da formulação da história nova e da nova história cultural, tratamos nossas fontes cartográficas como “abordagem dos mapas como artefatos”,⁵⁷ expressão cara também às análises de Ulpiano Bezerra de Meneses, com sentido bastante similar, senão idêntico.⁵⁸ A geógrafa Gisele Girardi, amparada pela linguística e pela semiologia, aponta como as pesquisas históricas e geográficas passaram a operar, em décadas recentes, a partir da apreensão de que “Mapas são produções culturais de discursos sobre o território”,⁵⁹ e não representações do existente. A aparência de neutralidade do produto cartográfico, antes avaliado em termos de precisão e técnica, passaria a ser confrontada com as intenções e escolhas inerentes a seu processo de produção e divulgação, o que escancara a produção e reprodução de realidades inquestionáveis por meio dos mapas.⁶⁰ É nessa chave, do poder criador, simbólico e discursivo, derivado de ações orientadas ou que reproduzem orientações pré-existentes, que tomamos os dois mapas centrais em nossa tese e sua relação com o imaginário – sem esquecer-nos de seus próprios processos de feitura e divulgação. Os rios e as fronteiras desenhadas nesses documentos não são, portanto, mais presentes e relevantes do que as imagens de

⁵⁷ GOMES, Maria do Carmo Andrade. Velhos mapas, novas leituras: revisitando a história da cartografia. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 16, p. 67-79, 2004, p. 69.

⁵⁸ Diz o historiador que “Os artefatos [...] não são apenas produtos, mas vetores de relações sociais”. MENESES, Ulpiano Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 2, p. 9-42, jan./dez., 1994, p. 12.

⁵⁹ GIRARDI, Gisele. Leitura de mitos em mapas: um caminho para repensar as relações entre geografia e cartografia. *Geografares*, Vitória, v. 1, n. 1, p. 41-50, jun., 2000, p. 43.

⁶⁰ “O princípio do mito é a transformação da história em natureza. Todo sistema semiológico é um sistema de valores; porém o consumidor do mito considera a significação como um sistema de fatos [...]” *Ibid.*, p. 48

domínio do sertão ou de tecnicidade que propagam. No caso das genealogias, mais do que registros do passado, são projeções dos interesses daquele tempo.

A diferenciação entre estratégias e intenções presentes nas variadas representações de um mesmo território – mesmo com limites espaciais distintos – permite-nos afirmar que os mapas da América portuguesa e depois do Brasil – assim como qualquer sequência cartográfica de um mesmo recorte – não “evoluem” em função de supostos aumentos de precisão, de incrementos técnicos e da maior quantidade de informações sobre a área. Tomamos como pressuposto que um mapa não apaga ou substitui aqueles produzidos anteriormente, tampouco ocorre uma adição gradual e constante de informações à medida que novos mapas são inseridos no conjunto imagético disponível num certo momento. Em cada mapa, o cartógrafo ou organizador reúne dados e escolhe elementos gráficos de acordo com suas contingências e possibilidades e também seguindo os interesses dos proponentes dessa cartografia ou as expectativas de sua leitura por um dado público.

John Brian Harley⁶¹ propõe o reexame dos mapas a partir de uma aproximação teórica com as análises linguísticas e literárias. O pesquisador britânico estabelece uma relação fundamental entre mapas, exercício de poder e formação de impérios coloniais, construindo um entendimento proveitoso para os temas ora abordados.⁶² “As much as guns and warships, maps have been the weapons of imperialism. Insofar as maps were used in colonial promotion, and lands claimed in paper before they were effectively occupied, maps anticipated empire.”⁶³ As considerações do autor, originalmente dirigidas aos processos colonizadores, podem ser reproduzidas na investigação de

⁶¹ Geógrafo, cartógrafo e historiador da cartografia, John Brian Harley teve papel crucial na formulação e institucionalização de novas maneiras de apreensão e interpretação das fontes cartográficas, juntamente com David Woodward, Matthew Edney, Dennis Wood e outros pesquisadores. Entre suas formulações, destacamos a revisão do campo da história da cartografia e do próprio conceito de mapa, que seria um instrumento de poder cuja análise requer a “desconstrução” – para usar os termos de Harley – desse artefato. Uma cristalização dessas discussões pode ser encontrada no prefácio ao primeiro volume publicado do projeto *The History of Cartography*, fundado originalmente por Harley e Woodward, na década de 1980, e sediado na Universidade de Wisconsin, nos Estados Unidos. Até o momento, foram lançadas as três primeiras publicações, de um total previsto de seis. HARLEY, John Brian; WOODWARD, David. Preface. In: ____ (ed.). *The History of Cartography*, v. 1: Cartography in Prehistoric, Ancient, and Medieval Europe and the Mediterranean. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1987, p. xv-xxi.

⁶² HARLEY, John Brian. Maps, Knowledge and Power. In: COSGROVE, Denis (org.); DANIELS, Stephen (org.). *The Iconography of Landscape*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p. 277-312.

⁶³ Ibid., p. 282.

outros recortes dentro desse universo, como é o caso da capitania e província de São Paulo, em constante reformulação desde sua fundação primeira, como capitania de São Vicente.

Na conceituação proposta por Harley, mapas são parte de um vasto conjunto de imagens carregadas de valor, o que Ulpiano Bezerra de Meneses denomina como “iconosfera” ou “o conjunto de imagens que, num dado contexto, está socialmente acessível”.⁶⁴ Esse entendimento se afasta das noções de cartografia como mera representação do existente ou reflexão direta do mundo material, privilegiando a ideia de que esses seriam produtos de uma refração – “refracted images”,⁶⁵ no original –, participante das interlocuções existentes no mundo social. O geógrafo refuta a leitura mais canônica da cartografia, recusando análises binárias de mapas, baseadas em oposições, tais como verdadeiro ou falso, preciso ou impreciso, objetivo ou subjetivo, literal ou simbólico, cientificamente íntegro ou ideologicamente distorcido. Dessa maneira, em vez de avaliar se um documento é correto ou não, mostra-se mais relevante para os estudos históricos estabelecer de que modo uma dada cartografia mobiliza, cria ou reproduz imagens, discursos, conteúdos e projetos específicos, operando assim transformações no espaço, nas ideias e nas sociedades.⁶⁶

Seguindo essas concepções, análises originadas no estudo de discursos literários podem ser aplicadas aos mapas, distinguindo elementos de valor daqueles que essencialmente indicam informações – ainda que a própria escolha de quais informações serão apresentadas ou de qual será o tema de uma cartografia seja, em si, um indicativo do discurso veiculado. Harley dá ênfase no aspecto simbólico da iconografia contida nos mapas – entendida aqui como o conjunto de símbolos, legendas e demais grafismos constantes –, considerando que frequentemente é nesse nível que opera o poder político.⁶⁷ Justifica-se, pois, uma análise apurada não apenas das informações comunicadas por uma dada cartografia como também das formas gráficas que as transmitem.

⁶⁴ MENESES, Ulpiano Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003, p. 5.

⁶⁵ HARLEY, 1988, op. cit., p. 278.

⁶⁶ “Maps are never value-free images; except in the narrowest Euclidean sense they are not in themselves either true or false. Both in the selectivity of their content and in their signs and styles of representation maps are a way of conceiving, articulating, and structuring the human world [...]” Id.

⁶⁷ Ibid., p. 278-279.

Ainda no eixo das análises linguísticas da cartografia, é forçoso dizer que tomamos o conteúdo dos mapas e das genealogias como “textos”, especificamente no sentido de discursos embutidos num dado dispositivo, estabelecendo relações entre seus aspectos materiais e imateriais. Essa concepção deriva e permite-nos dialogar com Roger Chartier, principalmente no que pondera acerca das práticas de leitura e da autoria como categoria de definição dos sentidos de um texto.⁶⁸ No caso do trabalho histórico com imagens – no sentido tradicional, como produtos visuais –, Ulpiano Bezerra de Meneses afirma:

As imagens não têm sentido em si, imanentes. Elas contam apenas — já que não passam de artefatos, coisas materiais ou empíricas — com atributos físico-químicos intrínsecos. É a interação social que produz sentidos, mobilizando diferencialmente (no tempo, no espaço, nos lugares e circunstâncias sociais, nos agentes que intervêm) determinados atributos para dar existência social (sensorial) a sentidos e valores e fazê-los atuar. Daí não se poder limitar a tarefa à procura do sentido essencial de uma imagem ou de seus sentidos originais, subordinados às motivações subjetivas do autor, e assim por diante. É necessário tomar a imagem como um enunciado, que só se apreende na fala, em situação. Daí também a importância de retrair a biografia, a carreira, a trajetória das imagens.⁶⁹

Podemos sopesar essas considerações, tendo em vista as colocações de Chartier sobre os livros: “Manuscritos ou impressos, os livros são objetos cujas formas comandam, se não a imposição de um sentido ao texto que carregam, ao menos os usos de que podem ser investidos e as apropriações às quais são suscetíveis”.⁷⁰ Para o

⁶⁸ Trataremos mais dessa perspectiva no Capítulo 4, “Agricultores”. Ver CHARTIER, Roger. Textos, impressos, leituras. In: _____. *A história cultural: Entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editorial, 2002, p. 121-139.

⁶⁹ MENESES, op. cit., p. 28.

⁷⁰ CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994 [1992], p. 8. Trata-se de obra formada por um conjunto de ensaios, nos quais são debatidos os temas da leitura como prática, da autoria e da constituição de uma biblioteca universal. A questão principal que permeia todos os capítulos, nas palavras de Chartier, é “Como, entre o fim da Idade Média e o século XVIII, os homens tentaram ordenar o multiplicado número de textos que o livro manuscrito – e depois o impresso – colocou em circulação?”. Seu objeto central é o conjunto de processos e debates que giravam em torno do “ordenamento do mundo escrito”. Dentre os interesses que nos são caros e com os quais pretendemos criar interlocuções, estão “A invenção do autor como princípio fundamental de determinação dos textos” e “a emergência de uma nova definição do livro, associando indissoluvelmente um objeto, um texto e um autor”, noções que permitem aprofundar o exame do *Mapa das Cortes*, do *Mappa da Provincia* e das

historiador, a investigação acerca dos sentidos de um texto pressupõe a constante tensão entre os significados propostos por autores e editores e as leituras realizadas.⁷¹ Articulando as duas ideias, entendemos nossas fontes como parte do conjunto de imagens materiais disponibilizadas em um dado momento, cujo sentido é construído a partir de suas leituras, mas que encerra em si intenções particulares, veiculadas e propagadas por suas formas, tanto em seus aspectos físicos quanto nos grafismos e legendas que contém. Assim, a apropriação ora realizada dos debates apresentados é operada pela construção de paralelos entre e suportes do imaginário – mapas e genealogias – e escritos em geral, entendendo ambos como disposições materiais de textos e ordenadores de leituras.

Ainda que estejamos cientes das especificidades de cada um desses meios, trabalhamos principalmente com o que permite aproximá-los, de maneira a compatibilizar as interpretações que fazemos das cartografias àquelas empreendidas sobre as genealogias e demais documentos escritos.⁷² Além disso, do mesmo modo que tomamos os mapas como manifestações físicas de textos – com as consequências metodológicas que essa escolha implica –, as genealogias figuram, em nossa tese, como imagens, narrativas, representações, ou seja, constructos do imaginário. Em linhas gerais, as fontes centrais são examinadas mormente pelos discursos que criaram,

genealogias de Pedro Taques como produtos ordenados por agentes com interesses, projetos e possibilidades específicos. Ibid., p. 7.

⁷¹ “Por um lado, a leitura é prática criadora, actividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores de textos ou dos fazedores de livros: ela é uma ‘caça furtiva’, no dizer de Michel de Certeau. Por outro lado, o leitor é, sempre, pensado pelo autor, pelo comentador e pelo editor como devendo ficar sujeito a um sentido único, a uma compreensão correcta, a uma leitura autorizada. Abordar a leitura é, portanto, considerar, conjuntamente, a irredutível liberdade dos leitores e os condicionamentos que pretendem refreá-la.” CHARTIER, 2002, op. cit., p. 123.

⁷² Vale ressaltar ainda a discussão proposta por Chartier acerca do papel da autoria na criação do sentido de um texto. O historiador estabelece também críticas às análises “no mundo da língua inglesa”, em que “a produção do sentido é atribuída a um funcionamento automático e impessoal de um sistema de signos – aquele que constitui a linguagem do texto ou aquele que organiza a forma do objeto impresso”. Por outro lado, a “história francesa do livro” buscaria majoritariamente os elementos culturais e sociais, mirando sua atenção para a circulação, esfera em que os leitores são de especial interesse. As duas vertentes construiriam, pois, estudos nos quais o autor teria relevância diminuta frente aos demais agentes desses processos, ou seja, editores, livreiros, impressores, além mesmo dos leitores. Essas seriam as linhas de pesquisa que mais lançariam mão da quantificação e da presença material dos livros como balizas de estudo, nas quais o estudo dos autores estaria circunscrito às análises biográficas e dos ditos movimentos literários. No capítulo em questão, intitulado “Figuras do autor”, Chartier envolve-se com a ideia proposta por Michel Foucault sobre a existência de uma “função-autor”, que teria emergido essencialmente em virtude da demanda por uma propriedade intelectual, que permitisse penalizar, censurar ou recompensar um responsável conhecido e definido. CHARTIER, op. cit., 1994, p. 33-65.

veicularam ou reforçaram, ou seja, pelos seus textos, bem como pelos sentidos criados na conjugação entre esses conteúdos, as escolhas de seus autores e proponentes, os circuitos pelos quais circularam e as leituras que possibilitaram. Nesse sentido, os mapas e as genealogias são mobilizados tanto em suas intenções e contextos originais quanto nas apropriações posteriores que permitiram, tendo em mente novas questões, tal como a que propomos nesta tese.

Também no escopo da metodologia, é importante destacar que as transcrições documentais foram realizadas em texto corrido, sem nenhuma alteração de grafia, anotando apenas os enganos encontrados, mas mantendo as abreviaturas (por suspensão, contração ou por letras sobrepostas), de modo a resultar na menor intervenção possível nos originais. As etnias indígenas foram atualizadas e padronizadas, quando possível, assim como os nomes próprios, especialmente aqueles contidos nas genealogias, favorecendo a compatibilização dessas informações com referências atuais. Outras indicações pertinentes constam ao longo dos capítulos.

...

A estrutura da tese desenvolve-se na circunscrição das três imagens previamente apresentadas, criadas e mobilizadas pelas elites de São Paulo nas disputas de narrativas sobre essa população, que tomaram lugar aproximadamente entre 1749 e 1841. No Capítulo 2, “Sertanistas”, abordamos o domínio que possuíam esses homens sobre os territórios mais remotos da Colônia, construído sobretudo por meio de suas diversas articulações com nações indígenas, principalmente com caráter de aliança. O conhecimento dos sertanistas acerca dessas terras foi um dos elementos convocados por Alexandre de Gusmão para compor o *Mapa das Cortes*, do qual foi organizador. Tanto as conquistas efetivas de novos territórios – arrancados aos nativos, que os “infestavam”, nos termos daqueles tempos – quanto os saberes adquiridos pelos contatos com indígenas e pelas próprias incursões pelos sertões colocaram esse grupo em posição de negociação dentro da lógica de retribuições e recompensas praticada pela monarquia portuguesa.

As batalhas contra os nativos que não aceitavam as investidas colonizadoras e a descoberta de metais e pedras preciosas foram as maiores motivações para pedidos e oferecimentos de mercês e privilégios, em fins do século XVII e início do seguinte. Perto

de meados do setecentos, Pedro Taques de Almeida Paes Leme destacou-se como redator de dezenas de nobiliarquias, cujo fim essencial era a composição de processos de solicitação de reconhecimento da nobreza e dos feitos das famílias que configuravam as elites da capitania. No Capítulo 3, “Paulistas”, investigamos a criação, nesses papéis, da imagem de tais homens como um coletivo heroico nas ações realizadas na Colônia, leal à Coroa portuguesa, generoso no emprego de seus próprios recursos, que não usava de violência sem escrúpulos e eminentemente nobre. Os antecessores de Taques e de seus contemporâneos seriam os verdadeiros responsáveis pela conquista de nações “bárbaras” e territórios “incultos”, ou ainda, pela transformação dos sertões em povoações.

Esse processo, nas palavras do próprio genealogista, não estaria completo nos idos da segunda metade do século XVIII. Ainda existiriam sertões a serem conquistados, mesmo que em outros termos e para outros fins. Entre continuidades e transformações, ganha força a representação dos moradores de recém-criada província de São Paulo como lavradores. No Capítulo 5, “Agricultores”, discutimos essa construção, na qual os indígenas constam como problemas a serem resolvidos, seja por sua presença nas terras pretendidas para a lavoura cafeeira em ascensão, seja por suas práticas, prejudiciais ao desenvolvimento de uma ética de trabalho e da vida civil, nos moldes esboçados desde a restauração da capitania e o início do governo do futuro morgado de Mateus, sob as rédeas de Sebastião José de Carvalho e Melo, que se tornaria marquês de Pombal.

Nos “Apontamentos finais”, Capítulo 5, além da síntese da hipótese apresentada e seus desenvolvimentos, indicamos suas articulações com construções do imaginário e da história cultural posteriores, acentuando a especificidade que entendemos principal no período estudado, a saber, a consolidação de um distanciamento entre as sobreditas elites e os nativos, bem como entre os descendentes de sertanistas e o próprio sertão.

2. Sertanistas

A nomenclatura “sertão” é objeto de investigações diversas, seja pela origem incerta, seja pelos usos variados. O termo “sertanista”, por outro lado, é indubitavelmente alusivo às penetrações e atividades que eram realizadas em qualquer sertão da América portuguesa – trata-se da primeira imagem a partir da qual os moradores de São Paulo seriam conhecidos e reconhecidos pelos demais colonos e pelos representantes da Coroa em terras coloniais. A referência carregava em si, com maior ou menor sutileza, o indício da proximidade entre os povoadores de serra acima da antiga capitania de São Vicente e os habitantes originários dessas regiões – os indígenas, com os quais aqueles estabeleceram relações de parentesco e alianças. Dos nativos, partiram as primeiras indicações da existência de metais e pedras que poderiam ser exploradas, e era atrás deles que corriam os sertanistas, ávidos para aprisioná-los e conduzi-los ao seu serviço.

Os costumes, os caminhos e a territorialidade das nações indígenas foram paulatinamente encampados pelos sertanistas, permitindo-lhes devassar regiões remotas, distantes da costa. As habilidades peculiares desses homens e o uso que faziam delas renderam-lhes, em muitas ocasiões, repreendas e abominações, por sua violência, autonomia e semelhança com o “gentio”. Debatia-se sobre a extensão de sua lealdade aos soberanos portugueses – ou sua completa insubordinação –, no entanto

suas ações possibilitavam, sem dúvida, a constituição de territórios coloniais, em meio às vastas terras dominadas por “bárbaros”. No capítulo que segue, ater-nos-emos aos debates acerca dos sertões, dos sertanistas e de sua participação na configuração territorial da América portuguesa, com destaque para sua participação direta e indireta na reunião de informações e mapas que compuseram a representação da Colônia como porção una, uniforme e suficientemente conhecida do Império português, tal como figura no *Mapa das Cortes*, parte do Tratado de Madrid, assinado em 1750. Ainda que o acordo tenha sido revogado antes mesmo de finalizada sua aplicação, os princípios que o nortearam – cristalizados na dita cartografia – mantiveram-se como referenciais das disputas entre as Coroas ibéricas em solo americano e redesenharam as relações entre os moradores de São Paulo, os indígenas e a administração colonial.

OS DIVERSOS E DISPERSOS SERTÕES

O termo “sertão”, exclusivo da língua portuguesa, aporta em terras americanas de braços dados com a empreitada colonizadora. Na pequena extensão do Reino, era sertão tudo aquilo que não era litoral, e esse conceito foi reproduzido na imensidão do chamado Novo Mundo, dando origem a vastas porções de território assim denominadas por estarem apartadas da costa. Esse significado e sua correlação a uma região geográfica específica não foram estáticos, tampouco se articularam exclusivamente a paisagens naturais únicas. Mais do que isso, o sertão era uma construção que, embora atrelada às configurações materiais, definia-se no plano das ideias, delimitando conflitos e alinhando características geográficas e humanas. Desde o início do período colonial, essa categorização variou de sentido e, principalmente, de localização, mantendo-se constante enquanto expressão de alteridade, distanciamento e promessa. Os três predicados aparecem mesclados nos usos encontrados da expressão “sertão”, e é possível dizer que, no período ora em análise, essas ocorrências são concomitantes, ou seja, não há superação de uma ou outra definição.

Tanto em mapas como em documentos textuais, o termo ou expressões de uso similar⁷³ articulam-se a diferentes elementos presentes nas paisagens da América

⁷³ A título de exemplo, elencamos aqui os termos “campos” e “matas”, por vezes usados de maneira semelhante a “sertão”. Ainda que não tenham a mesma origem, as expressões aparecem como

portuguesa, criando significados distintos: “Certão do Rio Preto”,⁷⁴ que denotava uma qualificação espacial, definida às vezes por nomenclatura preexistente em línguas nativas ou, como no caso, por alguma formação geográfica; “Certão em que vaga o barbaro Gentio Botocudo”,⁷⁵ que relacionava diretamente a área a um grupo indígena; e “Índios selvagens no Campo das Palmas, e na Estrada da Matta”,⁷⁶ indicando de forma genérica a presença de nativos. Uma das imagens presentes nessas expressões, durante quase um século, era a da dificuldade de atingir tais terras: “[...] entre fins do século XVI e fins do XVII, o sentido básico da idéia de sertão permaneceu sem grandes alterações: o espaço onde a colonização era mais uma promessa que um fato”.⁷⁷ O sertão delineado no horizonte poderia ser “o lugar da abundância e promessas de riqueza” ou “o espaço ocupado pelos gentios”, ferozes e belicosos.⁷⁸

Os territórios nomeados pelos colonos como sertões seriam aqueles a serem atingidos no bojo da empresa colonizadora. O processo de categorização dos elementos naturais e humanos presentes na América seria uma apropriação simbólica que justificava e incentivava a apropriação material e a consequente transformação das áreas a serem colonizadas, de acordo com os interesses da Coroa portuguesa. Esse processo ter-se-ia dado de forma semelhante com as categorias “deserto”, na

referências a regiões afastadas ou de difícil acesso, sobre as quais se transmitem notícias limitadas ou pontuais.

⁷⁴ *Mapa do Sertão do Rio Preto para baixo pertence à capital do Rio de Janeiro, com os seus rios principais e descrição dos Caminhos de Paraíba abaixo notados com pingos*. In: IÓRIO, Leoni. Valença ontem e hoje (Subsídios para a História do Município de Marquês de Valença): 1789-1952. Jornal de Valença, Valença, 1958, p. 14.

⁷⁵ *Mappa da Capitania de Minas Gerais*. [S.l.: s.n.], 1810. 1 mapa ms.: desenho a nanquim, col.; 95 x 82 cm. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

⁷⁶ PEIXOTO, Bernardo José Pinto Gavião. *Discurso que o presidente da provincia de São Paulo dirigio á Assembléa Legislativa Provincial na abertura da sua sessão ordinaria em 7 de janeiro de 1838*. São Paulo: Typographia do Governo, 1838, p. 5. A exploração dos Campos de Guarapuava e Palmas, ao sul de São Paulo, era uma das atividades em debate na Assembleia Legislativa no mesmo período de execução do mapa provincial e da estatística, de que trataremos no Capítulo 4. Em documentos relativos, datados das primeiras décadas do século XIX, fala-se de uma estrada que permitiria que “os viandantes d’esta ficarão Seguros dos ataques dos barbaros, que tanto os tem vexado”. ALPSP, Considerações sobre os trabalhos realizados pela Assembleia durante o ano, Acervo Histórico, caixa 477, p. 11, código 39, documento 15628, folhas 6-7.

⁷⁷ SILVA, Kalina Vanderlei. O sertão na obra de dois cronistas coloniais: a construção de uma imagem barroca (séculos XVI-XVII). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. XXXII, n. 2, p. 43-63, dezembro, 2006, p. 57.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 52, 57-58.

Argentina, e “fronteira”, nos Estados Unidos.⁷⁹ A dinâmica de denominação como forma de apropriação seria parte indissociável do processo colonizador, definindo as áreas e populações consonantes e dissonantes em relação a tal projeto: “[...] a civilização renascentista encontra-se estritamente associada ao surgimento da categoria selvagem – absorvida no interior e conceituada enquanto base desse sistema que tem em seu centro o Homem”.⁸⁰ A caracterização dos americanos como selvagens, no contexto do desenvolvimento de uma ciência de cunho antropológico após o século XVI, é processo paralelo e análogo à denominação de vastas áreas americanas como “selvas” ou “sertões”, em meio às redefinições geográficas do mundo conhecido, “cabendo à ação humana dilatar-lhe os ‘confins’ – ‘fronteiras’ ou ‘extremidades de uma terra contígua com outra’”.⁸¹

As variadas acepções de “sertão” podiam, inclusive, cruzar-se em textos e narrativas. Na genealogia da família Pires, Pedro Taques de Almeida Paes Leme utiliza essa expressão, em duas ocasiões, com sentido de distância física, mais especificamente denotando a extensão territorial que demarca os fundos de uma porção de terra: “onde já tinha uma feitoria *com uma legua de sertão*” e “que lhe foi concedida de sesmaria em 1610 *com o seu sertão para a serra de Juquery*”.⁸² Esse uso provavelmente era comum na própria documentação da administração colonial que tratava das doações de terras, pois aparece nos escritos do genealogista somente nesses episódios, cujas informações originaram-se de livros de registros de sesmarias da fazenda real de São Paulo, segundo o próprio autor. A primeira citação corresponde às posses de Francisco Dias

⁷⁹ “Esta produção social do espaço material, esta valorização objetiva da superfície da Terra, esta agregação de trabalho ao solo, passa inapelavelmente pelas representações que os homens estabelecem acerca do seu espaço. Não há humanização do planeta sem uma apropriação intelectual dos lugares, sem uma elaboração mental dos dados da paisagem, enfim, sem uma valorização subjetiva do espaço. As formas espaciais são produto de intervenções teleológicas, materializações de projetos elaborados por sujeitos históricos e sociais. Por trás dos padrões espaciais, das formas criadas, dos usos do solo, das repartições e distribuições, dos arranjos locais, estão concepções, valores, interesses, mentalidades, visões de mundo. Enfim, todo o complexo universo da cultura, da política e das ideologias.” Ver MORAES, Antonio Carlos Robert. O sertão: um outro geográfico. *Terra Brasilis* (on-line), n. 4-5, 2003. Disponível em: <<http://terra-brasilis.revues.org/341>>. Acesso em: 24 Jan. 2015.

⁸⁰ AGNOLIN, Adone. *Jesuítas e selvagens: a negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupi* (Séculos XVI-XVII). São Paulo: Humanitas Editorial, 2007, p. 483.

⁸¹ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, nova série, v. 17, n. 2, p. 251-294, jul./dez., 2009, p. 252.

⁸² LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, t. II. 5 ed. Belo Horizonte; São Paulo: Ed. Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 85, 89, grifos nossos.

Velho na chamada “ilha de Santa Catharina”, onde o mesmo dedicou-se não apenas à defesa do território frente aos avanços de colonos da Espanha como também “Conquistou os *índios que inficionavam o sertão*”.⁸³ Temos, portanto, dois significados presentes no mesmo texto, quais sejam, de lonjura e de território habitado pelo outro – no caso, grupos indígenas.

O distanciamento podia remeter-se à ideia de “interior”, contida nos usos originários da palavra “sertão” no espaço colonial,⁸⁴ ou à oposição entre civilizados e selvagens, aqueles encrustados no litoral e esses fugindo para a hinterlândia.⁸⁵ O acréscimo e sobreposição de sentidos pode ser apreendido pela variação mesma das definições da palavra, entre o começo e o final do século XVIII. Em dicionário das primeiras décadas do setecentos, o significado encontrado pautava-se exclusivamente pela relação entre essas áreas e as zonas litorâneas, no que diz respeito à configuração natural: “região apartada do mar e por todas as partes metidas entre terras”.⁸⁶ Contudo, em fins do setecentos, soma-se a essa conceituação um elemento humano, indicando o agrupamento de qualidades atribuídas aos sertões: “lugar inculto, distante das povoações ou de terrenos cultivados; terra ou povoado afastado do litoral”.⁸⁷

A agricultura organizada e voltada para o comércio europeu era parte dos planos portugueses, desde meados do século XVIII – com a atuação do diplomata e primeiro-ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, feito conde de Oeiras e depois marquês de Pombal pelo rei d. José I –, o que sugere a importância da diferenciação entre as regiões coloniais que haviam assimilado esse projeto e as outras. Essa

⁸³ Ibid., p. 85, grifos nossos.

⁸⁴ “Mas, pouca unidade havia na definição desse espaço. Não havia um sertão, mas vários. Cada sertão correspondendo ao interior de determinado rio, de um determinado lugar. A palavra significava os lugares indefinidos e vagos.” No excerto, Kalina Vanderlei Silva refere-se ao significado de “sertão” na obra *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, do cronista Gabriel Soares de Souza, na qual se cruzam, além desse, os sentidos de abundância de recursos naturais e de ausência de civilização. SILVA, op. cit., p. 52.

⁸⁵ A expressão “hinterlândia” é um estrangeirismo derivado da palavra “*hinterland*”, de origem alemã e encontrada a partir do século XIX, indicando aquilo que se encontra além da área costeira. O termo é presente na historiografia brasileira e brasilianista do século XX como sinônimo de “sertão”.

⁸⁶ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*: aulico, anatomico, architectonico..., v. 7. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, p. 613. Apud OLIVEIRA, Tiago Kramer de. *Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações: a economia colonial no centro da América do Sul*. 2012. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p. 22.

⁸⁷ SILVA, António de Moraes. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, v. 10. 10 ed. Lisboa: Editora Confluência, 1948 [1789], p. 125. Apud NIELSON, Rex P. The Unmappable Sertão. *Portuguese Studies*, v. 30, n. 1, p. 5-20, 2014, p. 6.

atividade era também um elemento de sedentarização das populações, que assim se distinguiriam dos grupos considerados nômades ou “vadios”, nos termos do período, tais como os indígenas – cujas aldeias e reinos podiam ser transportadas – e alguns colonos, como boa parte dos moradores da capitania de São Paulo – dedicados à exploração e à cultura em sítios volantes. Assim, a presença da agricultura ordenada e estável poderia significar, de certa forma, a extinção de uma área de sertão, denominada dessa maneira pela distância em relação ao litoral, e sua transformação em arraial, vila ou eventualmente cidade.⁸⁸

Mesmo em face das variações semânticas encontradas, o elemento que parece relacionar-se mais diretamente aos chamados sertões é a presença indígena. Se nos voltarmos para a cartografia do território da América portuguesa produzida, reproduzida ou encomendada por ingleses, franceses, alemães e holandeses, os etnônimos desses grupos repetem-se copiosamente, cobrindo vastas regiões no interior do território que se pretendia colonizável ou colonizado.⁸⁹ A maneira como as denominações das nações nativas são posicionadas, grafadas e graficamente dispostas indica não apenas sua existência como também sua relevância demográfica e política, que criava a necessidade de a Coroa portuguesa desenvolver expedientes eficientes que possibilitassem levar adiante a empreitada colonizadora. Os dados sobre esses habitantes aparecem de forma textual e, geralmente, sem elementos gráficos, legendas ou limites traçados, o que pode ser justificado pela incompatibilidade entre as convenções representativas de domínio e ocupação territorial criadas na Europa e aquelas próprias dos grupos nativos da América.⁹⁰

É o caso do mapa do cartógrafo francês Guillaume Delisle (1675-1726), na Figura 5, produzido no início do século XVIII, em que figuram as notícias então

⁸⁸ Trataremos mais detidamente do incremento agrícola na Colônia no Capítulo 4.

⁸⁹ Afora as cópias presentes em arquivos brasileiros, acervos e bancos de dados norte-americanos e europeus permitem dispor de um conjunto compreensível de mapas com essas características, possibilitando analisar os ocultamentos e as diferentes escalas da presença dos grupos nativos. Além de portais como o *Old Maps Online* (catálogo cartográfico on-line, disponibilizado originalmente por iniciativa da Universidade de Portsmouth, na Inglaterra, e que reúne diversas instituições), tomamos como referências os acervos digitais da Huntington Library, em San Marino, e da John Carter Brown Library, em Providence, ambas nos Estados Unidos, em que é possível localizar conjuntos numerosos de mapas referentes ao Brasil e à América portuguesa contendo referências de diversos grupos indígenas.

⁹⁰ Com relação à produção portuguesa: “[...] the place names [indicando a presença de nativos] float in the interior blank space of the map, suggesting both Portugal’s lack of political and administrative oversight of these areas as well as general lack of knowledge regarding the frontiers of its territories”. NIELSON, op. cit., p. 14.

consideradas mais apuradas acerca da presença e localização de grupos indígenas na América Meridional.

Figura 5 – Carte de La Terre Ferme du Perou, du Bresil et du pays des Amazones : dressé sur les descriptions de Herrera, de Laet, et des PP. d'Acuña, et M. Rodríguez et sur plusieurs relations et observations posterieures, 1703. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Detalhe: Anotações acerca das nações indígenas existentes no território.

Esse documento foi impresso e reproduzido, em variados formatos, ao longo do século XVIII – eventualmente sofrendo pequenas alterações –, como se vê nas Figuras 6 a 10, chegando até a ser incluído em uma publicação norte-americana, de 1897, que investiga as fronteiras entre Venezuela e Guiana, reproduzida na Figura 11.

Do canto superior esquerdo, no sentido horário:

Figura 6 – *Carte de la Terre Ferme, du Perou, du Bresil, et du Pays des Amazones*, ca. 1720. Fonte: Huntington Library, Rare Books Department, Maps.

Figura 7 – *Tabula Americae specialis geographica regni Peru, Brasiliae, Terrae Firmae & Reg. Amazonum : secundum relationes de Herrera, De Laet, & P.P. de Acuna & M. Rodriguetz; aliorumque observationes recentiores de signata & edita / par Guillem de l'Isle, Geogr. Reg. Parisiensem nunc recusa per Homanianos Heredes*, 1720. Fonte: Huntington Library, Rare Books Department, Maps.

Figura 8 – *Tabula Americae specialis geographica regni Peru, Brasiliae, Terrae Firmae & Reg. Amazonum : secundum relationes de Herrera, de Laet, & PP. de Acuña & M. Rodriguetz, aliorumque observationes recentiores de signata & edita / per Guillem. de l'Isle, Geogr. Reg. Parisiensem, nunc recusa*, ca. 1730. Fonte: Huntington Library, Rare Books Department, Maps.

Figura 9 – *Carte de la Terre Ferme du Perou, Du Bresil et du Pays des Amazones : Dressée sur les descriptions de Herrera de Laet, et des P.P. d'Acuna, et M. Rodriguez, et sur plusieurs Relations et Observations posterieures / Par Guillaume Del'Isle, Geographe de l'Academie Royale des Sciences*, [ca. 1741?]. Fonte: Huntington Library, Rare Books Department, Maps.

Além de estarem as fronteiras coloniais em franca disputa durante o setecentos, esse foi também o período de debate entre a noção de pertencimento associada à vassalagem a uma monarquia – de que trataremos adiante nesta tese – e a construção da nacionalidade como categoria indissociável dos limites territoriais. Portanto a

representação de largas regiões da América como habitadas por nações⁹¹ indígenas incidia diretamente sobre as contendas acerca do domínio efetivo dessas áreas. A centralidade dos nativos dentro desses embates não era negada ou menosprezada pelas Coroas e seus representantes. Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, quarto governador e capitão-general da capitania do Mato Grosso (1772-1788), teria oferecido um jantar para o “‘principal’ dos Guaikuru” e sua comitiva, de 17 indígenas e uma negra, que atuou como intérprete.⁹² A cerimônia, acontecida em Vila Bela, significaria que os Guaikuru poderiam ser considerados súditos do rei português, com isso conservando-se em suas terras – que seriam, em último caso, territórios da Coroa portuguesa.⁹³

Figura 10 – *Carte de la Terre Ferme du Perou, du Bresil et du Pays des Amazones, Dressée sur les Descriptions de Herrera de Laet, et des PP d'Acuna, wt M. Rodriquéz et sur plusieurs Relations et Observations posterieures, Par Guillaume Del'Isle Premier Geogra. du Roy de l'Academie Royale des Sciences*, 1745. Fonte: Huntington Library, Rare Books Department, Maps.

⁹¹ O termo “nações” consta em mapas e documentações coevas, relacionado aos grupos nativos. Note-se que esse uso é anterior à formulação do conceito de Estado-nação, de modo que não deve ser confundido com as noções a ele relativas, tal como “nacionalidade” e “território nacional”. Essa ressalva vale para todas as ocorrências referentes a nações indígenas nesta tese.

⁹² MALDI, Denise. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 40, n. 2, p. 183-221, 1997, p. 206-207.

⁹³ “A vassalagem implicava, por um lado, a manutenção dos índios nas suas ‘naturalidades’, isto é, no fato de que detinham territórios próprios, conforme inúmeras determinações reais. Por outro, pela própria representação da vassalagem, na idéia de que passariam a dever fidelidade ao rei.” *Ibid.*, p. 207.

Figura 11 – Part of a Map of South America by William Delisle, 1700, 1897. In: *Venezuela-British Guiana Boundary Commission. Maps Of The Orinoco-Essequibo Region, South America. Compiled For The Commission Appointed By The President Of The United States "To Investigate And Report Upon The True Divisional Line Between The Republic Of Venezuela And British Guiana"*. Washington, 1897. Fonte: John Carter Brown Library, David Rumsey Historical Map Collection.

Somadas às reproduções posteriores dos mapas de Delisle, de origens francesa, alemã e estadunidense, temos ainda outras cartas não portuguesas, impressas após a assinatura do Tratado de Madrid (1750), nas quais a territorialidade indígena permanece ampla e inquestionavelmente retratada, em diferentes enquadramentos e ornamentações. Apresentamos nas Figuras 12 a 15 exemplares desse conjunto.

Figura 12 – *South America from the latest discoveries, shewing the Spanish & Portuguese settlements according to Mr. D'Anville by De Larochette, [ca. 1771]*. Fonte: John Carter Brown Library, Map Collection.

Figura 13 – *Mapa Geografico De America Meridional, 1775*. Fonte: John Carter Brown Library, David Rumsey Historical Map Collection.

Figura 14 – *A general map of South America from the best surveys, 1796 B. Tanner, sculpt, 1796.* Fonte: John Carter Brown Library, Map Collection.

Figura 15 – *Charte von Süd America nach den bewährtesten astronomischen Bestimmungen und den vorzüglichsten Charten, die Grenze zwischen den spanischen und portugiesischen Besitzungen aber, dem Tractat von St. Ildefonso v. J. 1777 gemäss entworfen mit röm. kayserl. allergnäd. Freyheit von F. L. Güssefeld, 1797.* Fonte: John Carter Brown Library, Map Collection.

Do canto superior esquerdo, em sentido horário:

Figura 16 – *Bresil, dont les Côtes sont divisées en Capitaineseries Dressé sur les dernieres Relations des Flibustiers et Fameux Voyageurs. Par N. de Fer, Geographe de sa Majesté Catolique* 1719, 1719. Fonte: Huntington Library, Rare Books Department, Maps.

Figura 17 – *Recens elaborata mappa geographica regni Brasiliae in America Meridionali maxime celebris accuratae delineata / per Matth. Seutterum Sac. Caes. Maj. Geogr*, 1734. Fonte: Huntington Library, Rare Books Department, Maps.

Figura 18 – *Nova et Accurata Brasiliae totius tabula*, 1720. Fonte: John Carter Brown Library, Map Collection.

simbólicos em que se inseriam as imagens cartográficas produzidas em cidades europeias, retomamos ainda outro mapa, criado e publicado em meados do século XVII, que veio a ser um dos modelos da produção cartográfica do setecentos.

Segundo as informações carto-bibliográficas disponíveis, os documentos reproduzidos nas Figuras 16 a 19 seriam redesenhos, datados da primeira metade do século XVIII, do mapa denominado *Nova et Accurata totius Brasiliae Tabula*, de Johannes Blaeu,⁹⁵ em que constam não apenas referências a grupos indígenas mas também os contornos precisos das capitanias da América portuguesa – ocupando pouco mais que a faixa costeira. Diferentemente dos desenhos observados anteriormente, essa representação fixa os limites territoriais da presença nativa – e contesta qualquer noção de domínio português sobre essas regiões, seja de seus colonos ou de sua administração.

Em documentos textuais, a associação entre os sertões e a população nativa é ainda mais patente. Ao recontar a trajetória de José Tavares de Siqueira, que viveu durante a segunda metade do século XVII, diz Pedro Taques: “Descobertas as Minas Gerais, com nome de Cataguazes, por serem assim chamados os *barbaros indios habitantes deste sertão*”.⁹⁶ Essa construção de pertencimento é reproduzida pelo autor à exaustão em suas genealogias, o que justifica ainda a repetição constante da necessidade de “desinfetar” os sertões.

As aldeias habitadas pela população indígena eram mais facilmente reconhecíveis pelos colonos, no entanto era a circulação pelas matas que tornava os nativos tão perigosos aos olhos dos europeus. Enquanto os relatos sobre a América alimentavam a imagem de vazio ou deserto referente às terras de seu interior,⁹⁷ a experiência cotidiana, nas escalas local e regional, mostrava aos colonos a amplitude do domínio dos indígenas sobre vastas áreas de vegetação densa e trânsito ilegível para os adventícios. Crônicas escritas a partir da vivência nos sertões reconstroem os movimentos e acontecimentos ali realizados por variados grupos nativos, apontando que as matas, distantes do litoral, eram também parte do território desses habitantes,

⁹⁵ *Nova et Accurata Brasiliae totius Tabula*. Amsterdã, s/d. 1 mapa: color. ; 49,7 x 58,6 em f. 53 x 62,4 cm. Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, Coleção Manuel Barata.

⁹⁶ LEME, op. cit., t. III, p. 127.

⁹⁷ Dora Shellard Corrêa discute desde a formulação dessa imagem nas primeiras crônicas europeias sobre a América até suas interpretações em obras da historiografia brasileira. Ver CORRÊA, Dora Shellard. Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 63-87, 2006.

marcadas por suas atividades e palco de suas guerras.⁹⁸ A soma dos núcleos que concentravam a população e das extensas regiões nas quais desempenhavam atividades fundamentais de seu modo de vida – destacadamente, as disputas entre grupos nativos, a extração de recursos vegetais, a caça e as comunicações – conformaria um único território, todo ele igualmente pertencente e constitutivo das diversas nações indígenas – trata-se do “território étnico”.⁹⁹ Tanto as aldeias quanto as matas seriam partes do território tocado pela intervenção dessas populações, não havendo entre elas nenhum tipo de oposição ou relação de contraparte, tal como entre “áreas ocupadas” e “áreas vazias”.

A percepção da maioria dos colonos e viajantes sobre essa relação estabelecida pelos grupos indígenas entre as partes de seu território – umas de maior fixação e outras de maior circulação – era provavelmente dificultada, já que o léxico autóctone continha símbolos de limites territoriais distintos dos que se valiam os europeus, em suas terras. Noções naturalizadas para esses homens eram inexistentes ou irreconhecíveis para os nativos, como se observa na tentativa de conceituação de “propriedade” para os indígenas. Entre esses, seriam comuns duas formas de posse: a ideia de “comunhão” ou compartilhamento de terras, colheitas e imóveis; e a de propriedade “individualíssima”, de bens absolutamente pessoais, que eram assim mantidos mesmo após a morte.¹⁰⁰ Para os grupos indígenas encontrados pelos portugueses, a posse da terra não se traduzia em demarcações visíveis – ao menos, não em materialidades nos moldes dos europeus – ou no direito individual.

⁹⁸ “As constantes visitas às diversas aldeias Tupinambá, a marcha para as guerras que pareciam rotineiras e a circulação de informações sobre os acontecimentos de outros povoados expõem uma intensa movimentação dentro e fora do sertão. Direções certas, pousos já testados e utilizados revelam, além da agitação, a existência de caminhos, direções e rumos conhecidos e costumeiros.” Shellard fundamenta suas reflexões nos relatos de Hans Staden, cujo teor assemelhar-se-ia ao de sertanistas, concluindo que a paisagem desértica formulada sobre o Novo Mundo seria mais uma construção do imaginário do que propriamente um retrato das condições encontradas. Ibid., p. 80.

⁹⁹ “[...] é ilusório ver a mata como a contraparte da aldeia em termos culturais, o espaço da inexistência de intervenção humana, seja ideológica, seja material. Devemos lembrar que os sertanistas reconheciam os territórios indígenas por detalhes imperceptíveis aos desacostumados à vida no sertão. Às vezes identificavam terras de amigos ou de inimigos pela forma como o mel havia sido extraído de uma abelheira [...]” Ibid., p. 78.

¹⁰⁰ CATHARINO, José Martins. *Trabalho índio em terras da Vera ou Santa Cruz e do Brasil: tentativa de resgate ergonômico*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1995, p. 76.

A territorialidade construída pelos povos nativos é descrita na historiografia brasileira, a partir de meados do século XX,¹⁰¹ primeiro como uma espécie de dom inato, resultado de gerações de experiências:

[...] a demonstração referida na carta, quer dizer, em linguagem da época, um mapa da posição das aldeias dos jesuítas, traçado por um dos índios tape aldeados. Há muitos outros exemplos de cartas traçadas por índios americanos e pelos primitivos de outros continentes. Senhores dum sentido topográfico, consequência do nomadismo ancestral, os índios desenhavam com grande facilidade na areia, em madeira, peles de animal ou em papel, o mapa, por vezes exatíssimo, dos lugares que habitavam ou percorriam.¹⁰²

O “sentido topográfico” dos indígenas, ainda que fosse aguçado e capaz de produzir documentos relevantes para a administração colonial e as ambições territoriais da Coroa, é qualificado por Jaime Cortesão¹⁰³ como “instinto expontâneo [sic]”, em oposição à “consciência dirigida” dos mapas portugueses, construindo assim

¹⁰¹ Vale ressaltar que pesquisas recentes nos campos da história social, história cultural e arqueologia trazem outras visadas sobre o tema da produção cartográfica indígena, apontando sua autonomia nos processos de mapeamento, bem como a apropriação que realizavam dos saberes cartográficos trazidos no movimento colonizador, em especial a partir da educação jesuítica. Como exemplar dessas hipóteses, podemos citar a comunicação apresentada por Artur Henrique Franco Barcelos, em 2017, na 27th International Conference on the History of Cartography (IHC). Intitulada “Guarani cartography as an instrument of autonomy”, a apresentação de Barcelos discutiu a produção de cinco mapas, criados entre 1720 e 1790, que teriam sido feitos por nativos e endereçados à solução de disputas territoriais em regiões de encontro entre colonos portugueses, espanhóis e missionários. O mesmo assunto havia sido abordado pelo autor em artigo anterior. BARCELOS, Artur Henrique. Guarani cartography as an instrument of autonomy. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON THE HISTORY OF CARTOGRAPHY, 27, 2017, Belo Horizonte. *Programme....* Belo Horizonte: UFMG, 2017, p. 83. _____. A cartografia indígena no Rio da Prata colonial. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, X, 2010, Santa Maria. *Anais eletrônicos....* Santa Maria: UFSM, 2010. Disponível em: <http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279585458_ARQUIVO_trabalhoArturBarcelos.pdf>. Acesso em: 20 Dez. 2017. Em reflexões sobre a mobilização e a conceituação da cartografia nos estudos sobre o período colonial, Tiago Kramer de Oliveira faz menção ao caráter de troca entre europeus e indígenas nos processos de mapeamento. Ainda que se refira mais especificamente ao contexto mexicano, as observações parecem-nos relevantes para a América meridional. Ver OLIVEIRA, Tiago Kramer de. Desconstruindo mapas, revelando espacializações: reflexões sobre o uso da cartografia em estudos sobre o Brasil colonial. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, n. 68, p. 151-174, 2014.

¹⁰² CORTESÃO, Jaime Zuzarte. *Alexandre de Gusmão & o Tratado de Madrid*, t. 1. São Paulo: Imprensa Oficial; Fundação Alexandre de Gusmão, 2006, p. 304.

¹⁰³ Médico de formação, o português Jaime Zuzarte Cortesão, vindo ao Brasil, lecionou diversos cursos de história no Instituto Rio Branco, abrangendo principalmente questões relacionada à cartografia e à formação territorial do Brasil. Por seus trabalhos nessa área, referir-nos-emos a Cortesão como historiador.

uma distinção marcada entre condicionamentos naturais e construções provenientes da razão.¹⁰⁴ A dicotomia entre “instinto” e “consciência” é constructo pertinente ao período em que se desenrola a análise do historiador da cartografia brasileira, entretanto não pertence à mentalidade dos primeiros séculos de colonização. Ainda que os europeus não conseguissem formular “identificações territoriais nativas”, isso não significava a “ausência do reconhecimento de espaços nativos da alteridade colonizada”.¹⁰⁵ Assim como Hans Staden, outros viajantes e cronistas que aportaram na América também teriam sido capazes de apreender a existência de delimitações territoriais entre os grupos indígenas, tanto nas aldeias como nas matas.¹⁰⁶

O uso da nomenclatura “sertão” permitia informar sobre a territorialidade das populações nativas, dentro de um enquadramento próprio da colonização portuguesa. Ao recontar as ações efetuadas pelos membros das famílias principais da capitania de São Paulo, Pedro Taques associa repetidamente essa denominação territorial às variadas nações indígenas – especificamente, aos empecilhos que os grupos insubordinados e belicosos representavam à povoação, seja pela presença ou pelos ataques que empreendiam às vilas e arraiais fundados pelos colonos. Desde a ocupação primeira da recém-criada capitania de São Vicente, as investidas de diferentes nações colocavam em risco os planos da Coroa, fazendo necessário dispender esforços para seu controle:

Estes foram os primeiros povoadores de São Paulo [os irmãos Antonio e Vicente Bicudo] onde fizeram muitos serviços a Deus e ao rei, porque sempre com suas pessoas e armas ajuntaram a defender a terra nas repetidas guerras que contra os portugueses moviam os barbaros gentios do sertão, que tambem com assaltos repentinos infestavam a terra.¹⁰⁷

¹⁰⁴ Ibid., t. 2, p. 307.

¹⁰⁵ MALDI, op. cit., p. 192.

¹⁰⁶ “É interessante observar que nos relatos desses cronistas já está assinalado o fato de que as aldeias, mesmo mudando de lugar, guardavam um nome próprio. Em outras palavras, não passou despercebido o registro da toponímia como uma das formas de marcar o território. “Há, entre os cronistas, a percepção do que a autora [Eliane Sigwalt-Dumotier] chamou de ‘território tribal’, um espaço que ultrapassava os limites da aldeia, inclusive com campos e áreas de caça muito bem marcados por cada grupo.” Id. Esse conceito é semelhante, senão igual, ao de “território étnico”, previamente apresentado.

¹⁰⁷ LEME, op. cit., t. II, p. 146.

O mesmo sucedeu à vila de Taubaté, cujo fundador original “de São Paulo passou a penetrar este sertão pelos anos de 1636, conquistando os índios da nação *Puris e Jeromimis*, que o habitavam”, ficando “desinfestadas aquelas [terras] para as povoarem”.¹⁰⁸ A própria vila sede da capitania precisaria igualmente dessas ações, como relata o genealogista na introdução do título da família Almeida Castanho, que veio à colônia ainda no século XVI:

Na villa, capital de S. Vicente, se estabeleceu Antonio Rodrigues de Almeida, e n’ella fez sempre por espaço de treze annos muitos serviços ao donatario dela, ao rei e a Deus, achando-se em todos os assaltos e guerras do barbaro gentio *Tamoyos*, que habitavam a costa [...] e impediam o augmento da povoação da dita villa, que fundara pelos annos de 1531 até 1534 o fidalgo Martim Affonso de Sousa [...].¹⁰⁹

Novos movimentos de povoação e exploração do território americano, no século seguinte, acirraram ainda mais os embates entre colonos e nativos, expandindo as áreas de confronto, tal como se deu no interior das capitanias açucareiras ao norte. Nas atas da Câmara de São Paulo, encontramos menções aos pedidos realizados pelo governo geral, tal como ocorrido em 1670, com a solicitação real de que “os moradores desta capitania fosen a estingir he afugentar os indios muito barbaros que infestão a sidade reconcavo, he moradores da baia”. Para essa incursão pelo sertão da Bahia, ficaram destacados o capitão Estevão Ribeiro Baião Parente e como adjunto Braz Rodrigues de Arzão, que deveriam levar “a gente que tivesen A iren fazer a entrada contra estes barbaros infestadores”.¹¹⁰ Taques anota o papel desempenhado por Mathias Cardoso de Almeida, nas últimas décadas do seiscentos, ao percorrer as regiões que margeavam o Rio São Francisco, sendo constituído “governador absoluto da guerra contra os barbaros gentios do Rio-Grande e Ceará”, após os moradores dessa capitania solicitarem “socorro contra os gentios daqueles sertões”:¹¹¹

¹⁰⁸ Ibid., t. III, p. 223, grifos do original.

¹⁰⁹ Ibid., t. I, p. 219, grifos do original.

¹¹⁰ TERMO de vereansa feito em 26 de maio de mil he seis sentos he setenta anos. In: *Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1653-1678)*, v. VI. São Paulo: Archivo Municipal de S. Paulo; Typographia Piratininga, 1915, p. 205-207.

¹¹¹ LEME, op. cit., t. II, p. 55-56.

N'esta guerra e conquista dos inimigos gentios bravos existiu o mestre de Campo [Mathias Cardoso de Almeida] desde 1689 até 1694, em que domou, conquistou e meteu de paz todas as nações dos barbaros indios d'aquelle sertão até o Ceará, tendo obrado de sorte n'aquelles vastos sertões, que mereceu a el-rei d. Pedro honral-o com patente de governador absoluto da guerra contra os indios inimigos de todas aquellas campanhas, sem subordinação ao governador geral do estado do Brasil. D'este paulista não occultará o segredo do tempo o seu grande nome pelas copiosas e abundantes fazendas de gados vaccuns e cavallares que se estabeleceram e fundaram nos sertões, cujos barbaros habitantes ele conquistou.¹¹²

O mesmo processo de expulsão dos indígenas para constituição de povoações tomou forma quando foram criados os primeiros assentamentos nas regiões mineradoras do Mato Grosso, em princípios do século XVIII. Em 1718, Pedro de Almeida, então governador da capitania de São Paulo e conde de Assumar, teria ordenado “uma entrada ao sertão do Cuiabá para conquistar o gentio *Aripoconê*”,¹¹³ cujo resultado não foi o esperado. A busca por metais, no entanto, prosseguiu e mostrou-se frutífera, incentivando um grande contingente populacional a rumar para essas terras. O aumento da povoação, aglomerada em arraial, fez necessária

[...] a conquista do gentio barbaro para explorarem melhor o país, e poderem tirar ouro com menor receio daqueles inimigos, que, em repentinos assaltos, com mortes e roubos, lhes perturbavam o emprego da sua nova povoação, que não podia permanecer segura sem se afugentarem ou conquistarem os mesmos [...].¹¹⁴

Outros expedientes, além da guerra, foram usados pelos moradores de São Paulo para conquistar nações indígenas e trazê-las à sua administração – e, portanto, ao seu rol de trabalhadores. No parágrafo referente a Francisco Pires Ribeiro, que “fez varias entradas ao sertão a conquistar indios barbaros, e reduzi-los ao gremio igreja”, escreve Taques sobre o que denomina “ciencia militar” usada na submissão dos nativos. O relato dá conta de que Ribeiro teria convidado um cacique cuja nação era

¹¹² Ibid., t. I, p. 265.

¹¹³ Ibid., t. III, p. 28, grifos do original.

¹¹⁴ Ibid., p. 29.

formada por numeroso corpo de indígenas para convencê-lo a dispor de sua população para redução. Previamente, ele havia enchido vasilhas com aguardente, às quais tacava fogo enquanto afirmava ter “poder para o conquistar não só a sua nação, como a todos os mais daquele sertão, abraçando-lhe os campos, matos e rios com fogo”. Persuadidos pela ilusão, os nativos dobraram-se à redução.¹¹⁵

Muitas mais são as passagens nas quais o genealogista assinala explicitamente os sertões como regiões habitadas pelos indígenas que não compraziam com as formas de organização civil, religiosa e de trabalho dos colonos, europeus ou já nascidos na América. Essa condição tornava o sertão e seus habitantes ameaças constantes à povoação e ao desenvolvimento de qualquer atividade no território colonial, sendo necessário conquistá-los, submetê-los ou afugentá-los, de modo a transformar as terras e a territorialidade indígenas em novas regiões do Império português. Para usufruir do território, era preciso primeiro tomá-lo.

OS INDÍGENAS “AMIGOS” E A FORMAÇÃO DOS SERTANISTAS

As guerras e intimidações não foram os únicos dispositivos dos quais se valeram os colonos para desfrutar das terras da América e dos braços para transformá-las,¹¹⁶ apesar de essas estratégias terem marcado o imaginário da administração real e dos demais colonos sobre os moradores de São Paulo, tal como veremos no capítulo que segue. Por ora, ressaltamos que os nativos resistentes dos sertões eram chamados de “inimigos” – como visto nos trechos transcritos anteriormente –, tanto por sua condição de adversários nas batalhas quanto por oposição a outros grupos indígenas, cuja relação com os europeus era menos belicosa e com os quais esses construíram outras formas de contato. Em ata de 7 de janeiro de 1612, os oficiais da Câmara reunidos apontavam os indígenas Tupi como aliados para o incremento da vila:¹¹⁷

¹¹⁵ Ibid., p. 121-122.

¹¹⁶ “Costumavam os antigos paulistas, ainda antes de ser fundada a cidade do Paraguai penetrar os sertões incultos com interesse de reduzir ou conquistar os indios de diversas nações, para que aproveitando-se estes da felicidade do sagrado batismo ficassem depois servindo com o carater de administrados aos seus conquistadores, a cujos descendentes passa esta administração, que se praticou sempre em todo o Estado do Brasil até prohibir-se pelos anos proximos de 1732.” Ibid., p. 19.

¹¹⁷ Limitar-nos-emos a aprofundar essas outras articulações dentro das relações estabelecidas por moradores de São Paulo e grupos indígenas, sem desconsiderar, entretanto, ocorrências similares nas demais porções da Colônia, em que nativos oportunamente aliaram-se a colonos, interessados também no contexto de suas disputas com outros povos autóctones.

[...] como a posse que esta, camara tem de premsipio desta povoasão ateguora se não languase e se fose a dizer aos indios nosos naturais e amigos da nasão tupy, que se puzese em suas aldeas apartados e abitados dos carijos¹¹⁸ e que todo o mais jemtio que por seu livre alvidrio deser e vier p.a nos se ponha em aldea p.a efeito do serviso das minas de sua magd.e e bem comu [...].¹¹⁹

Um dos vereadores que solicitavam o apoio dos indígenas “amigos” era o sobredito Vicente Bicudo, a quem Taques atribui habilidades de conquista e defesa, por meio das quais a vila de São Vicente ter-se-ia livrado dos ataques de nativos habitantes da região costeira. Ao referir-se a uma entrada de Fernão Dias Paes, o próprio genealogista anota a ideia de “amizade” como possível conformadora das relações entre o colono e os nativos que tentava reduzir. A trama inicia-se da seguinte maneira:

Penetrou Fernando Dias Paes o sertão do sul até o centro da serra da Apucarana, no reino dos indios da nação *Guaianã*, pelos anos de 1661; nele existiu alguns anos, tendo estabelecido arraial com o troço das suas armas, para poder vencer a redução daquele reino que se dividia em tres diferentes reis, vulgarmente chamados *Caciques*, e cada um deles se tratava como soberano, com leis ao seu reinado gentílico [...].¹²⁰

Após cercar o reino e assaltar suas posses, Fernão Dias teria demonstrado aos três caciques que não intentava guerra, “mas sim estabelecer com todos uma firme *amizade*, e conduzi-los para o gremio da igreja”. Aprofundada essa relação e falecido um dos reis dos Guainã, adiantou-se “a resolução de deixarem aqueles sertões e patria de seu gentilismo”. Ao que consta, chegaram a São Paulo cerca de cinco mil indígenas, além dos dois caciques remanescentes, e foram todos instalados às margens do Rio Tietê e convertidos à fé católica. Um dos reis, de nome Tombú, teria resistido ao batismo pela descrença nas leis divinas, sendo contudo grande admirador dos religiosos, aos quais oferecia abrigo e amparo nas novas terras de seu reino. Conta Taques que, quando enfermo, o rei Tombú pediu ao “conquistador e amigo” Fernão Dias para receber o batismo e “ir gozar da vista do pai Tupã (quer dizer na versão

¹¹⁸ Note-se que “carijó” é a maneira como os colonos chamavam indígenas Guarani.

¹¹⁹ CAMARA a 7 de jan.ro de 612. In: *Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1596-1622)*, v. II. São Paulo: Archivo Municipal de S. Paulo; Typographia Piratininga, 1915, p. 306.

¹²⁰ LEME, op. cit., t. III, p. 63-64, grifos do original.

portuguesa – Deus, Nosso Senhor)”. Após sua morte, os indígenas foram repartidos entre os parentes do “amigo”, sem o qual “certamente se tornariam para os centros de onde, por ele, tinham sido desentranhados”, diz Taques.¹²¹

Ao estabelecer laços com as nações indígenas, os colonos inseriam-nos em planos de conquista, aproveitando seus saberes e práticas dos sertões para ampliar ainda mais seus domínios sobre o território e suas gentes. Na escala local, no contato direto com os nativos, os colonos de São Paulo construíram alianças a partir do parentesco, pelo estabelecimento de casamentos entre europeus e filhas de caciques,¹²² criando vínculos duradouros e de auxílio mútuo entre os dois grupos.¹²³ Nos intentos da Coroa, as relações criadas entre indígenas e adventícios favoreciam a utilização dos grupos nativos para os fins de povoação, formulando uma imagem do indígena como

[...] guardião, que se tornaria recorrente durante um longo período e que se cristalizaria numa imagem política de ‘nação’, de ‘confederado’ que seriam ‘mansas’ ou ‘bárbaras’ conforme sua disponibilidade para projeto colonizador, a cooperação na guerra contra os espanhóis e a catequese.¹²⁴

As nações que se configuravam como aliadas eram tratadas com deferência pela Coroa portuguesa, enquanto aquelas que estabeleciam ligações com os espanhóis eram consideradas inimigas. As referências a “amizade” encontradas nos papéis do período indicam, pois, o tipo de relação firmada entre o grupo ao qual pertence quem redige um dado documento e os indígenas sobre os quais se refere.¹²⁵ As alianças forjadas entre portugueses e nativos foram fundantes da ocupação colonial na capitania de São Vicente e estão assim registradas nos escritos a esse respeito de frei Gaspar da Madre de Deus – ou Gaspar Teixeira de Azevedo –, datados da segunda metade do século XVIII. Tendo vivido entre 1715 e 1800, o religioso santista produziu uma dezena de trabalhos

¹²¹ Ibid., p. 64-65, grifos nossos.

¹²² “O Brasil e o brasileiro, o brasileiro velho, o de quatro costados e quatrocentos anos, são essencialmente luso-tupis.” CORTESÃO, op. cit., t. 2, p. 143.

¹²³ Ver MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

¹²⁴ MALDI, op. cit., p. 202.

¹²⁵ O termo remete-se ainda ao imaginário medieval, enquadramento dentro do qual figuravam as relações entre soberanos e súditos no Antigo Regime, do que trataremos com maior profundidade no Capítulo 3, “Paulistas”.

sobre a história da Colônia e de algumas de suas capitanias, além de tratar de assuntos avulsos.¹²⁶

Em passagens de suas *Memórias para a história da capitania de São Vicente*, o autor assinala a relevância dessas articulações iniciais, feitas entre colonos e principais das nações indígenas, como é o caso de João Ramalho, que, quando do desembarque do donatário Martim Afonso de Sousa na dita capitania, encontrava-se casado com uma filha de Tibiriçá, cacique dos Guaianazes.¹²⁷ Por meio desse matrimônio e do convívio já estabelecido entre Ramalho e os nativos, foi selada aliança com os adventícios, proporcionando circunstâncias pacíficas para o florescimento da localidade: “[...] o estrondo bélico e aparato marcial [dos indígenas] veio a converter-se em demonstrações afetuosas e sinais da estimação que os índios faziam da nossa amizade”.¹²⁸ Esses eram alguns dos povos nativos do Planalto, “a quem os portugueses antigos chamavam parceiros e compadres”,¹²⁹ de acordo com frei Gaspar. O autor nota ainda que a própria circulação dos colonos passava pelas parcerias e inimizades constituídas,¹³⁰ relato que se alinha à sobredita ideia de que a territorialidade construída por portugueses e luso-brasileiros seria baseada no “território étnico” de seus aliados.

Os inventários dos séculos XVI e, especialmente, XVII, período de intensas “conquistas”, alianças e redução de nativos, atestam o quão frutíferas foram essas ações, que resultaram na disseminação da prática de utilização desses povos como força de trabalho na colônia: “Por muito pobrezinho que seja, não há espólio em que se

¹²⁶ Ver TAUNAY, Affonso d’Escragnolle. *Súmula Biográfica*. In: MADRE DE DEUS, frei Gaspar da. *Memórias para a história da capitania de São Vicente*. Belo Horizonte; São Paulo: Ed. Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1975 [1797], p. 7-23. Remontaremos a frei Gaspar e sua obra no capítulo seguinte, justapondo-o a Pedro Taques, com quem compartilhou parentesco, interesses intelectuais, métodos de pesquisa e anotações.

¹²⁷ Ibid., p. 51-56, 231-233.

¹²⁸ Ibid., p. 56. Voltaremos a Ramalho e Tibiriçá também no capítulo que segue. Ainda sobre as alianças entre portugueses e indígenas, ver Ibid., p. 169, 176.

¹²⁹ Ibid., p. 238

¹³⁰ “Aqui deu princípio [Martim Afonso de Sousa] à sua viagem para o campo de *Piratininga*, pelo caminho que se serviram os portugueses até o ano de 1560, em que o Governador Geral do Estado, Mem de Sá, vindo a esta Capitania, ordenou que ninguém o frequentasse, por ser infestado de índios nossos contrários.” Ibid., p. 89, grifos do original. Da mesma maneira, a penetração em territórios de nações inimigas gerava conflitos e, eventualmente, a impossibilidade de ocupação e exploração: “Constando-lhe [Martim Afonso de Sousa], por informação dos índios, que nas vizinhanças da *Cananéia* havia ouro, aprontou uma Bandeira de 80 homens e por eles mandou examinar o sítio indicado das Minas, mas com sucesso infeliz porque os bárbaros *Carijós*, senhores do país existente ao Sul do Rio da *Cananéia*, mataram os exploradores da [sic] minas, antes de as descobrirem”. Ibid., p. 100, grifos do original.

não conte um exemplar do gentio”.¹³¹ Muitos eram os chamados “potentados em arcos” de São Paulo, aqueles que contavam com exércitos abundantes em indígenas, cujas habilidades eram empregadas no labor e também nas guerras:

É, todavia na caça dos silvícolas, seus irmãos, quando vão ao sertão *em modos de resgate*, que os índios cativos prestam serviços mais rendosos e apreciados. Não faltam, entre os negros da terra, *bons sertanistas cursados no sertão*, como lhes chamam as atas da Câmara.¹³²

Ao narrar a defesa que João Ramalho articulou entre os indígenas de seu círculo para socorrer seus conterrâneos recém-chegados no litoral, ameaçados por outras nações nativas, fala-nos frei Gaspar, com algum exagero, sobre as habilidades desses homens:

[...] os esquadrões brasílicos excedem na brevidade das suas marchas a todos os exércitos do mundo, não só pela razão de consistir o seu trem nos arcos e flechas dos soldados, mas também pelo grande exercício que eles têm de viajar, empregando todos os dias da sua vida em discorrer por campos e serras fragosíssimas, ocupados no exercício da caça [...].¹³³

Assim como suas práticas,¹³⁴ a qualificação atribuída aos indígenas de “bons sertanistas” também transbordou para os moradores de São Paulo, sobre os quais eram feitos comentários semelhantes no que tange às habilidades de circulação e vivência

¹³¹ Vale notar ainda que “Só depois de acometidas as missões de Guairá por Manuel Preto e Antônio Raposo Tavares (1628-1632) é que os espólios se vão opulendendo sobremodo com o gentio da terra”. MACHADO, José de Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte; São Paulo: Ed. Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1980 [1929], p. 181.

¹³² Id., grifos do original.

¹³³ MADRE DE DEUS, op. cit., p. 55.

¹³⁴ “No convívio íntimo com as culturas indígenas, seja por meio dos escravos, seja por meio de relações de parentesco, os paulistas herdaram técnicas que lhes garantiram a sobrevivência nas densas florestas tropicais, íngremes serras, rios encachoeirados e caudalosos, vastos descampados e terrenos pantanosos.” KOK, Glória. *O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Editora Hucitec; Fapesp, 2004, p. 32. Glória Kok empreende um balanço bastante completo das pesquisas e obras que tratam das simbioses entre paulistas e indígenas, do que resulta a habilidade daqueles no trânsito dos sertões. Entre outros, a autora remete-se a Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda, Teodoro Sampaio, Ernani Silva Bruno e Jaime Cortesão, interessados nos aspectos materiais das entradas e no seu papel na formação do território colonial. Ver Ibid., p. 32-41.

nos sertões. Nos paulistas, diferentemente dos nativos e mais do que para outros colonos, fixou-se a denominação “sertanistas”. Eram esses os homens experimentados no sertão, que chefiavam dezenas e por vezes centenas de indígenas, além de outros colonos, entregando-se às mais variadas atividades empreendidas nos interiores da América – entradas para prear “negros da terra”, guerras contra os “bárbaros gentios” e descobertas de pedras e metais preciosos.¹³⁵ A proximidade entre a territorialidade desses colonos e a dos nativos com os quais se aliaram é notada por Jaime Cortesão, que classifica como espontânea, assim como para os indígenas, a cartografia elaborada pelos sertanistas, “lusos e luso-brasileiros, que consignavam no papel o traçado sumário e empírico dos seus descobrimentos”.¹³⁶

Os poucos exemplares remanescentes de tais descrições possibilitam divisar o escopo territorial do trânsito dos sertanistas. Boa parte do acervo encontrado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ), reunido sobre o título geral de *Cartas Sertanistas*, refere-se às regiões mineradoras, mas não escapam a esses exploradores as demais regiões em processo de colonização, como se vê em um desenho dos limites costeiros da América do Sul, contendo nomes de vilas e cidades, tanto nas margens do Atlântico como do Pacífico,¹³⁷ além de mapas da Bahia, Ceará e Paraguai. Há ainda

¹³⁵ “De modo que se pode escrever sem qualquer exagêro que o caráter fundamental da povoação paulistana nos seus primeiros quase três séculos de existência (aproximadamente de 1554 a 1828) [...] foi o de um arraial de sertanistas.” BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo: Volume I – Arraial de Sertanistas (1554-1828)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1991, p. 96. Na cronologia apresentada por Ernani Silva Bruno, demasiadamente generalista, a relevância da vila e depois cidade de São Paulo estaria em ser o local de preparação das entradas que partiam para os sertões, até o momento de fundação da Academia de Direito, a partir do qual se transformaria sua dinâmica urbana. Ver *Ibid.*, p. 69-96.

¹³⁶ CORTESÃO, op. cit., t. 2, p. 17. Sobre os mapas elaborados por sertanistas, prossegue o autor: “Lusos e luso-brasileiros, igualmente dotados dum agudo sentido do espaço, elaboraram muitas cartas, das quais a grande maioria se perdeu e de cuja existência temos notícia apenas por documentos escritos. Comandantes de tropa, a quem as obrigações militares forçavam a grandes deslocamentos; sertanistas, cujas atividades múltiplas alargavam a muito vastos territórios o raio da ação; e mineradores nômades, por necessidade ou ambição, contribuíram com seus traçados, para uma carta nativa e espontânea do Brasil, em formação, da qual os dois protótipos conhecidos são a ‘Demarcação Geográfica do Brasil’, feita por João de Abreu Gorjão, cêrca de 1742 e a de Tosi Colombina de 1751, que, em nosso curso de História da Cartografia do Brasil, chamamos ‘carta dos caminhos do Brasil’ [...] Mas, num, como noutro caso, o cartógrafo pouco mais fêz do que reunir e coordenar num todo único, os traçados ou riscos dos sertanistas de acaso ou profissão”. *Ibid.*, p. 17-18

¹³⁷ [*Contorno da América do Sul, trazendo o nome de algumas cidades*]. [S.l.: s.n.], [17--]. 1 mapa ms.: desenho a tinta ferrogálica e sanguínea ; 64,5 x 107. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Divisão de Cartografia, ref.: ARC.019,07,018.

desenhos dos trajetos das monções¹³⁸ e do curso do Rio São Francisco, onde alguns sertanistas instalaram-se, construindo currais e povoações, como fez o antes mencionado Mathias Cardoso de Almeida. Na segunda folha de um conjunto de três mapas,¹³⁹ em traçado a tinta, vê-se a indicação da “Aldeia de Matias Cardozo”, ao lado de uma “Aldeia de Inndios”, conforme reprodução na Figura 20. Ambas são representadas com o símbolo de uma edificação, sendo a de Mathias Cardoso um pouco maior que a dos indígenas. Próximo às aldeias, encontra-se a “ilha de estevão Rapozo”, que provavelmente se remete a Estevão Raposo Bocarro, sobre o qual afirma Taques:

[...] passou da patria ao sertão dos Currais da Bahia, Rio de São Francisco, onde se estabeleceu com grossas fazendas de gados vaccuns, e foi um dos mais potentados daquele sertão; dele abriu estrada franca pelo sertão e do Hurucuia para as minas de Vila Boa de Goiaz. Foi um dos grandes sertanistas do seu tempo, cujo valor acreditou por espaço de alguns anos, conquistando e domando o barbaro gentio, naquela, que se lhe fez pelo governador dela Mathias Cardoso de Almeida.¹⁴⁰

A lápis, paralelamente a essas indicações, encontra-se uma espécie de esboço, no qual a povoação de Mathias Cardoso é indicada como “Rial” ou “Real” – que pode significar “arraial” –, e a aldeia chegada a ela não recebe o mesmo símbolo, sendo indicada apenas com um círculo. Em compensação, é descrita a nação à qual pertenceriam os nativos.¹⁴¹

Tiago Kramer de Oliveira discute a própria classificação dessas fontes dentro do acervo em que se encontram. Ao problematizar a coleção, o historiador afirma que, originalmente, os “mapas sertanistas” eram, em verdade, referidos como “mapas *dos* sertanistas”, o que denotava uma relação de intencionalidade na produção desses

¹³⁸ [Mapa da região das monções de São Paulo a Cuiabá]. [S.l.: s.n.], [ca. 1720]. 1 mapa ms.: desenho a tinta ferrogálica ; 55 X 104,5. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Divisão de Cartografia, ref.: ARC.029,04,001.

¹³⁹ [Mapas da região de encontro entre os atuais estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, e do curso do Rio São Francisco]. [S.l.: s.n.], [17--]. 3 mapas ms.: desenho a tinta ferrogálica ; 52,5 x 64. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Divisão de Cartografia, ref.: ARC.030,03,014 f.01-03.

¹⁴⁰ LEME, op. cit., t. III, p. 89.

¹⁴¹ Informações semelhantes constam em outro mapa, mais bem finalizado, com legendas em vermelho, traços em preto e os rios coloridos. [Parte do rio São Francisco, com seu afluente, o rio Verde, ao norte da Capitania de Minas Gerais]. [S.l.: s.n.], [17--]. 1 mapa ms.: desenho a tinta ferrogálica ; 55 x 65,5. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Divisão de Cartografia, ref.: ARC.030,03,020.

registros, e não simplesmente uma espécie de estilo.¹⁴² Os mapeamentos apresentam níveis distintos de proficiência cartográfica, indicando geralmente rios, caminhos, acidentes geográficos, povoações, áreas habitadas por indígenas – assinalando se são ou não “mansos” – e informações sobre duração e distâncias das viagens,¹⁴³ ou seja, os elementos principais a serem registrados e comunicados a fim de serem conhecidas as terras percorridas. A ausência de cartucho, título, dedicatórias e dados sobre autoria, na maioria dos documentos, reforça que os mapas eram utilizados para consultas ou composições de outras cartografias, não sendo produzidos para disponibilização final ou como registros oficiais.

Figura 20 – [Mapas da região de encontro entre os atuais estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, e do curso do Rio São Francisco], [17--], detalhe de uma das folhas. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

¹⁴² Tiago Kramer de Oliveira indica as duas referências centrais de seu trabalho, expressas na própria definição do título – *Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações* –, a saber, John Brian Harley e Jaime Cortesão. Isso mostra, por um lado, a definição da cartografia e da espacialização como fontes primordiais e, por outro, um entendimento apurado da essência discursiva dos mapas, em oposição a uma suposta imparcialidade da qual são imbuídos, em muitos contextos. Ver OLIVEIRA, op. cit.

encontrado por volta de 1670, tendo suas posses confiscadas e, por fim, morrendo enquanto preso no Rio de Janeiro.¹⁴⁴ Suas descobertas, no entanto, estariam registradas em “uma pequena relação da figura da serra e a lagoa de Uvupabuçú, e os graus de altura em que tudo isto ficava”, sendo assim possível a Fernão Dias Paes explorar as ditas minas.¹⁴⁵ A indicação da “altura” demonstra que o sertanista possuía conhecimentos cartográficos que não eram triviais, ou seja, as habilidades de Azeredo no deslocamento e localização nos sertões combinavam-se, na busca por pedras preciosas, com sua instrução formal, distanciando-o da noção de “instinto espontâneo [sic]”, nos termos de Cortesão.¹⁴⁶

Até as décadas iniciais do setecentos, o imaginário construído sobre os moradores de São Paulo que se embrenhavam nos sertões, principalmente por jesuítas e membros da administração colonial de outras capitanias, era de que possuíam habilidades peculiares e destreza semelhante à dos indígenas. A própria denominação de “sertanistas”, comum na documentação produzida a partir do setecentos, indicava um pertencimento desses colonos que extrapolava qualquer divisão administrativa. A partir da definição de novas capitanias, com o desmembramento do território de São Paulo na primeira metade do século XVIII,¹⁴⁷ os conflitos de domínio são tensionados, e esses colonos reforçam a retórica de necessidade de reparo e recompensa com

¹⁴⁴ Ibid., t. II, p. 45.

¹⁴⁵ Ibid., t. III, p. 69, grifos nossos.

¹⁴⁶ Podemos dizer que esses são alguns “dos personagens e das idéias que fundaram o sertão” – são os agentes que definiram e redefiniram, marcaram e demarcaram as imagens que configuraram esses territórios, a partir dos referenciais e dos lugares da colonização. SILVA, 2006, op. cit., p. 45. No mesmo sentido, “Poderíamos afirmar que a ‘cartografia do sertão’ é a construção de representações *sobre* o espaço *do sertão* [...]. Com efeito, cremos, em ‘mapas’ que *criaram o sertão*. ‘Criação’ [...] implica a elaboração de imagens que deformam, silenciam, enfatizam, classificam, julgam, atribuem, manipulam, ignoram e reinventam os espaços figurados”. Tanto os mapas originais quanto os estudos e obras que os mobilizam como fontes acabam por criar e recriar o que se entende do território e dos elementos ali contidos. Com relação ao sertão colonial, seriam Jaime Cortesão e Sérgio Buarque de Holanda “dois ‘cartógrafos do sertão’ que são, particularmente, influentes na produção de discurso histórico sobre a história e a cartografia dos territórios interiores dos domínios portugueses na América”. Em seus trabalhos, a história e a política, de tempos remotos e contemporâneos, imbricar-se-iam em suas argumentações e hipóteses. No caso de Cortesão, tal afirmação é ainda mais palpável, se tomarmos em conta que boa parte de sua produção sobre o tema foi realizada no bojo de suas atividades docentes junto ao Itamaraty. OLIVEIRA, op. cit., p. 29-30, grifos do original.

¹⁴⁷ No período, a demarcação oficial da capitania de São Paulo foi alterada repetidas vezes, em desmembramentos sucessivos, perdendo os territórios de Minas Gerais (feita capitania autônoma em 1720), os atuais estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (1738), Laguna (1740) e os estados de Mato Grosso e Goiás (1748), no mesmo ano que a capitania paulista, criada em 1709, foi submetida à administração do Rio de Janeiro.

relação às suas supostas descobertas, que teriam incrementado a fazenda real e fortalecido o Império português como um todo.

OS SERTANISTAS NA PRODUÇÃO DE TERRITÓRIOS COLONIAIS

Para além da exploração de metais e conquista das nações nativas, as entradas fizeram parte dos processos de expansão das fronteiras portuguesas no Novo Mundo. A negociação de limites entre as áreas coloniais lusas e espanholas na América teve como um de seus pontos de inflexão o processo de abandono da linha reta e abstrata que podia ser marcada pelos ditames do Tratado de Tordesilhas (1494) e de transposição das divisões para uma geografia, física e humana, conhecida e descrita no Tratado de Madrid (1750). Nas primeiras décadas do século XVIII, colonos portugueses e jesuítas já haviam percorrido e ocupado regiões distantes das primeiras povoações, concentradas na faixa costeira, cruzando várias vezes a fronteira assumida entre suas terras e aquelas pertencentes à Coroa espanhola, marcadamente nas atuais bacias do Amazonas e do Prata. Em função disso, cresciam os conflitos diretos, que não apenas desviavam recursos e braços das atividades de interesse econômico, mas também enfraqueciam a segurança em relação a ataques de outras nações europeias.

O aumento das hostilidades e guerras era acompanhado de acréscimos no conhecimento acumulado sobre o território, ainda que essas informações estivessem dispersas em documentos, notícias, mapas, cartas e registros diversos. No início do setecentos, essa ausência de sistematização passa a estar no centro das preocupações da Coroa portuguesa, em função do que era identificado como um atraso na produção de representações cartográficas e geográficas em Portugal. É justamente a questão das fronteiras que leva d. João V a encomendar um *Novo Atlas do Brasil* e fundar, em 1720, a Academia Real da História Portuguesa, que marca institucionalmente a retomada portuguesa da produção de mapas, para a qual são recrutados especialistas franceses e italianos.¹⁴⁸ Os produtos finais das investigações territoriais ordenadas pela Coroa portuguesa e da reunião de informações geográficas e humanas sobre as áreas em disputa com os espanhóis foram o *Tratado de Limites entre Portugal e Espanha na América do Sul*, de 1748, que continha a proposta de fronteiras a ser discutida, e a cartografia anexa a ele, o *Mapa dos confins do Brazil com as terras da Coroa da Espanha*

¹⁴⁸ CORTESÃO, op. cit., t. 1, p. 273-275.

na América Meridional, conhecido como *Mapa das Cortes*,¹⁴⁹ apresentado em seu formato original no ano seguinte (Figura 21).

Figura 21 – *Mapa dos confins do Brazil com as terras da Coroa da Espanha na America Meridional* ou *Mapa das Cortes*, 1749. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

O mapa preparado para sintetizar e facilitar as negociações não foi somente um produto da transposição de informações das conquistas até então realizadas e registradas para o papel. Um intenso processo de levantamento de informações,

¹⁴⁹ A forma como ficou conhecida tal cartografia deve-se ao fato de ter sido assinado pelos ministros das Cortes de Portugal e Espanha, d. Tomás da Silva Teles e d. José de Carvajal, respectivamente. Dentre as cópias existentes desse mapa, tomamos como fonte em nossas análises principalmente a pertencente ao acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. *Mapa dos confins do Brazil com as terras da Coroa da Espanha na América Meridional*. [S.l.: s.n.], 1749. 1 mapa ms.: col.; 60 x 54cm. em f. 70 x 64. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1004807/cart1004807.html>. Acesso em: 20 Jan. 2016.

reunião de mapas e relatos, elaboração de inquéritos e disposição do material existente e criado no formato adequado para as negociações foi realizado ao longo de algumas décadas, até a feitura da proposta encaminhada para as Cortes ibéricas. Entre outras intencionalidades, as distorções inseridas na representação apontam para a maneira como o mapa foi estrategicamente utilizado em meio às contendas diplomáticas.

Jaime Cortesão toma localizações identificáveis no desenho e compara suas latitudes e, principalmente, longitudes com outras cartas conhecidas pelo diplomata Alexandre de Gusmão – responsável pela feitura do mapa – e com as medidas mais exatas, de acordo com as técnicas disponíveis em meados do século XX, período em que pesquisava. Em sua avaliação, são encontrados repetidos erros no posicionamento de vilas e rios, sempre deslocados para leste, o que resulta na diminuição da área portuguesa representada e no engrandecimento correspondente da porção espanhola. Além disso, as regiões em disputa entre as duas Coroas aproximam-se, assim, da linha estipulada no Tratado de Tordesilhas, fazendo crer a quem lesse esse documento que as usurpações portuguesas eram menores do que de fato se configuravam. Por fim, conclui pela intencionalidade do reposicionamento operado no mapa, uma vez que as distorções são sistemáticas e que havia fontes suficientes para corrigi-las.¹⁵⁰ Seus argumentos para a comprovação do uso estratégico das distorções repousam, entre outros aspectos, na observação de que o mapa “é graduado em latitudes e longitudes, mas só as primeiras estão numeradas”,¹⁵¹ o que dificulta a averiguação mais completa das posições.

Dando prosseguimento à investigação das distorções, em exame quantitativo mais recente,¹⁵² destaca-se, entre os erros, a posição da vila de Goiás (atual cidade de Goiás Velho), cujo ponto no mapa de Gusmão “está situado muito ao norte (5,2°) e muito a leste (4,7°), no atual sertão da Bahia”.¹⁵³ Esse deslocamento seria responsável por contrair, de uma só vez, tanto as áreas identificadas como de uso português ao norte, na bacia do Rio Amazonas, quanto as ocupações dos sertões meridionais,

¹⁵⁰ CORTESÃO, op. cit., t. 2, p. 329-332.

¹⁵¹ Ibid., p. 330.

¹⁵² Jorge Pimentel Cintra sobrepõe esse documento ao mapa do Brasil de 1995, produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desmembrando o *Mapa das Cortes* em regiões, a fim de identificar padrões de imprecisão, sem ocupar-se do caráter intencional dessas ocorrências. Ver CINTRA, Jorge Pimentel. O Mapa das Cortes: perspectivas cartográficas. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, nova série, v. 17, n. 2, p. 63-77, jul./dez., 2009.

¹⁵³ Ibid., p. 74.

sugerindo que as posses espanholas fossem mais dilatadas do que eram na realidade. Tal alteração incide sobre a proporção entre as áreas de cada Coroa. Outro elemento seria também responsável por ao menos algumas das imprecisões encontradas, qual seja, o processo de compatibilização das fontes utilizadas na confecção dessa cartografia:

[...] grande parte dos rios do interior carece de detalhes ou, quando os têm, apresentam notáveis distorções com relação à forma, *por provirem de relatos de sertanistas, que avaliam distâncias por dias de percurso, daí se deduzindo latitudes e longitudes imprecisamente*.¹⁵⁴

As distorções estariam mormente na bacia Uruguai-Paraná e seriam justificáveis, pois, “Para a maioria desses pontos [erroneamente localizados], não há coordenadas determinadas astronomicamente, mas só estimativas por distâncias percorridas a pé ou em canoa”,¹⁵⁵ ou seja, essas posições teriam sido determinadas a partir de informações de sertanistas e exploradores, tais como aquelas mencionadas anteriormente. As exatas variações de latitudes e longitudes apresentadas no mapa e a averiguação de interesses subjacentes aos erros representados são questões que Cortesão, Cintra e outros autores abordam em profundidade. Ainda que essenciais, esses estudos não nos concernem de modo central. Na esfera das representações, a análise dos elementos gráficos dessa cartografia – daquilo que é nela figurado ou não e por meio de qual conjunto de símbolos – é o que nos permite uma aproximação singular aos desejos encarnados na construção desse produto, a partir de suas características próprias e do seu confronto com outras produções dos mesmos circuitos, remetendo-nos às propostas sobre a forma de análise das fontes cartográficas, tal como apresentado no Capítulo 1.

No que tange à análise simbólica dos elementos gráficos, vale reproduzir sinteticamente as indicações de Jorge Pimentel Cintra, quais sejam: “coloração geral sépia, acentuada pelo tempo”;¹⁵⁶ linha de limite de fronteiras em vermelho; “leves

¹⁵⁴ Ibid., p. 68, grifos nossos.

¹⁵⁵ Ibid., p. 75.

¹⁵⁶ É forçoso esclarecer que o *Mapa das Cortes*, finalizado originalmente em 1749, sofreu pequenas alterações *a posteriori*, sendo que sua versão publicada no ano seguinte retratava algumas fronteiras com ligeira diferença de traçado, referentes aos limites finalmente acordados pelas Coroas. Ainda que não seja um dado desprezível sobre essa fonte, tais variações não são relevantes para os fins da análise

aguadas”, em amarelo para o território português e em rosa para o espanhol; corpos d’água em sépia mais forte;¹⁵⁷ destaque para as medidas proporcionalmente grandes das denominações “Chaco”, “Chiquitos” e “Moxos”; sem legenda, fazendo uso do “que se poderia chamar de simbologia natural”, o que podemos entender – em melhor expressão – como simbologia corrente no período, que representa montanhas, lagoas, matas, arquipélagos e círculos vermelhos para povoações, discriminadas em fortes (bandeiras), missões (cruzes), e vilas e cidades (igreja); e “pequenos deslocamentos [dos símbolos de povoações] com relação à posição real, para que ganhem destaque no entorno, recurso admissível em cartografia”. Além disso, “Os topônimos em solo brasileiro estão grafados em português da época, com algumas abreviações, enquanto os da América espanhola estão em castelhano, não sem uma certa *contaminação* do português [...]”.¹⁵⁸

Figura 22 – Detalhe dos elementos gráficos de mais destaque contidos no *Mapa das Cortes*: duas rosas dos ventos, cartucho e legendas “Moxos”, “Chiquitos” e “Chaco”, apenas no território espanhol.

aqui empreendida. Ver FERREIRA, Mario Clemente. *O Tratado de Madrid e o Brasil meridional: os trabalhos demarcadores das partidas do sul e a sua produção cartográfica* (1749-1761). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. Jorge Pimentel Cintra, no artigo supracitado, discorre resumidamente sobre a sequência de cópias do mapa, de acordo com os ajustes demandados pelas negociações. CINTRA, op. cit., p. 64.

¹⁵⁷ O mapa reproduzido na coletânea de documentos sobre o Tratado de Madrid organizada por Jaime Cortesão mostra ainda um preenchimento em azul nos rios e lagos, além de sombreado azulado indicando a linha da costa atlântica. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. LII, 1938, fl. anexa.

¹⁵⁸ CINTRA, op. cit., p. 67, grifos do original.

Considerando as variações existentes na representação das partes do mundo colonizadas por Coroas europeias, os aspectos gráficos do *Mapa das Cortes* não possuem grande notoriedade. Em realidade, trata-se de um desenho sem ornamentações, sem ilustrações, com carimbo simples e poucos dados, distinto daqueles exibidos publicamente por monarquias do Velho Continente. Excetuando-se os topônimos, figuram somente as indicações da Linha do Equador – ou Linha Equinocial, nos termos constantes – e do Trópico de Capricórnio, além de duas rosas dos ventos apenas desenhadas. Essa representação de poucos elementos aponta para o emprego restrito do mapa, cuja circulação deveria limitar-se aos negociadores do Tratado, e remete-se ao cientificismo pretendido pela argumentação da Coroa portuguesa. Ao longo do período de consolidação e expansão dos impérios europeus, desde o século XV até o começo do XIX, a produção cartográfica operou uma ênfase crescente no uso da razão e de seus dispositivos respectivos, participando e criando o movimento de “nascimento da ciência moderna na Europa”.¹⁵⁹ No campo do que viria a chamar-se de cartografia, a configuração dessa prática como ciência resultou na criação do que podemos denominar de linguagens de legitimação:

From at least the seventeenth century onward, European map-makers and map users have increasingly promoted a standard scientific model of knowledge and cognition. The object of mapping is to produce a ‘correct’ relational model of the terrain. [...] A ‘scientific’ cartography (so it was believed) would be untainted by social factors.¹⁶⁰

A adoção de técnicas, elementos gráficos e formatos compatíveis com uma “cartografia científica” seria, pois, uma maneira de afastar dúvidas com relação ao que

¹⁵⁹ Paolo Rossi faz um apanhado sistemático das transformações em curso no século XVII em várias nações europeias, em meio às quais “toma vida e alcança rapidamente a plena maturidade uma forma de saber que revela características estruturalmente diferentes das outras formas da cultura, conseguindo a duras penas criar suas próprias instituições e suas próprias linguagens específicas”. ROSSI, Paolo. *O nascimento da ciência moderna na Europa*. Bauru: EDUSC, 2001, p. 13.

Encontramos uma síntese sistemática das transformações na ciência e na prática da cartografia durante o período renascentista europeu no texto de David Woodward que abre o terceiro volume da coletânea *The History of Cartography*. Ver WOODWARD, David. *Cartography and the Renaissance: Continuity and Change*. In: _____. (ed.). *The History of Cartography*. v. 3: *Cartography in the European Renaissance*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2007, p. 3-24.

¹⁶⁰ HARLEY, John Brian. Deconstructing the map. *Cartographica*, v. 26, n. 2, p. 1-20, 1989, p. 4.

constava nos mapeamentos. Em linhas gerais, as transformações apontam para a diminuição dos mapas relacionados à geografia religiosa¹⁶¹ e aos textos sagrados e o aumento de sua relação com territórios conhecidos – mesmo que suas representações se baseassem em suposições e ilustrações “fantásticas”. O desenrolar das navegações em busca do Novo Mundo colocou em questão a geografia até então representada, em que os lugares da fé e do sagrado – tais como Jerusalém ou Roma – eram pontos centrais dos mapas desenhados.

For centuries the Christian world had embraced the whole of Western human experience. At the beginning of the sixteenth century, the world of the Christian changed in two ways. First, with the Reformation, the Christian sphere of life became the arena of either free or predestined individuals struggling for salvation. Second, with the new discoveries and explorations, Christian life was exposed to a field of tension between the known and the newly experienced.

When the marvel at the latest geographical discoveries gave way to the changing images of an ever-growing, rampant *oikoumene*, or inhabited world, cartography was in process of establishing itself as an advanced technique of representing the earth. Long an arcane science linked to philology and theology, cartography emerged against the backdrop of the political crisis caused by the religious wars and generated a new global vision that provided the empowered European nations with an omnipresent icon of modern life.¹⁶²

Novas paisagens e formas de vida chocaram-se com as escrituras bíblicas e desafiaram as ideias de superioridade e universalidade da história dos povos europeus.¹⁶³ Em curto período, de pouco mais de um século, foram desenvolvidos o sistema de latitudes e a observação astronômica, bem como os instrumentos

¹⁶¹ Com tema afim, Renato Cymbalista apresenta o que denomina como “imaginário martirológico da Companhia”, que condicionaria a atuação dos padres jesuítas, do século XVI ao XVIII, e dentro do qual ganhariam sentido as mortes martirizadas pela Igreja em territórios disputados, construindo uma verdadeira geopolítica do martírio, espalhada no tempo e no espaço. Ver CYMBALISTA, Renato. *Sementes de Cristãos: Mártires jesuítas na América, 1554-1767*. 2017. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

¹⁶² REITINGER, Franz. Literary Mapping in German-Speaking Europe. In: WOODWARD (ed.), op. cit., p. 448.

¹⁶³ A simples existência de outras populações, vegetações e animais ia de encontro à narrativa bíblica da criação do mundo e seria tomada como evidência em diferentes processos de questionamento de seus conteúdos e explicações. Ver ROSSI, op. cit., p. 110-113.

correspondentes a essas práticas, dando impulso tanto às navegações quanto à criação de cartas náuticas e outros produtos cartográficos.¹⁶⁴ Esses dois elementos – as explorações e as representações geográficas – alimentaram-se mutuamente, consolidando-se como formas de entendimento e experiência do mundo material e simbólico.

Em Portugal, esse período de incremento das atividades de navegação e produção cartográfica pode ser segmentado em três momentos. O primeiro, entre o século XIV e meados do seguinte, seria marcado pela feitura das cartas que teriam possibilitado as explorações através do Atlântico. Sobre essa produção, pouco se sabe de conclusivo, uma vez que são raros os registros encontrados, ainda que haja um conjunto significativo de referências aos mapas e às viagens. Do final do século XV até cerca de 1640, quando a Coroa portuguesa estava submetida à Espanha, três famílias de cartógrafos fizeram de Lisboa um centro produtor de mapas, enquanto Inglaterra e Países Baixos ascendiam no domínio da ciência náutica e cartográfica. Após retomar sua soberania e até o final do seiscentos, Portugal viu-se em constantes guerras pela demarcação de fronteiras territoriais na Península Ibérica e em seus territórios ultramarinos. Para dar conta dessas ameaças, estabeleceu alianças com outras nações europeias – a saber, França, Inglaterra e Alemanha – e contratou mercenários, engenheiros-militares e cartógrafos estrangeiros para servirem a seus interesses.¹⁶⁵

No século XVIII, a cartografia consolidou-se como referência imagética na Europa, especialmente em função do desenvolvimento de técnicas de gravação e impressão, que aceleraram a reprodução, diminuíram os custos e facilitaram a distribuição. De modo geral, a impressão de mapas, entre fins do século XV e o início do XVII, concentrou-se em cidades maiores, nas quais havia disponibilidade de insumos materiais e mercado consumidor mais expressivo, circunscrevendo-se a um número limitado de editores e cartógrafos, que circulavam, muitas vezes, as mesmas imagens em diferentes livros e atlas de alta tiragem. A origem desses empreendimentos variou entre Bolonha e Roma até Colônia e Antuérpia, passando pelas cidades de Londres, Veneza, Lyons e Augsburg. Os incrementos técnicos e o uso de mapas como

¹⁶⁴ A bússola e os instrumentos de observação das estrelas e demais corpos celestes representam, no campo da história das ideias, parte do conjunto de invenções que “coincide com uma aceleração da história”. Ibid., p. 87.

¹⁶⁵ ALEGRIA, Maria Fernanda et al. Portuguese Cartography in the Renaissance. In: WOODWARD (ed.), op. cit., p. 977-1059.

referencial de informações geográficas relacionadas ao existente fizeram com que, a partir do século XVIII, a cartografia fosse tomada como espécie de aritmética política em formato de ilustração, o que reforçava a exatidão como categoria definidora dessa produção:

Havia uma ênfase crescente no que era visto como precisão; na representação, no mapa em duas dimensões, de características que estivessem tanto corretamente proporcionais como na correta localização relativa.¹⁶⁶

Apesar de sua intensa e importante produção de conhecimentos geográficos e mapas, Portugal não fazia parte dos grandes circuitos de impressão e publicação, desenvolvidos do período renascentista em diante, que tornaram a circulação de artefatos cartográficos um expediente comum em várias partes da Europa.¹⁶⁷ No século XVIII, mapas singulares e, principalmente, atlas geográficos e históricos já gozavam de considerável disponibilidade não apenas para reis e seus círculos, mas também para os demais grupos sociais europeus, mesmo os mais pobres. Diversos tipos de cartografia do Velho e do Novo Mundo faziam parte do imaginário coletivo. A produção portuguesa, financiada pela Coroa, mantinha-se primordialmente manuscrita, afastando-se dos grandes desenvolvimentos nas técnicas de feitura e reprodução, mas isso não significava que sua Corte era menos conhecedora das informações naturais e humanas de seu território colonial – e esse conhecimento podia ser usado a seu favor.

A mencionada Academia Real da História Portuguesa tinha como um de seus objetivos recolher e reunir relatos das ocupações até então realizadas.¹⁶⁸ Era interesse expresso do rei português que seus súditos avançassem na ocupação da América, mantendo-se contudo afastados das povoações de jesuítas e colonos espanhóis, evitando conflitos e assegurando que as conquistas territoriais fossem, ao máximo possível, desconhecidas da Coroa espanhola.¹⁶⁹ Afora os interesses acadêmicos, também o negociador português do Tratado de Madrid, Alexandre de Gusmão,

¹⁶⁶ BLACK, Jeremy. *Mapas e história: construindo imagens do passado*. Bauru: EDUSC, 2005, p. 42.

¹⁶⁷ Ver KARROW, Robert. Centers of Map Publishing in Europe, 1472-1600. In: WOODWARD (ed.), op. cit., p. 611-621.

¹⁶⁸ KANTOR, Iris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 39-61, jul./dez., 2009, p. 44.

¹⁶⁹ CORTESÃO, op. cit., t. 1, p. 308.

apontava a necessidade de apreensão e registro da “geografia do interior do continente”¹⁷⁰ para a fixação das fronteiras.

Durante êsse período [cerca de dez anos antes do início das negociações do Tratado de Madrid], como havemos de ver, Alexandre de Gusmão procurou por todos os meios informar-se sobre a geografia das regiões de soberania incerta entre o Brasil e a América espanhola.

Quando, em 1748, êle concebe o plano do Tratado dos Limites [que antecede o Tratado de Madrid] e o faz enviar ao negociador espanhol, d. José de Carvajal, já então, graças à informação dos carmelitas da Amazônia, à expansão bandeirante para oeste e aos mapas de Diogo Soares, êle tinha em mãos os dados científicos, essenciais para resolver o problema.¹⁷¹

O conhecimento da situação dessas áreas ocupadas, tanto no que tange à presença humana quanto às características naturais, mostrar-se-ia central na formulação da proposta de fronteiras firmada em 1750 e já seria assim entendido por Gusmão. No final de 1748, o referido *Tratado de Limites* é enviado a Carvajal junto com uma carta explicativa, em que se justificava a desconsideração da linha imaginária de Tordesilhas, substituindo-a pela demarcação de limites em que se reconhecessem os usos correntes dos territórios coloniais, associando as fronteiras aos marcos naturais mais notáveis na paisagem.¹⁷² Trata-se da conjugação de dois princípios, a saber, o *uti*

¹⁷⁰ Ibid., t. 2, p. 126.

¹⁷¹ Ibid., p. 132.

¹⁷² Ibid., p. 319-320.

*possidetis*¹⁷³ e as balizas naturais,¹⁷⁴ respectivamente. Nos dizeres do próprio Tratado de Madrid, conforme transcrito e ortograficamente atualizado por Jaime Cortesão:

O primeiro e mais principal é, que se assinalem os Limites dos dois Domínios, tomando por balizas [sic] as paragens mais conhecidas, para que em nenhum tempo se confundam, nem deem ocasião a disputas, como são a origem, e curso dos rios, e os montes mais notáveis: O segundo, que cada parte há de ficar com o que atualmente possui, à exceção das mútuas cessões, que em seu lugar se dirão; as quais se farão por conveniência comum, e para que os Confins fiquem, quando fôr possível, menos sujeitos a controvérsias.¹⁷⁵

Teria sido na *Grande Instrução*, de 1736, referente ao armistício na região do Rio da Prata, que o “negociador oculto” da Coroa portuguesa – alcunha dada por Cortesão a Gusmão – veiculou pela primeira vez a ideia do *uti possidetis*, antigo princípio romano, para tratar de conflitos territoriais.¹⁷⁶ Já a utilização das balizas naturais permitia uma transposição mais simples e direta de limites descritos em texto ou representados em mapa para o território vivido, atenuando debates e hostilidades. Essa estratégia de negociação era repleta de pontos favoráveis à Coroa portuguesa, a começar pela superioridade de seus conhecimentos cartográficos e geográficos em relação aos espanhóis. Os esforços, iniciados décadas antes com a produção e coleta de

¹⁷³ De acordo com o princípio do *uti possidetis*, as terras em disputa permaneceriam sob posse da Coroa que já estivesse ocupando-a, exceto em casos excepcionais, tais como aqueles em que o cumprimento dessa diretriz configurasse revés significativo para o outro lado. Nesses, conjugar-se-ia essa orientação a outra, *quod tibi non nocet*, que indica a cessão de terras ocupadas por uma Coroa, quando não lhe prejudicasse e significasse benefício para a outra. Sinteticamente, em carta do primeiro-ministro português ao negociador Tomás da Silva Teles, de maio de 1749: “Cuanto á primeira parte V. E. estará lembrado que desde o principio desta negociação adoptamos por máximas preliminares em primeiro lugar, que nas teras já povoadas por qualquer das partes, cada huma conservaria o que tivesse ocupado exceto onde se dese forzoza rasão para o contrario, por que neste caso se atenderia á regra – quod tibi non nocet; e em segundo lugar que se procurase constituir a raia pelas balizas mais conspicuas e notáveis dos montes ou rios grandes, sem se reparar em algumas legoas de terra desertas, onde sobraão tantas a cada huma das Coroas que não poderia povoar em muitos séculos [...]”. DESPACHO do Ministro Portuguez para o Plenipotenciario de Portugal em Madrid, justificando o Plano do Tratado. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. LII, p. 18-30, 1938, p. 18-19.

¹⁷⁴ Note-se que o uso dos elementos da paisagem como fixadores das fronteiras territoriais não se limitava às disputas em áreas coloniais. Ao contrário, tudo leva a crer que o emprego desse princípio na América seguia as discussões correntes no próprio continente europeu, no momento em que se formavam os estados-nação e eram definidos os limites entre eles. BLACK, op. cit., p. 56.

¹⁷⁵ CORTESÃO, op. cit., p. 365.

¹⁷⁶ Ibid., p. 127, 130.

informações sobre os territórios em disputa na América, começavam a tomar rumo no *Tratado de Limites* apresentado.

A descrição textual baseada em informações geográficas não era ainda a cartada principal a ser lançada. Reunindo fontes cartográficas e notícias de diversos agentes envolvidos na circulação, exploração, ocupação e investigação das terras do interior da colônia, Gusmão encomendou um mapa que conteria a representação gráfica completa de sua proposta de fronteiras – ou “confins”, como se denominava na documentação corrente. O *Mapa das Cortes* era a síntese visual da argumentação construída, e nada semelhante seria produzido pelos negociadores espanhóis. Sua força residia, entre outros aspectos, na presença, a um só tempo, de informações complexas significadas em simples traços:

A importância destes [mapas nas negociações do Tratado de Madrid] derivava do fato de serem uma simplificação da informação sobre uma determinada região. Sintetizavam o que era conhecido e compreendido, suposto ou até ignorado acerca de um determinado espaço ou território.¹⁷⁷

Tal expediente, apesar de muito singularizado nos estudos sobre o Tratado de Madrid, teve antecedentes em outras disputas territoriais nas quais se envolveu a Coroa portuguesa.¹⁷⁸ Ainda que o mapa encomendado para as negociações não tenha inaugurado essa prática, a questão dos benefícios da utilização da cartografia não é menos relevante.¹⁷⁹ Em comunicação ao rei, datada de 1749, o visconde-embaixador

¹⁷⁷ FERREIRA, Mário Clemente. O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 51-69, jan./jun., 2007, p. 52. O emprego estratégico da cartografia como documentação articulada ao texto enviado para o negociador espanhol é também destacado por Cortesão: “A maior criação política de Alexandre de Gusmão foi o Tratado de Limites tal como ficou definido no projeto que acabamos de estudar. Mas a sua aceitação, com ligeiras alterações introduzidas pela Corte de Madri, só pode compreender-se e explicar-se, quando lhe acrescentamos o *Mapa das Côrtes*.” CORTESÃO, op. cit., p. 328-329.

¹⁷⁸ Além do uso de material cartográfico na resolução do conflito entre Portugal e Espanha sobre a posse das Ilhas Canárias, são mencionadas duas ocorrências de presença de cartógrafos em negociações semelhantes – Pedro e Jorge Reinel, pai e filho, em 1524, e Lopo Homem, poucas décadas depois disso. Os três são pertencentes a famílias com longas linhagens de cartógrafos e cosmógrafos, atuantes no Reino, em outras partes da Europa, na América portuguesa e na Ásia, durante os séculos XVI e começo do XVII. Além dos Reinel e dos Homem, a família Teixeira, com vasta produção de mapas em que figura o Brasil, finaliza a composição desse conjunto. Ver ALEGRIA et al, op. cit., passim.

¹⁷⁹ Assim como no caso do *Mapa das Cortes*, peças gráficas permitem a visualização simultânea de enorme quantidade de dados, que, caso fossem listados ou escritos, demandariam consideravelmente mais tempo para serem apreendidos e talvez nunca o fossem completamente, em especial no que diz

Tomás da Silva Teles, negociador do lado português, faz elogios a Gusmão e aos artefatos por ele produzidos para as negociações – o tratado escrito e seu correspondente cartográfico –, que teriam transformado a maneira de discutir o assunto: “[...] não só fácil de perceber-se com o entendimento, mas com a vista, pois se compreende em tão curto espaço a imensidade de terras que se estendem desde o rio da Prata até além do Rio Maranhão”.¹⁸⁰ D. José de Carvajal e Lancaster, negociador da Coroa espanhola, por sua vez, seria pífio conhecedor da geografia e das ocupações na América. Afora a falta de informações, o diplomata teria pouca instrução na ciência cartográfica, o que supostamente o tornava impressionável diante do mapa português.¹⁸¹ O que faltava aos espanhóis era abundante para aos portugueses – fontes manuscritas e cartográficas que descreviam terras e povos nas regiões de posse contestável.

Uma dessas fontes eram os inquéritos dirigidos a sertanistas e viajantes que percorreram os territórios em disputa, desde 1740. Os questionários apontam o interesse de Gusmão pelo “governo” de povoações indígenas, com especial atenção à descrição dos povoados encontrados nos percursos dessas pessoas pelo interior da colônia.¹⁸² Outros documentos foram também mobilizados, como se depreende das instruções dadas por ele a um funcionário da Coroa que estaria a caminho das Minas. Cabia ao homem obter informações sobre o “vasto sertão da nosa [sic] América, cuja geografia totalmente ignoramos”, recolhendo tais notícias por observação própria, através do trânsito “pelas nossas povoações e pelas dos índios, não somente domesticados, mas ainda incultos”.¹⁸³ O uso de “incultos” para referir-se a grupos indígenas não reduzidos, não catequizados e não aldeados, provavelmente refratários à aliança e submissão aos portugueses, pode ser associado à definição de “sertão” encontrada em dicionário de 1789, discutida anteriormente. Vale notar que se entrecruzam os significados de ausência de plantações e de condição barbária, diluindo as fronteiras entre o sentido da paisagem e dos grupos humanos. A observação que deveria ser realizada pelo funcionário tinha caráter marcadamente etnográfico:

respeito a posições relativas. Eram exatamente essas as características centrais do debate acerca da ocupação e posse dos territórios americanos, sobre as quais os portugueses tinham conhecimento mais aprofundado naquele momento – e melhores condições de manipulá-lo.

¹⁸⁰ CORTESÃO, op. cit., p. 354.

¹⁸¹ Ver Ibid., p. 179-229.

¹⁸² Ibid., p. 155-156.

¹⁸³ Ibid., p. 151.

“[...] verificou-se efetivamente um aproveitamento das informações obtidas com as viagens de iniciativas dos sertanistas de Mato Grosso, sendo elas também empregues na elaboração do Mapa das Cortes”.¹⁸⁴

Esses relatos não eram uma coleta desinteressada de dados – consistiam em material bruto para elaboração de representações cartográficas e estratégias locais de domínio. Gusmão “formulou e fêz aceitar pelo Conselho Ultramarino as diretrizes duma política de proteção e valorização dos índios”, que seriam elemento humano essencial para a ocupação e aproveitamento do território – assim como haviam feito os espanhóis com os Guarani nas missões jesuíticas.¹⁸⁵ A estratégia que orientava essas ações consistia em manter os grupos indígenas onde estivessem, nos sertões coloniais, buscando ali incorporá-los ao Império por meio de uma condição especial de súditos, em vez de reduzi-los e esvaziar essas terras, o que as deixava à mercê dos espanhóis ou até de outros europeus. Com relação aos sertanistas,¹⁸⁶ a administração colonial seguia também a ideia de cooptá-los, em vez de combater-los: “[...] o Estado português, inspirado por Alexandre de Gusmão, [...] não tardou em tirar todo o partido da expansão dos bandeirantes para oeste”.¹⁸⁷

Os documentos referentes à negociação e às tentativas de implementação das demarcações territoriais do Tratado de Madrid estão repletos de menções a caciques e outros indígenas, com os quais jesuítas e colonos relacionavam-se, ao longo de toda a região fronteiriça.¹⁸⁸ Entre os religiosos espanhóis e os nativos aldeados, as relações constituíam uma hierarquia mista, que reconhecia figuras locais de autoridade, inserindo-as nas estruturas colonizadoras de poder, tal qual efetuaram os primeiros povoadores europeus de São Vicente e São Paulo, em relação aos grupos indígenas que ali habitavam. A título de exemplo, podemos citar a menção a um

Don Nicolas Neenguirú [que] era Superior Mayor de todos los pueblos, que están al cargo de los Reverendos Padres Jesuítas y son de nacion Guarani, y por mandamiento del Reverendo Padre provincial y Superior de doctrinas, fue obedecido, reconocido, y admitido en este y en los demas pueblos por los

¹⁸⁴ FERREIRA, op. cit., p. 60.

¹⁸⁵ MALDI, op. cit., p. 194-195.

¹⁸⁶ CORTESÃO, op. cit., p. 176-177.

¹⁸⁷ Ibid., p. 170.

¹⁸⁸ Ver *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. LII, v. LVIII, 1938.

Ou seja, mesmo os indígenas que se dispunham a estabelecer acordos com os europeus e suas instituições mantinham traços, de maior ou menor expressão prática, de suas organizações sociopolíticas próprias. A desestruturação promovida pelas ações coloniais, ainda que significativa, não era total, permitindo a conservação de características que pudessem ser aproveitadas para os objetivos de colonização e exploração – os grandes contingentes de nativos e seu potencial como vassalos, trabalhadores e defensores das terras, eram elementos de interesse para as Coroas ibéricas. A manutenção de um séquito de indígenas sob a figura de seu cacique poderia facilitar a arregimentação do grupo, tanto por jesuítas quanto por outros colonos, do que se beneficiariam para fins de circulação, exploração e produção.

Sertanistas e nativos não foram mobilizados apenas por sua presença material e a territorialidade que construíram, mas também pelas informações geográficas que poderiam fornecer – e muitas vezes fizeram. Os sobreditos relatos escritos e mapas produzidos ou ditados por esses grupos figuraram entre as fontes remetidas ao Reino, desde o período que antecede as negociações que levaram à assinatura do Tratado de Madrid. Em carta de 1727, o então governador da capitania do Rio de Janeiro, Luís Vaía Monteiro, escrevia ao Secretário de Estado português, Diogo de Mendonça Corte-Real, advogando em favor da ocupação do Rio Grande. Na carta, Monteiro remete-se a uma “demonstração que fez um índio”, ou seja, um mapa que teria sido feito por um nativo.¹⁹⁰ Desenhos produzidos por indígenas e sertanistas foram devidamente transfigurados e complementados, a partir de outros documentos e de levantamentos de dados, de modo a criar imagens graficamente alinhadas com as representações mais contemporâneas, denotando exatidão e domínio técnico.¹⁹¹

¹⁸⁹ DEPOIMENTOS jurados de onze índios, de 11 de Fevereiro a 21 de Agosto de 1756. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. LII, p. 399-422, 1938, p. 414-415.

¹⁹⁰ Podemos relacionar as menções à produção cartográfica feita ou ditada por indígenas, no sul da Colônia aos sobreditos mapas analisados por Artur Barcelos, além das referências feitas por Jaime Cortesão.

¹⁹¹ Segundo Júnia Furtado e Neil Safier, a produção da *Carta de 1748*, de Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville, teria sido empreendida por semelhante processo de transposição de relatos sem rigor técnico. Ver SAFIER, Neil; FURTADO, Júnia. O sertão das Minas como espaço vivido: Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia europeia sobre o Brasil. In: PAIVA, Eduardo F. (org.).

O percurso da documentação direta ou indiretamente formulada por indígenas e sertanistas até o *Mapa das Cortes* não foi sempre o mesmo. Podemos dizer que as apropriações têm início com a chamada missão dos padres matemáticos, encomendada pela Coroa portuguesa em 1722 e realizada entre 1730 e 1748, com fins de determinar as posições correntes de povoamentos e ocupações nos confins coloniais, que tinha como um de seus objetivos o seguinte:

“[...] a primeira questão prévia a resolver para solucionar o problema dos limites entre a América portuguesa e a espanhola, era a situação dos territórios ocupados por cada uma das nações em relação à célebre linha tordesilhana”.¹⁹²

A expedição configurou-se como o primeiro levantamento, mapeamento e representação sistemáticos do território colonial “para delimitar a soberania política entre os domínios das nações confinantes”¹⁹³ e produzir o *Novo Atlas da América Portuguesa*. Em princípio, seriam enviados dois jesuítas italianos, os padres Giovanni Battista Carbone e Domenico Capassi, ambos possuidores de instrumentos próprios para a medição de latitudes e longitudes, mas apenas o último embarcou, acompanhado do padre Diogo Soares, português. Capassi morre em 1736 e Soares, doze anos depois, encerrando definitivamente os trabalhos dessa empreitada. O padre português “juntara grande cópia de notícias, roteiros e mapas dos melhores sertanistas de São Paulo, Cuiabá, Rio Grande e do Prata”,¹⁹⁴ que se tornaram insumos na confecção de uma série de mapas, não chegando, contudo, a finalizar a encomenda original.¹⁹⁵

São de interesse não apenas a ocupação territorial e o conhecimento efetivo do interior da colônia mas principalmente os mapas produzidos pelos agentes dessas empreitadas.¹⁹⁶ Afora esses mapeamentos, destacam-se ainda cartas de sertanistas, portugueses e paulistas, além da contribuição de jesuítas espanhóis: “Alguns dos primeiros mapas do Rio Grande e das suas ligações itinerárias com São Paulo foram

Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (século XVI-XVIII). São Paulo: Annablume, 2006. p. 263-277.

¹⁹² CORTESÃO, op. cit., t. 2, p. 8.

¹⁹³ Ibid., p. 25.

¹⁹⁴ Ibid., p. 21.

¹⁹⁵ Cortesão lista todos os exemplares produzidos pela missão dos quais teve notícia. Ver Ibid., p. 9-10.

¹⁹⁶ Ibid., p. 17-18.

traçados por Cristóvão Pereira [de Abreu] e dos seus informes se valeu muito o P. Diogo Soares”.¹⁹⁷ Sertanistas, indígenas e outras pessoas que circulavam nos sertões da América foram de grande valia para a efetivação da ocupação desses territórios e, simultaneamente, produziram informações geográficas, sociais e etnográficas que alimentaram as representações dessa ocupação. Essa dupla colaboração fica patente ainda no rol de fontes do *Mapa das Cortes*, conforme descrito em uma das duas cartas explicativas que o acompanharam, completando a documentação¹⁹⁸ que serviria de base à demarcação *in loco* dos limites fronteiriços aprovados:

[...] Carta geográfica do Padre Diogo Soares; Carta dos Missionários espanhóis, extraída das *Lettres Edifiantes*; Carta das monções [de Simão Bueno], enviada por Gomes Freire de Andrade; relações e riscos de alguns mineiros de Mato Grosso; cartas enviadas do Pará sobre o Madeira e Tapajós; e, finalmente, as cartas de la Condamine e a do Orinoco do Padre Gumilla.¹⁹⁹

Esses não eram os únicos mapas e relatos disponíveis naquele momento, sendo que a opção pelos documentos enumerados na dita comunicação foi, possivelmente, proveniente das possibilidades que esses apresentavam em relação aos interesses territoriais portugueses. Existem questionamentos, inclusive, sobre a possibilidade de algumas fontes terem sido omitidas e outras erroneamente apontadas por Gusmão. Entre as cartas e relatos ausentes que fariam parte da confecção do mapa final, estariam: “a edição alemã, de Mateus Seutter, do mapa que os jesuítas da província do Paraguai haviam publicado em 1726 e atribuído ao padre Juan Francisco Dávila”, supostamente utilizada para traçar o Rio Paraguai; a *Descripçam do Continente da America Meridional que nos pertence com os Rios, e Montes, que os Certanejos mais experimentados, dizem ter encontrado, cuja divisão se faz*, que seria a carta remetida por Gomes Freire de Andrade, e não o mapa de Simão Bueno; as notícias obtidas por meio das expedições de Francisco de Melo Palheta, Manoel Félix de Lima e Francisco Leme

¹⁹⁷ Ibid., p. 19.

¹⁹⁸ Não podemos deixar de apontar a semelhança do trabalho aqui descrito, empregado na feitura do próprio *Mapa das Cortes*, ao que Jaime Cortesão descreve como “reunir e coordenar num todo único, os traçados ou *riscos* dos sertanistas de acaso ou profissão”, tal como teriam realizado João de Abreu Gorjão e Tosi Colombina, em período semelhante, nos mapas que contêm os caminhos existentes no território colonial.

¹⁹⁹ Ibid., p. 327-328.

do Prado, ocorridas entre as décadas de 1720 e 1740,²⁰⁰ além dos mapas de autoria atribuída a João Gonçalves Pereira e João de Souza Azevedo, ambos produzidos poucos anos antes do *Mapa das Cortes*, a partir também de entradas pelos sertões; e relatos do frei carmelita André da Piedade, que teria complementado o mapa de La Condamine.²⁰¹

Os mapas, relatos escritos, povoações e caminhos que ora mencionamos apontam para a indissociabilidade da vivência dos sertanistas em relação aos contingentes nativos com os quais se aliaram ou mesmo contra os quais guerrearam. Foi por meio dessas articulações e seguindo as possibilidades, contingências e negociações delineadas pela Coroa portuguesa²⁰² que operou a transfiguração dos territórios indígenas em coloniais, num processo em que os grupos autóctones e adventícios seriam coautores dos traços e traçados do modo de vida e das paisagens nos chamados sertões.

²⁰⁰ Entre os documentos contidos no chamado Códice Matoso, encontram-se os relatos de duas viagens de Francisco Leme do Prado, natural de São Paulo, sendo uma delas acompanhada pelo português Manoel Félix de Lima, que teriam circulado por terras em que nenhum outro colono português constasse. Concordante com a hipótese apresentada, consta nas notas referentes às notícias que “Essas peças documentais integrariam o acervo de informações sobre regiões da América em disputa com a Espanha, que, mais tarde, a partir de 1746, subsidiaria a preparação do Tratado de Madri. O modo de apresentação e a natureza das informações apresentadas sugerem que a preparação deste documento viesse atender demanda do secretário real, Alexandre de Gusmão, que, através de levantamento de documentos e de inquéritos solicitados a funcionários e colonos sobre aspectos geográficos, históricos, etnográficos e econômicos das regiões em litígio com a Espanha, reunia elementos para as negociações a favor de Portugal”. PEREIRA, João Gonçalves. *Verdadeira notícia que deu Francisco Leme do Prado do que passou viu e experimentou na viagem que fez destas minas do Moto Grosso pelo rio abaixo às missões dos padres da Companhia [de Jesus] do reino de Castela....* In: FIGUEIREDO, Luciano Raposos de Almeida (org.); CAMPOS, Maria Verônica (org.). *Códice Costa Matoso: Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários outros papéis*, v. 1. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999, p. 871-878.

²⁰¹ Os apontamentos de Mário Clemente Ferreira sinalizam ainda maior participação de clérigos e expedicionários, cujas atividades de circulação provavelmente demandavam contato e acordos com indígenas, aldeados ou não. FERREIRA, op. cit., p. 55-63.

²⁰² Parecem-nos oportunas as ressalvas colocadas por Sérgio Buarque de Holanda – contrapondo-se, inclusive, a Jaime Cortesão –, para o qual a dilatação do território português em direção ao oeste da América não poderia ser entendida simplesmente como resultante do ímpeto dos sertanistas, tampouco como completamente prevista e incentivada pela Coroa. Entre esses múltiplos agentes, entendemos que havia um movimento incessante entre o descumprimento de ordens e a criação de novas regulamentações, dentro do qual nem sempre a ideia de subordinação aos reis igualava-se ao respeito ao mando de seus representantes em terras coloniais. Ver HOLANDA, Sérgio Buarque. *Capítulos de expansão paulista*. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 35, 105-106.

A reunião de fontes empreendida por Alexandre de Gusmão na realização do *Mapa das Cortes* mostrou-se suficiente para compor um mapeamento de todo o território em disputa e, mais do que disso, possibilitou a criação de uma representação una e uniforme da América portuguesa. Uma das características que contribuem para essa imagem, já antecipada no capítulo anterior, é o enquadramento adotado, que coloca as terras do Brasil no centro do desenho, conforme o esquema previamente apresentado no Capítulo 1 e reproduzido na Figura 23.

Figura 23 – Análise esquemática do *Mapa das Cortes*, em que se nota a centralidade conferida à América portuguesa, diferentemente do enquadramento mais comum dado à América Meridional, que contém as faixas costeiras tanto do Atlântico quanto do Pacífico.

Essa escolha conflita, de certa maneira, com o tema fundamental desse documento – os “confins” – e mesmo com o recorte geral descrito em seu título – a América Meridional. Nas Figuras 24, 25 e 26, apresentam-se exemplares de mapas que abarcam a totalidade da América Meridional, presentes na iconosfera do período em questão e que indicam os moldes em que Gusmão poderia ter operado. Com diferentes usos de simbologia e em projeções diversas, essa forma de representação era comum na produção cartográfica europeia de meados do setecentos – com a qual o secretário real dialogava ao construir o *Mapa das Cortes* – e continuaria sendo ao longo do século.

Figura 24 – *Amérique Meridionale*: publiée sous les auspices de Monseigneur le Duc D'Orleans premier prince du Sang, 1748. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.²⁰³

²⁰³ Mapa originalmente produzido por Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville. Ver FURTADO, Júnia Ferreira. *O mapa que inventou o Brasil*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2013.

Figura 25 – *South America Laid down from the Best Modern Maps with Improvements*, 1751. Fonte: John Carter Brown Library, Map Collection.

Figura 26 – *Amérique meridionale* par M. Moithey, ing. geog. du Roi, et professeur de mathématiques de M.M. les pages de S. A. S. Monseigneur le prince de Conty, 1785. Fonte: John Carter Brown Library, Map Collection.

Figura 27 – Comparação entre recortes do *Mapa das Cortes* e de cartografia inglesa da metade do século XVIII, em que se nota o resultado da distorção das terras espanholas na América e a ausência de seus limites a oeste no enquadramento do desenho formulado por Alexandre de Gusmão. Nos extremos, à direita e à esquerda, elencamos pontos de referência nas duas cartografias; os círculos correspondem à cidade de Potosí; e, ao centro, temos a comparação da posição da legenda referente ao Chaco. Assim, é possível compreender os diferentes posicionamentos de marcos territoriais no interior do continente e seus efeitos sobre a leitura de ambos os mapas. Detalhe de *South America corrected from the observation communicated to the Royal Society's of London & Paris by John Senex, at the Globe against St. Dunstons Church Fleetstreet*, [ca. 1755]. Fonte: John Carter Brown Library, Map Collection.

A imagem central do *Mapa das Cortes* corresponde ao Brasil, ficando as terras espanholas quase como seus apêndices. Para fins de comparação aproximada, podemos justapor um recorte de outra cartografia, de origem inglesa, na qual é possível apreender a diferença na posição da província do Chaco em relação às duas costas da América em ambos os desenhos. De acordo com o que se vê na Figura 27, a distorção empreendida por Gusmão amplia as dimensões das posses espanholas na representação e aproxima as áreas do interior do continente ao oceano Atlântico, enquanto, no outro mapa, essa região estaria muito mais próxima do Pacífico. A supressão da linha costeira a oeste – seja por distorções ou pelo enquadramento – favorece a argumentação da Corte portuguesa, ao engrandecer ainda mais a percepção do território colonial espanhol, além de destacar a soberania do território colonial

português. Ainda que esse procedimento não tenha sido feito com o todo o rigor do georreferenciamento, consideramos as aproximações de recorte empreendidas suficientemente precisas para os fins da comparação pretendida, ou seja, para a análise da proporção de terra que estaria entre o Chaco e cada uma das linhas costeiras, a leste e a oeste, indicando sua posição relativa nas cartografias consultadas.²⁰⁴

Outro reforço à unicidade é a ausência, dentro dos contornos da colônia portuguesa, de qualquer tipo de subdivisão ou hierarquização de territórios – como é o caso das menções às áreas de Chaco, Chiquitos e Moxos –, isto é, não são representados os limites das capitanias, tampouco a separação administrativa entre Governo do Norte e Governo do Sul, em vigor desde as décadas finais do quinhentos. As sucessivas divisões internas da América Meridional, para os mais variados fins, eram também elementos gráficos regularmente presentes nos mapas do período, conforme os exemplares apresentados nas Figuras 28 e 29, mas não foram reproduzidas na porção do mapa correspondente à colônia portuguesa.

Da esquerda para direita:

Figura 28 – *Tabula Americae specialis geographica regni Peru, Brasiliae, Terrae Firmae & Reg. Amazonum : secundum relationes de Herrera, de Laet, & PP. de Acuña & M. Rodriguetz, aliorumque observationes recentiores de signata & edita / per Guillem. de l'Isle, Geogr. Reg. Parisiensem, nunc recusa*, [ca. 1730]. Fonte: Huntington Library, Rare Books Department, Maps.

Figura 29 – *New & Exact Map of the Coast, Countries and Islands within the Limits of the South Sea Company from the River Aranoca to Terra del Fuego, and from thence through the South Sea, to the North Part of California &c. With a View of the General and Coasting Trade-Winds. And particular Draughts of the most important Bays, Ports. &c. According to the Newest Observations, By Herman Moll Geographer*, [ca. 1720]. Fonte: Huntington Library, Rare Books Department, Maps.

²⁰⁴ Realizando o mesmo procedimento com outros mapas não portugueses da América Meridional do século XVIII, o resultado é análogo, mesmo com pequenas variações.

O grau de uniformidade gráfica do território representado é ainda favorecido pelos desenhos de morros, espalhados por toda parte, formando espécies de cordilheiras, conforme visto no detalhe da Figura 30. Como se apreende do traçado da fronteira proposta entre as colônias, tais formações geográficas, ainda que pudessem servir como balizas naturais, acabaram não tendo relevância significativa na definição dos confins, sendo preteridos majoritariamente pelos rios. No caso dos cursos fluviais, é também notável que o grau de detalhamento desses elementos é o mesmo, não apenas ao longo de toda região que cerca as fronteiras propostas, como na completude da América portuguesa, sendo menor na colônia espanhola (ver Figura 21). A representação dos principais rios e afluentes na faixa litorânea e mesmo nas áreas que configurariam o interior do Brasil, com igual precisão daqueles dispostos nos confins favorece a leitura de que a totalidade desse território seria homogeneamente conhecida pelos portugueses. Ao equiparar os sertões “conquistados” ao litoral, Gusmão ampliava, em um só desenho, a imagem de domínio e as posses de sua Coroa.

Figura 30 – Detalhe do *Mapa das Cortes* em que se vê o preenchimento com “cordilheiras” ou conjunto de morros.

As copiosas cordilheiras e os numerosos cursos fluviais, mesmo que condizentes com a paisagem da região que figura no *Mapa das Cortes*, seriam meros reforços da condição superior de conhecimento do território americano de que desfrutaria Portugal. Ou ainda, seriam elementos gráficos supérfluos, cuja informação transmitida tem pouco ou nenhum valor. Se essa conclusão é apropriada para as áreas de posse contestada, parece-nos tanto mais verdadeira com relação ao restante do território, em que a presença de elementos significativos da paisagem seria dispensável. Vale-nos atentar menos para os dados contidos nos desenhos desses símbolos e mais para a função que podem desempenhar na leitura do mapa e na criação de uma imagem particular. Em outras palavras, é naquilo com pouca função prática que sobressai mais fortemente o discurso contido numa dada cartografia.

Essa questão é central no desenvolvimento de tradições cartográficas no Renascimento europeu, uma vez que as ações de explorações ao redor da Terra tinham de lidar, invariavelmente, com o desconhecido, e suas representações orbitavam entre as demonstrações do saber sobre essas regiões e os ocultamentos de informação, medida estratégica ante as guerras e as disputas diplomáticas.²⁰⁵ A imagem de conhecimento geral por parte da Coroa portuguesa dos espaços coloniais, transmitida pela uniformidade presente nos desenhos dos morros e rios, reforçava a autoridade de sua argumentação e sobrepujava qualquer carta em que figurassem ilustrações de fauna, flora e do cotidiano de indígenas, vazios sem nenhuma informação, ou mesmo grandes áreas preenchidas por legendas de etnônimos ou topônimos – como adotado, respectivamente, nos mapas constantes nas Figuras 31, 32 e 33.²⁰⁶ Esse dispositivo incrementaria o nível de domínio simbólico sobre essas áreas, que aparentavam assim terem sido completamente devassadas por portugueses.

²⁰⁵ Além das relações entre cartografia e poder, veiculadas por John Brian Harley e apresentadas no Capítulo 1, faz-se forçoso assinalar outro aspecto dessas disputas. Nos estudos sobre as cartografias coloniais, são recorrentes as menções à chamada “política do sigilo”, segundo a qual todas as informações sobre novas descobertas eram mantidas em absoluto segredo, de modo a evitar que Impérios concorrentes pudessem beneficiar-se delas. No que se refere à preparação do *Mapa das Cortes*, Jaime Cortesão afirma que esse procedimento era generalizado e indispensável. Contudo, no terceiro volume da coletânea *The History of Cartography*, em capítulo dedicado à cartografia portuguesa produzida durante o Renascimento, a hegemonia da “política do sigilo” é colocada em questão, pois tratar-se-ia de medida temporária e relacionada a contextos específicos. ALEGRIA et al, op. cit., p. 1.005-1.007.

²⁰⁶ Os mapas em questão são apenas exemplares dessas tradições, produzidos em diferentes contextos.

Figura 31 – Mapa do Brasil segundo a visão do cartógrafo italiano Giovanni Battista Ramusio (In: *Delle Navigationi et Viaggi*), 1556. Fonte: Instituto de Estudos Brasileiros, Coleção de Artes Visuais, Coleção Justiça Federal de São Paulo – Banco Santos.

Figura 32 – *Brasília: frente generis nobilitate armerum et litterarum...*, [1640?]. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Cartografia.

Figura 33 – *Carta Geographica Del Bresil*, [ca. 1740]. Fonte: Instituto de Estudos Brasileiros, Coleção de Artes Visuais, Coleção Justiça Federal de São Paulo – Banco Santos.²⁰⁷

Sobre essas possibilidades existentes no repertório cartográfico, mais especificamente acerca das representações que contêm lacunas ou espaços em branco – possivelmente as mais diretamente relacionadas a terras incógnitas –, podemos afirmar que carregam em si um viés estratégico e pragmático:

In areas not yet explored, what was not known was left blank on Homem's map [planisfério de André Homem, datado de 1559], a characteristic of this world map and of other Portuguese maps that clearly shows the practical character of that nation's cartography that was especially apparent in the first half of the sixteenth century.²⁰⁸

²⁰⁷ Mapa de Giovanni Battista Albrizzi, publicado em Veneza. O exemplar existente no acervo do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP) é uma cópia sem cor. Para melhor visualização dos detalhes, escolhemos reproduzir uma versão aquarelada e colorida, encontrada no estoque de um antiquário estadunidense. Disponível em: <<https://www.raremaps.com/gallery/detail/34283/carta-geographica-del-bresil-albrizzi>>. Acesso em: 6 Maio 2016.

²⁰⁸ ALEGRIA et al, op. cit., p. 995.

O excerto acima alude aos mapas do mundo produzidos em Portugal entre os séculos XV e XVII, mas sua referência ao vazio não perde sentido no que diz respeito a outras escalas cartográficas e mesmo aos produtos posteriores. Quando era de interesse preencher esses espaços, os cartógrafos lançavam mão de ilustrações ou engrandeciam e deslocavam os topônimos. Os portugueses adotavam e difundiam essas estratégias desde a exploração do continente africano²⁰⁹ e depois utilizaram-nas na cartografia da América e do Brasil.²¹⁰

O uso de uma ou outra dessas possibilidades variava conforme as contingências e os desejos do autor ou de quem havia encomendado a produção, como se vê no caso dos atlas criados pela família Teixeira, em que constam tanto mapas com lacunas no território quanto aqueles com imagens de fauna, flora e atividades desempenhadas por indígenas.²¹¹ É notável que, no atlas do Brasil de João Teixeira Albernaz I, de 1640, denominado *Descrição de todo o marítimo da terra de s. Crvz, chamado vulgarmente o Brazil*,²¹² as pranchas de maior escala, que se aproximam dos pontos povoados da linha costeira, são preenchidas com morros e árvores, como se nota nas Figuras 36 a 38. Essas figuras são desenhadas da mesma maneira em qualquer das cartas, de norte a sul – sem diferenciar, por exemplo, espécies características de uma ou outra região –, denotando não terem relação direta com as configurações naturais próprias.²¹³ Entendemos que esse expediente se assemelha ao uso dos morros como símbolos no *Mapa das Cortes*.

²⁰⁹ Ibid., p. 1.027.

²¹⁰ “Few of the Portuguese maps featuring Brazil made prior to the detailed surveys of Luís Teixeira about 1566 introduced any real improvement to the form of the coastline. As for the interior, geographical information was limited to the major rivers, the Amazon and the Plata, which were thoroughly navigated by Portuguese and Spanish explorers. So in some maps, the interior is filled in with beautiful illuminations that, like the missives of the earliest visitors, tell us something of the territory’s inhabitants and their customs—so alien to European eyes—and its natural resources.” Ibid., p. 1.030.

²¹¹ Ibid., p. 1.033.

²¹² ALBERNAZ, João Teixeira. *Descrição de todo o marítimo da terra de s. Crvz, chamado vulgarmente o Brazil*, [manuscrito colorido]. Lisboa: 1640. Disponível em: <[http://lhs.unb.br/atlas/\(Albernaz,_1640\)](http://lhs.unb.br/atlas/(Albernaz,_1640))>. Acesso em: 19 Maio 2017.

²¹³ Nessa escala, são diferenciadas ainda povoações, aldeias indígenas, currais e fortes, a depender da área retratada, de modo que essas representações se assemelham aos perfis litorâneos em que eram identificados os principais elementos formadores da paisagem, úteis para os navegadores que ali desembarcassem.

Da esquerda para direita:

Figura 34 – Capa do atlas *Descripção de todo o marítimo da terra de s. Crvz, chamado vulgarmente o Brazil*, de João Teixeira Albernaz I, publicado em 1640.

Figura 35 – *Terra de Santa Crvz, aqve chamão Brasil*. In: ALBERNAZ, João Teixeira. *Descripção de todo o marítimo da terra de s. Crvz, chamado vulgarmente o Brazil*, [manuscrito colorido]. Lisboa: 1640. Fonte: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, inv. n. CF 162, fl. 4.

Tal diferenciação no tratamento do vazio em escalas diversas sugere que, na representação de áreas mais povoadas e delimitadas, cartógrafos e editores lançavam mão da repetição de certos símbolos como forma de reforçar a ideia de ocupação e conhecimento mais uniformes dessa porção territorial. Podemos relacionar essa questão ao desenvolvimento e à produção cartográfica dos estados-nação europeus. Nesse contexto, desde o século XVI, foram produzidos mapas com fins de unificar territórios e confirmar as fronteiras que delimitariam as nações em formação.²¹⁴ Essas representações remetem-se ao momento de formação dessas nações e da própria criação da identidade nacional, para o que foi essencial delimitar fronteiras. Na produção portuguesa do século XVII, também a cartografia regional, que representava as províncias e outras porções do Reino, adotava grafismos que equilibravam os cheios e vazios do desenho, criando percepções unificadoras do território descrito.

²¹⁴ Ver KAGAN; SCHMIDT, op. cit., p. 661-679.

Do topo:

Figura 36 – Alagoa do Rio Grande—R^o De São Fr.co. In: ALBERNAZ, João Teixeira. *Descrição de todo o marítimo da terra de s. Crvz, chamado vulgarmente o Brazil*, [manuscrito colorido]. Lisboa: 1640. Fonte: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, inv. n. CF 162, fl. 13.

Figura 37 – Ilha de Sto Amaro—Emceada de Vbatvba. In: ALBERNAZ, João Teixeira. *Descrição de todo o marítimo da terra de s. Crvz, chamado vulgarmente o Brazil*, [manuscrito colorido]. Lisboa: 1640. Fonte: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, inv. n. CF 162, fl. 22.

Figura 38 – Entrada da Bahia de todos os Santos—Barra do Rio de S: Frco. pera caravelas e Pataxos. In: ALBERNAZ, João Teixeira. *Descrição de todo o marítimo da terra de s. Crvz, chamado vulgarmente o Brazil*, [manuscrito colorido]. Lisboa: 1640. Fonte: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, inv. n. CF 162, fl. 59.

O mapeamento e a produção cartográfica nacional e regional surgem na Europa no desenrolar das transformações acerca da noção de Estado, que apontavam para uma maior territorialização dessa formulação política. O pertencimento, antes definido pelo acordo entre um soberano e seus vassallos, passa a ser inscrito na esfera da unidade territorial, dentro da qual todos seriam súditos. Essa mudança pode ser observada desde o século XIII, mas se tornará central apenas do seiscentos em diante.²¹⁵ Nos termos do acordo final do Tratado de Madrid, a questão do pertencimento – ou da nacionalidade – apresenta-se ainda flutuante. Nos artigos XV e XVI,²¹⁶ que regulamentam a entrega dos territórios que seriam intercambiados entre as Coroas – a Colônia do Sacramento e os chamados Sete Povos das Missões, respectivamente de posse de Portugal e Espanha, naquele momento –, os moradores correntes dessas áreas eram instruídos a escolherem entre permanecer ou mudar-se. Ou seja, independentemente de sua origem ou do rei ao qual eram então leais, esses vassallos – como eram referidos na mesma documentação – poderiam residir no território que desejassem. Os bens comerciais, no entanto, deveriam circular apenas dentro dos respectivos limites de cada colônia, sob ameaça de punição, caso cruzassem a fronteira.

A nacionalidade como elemento significante, relacionado aos limites territoriais e aglutinador da população, foi forjada, pelos estados europeus, no decorrer do Renascimento, tendo nos mapas um artefato eficiente. A cartografia construía uma imagem una e coerente do espaço nacional e era complementada por elementos que reforçavam essa construção e relacionavam-na às Coroas, tais como brasões, símbolos e outros conteúdos presentes nas bordas e nos cartuchos – configurando o que pode ser denominado “cartografia construtiva”, ou “constructive cartography”, na expressão original.²¹⁷ Nesse sentido, um mapa nacional que imprimisse as conquistas territoriais de um soberano poderia dar a seus súditos a necessária demonstração de poder e prestígio de que um rei deveria gozar. Foi esse o argumento empregado por Felipe de Guevara, conselheiro do rei espanhol Filipe II, na tentativa de convencê-lo a exibir um mapa de seu território – uma grande “description of Spain” – nas paredes de seu palácio. Em seu apelo, Guevara é categórico: “Other princes may need to avoid displaying a detailed map of their provinces, so as not to reveal the *weakness* of their

²¹⁵ Ibid., p. 662.

²¹⁶ CORTESÃO, op. cit., t. 2, p. 370-371.

²¹⁷ KAGAN; SCHMIDT, op. cit., p. 669.

territories, the lack of population, and the ease with which they can be invaded [...]”.²¹⁸ Os vazios e lacunas nas representações poderiam, naquele contexto, significar “fraqueza” no domínio efetivo do território.

O distanciamento do *Mapa das Cortes* em relação às tradições da cartografia imperialista das áreas colonizadas e o emprego de recursos gráficos semelhantes àqueles presentes nos mapas dos estados-nação europeus – enquadramento que centraliza o território que se pretende soberano, preenchimento uniforme dos vazios com símbolos de elementos naturais, construção de um todo único e aparentemente uniforme, ausência de representação de divisões internas – indicam tratar-se de um mapa pensado e criado para comunicar uma imagem totalizante das posses portuguesas na América. Tratava-se não somente de uma cartografia de definição de fronteiras mas também da representação dessa colônia como um território supostamente uno, coeso, identificável e homogeneamente dominado pela Coroa.

Essa imagem de soberania e unidade foi associada, na historiografia, ao mito da Ilha-Brasil, segundo o qual os rios Amazonas e do Prata encontrar-se-iam, em uma extensa lagoa, na posição em que se acha o Pantanal, conformando assim um vasto território, de proporções continentais, que seria uma ilha.²¹⁹ Tal configuração estaria presente ou sugerida desde os primeiros mapas em que figurava essa porção do Novo Mundo, que se buscava apreender conceitualmente:

The land that would later be known as Brazil was also designated in various ways. The expression ‘Terra de Vera Cruz’ had its origins in the letter sent to King Manuel by João Faras, physician and astronomer to the fleet of Pedro Álvares Cabral, after the discovery of 1500. Faras datelined his letter ‘Ilha [Island] de Vera Cruz.’ The later designation ‘Província de Santa Cruz,’ used by Manuel in a letter to Ferdinand and Isabella notifying them of the discovery, is an alteration of the earlier form, perhaps used for political purposes. ‘Brazil’ did not gain currency until after 1508; it was a designation that perhaps served to fix the *mythical isle of Brazil*, which had drifted around

²¹⁸ GUEVARA, Felipe de. Comentarios de la Pintura. In: CANTÓN, F. J. Sánchez (ed.). *Fuentes literarias para la historia del arte español*, t. 1. Madrid: 1923-1941, p. 174. Apud KAGAN; SCHMIDT, op. cit., p. 673, grifos nossos.

²¹⁹ Ver CORTESÃO, op. cit., t. 2, p. 135-178.

the Atlantic at the whim of cartographers ever since it was first mentioned in a 1325 chart by Angelo Dalorto.²²⁰

Na argumentação de Jaime Cortesão, o conhecimento prévio que Alexandre de Gusmão teria desse mito alimentou suas formulações dos confins coloniais, bem como a concepção do que seriam os contornos da América portuguesa.²²¹ A grande lagoa do interior do continente teria sido a motivação original dos sertanistas em suas empreitadas pelo interior colonial,²²² informados – ao que tudo indica – pelos indígenas. Na letra de Cortesão, os ameríndios – “os tupi-guarani e os aruaque”, especificamente – possuiriam “conhecimentos geográficos de vastíssimas regiões da América do Sul”, aliados a “capacidades cartográficas [...] de representar o espaço por meios materiais”. Reunindo relatos diversos, conclui que “os tupi-guarani comunicaram aos portugueses os elementos essenciais para a formação do conceito da Ilha-Brasil”.²²³ Um dos testemunhos, do padre Simão de Vasconcelos, dá conta de que as descrições do encontro dos rios, desembocando na grande lagoa, teriam sido feitas por “índios versados no sertão”.²²⁴ Essas hipóteses dirigem-se para a antiguidade das relações entre colonos e nativos na construção da territorialidade da América portuguesa.

A ocupação final do território seria fruto da sobreposição de duas ilhas; a geográfica, “um conceito linear e esquemático”, ao qual a cartografia acrescentou ainda a ilusão das figurações geometricamente regulares; e a humana, “que coincida, sim,

²²⁰ ALEGRIA et al, op. cit., p. 1.029, grifos nossos.

²²¹ CORTESÃO, op. cit., p. 149. Vale notar que o historiador carrega nas tintas com que retrata os aspectos “nacionalistas” – escusando-se o anacronismo – da figura central de sua obra. Gusmão, nascido em Santos, seria uma espécie de bandeirante, pela forma como atentou para a relevância dos sertões na formação territorial da futura nação brasileira. Cortesão ainda imputa ao “negociador oculto” uma certa clarividência, por meio da qual teria percebido que as terras ao sul seriam mais valiosas do que aquelas em disputa na bacia do Amazonas. Por fim, sua proposta de desenho do Brasil seria quase uma antecipação da Independência, em virtude da soberania que expressava. Em que pese a caracterização exageradamente heroica e profética de Gusmão feita por Cortesão, o debate acerca do papel do mito da Ilha-Brasil na configuração da imagem e da ideia do futuro território brasileiro não nos é desprezível. Uma visada sintética do tom elogioso com que Cortesão retrata Alexandre de Gusmão pode ser feita por meio da transcrição de sua fala feita no Itamaraty em função do segundo centenário da assinatura do Tratado de Madrid. Ver CORTESÃO, Jaime Zuzarte. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrí – Conferência pronunciada no Itamaraty em setembro de 1949. *Revista de História*, ano I, n. 4, p. 437-452, out./dez., 1950.

²²² CORTESÃO, 2006, op. cit., t. 2, p. 145.

²²³ Ibid., p. 140-141.

²²⁴ Ibid., p. 137.

com o revestimento vegetal”, e era definida pela ocupação dos grupos Tupi e Aruaque. A representação e a materialidade ter-se-iam imbricado, do que resultou uma síntese específica: “Desde o século XVI a Ilha-Brasil foi [...] a ilha da *língua geral*”.²²⁵ Junto com os relatos de viajantes e exploradores, esse mito, reabilitado na cartografia preparada por Gusmão, cumpriria função legitimadora na ocupação do território.

O *Mapa das Cortes*, entretanto, não foi confeccionado para ser exibido publicamente, tal como os mapas que ornamentavam palácios e eram apresentados aos súditos. Essa cartografia não servia a funções de divulgação, tampouco figurou em atlas ou publicações que circulariam no mercado europeu ou americano. Seu objetivo prático integral estava na facilitação das negociações entre as Coroas ibéricas. Assim sendo, o mito da Ilha-Brasil não estaria aqui a serviço da fomentação da ocupação efetiva,²²⁶ e sim no que poderia contribuir para a ocupação simbólica, criando limites compreensíveis e coerentes, graficamente expressos. O que estava em jogo, de fato, era a possibilidade de transformação do mito de origem indígena em uma construção racional de sentido, que naturalizasse²²⁷ o território explorado, desde Raposo Tavares até empreitadas de “iniciativa régia”, entre os anos de 1648 e 1751, que teriam “circundado e definido o âmbito máximo [...] em que podiam e haviam de realizar-se os limites do Brasil”, do Chaco ao Amazonas.²²⁸ Esse movimento, efetivado no período dos séculos XVIII ao XIX, pode ser assim sintetizado:

O gênio, se é permitido empregar a palavra num sentido coletivo e aplicado à sucessão de gerações, de portugueses e luso-brasileiros, foi transformar a pré-história em história, os mitos em realidades, a vaga intuição em

²²⁵ Ibid., p. 141-142, grifos do original. Sobre a persistência da língua-geral, praticada por colonos e indígenas, vale remeter-nos à síntese de Sérgio Buarque de Holanda. Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A língua-geral em São Paulo*. In: _____, op. cit., p. 122-133.

²²⁶ Ainda que Jaime Cortesão possa apontar para essa direção, não nos parece haver comprovação da ideia de que Gusmão estivesse, de alguma forma, fomentando noções de independência na colônia por meio de sua construção cartográfica.

²²⁷ A naturalização dos mitos por meio da cartografia – ou ainda, a transformação da cultura em natureza – pode ser melhor apreendida pelas ideias de John Brian Harley ou pelos debates no campo da linguística, tal como apresentados por Gisele Girardi. Ver HARLEY, 1989, op. cit. Ver GIRARDI, Gisele. *Leitura de mitos em mapas: um caminho para repensar as relações entre geografia e cartografia*. *Geografares*, Vitória, v. 1, n. 1, p. 41-50, jun., 2000.

²²⁸ CORTESÃO, op. cit., t. 2, p. 147.

conhecimento exato, o que era nômade em sedentário, e, finalmente, em fundar uma política nas razões geográficas e humanas.²²⁹

A “pré-história”, os “mitos”, a “intuição” e o nomadismo seriam originários diretamente dos nativos, dos selvagens, dos “gentios bravios” que povoavam a América Meridional – capazes de uma cartografia “espontânea”, como já mencionado –, enquanto a “história”, as “realidades”, o “conhecimento exato” e o sedentarismo pertenceriam à civilização, à ilustração, aos domínios materiais e imateriais para os quais as ações dos sertanistas – não sem aliarem-se aos indígenas – teriam, por fim, trazido os sertões e suas populações. As transformações da “intuição” em “conhecimento” seriam devedoras tanto das incursões de exploradores pelos territórios habitados por indígenas quanto das representações simbólicas encampadas pela cartografia e, principalmente, das retroalimentações possíveis entre essas duas facetas.

Com maior ou menor peso do mito da Ilha-Brasil, é certo que o *Mapa das Cortes* carregava uma significação de domínio do território – por meio do conhecimento, da ocupação e da manipulação da representação –, para a qual são essenciais os “silêncios” nela contidos. Esses “silences” – no termo original – seriam tão definidores da mensagem política transmitida por uma dada cartografia quanto aquilo que está de fato representado e aparente.²³⁰ Em outras palavras, aquilo que é escolhido para ficar ausente de um mapa e o que nele figura são igualmente formadores do seu discurso. A presença de grupos indígenas nos territórios em disputa pelas Coroas ibéricas foi informação indispensável para compor a base de dados que seria mobilizada na composição do *Tratado de Limites* e do *Mapa das Cortes* – conforme atestam os inquéritos conduzidos por Gusmão aos exploradores –, da mesma forma que sua fixação territorial, na condição de vassalos do rei, era parte da estratégia de ocupação formulada concomitantemente por Gusmão. Entretanto, não há registro de nenhum desses aspectos na cartografia que sintetiza a proposta final, sobressaindo assim a imagem pretendida do domínio português.

²²⁹ Ibid., p. 143.

²³⁰ HARLEY, 1988, op. cit., p. 290.

Figura 39 – [Mapa de América del Sur con la línea divisoria de las colonias pertenecientes a España y Portugal], [1759?]. Fonte: Archivo General de Simancas. Na representação da porção portuguesa da América, vemos o mesmo tipo de desenho das capitanias veiculado desde o século XVII, reproduzido em consecutivos mapas do século seguinte.

Em meio ao contexto de contenda, podemos supor que a representação de povoações de nativos ou de seus territórios não tenha feito parte do mapa uma vez que essa opção remontaria a imagens anteriormente formuladas – e ainda em circulação naquele momento –, nas quais a soberania da colônia portuguesa pode ser questionada ou sua extensão territorial, diminuída, como é o caso dos mapas não portugueses reproduzidos anteriormente. Enquanto essas representações continuassem no repertório imagético, permaneceria disponível uma ideia muito diferente daquela impressa pelas explorações dos sertanistas, qual fosse, a imagem da América como uma terra dominada por “bárbaros”, na qual os portugueses espremiam-se pelo litoral. Não à toa, foi a essa representação, com capitanias limitadas à faixa costeira, que recorreram missionários espanhóis, quando apresentaram suas contestações dos limites definidos pelo Tratado de Madrid, como se vê no mapa de 1759, constante na

Figura 39.²³¹ O mapa, provavelmente desenhado na América,²³² marca em amarelo as terras que Portugal teria usurpado em relação à linha imaginária de Tordesilhas, incluindo como referência os traçados limítrofes das antigas capitanias, incoerentes com a expansão da circulação dos sertanistas e jesuítas portugueses, bem como com a então estrutura administrativa dessa colônia.²³³

Ao voltar o olhar para o *Mapa das Cortes*, dentro do contexto de sua elaboração e do interesse na transmissão de uma imagem da América portuguesa como território uno e homogeneamente conhecido, é possível apreender a dimensão da participação dos “conquistadores” de sertões no resultado final. Suas ações, particulares ou reais, de exploração e circulação, suas alianças com os indígenas – também cooptados para colaborar na consolidação de fronteiras –, seus registros de mapeamentos, seus relatos textuais e sua aderência aos inquéritos realizados sob ordens de Alexandre de Gusmão articularam-se e ganharam força ao longo da primeira metade do século XVIII. Entretidas e aliadas aos planos da Coroa portuguesa, essas atividades permitem-nos cristalizar a imagem desses habitantes de São Paulo, sertanistas experimentados. O domínio que possuíam sobre os territórios que cruzavam e viviam, por fim, foi habilmente transposto, com o devido cientificismo e precisão, colocando a Corte de Portugal à frente das negociações com os opositores da Espanha – e os sertanistas em posição de barganha ante o Império português.

²³¹ Assim que tiveram início os preparativos para as missões de demarcação das fronteiras, que percorreriam a totalidade dos limites, os jesuítas espanhóis das áreas a serem afetadas pela definição começaram sua campanha contra a cessão de terras estipulada. Esse conflito pode ser apreendido pelas cartas trocadas entre missionários e membros da administração espanhola. Ver *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, op. cit. O mapa reproduzido é considerado o desenho que representaria as queixas desses jesuítas. Disponível em: <<http://www.mcu.es/ccbae/es/consulta/registro.cmd?id=176694>>. Acesso em: 14 Maio 2017.

²³² FERREIRA, op. cit., p. 68-69.

²³³ Vale notar que a primeira cartografia conhecida em que constam as capitanias hereditárias, elaborada por Luís Teixeira, em meados do século XVI, faz menção à presença indígena apenas na legenda que a acompanha, no canto superior esquerdo, ficando o território português completamente marcado pelas linhas divisórias de cada porção, do litoral até a demarcação tordesilhana. Ver CINTRA, Jorge Pimentel. Reconstruindo o Mapa das Capitanias Hereditárias. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, nova série, v. 21, n. 2, p. 11-45, jul./dez., 2013, p. 16.

3. Paulistas

As ações dos sertanistas de São Paulo, fossem mal vistas ou celebradas, ofereciam à Coroa possibilidades de domínio territorial que muito a interessavam. Sua atuação nas guerras contra holandeses, franceses, espanhóis e nações indígenas permitiu assegurar a posse portuguesa de vilas, cidades e extensas regiões, que de outra forma estariam ameaçadas. As relações da monarquia com esses vassalos equilibravam-se entre contingências, proibições, demandas e reconhecimentos – esses, em forma de mercês, privilégios e cargos, que podiam ser oferecidos como incentivos ou recompensas posteriores. Ao aceitarem essas benesses, os sertanistas aproximavam-se simbolicamente da Coroa e afastavam-se dos nativos.

No conjunto de genealogias e requerimentos de comprovação de nobreza produzido por Pedro Taques de Almeida Paes Leme, ao longo de décadas, entre meados do século XVIII e seu falecimento, em 1777, vemos a construção de uma narrativa específica dentro da lógica da mercê, sobre si e seus pares, que buscava garantir mercês e ocultar as máculas nas linhagens que haviam se aparentado com os indígenas, durante o movimento de restauração da capitania de São Paulo, submetida à do Rio de Janeiro entre 1748 e 1765. O autor entremeia documentos cartoriais e narrativas que corriam oralmente sobre as descobertas e conquistas – elementos presentes no imaginário daquele período – e reorganiza o discurso sobre esses acontecimentos,

reforçando certos aspectos, repetindo caracterizações específicas e, assim, imprimindo nesse conjunto de histórias elementos que direcionam a leitura e transformam seus significados.

Em seus escritos, os “paulistas”, mais do que originários desse território, caracterizar-se-iam por serem aqueles dentre as famílias naturais ou estabelecidas em São Paulo que ostentavam atributos de subordinação à Coroa, empreendedorismo, generosidade, honra, experiência no sertão, habilidades na guerra contra grupos indígenas, ascendência que remete aos primeiros povoadores e às nobres casas europeias e desempenho de cargos de governança. Dessa maneira, o autor ressignifica os sertanistas e os seus feitos, estabelece os laços entre esses e seus herdeiros e legitima o protagonismo dos descendentes, que deveriam reproduzir o retrato de liderança de pais, avôs e tios e sua busca incansável por melhores condições de aproveitamento dos recursos disponíveis, tomando as “rédeas do governo da república”²³⁴ de São Paulo e demais vilas.

Seu discurso articulava o imaginário ao material, na medida que as descobertas, conquistas e serviços dos paulistas configuravam, de uma só feita, a imagem desses homens e também as bases para solicitações de cargos, terras e privilégios variados, que reposicionavam ou solidificavam suas posições em relação ao resto da população da capitania, da totalidade da Colônia e, em algum grau, do Império português. Observa-se, ainda, o processo de criação de novas vilas, registrado nas próprias genealogias, a partir da formação e expansão de clãs parentais. Ao mesmo tempo em que ressignificava esses homens, Taques reabilitava a própria capitania, minimizando o período de submissão de São Paulo ao Rio de Janeiro e fortalecendo o argumento de sua relevância para a Coroa e a fazenda real.

DOS SERTÕES AOS PRIVILÉGIOS

A chamada “economia da mercê”²³⁵ foi prática e fundamentação da monarquia portuguesa desde o período medieval e durante o moderno. A concessão de privilégios,

²³⁴ Pedro Taques repete essa expressão em vários parágrafos dos títulos consultados, indicando serem esses homens os principais de suas localidades, nas quais desempenhavam papel central na organização da vida civil e militar.

²³⁵ Ver OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o estado moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar Editoria, 2001.

hábitos de variadas ordens, cargos, jurisdições, ofícios remunerados, terras e outras benesses criavam laços de subordinação entre soberano e súditos e alimentavam um ciclo composto pela disposição para prestar serviços ao rei, os pedidos de retribuição, o aumento do capital econômico e simbólico do subordinado e, assim, o oferecimento para novos empreendimentos.²³⁶ Essas transmissões não eram apenas costume, mas estavam também regulamentadas nas leis em vigor: “desde os finais da Idade Média que esses privilégios foram sendo progressivamente institucionalizados, ou seja, consagrados e inscritos no direito, na ordem jurídica”.²³⁷ A origem dessas práticas estaria em uma matriz medieval e “cavaleiresca”:

[...] a hierarquia nobiliárquica foi designada até ao fim do Antigo Regime, em grande medida, por uma taxinomia militar medieval. Como antes se disse, o esquema de classificação da Baixa Idade Média – fidalgos, cavaleiros e escudeiros –, que espelhava a preservação do ideário cavaleiresco, manteve-se até o final do Antigo Regime, embora coexistindo com outros quadros de classificação.²³⁸

Disso resultou um caráter fortemente militar na hierarquização e nos processos de enobrecimento. No entanto, a ação efetiva foi, ao longo do tempo, complementada pela representação, isto é, a nobreza passou a ser uma “qualidade”, mais do que corresponder necessariamente a ocupações e funções desempenhadas para a monarquia. Em razão dessa transformação, duas lógicas distintas – e, por vezes, dissonantes – aconteciam simultaneamente na concessão de mercês, a saber, a remuneração de serviços prestados e a nobreza herdada por pertencimento a certos troncos familiares. O aparecimento de outros tipos de ocupações dentro dos territórios urbanos foi também elemento de ampliação da condição nobiliárquica, nas tentativas da monarquia de ajustar os moldes existentes ao contexto em transformação e ao

²³⁶ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Conquista, Mercês e Poder Local: a *nobreza da terra* na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. *Almanack Braziliense*, n. 2, p. 21-34, novembro, 2005, p. 23.

²³⁷ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O “Ethos” Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. *Almanack Braziliense*, n. 2, p. 4-20, novembro, 2005, p. 5. O supramencionado artigo de Maria Fernanda Bicalho desenvolve-se em articulação com o texto de Nuno Monteiro, referindo-se especificamente ao contexto da colônia portuguesa na América.

²³⁸ Ibid., p. 9.

surgimento de novas elites – dando origem a um “alargamento da nobreza”.²³⁹ As transformações hierárquicas e a mobilidade social portuguesas seguiam uma lógica de manutenção de um lastro conhecido, articulado ao qual se dava a inserção de elementos novos. Desse modo, fazia-se necessário manter antigas denominações para novas categorias na ordem social, de modo a legitimar as mudanças em curso.²⁴⁰

Constituíram-se, assim, nobrezas diversas – em oposição a um grupo único e de costumes uniformes, intimamente ligado à monarquia –, dentre as quais podemos destacar as elites locais e regionais dos territórios ultramarinos portugueses.²⁴¹ Para esses colonos, ainda que o enobrecimento não os equiparasse às famílias portuguesas principais, a distinção colocava-os em outra posição social e política em relação aos grupos com os quais disputavam poderio diretamente em vilas, cidades e capitanias.²⁴² Na busca pela ascensão, os habitantes da América portuguesa reproduziam as estratégias de nobilitação encontradas no Reino, especificamente a afirmação de laços com troncos familiares de nobreza reconhecida²⁴³ e o desempenho de serviços à Coroa.

²³⁹ “A legislação da monarquia [para a base da hierarquia social] favoreceu o ‘alargamento da nobreza’, a definitiva compatibilização de muitas funções (designadamente, as actividades mercantis de grosso trato) com esse estatuto, e a inserção de novos grupos nas teias do sistema remuneratório da monarquia.” Ibid., p. 8. Monteiro e Olival referem-se ainda à generalização da concessão de Hábitos das Ordens de Cristo e Santiago, desde as primeiras décadas do setecentos, cuja ostentação é considerada banalizada nas cidades portuguesas, deixando de configurar distinção efetiva.

²⁴⁰ Ibid., p. 16.

²⁴¹ Sobre as distinções entre as nobrezas e as formas de acesso à nobilitação, diz Nuno Monteiro: “A ascensão na hierarquia nobiliárquica podia fazer-se, até certo patamar, pela riqueza – podem-se incluir as alianças matrimoniais, para os efeitos agora considerados, como uma forma de acumulação de capital econômico – e pelo modo de vida. Mas, daí para cima e de forma progressivamente mais apertada, quase só pelo serviço ao rei. Em geral, estes eram mesmo dois momentos distintos nas trajectórias das famílias ao longo de várias gerações”. Ibid., p. 19.

²⁴² Para uma análise quantitativa das justificações de nobreza dos súditos da América portuguesa, ver RAMINELLI, Ronald. Justificando nobrezas: Velhas e novas elites coloniais 1750-1807. *História*, São Paulo, v. 35, e. 97, p. 1-26, 2016.

²⁴³ Em Portugal, os estudos genealógicos teriam constituído impedimento à nobilitação ao registrarem máculas nas linhagens, tais como casamentos com famílias cujos membros desempenhavam ocupações mecânicas ou de ascendência judaica ou mestiça de qualquer sorte – eventualmente, entrariam nesse rol os casamentos entre colonos e indígenas. No período pombalino, foram queimados registros cartorários e ignoradas distinções entre cristãos-velhos e cristãos-novos, expressando as possibilidades de subversão hierárquica que tinha a monarquia, detentora do poder de classificação dos grupos da população. Ibid., p. 8, 16. Sobre a questão da pureza de sangue e das contaminações que significavam impedimentos para exercício de cargos, ver BOXER, Charles R. ‘Pureza de sangue’ e ‘raças infectas’. In: _____. *O império marítimo português: 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, cap. 11, p. 262-285.

A comprovação de pertencimento a linhagens nobres, tanto no Reino quanto na Colônia, foi campo fecundo para o enobrecimento forjado: “Exactamente porque a antiguidade tinha um peso irredutível na sustentação da nobreza, havia que inventá-la, estabelecendo-se vínculos de parentesco com remotos fundadores de linhagens”.²⁴⁴ De modo geral, não era trabalhoso estabelecer essas relações, apelando para uma nobreza “praticada” e “visível” dos descendentes.²⁴⁵ Contudo, o aumento de comprovações por linhagem restringia-se a estratos de menor importância, ficando a nobreza mais alta resguardada de tais ficções e cada vez mais vinculada a uma ascendência inquestionavelmente distinta. Na América portuguesa, ao longo dos séculos XVII e XVIII, caiu drasticamente o número de naturais da terra entre vice-reis, governadores gerais e governadores de capitanias nomeados pela Coroa, ficando esses cargos entregues expressivamente a portugueses.²⁴⁶ Ainda assim, os demais cargos de ordenança da administração colonial ofereciam aos colonos possibilidades de enriquecimento e incremento de poder simbólico que não foram menosprezadas:

Se a expansão, desde o século XV, e a conquista do Novo Mundo, a partir do XVI, abriram um variado leque de possibilidades de prestação de serviços à monarquia, também agiram no sentido de ampliar o campo de ação da coroa, permitindo-lhe dispor de novas terras, ofícios e cargos; atribuir direitos e privilégios a indivíduos e grupos; auferir rendimentos com base nos quais concedia tenças e mercês; além de criar uma nova simbologia do poder, remetendo ao domínio ultramarino da monarquia portuguesa.²⁴⁷

Formaria-se, assim, a “nobreza da terra”. No Rio de Janeiro, a origem do grupo que se autointitulava dessa maneira estaria em “serviços prestados ao rei na conquista e defesa do território” contra franceses, tamoios – seus aliados – e grupos nativos que habitavam o território. Nessas ações, participaram muitos homens da capitania de São Vicente, levando consigo seus parentes e administrados, com contingentes de

²⁴⁴ Ibid., p. 14.

²⁴⁵ “[...] desde que o pretendente [à nobreza] e seus próximos ascendentes vivessem nobremente, não era difícil a obtenção de uma carta de brasão de armas que o reconhecia como descendente de uma das linhagens nobres conhecidas do reino. Para tal, bastava inventar uma remota ascendência num membro da linhagem do apelido (sobrenome). Em regra, essas ficções eram aceites pelo cartório da nobreza.” Ibid., p. 15.

²⁴⁶ Ibid., p. 17-18.

²⁴⁷ BICALHO, op. cit., p. 22.

indígenas experimentados no uso de arco e flecha, além de mantimentos e outros recursos. A conquista justificou posteriormente os pedidos de sesmarias desses colonos, que ocuparam ainda variados cargos políticos. Em Pernambuco, no século XVII, o uso da expressão “nobreza da terra” teria substituído “principais da terra” – notando que “principal” era também utilizado para referir-se aos caciques e chefes indígenas –, e essa autoatribuição reforçar-se-ia com a construção de narrativas genealógicas e da ideia de que os colonos teriam origens aristocráticas. A nobreza da terra pernambucana tinha como alicerce mais a sua antiguidade no território do que sua relação com linhagens nobres do Reino, destacando aqueles que haviam lutado nas guerras de conquista, nas batalhas contra os holandeses e na restauração da capitania, sendo descendentes dos laços entre homens reinóis e mulheres indígenas. No século XVI, assim como em São Paulo, algumas das famílias de maior poder econômico e político do Rio de Janeiro e de Pernambuco casaram seus descendentes com filhas de principais indígenas, engrandecendo suas posses com contingentes de nativos.²⁴⁸

Os moradores das Minas Gerais, no século XVIII, voltaram-se para uma “tradição paulista”, ancorada igualmente nas conquistas dos indígenas e seus territórios, nas descobertas de metais preciosos e nas habilitações *de genere*, que comprovavam pureza de linhagem. Podemos dizer que os ascendentes invocados eram os próprios sertanistas:

Na elaboração da memória deste ‘passado paulista’ destacamos determinados conjuntos políticos e imaginários partilhados, tais como: a posse de antigos mapas e roteiros sertanistas; a construção da nobreza e heroísmo de um antepassado; os serviços prestados nas conquistas; e o conhecimento dos sertões pela proximidade com o gentio (como administrado e/ou integrante do clã).²⁴⁹

A partir do século XVI, no processo de vulgarização da nobreza desde o Reino, os cargos de governança da terra – cujos ocupantes eram também referidos como “cidadãos” – configuravam possibilidades de ascensão social ao serem eventualmente ocupados por homens que possuíam o chamado “defeito mecânico”, ou seja, que

²⁴⁸ Ibid., p. 24-26.

²⁴⁹ PAIVA, Adriano Toledo. *Uma Tradição Paulista nas Minas: descobridores e conquistadores nos sertões dourados*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016, p. 40.

havam, eles mesmos ou antepassados seus, exercido ofícios mecânicos – condição que os impediria juridicamente de serem considerados nobres e aptos a essas funções.²⁵⁰ Considerando a distância e as diferenciações entre o Reino e as colônias – e entre suas elites –, os espaços que poderiam ser ocupados pelos colonos eram limitados, ficando principalmente restritos às Câmaras, a partir das quais estabeleciam comunicação direta com a Coroa.²⁵¹

Mais do que as qualidades inatas ou os cargos desempenhados, a nobreza da terra teria pautado suas justificativas para pleitearem nobreza efetiva em sua posição central nas conquistas ultramarinas, remetendo-se ao “ideário da conquista”,²⁵² em que se entroncavam batalhas e linhagens familiares.²⁵³ O enobrecimento e a concessão de mercês facilitariam o acesso desses colonos aos privilégios relacionados à jurisdição territorial, que seria, desde o período medieval, uma das potencialidades mais desejadas pelos subordinados. Referindo-nos ao final do século XVIII, é possível afirmar que “abaixo de um título, intitular-se senhor de uma terra era uma distinção que conferia uma graduação nobiliárquica, evocativa de outros tempos, e mantinha a sua eficácia simbólica e social, independentemente do seu exercício prático”.²⁵⁴

Em São Paulo, em meados do setecentos, os esforços para comprovação de nobreza seguiam caminhos semelhantes aos encontrados em outras porções da América portuguesa e mesmo no Reino. A ascensão de novos grupos, troncos familiares e pessoas à nobilitação e o recebimento de mercês e privilégios podiam ser atingidos pela reunião de documentos cartorários que atestassem vínculos com linhagens nobres relacionadas à monarquia portuguesa e por relatos que provassem a realização de serviços em benefício da Coroa e da fazenda real. Era importante que esses colonos

²⁵⁰ Seu enobrecimento era também conferido pelos hábitos “ao estilo da nobreza”, que discutiremos adiante neste capítulo.

²⁵¹ “[...] se os governos das capitanias fugiram progressivamente ao alcance dos que se viam como *conquistadores*, restava-lhes a câmara como lugar e veículo de nobilitação, de obtenção de privilégios e, sobretudo, de negociação com o centro – com a Coroa – no desempenho do governo político do Império”. Ibid., p. 29.

²⁵² Ibid., p. 31.

²⁵³ Nuno Monteiro afirma que as guerras aos indígenas que tiveram lugar na América, mormente realizadas no século XVII, não configurariam serviços de grande remuneração, em relação às ações bélicas realizadas no norte da África e na Índia. No entanto, conforme veremos para o caso de São Paulo e como ilustra Maria Fernanda Bicalho ao tratar das elites do Rio de Janeiro e de Pernambuco, essas atividades figuraram como elementos basilares dos pedidos de mercês dos colonos. MONTEIRO, op. cit., p. 10.

²⁵⁴ Ibid., p. 13.

apresentassem, no presente, um modo de vida compatível com a nobreza pretendida, demonstrando-se dignos das benesses e títulos almejados. Uma síntese desse processo, na qual entram em jogo a documentação existente, a ressignificação das narrativas sobre essas atividades – muitas vezes transmitidas oralmente – e a construção da imagem de grupo, pode ser examinada tomando-se os escritos nobiliárquicos e genealógicos de Pedro Taques de Almeida Paes Leme. Reunidos na obra *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*,²⁵⁵ os títulos remanescentes produzidos pelo genealogista – ele próprio natural de São Paulo – permitem divisar a construção de um significado preciso, regular e coletivo para os “paulistas”, articulando, a um só tempo: os sertanistas e exploradores do passado com seus descendentes contemporâneos; e as narrativas do imaginário com os interesses e as contingências materiais e políticas.

Nas páginas redigidas por Taques, encontramos repetidas menções à vassalagem e à lealdade desses homens à monarquia portuguesa, em torno das quais se configuram os pedidos de compensações por serviços prestados, associadas ao reconhecimento de sua origem distinta e antiguidade na América portuguesa. O genealogista transcreve as cartas enviadas pelos reis aos súditos, nas quais promete e oferece mercês por suas realizações. Dentre as missivas, podemos divisar alguns conjuntos de cartas emitidas em momentos específicos e endereçadas a dois ou mais moradores de São Paulo, assinalando o caráter coletivo de seus empreendimentos. Alguns desses homens receberam mais de uma menção em documentos de datas diversas, o que indica ainda a recorrência de suas relações com a Coroa e de suas ações de exploração, conquista e defesa.

A busca incessante por esmeraldas na serra de Sabarabuçu, nas Minas Gerais, levada a cabo por Fernão Dias Paes Leme, rendeu-lhe duas cartas em 1674 e uma, três anos depois.²⁵⁶ Em 1678, o príncipe d. Pedro remeteria outro documento ao mesmo, solicitando sua colaboração na construção de fortificações na Colônia do Sacramento, ao sul – carta de igual teor recebeu Fernão Paes de Barros.²⁵⁷ As mesmas buscas de minas no sertão motivaram o encaminhamento de missiva endereçada aos “Oficiais da

²⁵⁵ LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, t. I-III. 5 ed. Belo Horizonte; São Paulo: Ed. Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

²⁵⁶ Ibid., t. III, p. 62-63.

²⁵⁷ Ibid., t. II, p. 254 e t. III, p. 63; Ibid., t. II, p. 254 e t. III, p. 207. Fernão Dias Paes Leme teria recebido ainda outra solicitação para realizar ações para a Coroa, em 1664, sugerindo que sua atuação com vistas ao recebimento de mercês tivesse algo de regular, tal como descreve Fernanda Olival para o universo do Reino. Ver OLIVAL, op. cit., p. 21.

camara de São Paulo”, que eram, na ocasião, Lourenço Castanho Taques, Gaspar Cubas Ferreira, Manoel da Roza, Manoel de Góes e Matheus de Leão.²⁵⁸

Duas décadas depois, em 1698, o rei d. Pedro II escreveu a alguns de seus súditos em terras coloniais para agradecer os serviços prestados e garantir que não seriam esquecidos. Eram eles Lourenço Castanho Taques – mais uma vez –, Martim Garcia Lumbria, Manoel Lopes de Medeiros, Gaspar de Godoy Colaço e Antonio de Godoy Moreira.²⁵⁹ Conta que o último era juiz ordinário em 1680, quando foi solicitado aos oficiais da Câmara de São Paulo que reunissem seus melhores sertanistas, a fim de informarem a expedição que logo partiria para o sertão em busca de metais.²⁶⁰ Na carta recebida anos depois, o soberano destaca “a boa lealdade de honrado vassallo” que teria demonstrado no cumprimento das ordens do governador e capitão-general do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Menezes.

Praticamente todos os homens citados por Taques como recebedores de cartas dessa natureza são referenciados em seus escritos como “paulistas”. A denominação, que poderia soar trivial no escopo desses papéis, mostra-se, como investigaremos a seguir, carregada de um significado próprio, que só pode ser apreendido se tomarmos o conjunto documental produzido pelo genealogista em sua totalidade.

DIVERGÊNCIAS, CONTENDAS E OS “PAULISTAS”

Em seu “Voto do Padre Antônio Vieira sobre as dúvidas dos moradores de S. Paulo acerca da administração dos índios”, datado de 12 de junho de 1694, o referido clérigo propõe-se a responder os pedidos daquela população, que buscava legitimar o uso que faziam dos nativos como servos. Ao definir sobre quais indígenas trataria em sua resposta, logo nas primeiras linhas do voto, Vieira escreve:

São, pois, os ditos índios, aqueles que, vivendo livres, e senhores naturais das suas terras, foram arrancados delas por suma violência e tirania, e trazidos em ferros, com a crueldade que o mundo sabe, morrendo natural e violentamente muitos nos caminhos de muitas léguas, até chegarem às terras de São Paulo, onde os moradores delas – *que daqui por diante chamaremos*

²⁵⁸ LEME, op. cit., t. III, p. 74-75.

²⁵⁹ Ibid., t. I, p. 130; Ibid., t. II, p. 105; Ibid., t. II, p. 266; Ibid., t. III, p. 164; Ibid., t. I, p. 120.

²⁶⁰ Ibid., t. II, p. 51.

paulistas – ou os vendiam, ou se serviam e se servem deles como escravos, esta é a injustiça, esta a miséria, este o estado presente, e isto o que são os índios de São Paulo.²⁶¹

No trecho em destaque, vê-se o uso da expressão “paulistas” como equivalente de “moradores de São Paulo”, considerada uma das primeiras ocorrências dessa denominação e também importante difusora.²⁶² Todavia, a utilização desse adjetivo pátrio em documentos do final do século XVII e mesmo do começo do seguinte não era generalizada, sendo frequentes as menções indiretas. Se tomarmos a documentação camarária da vila de São Paulo como referência para investigar esses usos,²⁶³ vemos que é no mesmo ano de 1694 e sobre a mesma questão da administração de indígenas pelos particulares que o termo aparece pela primeira vez,²⁶⁴ sendo usado ainda em 1700, para tratar dos direitos dos “descubridores das minas do ouro”.²⁶⁵ Sete anos depois, novamente em referência às frutíferas explorações desses homens nos sertões, voltam a ser nomeados os “Paulistas”.²⁶⁶

Os dois temas – aprisionamento de indígenas e reconhecimento das descobertas auríferas – colocavam os moradores do planalto em contato direto – e, não raro, em grave oposição – com jesuítas e outros colonos, respectivamente. Entre os religiosos da Companhia de Jesus e os moradores de São Paulo, a disputa sobre a legitimidade da arregimentação e administração dos nativos era querela duradoura. A animosidade remonta às invasões que esses colonos realizaram em missões jesuíticas, entre as décadas de 1620 e 1640, na região do Guairá, área de posse disputada e limites

²⁶¹ VIEIRA, Antonio. Voto do Padre Antônio Vieira sobre as dúvidas dos moradores de S. Paulo acerca da administração dos índios. In: _____. *Escritos instrumentais sobre os índios*. São Paulo: Educ; Loyola; Giordano, 1992, p. 102-121, grifos nossos.

²⁶² SOUZA, Laura de Mello e. Vícios, virtudes e sentimento regional: São Paulo, da lenda negra à lenda áurea. *Revista de História*, São Paulo, n. 142-143, p. 261-276, 2000, p. 267.

²⁶³ É indispensável assinalar que não pretendemos aqui investigar à exaustão as origens e a fixação do uso de termo “paulista”, e sim apresentar um recorte do desenrolar dessa questão dentro do escopo, principalmente, dos debates ocorridos na Câmara da vila e cidade de São Paulo e dos temas sobre os quais se referiam.

²⁶⁴ TERMO de Vereação e asento q. se fes sobre a vinda do p.e provimsial alexando de gusmão com hua ordem do g.or geral e copia de hua Carta de sua mag.de q. deus guarde sobre particular de Indio e asento q. se fes sobre esa materia. In: *Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1679-1700)*, v. VII. São Paulo: Archivo Municipal de S. Paulo; Typographia Piratininga, 1915, p. 447-452.

²⁶⁵ TERMO de Requerim.to do povo sobre o descubrim.to dos cuatagoas. In: *Ibid.*, p. 536-537.

²⁶⁶ TERMO de vereança. In: *Actas da Camara Municipal de S. Paulo (1701-1719)*, v. VIII. São Paulo: Archivo Municipal de S. Paulo; Typographia Piratininga, 1916, p. 157.

geograficamente imprecisos no interior da América Meridional, para a qual confluíam indígenas de diversas nações, religiosos, portugueses, espanhóis e mesmo outros europeus.²⁶⁷

Nesses movimentos, foram sequestrados e levados para São Paulo os indígenas de reduções da região. Os padres lesados nos ataques dirigiam-se ao rei das Coroas ibéricas, pedindo o retorno dos nativos que haviam sido levados, em missivas construídas a partir de uma retórica peculiar. Nas cartas, os sacerdotes descrevem as ações dos “portugueses de São Paulo”, associados aos Tupi, como violentas e heréticas, configurando crime contra Deus e a Coroa. Entrevê-se no discurso algo que seria uma especificidade dos colonos dessa região:

Para eles [os padres], a explicação disso estava que, em meio aos portugueses de São Paulo, existiam hereges, judeus e estrangeiros; sem contar alguns *vandoleros*, que viviam anos nos sertões, tornando-se praticamente bárbaros, amancebando-se continuamente com indígenas.²⁶⁸

Nas fontes reunidas por Jaime Cortesão acerca do Tratado de Madrid e sua implementação, algumas referências são feitas às incursões dos moradores de São Paulo nas áreas de dominação jesuítica. Em 1751, o padre José Quiroga enviava ao negociador da Corte espanhola, d. José de Carvajal e Lancaster, documento intitulado “Inconvenientes, que resultan de la demarcacion contratada entre de las dos Coronas de Espana y Portugal, segun los tratados impresos en Lisboa”. No sétimo item do texto,

²⁶⁷ Segundo comunicação de Fernando Aguiar Ribeiro, o Guairá seria um território de trânsito entre o Paraguai e a capitania de São Vicente, cuja decadência ter-se-ia iniciado antes dos assaltos de sertanistas de São Paulo. Na região, os espanhóis enfrentavam os mesmos conflitos com padres jesuítas que seus vizinhos da colônia portuguesa, ou seja, colonos de ambas as Coroas ambicionavam a utilização dos nativos como mão de obra e eram enfrentados nesses desejos pelos religiosos da Companhia de Jesus. Ver RIBEIRO, Fernando V. Aguiar. A fundação de municípios no planalto de São Paulo em um contexto de integração entre América portuguesa e espanhola (séc. XVI-XVIII). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28, 2015, Florianópolis. *Anais do 28º Simpósio....* Disponível em: < [https://www.academia.edu/15687902/A_funda%C3%A7%C3%A3o_de_munic%C3%ADpios_no_planalto_de_S%C3%A3o_Paulo_em_um_contexto_de_integra%C3%A7%C3%A3o_entre_Am%C3%A9rica_P](https://www.academia.edu/15687902/A_funda%C3%A7%C3%A3o_de_munic%C3%ADpios_no_planalto_de_S%C3%A3o_Paulo_em_um_contexto_de_integra%C3%A7%C3%A3o_entre_Am%C3%A9rica_Portuguesa_e_Espanhola_s%C3%A9c._XVI-XVIII_>) ortuguesa_e_Espanhola_s%C3%A9c._XVI-XVIII_>. Acesso em: 4 Maio 2017.

²⁶⁸ VILARDAGA, José Carlos. *São Paulo na órbita do Império dos Felipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*. 2010. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 283, grifos do original.

afirma estar temerário da mudança dos Sete Povos das Missões, território que passaria a pertencer à colônia portuguesa,

[...] por que ninguna cosa pudiera inventarse, que mas exaspere los ánimos de esta nacion, que el ver á los Portugueses Señores de sus pueblos, tierras, yerbales y estâncias por el antiguo aborrecimiento que les tienen despues que los *Mamalucos de San Pablo* los persiguiron en el Guayrá, obligandoles sus frecuentes correrias y crueldades á bajar por el Paraná con inmensos trabajos en busca de nuevas tierras en donde vivir libres de las persecuciones que padecieron.²⁶⁹

No ano seguinte, foi encaminhada a Carvajal nova carta referente aos trâmites da entrega desse território. O autor da mensagem afirma que os indígenas catequizados pelos missionários da Companhia de Jesus teriam “natural ogeriza que debian producir en sus ánimos los insultos bárbaros e injustas correrias con que en tiempos pasados molestáron las Misiones los *Paulistas ó Mamalucos*”.²⁷⁰ Como se vê, nas tentativas de impedir que o Tratado fosse executado, ao menos no que dizia respeito às definições dessas regiões, os padres invocavam ataques ocorridos há mais de um século e remetiam-se aos perpetradores como “bárbaros” e “cruéis”, aproximando-os dos nativos não catequizados.²⁷¹ As atividades de incursão pelos interiores da Colônia continuaram densamente nas décadas seguintes, o que apenas intensificou a criação de imagens específicas sobre os moradores de São Paulo. No período, pelas mãos dos padres agredidos e insultados, foi criada a chamada “lenda negra”.

Esta, dotada de conteúdo variado ao longo do século XVII, apresentou feições bem determinadas na primeira parte do século, já que apontava na direção da heresia e do desrespeito à vassalagem real. Os paulistas instalavam,

²⁶⁹ INCONVENIENTES, que resultan de la demarcacion contratada entre de las dos Coronas de Espana y Portugal, segun los tratados impresos en Lisboa. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. LII, 1938, p. 65, grifos nossos.

²⁷⁰ *Ibid.*, p. 49, grifos nossos.

²⁷¹ Adiante, nos deteremos sobre a definição de “mamelucos” dentro das investigações propostas nesta tese. Por ora, ficaremos limitadas ao uso geral do termo, como referência aos descendentes de matrimônios, oficializados ou não, entre colonos e mulheres indígenas.

segundo as narrativas, a desarmonia e a desunião, num império que se projetava cada vez mais unido.²⁷²

Os principais criadores e disseminadores dessas representações teriam sido os padres Simão Masseta, Justo Mancilla, Antonio Ruiz de Montoya e Francisco Dias Taño, cujos textos perseveraram e produziram legados ao longo do século XVII, e mesmo depois disso.²⁷³ Nesses escritos, encontram-se referências aos “Portugueses de San Pablo”,²⁷⁴ “vecinos y moradores de la vila de San Pablo de Piratininga”, “estos de S. Pablo”, “moradores de San Pablo”, “vandoleros de S. Pablo”²⁷⁵ e construções similares. O cerne da questão era a legitimidade ou não desses homens sobre o território guaireño. Desde o princípio da colonização, os próprios jesuítas portugueses teriam acreditado que a linha de Tordesilhas concederia à sua Coroa as terras que se estendiam até a província do Paraguai.²⁷⁶

Para os colonos da capitania de São Vicente, a utilização de mão de obra indígena era essencial aos seus empreendimentos, e a administração dos padres inacianos

²⁷² VILARDAGA, op. cit., p. 288.

²⁷³ Os viajantes que estiveram em São Paulo no início do século XIX, informados por essas mesmas obras, viram-se obrigados, em seus relatos, a antepor-se à caracterização da “lenda negra”, que ainda alimentava o imaginário dos europeus sobre os moradores dessas paragens: “Deve-se levar em conta, sobretudo esta circunstância, para atenuar e corrigir o juízo desfavorável que se costuma fazer sobre o caráter do paulista. As narrações de escritores mais antigos descrevem os paulistas como um povo sem leis, avesso a qualquer restrição regulada pelos costumes e sentimentos, e que, por isso mesmo, se separou do domínio português e formou uma república autônoma. Este juízo originou-se também dos relatórios dos jesuítas, os quais sem dúvida tinham razão de estar descontentes com o procedimento dos paulistas de então”. SPIX, Johann Baptist von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte; São Paulo: Ed. Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, p. 138. Saint-Hilaire remete-se também “às fantasiosas histórias que contaram sobre a origem, o governo e os costumes dos antigos paulistas”, de autoria de Charlevoix, porém considera desnecessário opor-se a elas, por já ser São Paulo bastante conhecida à altura de sua visita. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo*. Belo Horizonte; São Paulo: Ed. Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1976, p. 127, nota 336.

²⁷⁴ TRASLADO do auto que mandou fazer d. Luis Diogo de Oliveira, governador do Brasil, sobre as resoluções tomadas quanto à entrada de alguns portugueses no sertão. Cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, 27-IX-1629. In: CORTESÃO, Jaime Zuzarte (org.). *Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951, p. 306-309.

²⁷⁵ RELAÇÃO feita pelos padres Justo Mancilla e Simão Masseta, quer ao rei, quer ao provincial Francisco Vazques de Trujillo, sobre os estragos causados pela grande bandeira de Rapôso Tavares às missões do Guairá nos anos de 1628-1629. Cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, 10-X-1629. In: Ibid., p. 310-339.

²⁷⁶ Segundo Jaime Cortesão, a fundação da província seria atribuída aos portugueses de São Paulo, que teriam chegado àquelas terras antes dos jesuítas de qualquer Coroa. Ver CORTESÃO, Jaime Zuzarte. A província do Paraguai: origens; antecedentes portugueses; fundação, progresso e termo. In: Ibid., p. 63-85.

significava um impedimento insustentável. Além dos ataques às reduções jesuíticas no Guairá, os moradores de São Paulo não hesitavam em ameaçar – e executar – assaltos e destruições nos aldeamentos existentes nas imediações da vila, com vistas a apossarem-se dos indígenas reduzidos e conterem o avanço da opulência que atingiam os religiosos.²⁷⁷ Nesse território, as tensões culminaram com a expulsão dos padres da Companhia de Jesus, em 1640.²⁷⁸ Nas décadas seguintes, mantiveram-se os conflitos pela definição jurídica sobre os indígenas que trabalhavam para os colonos, uma vez que “O serviço particular dos índios era pouco diferente da escravidão, fato que não deixou de escapar à atenção da Coroa ou de jesuítas que não residiam em São Paulo”.²⁷⁹ Foi apenas em fins do seiscentos que se delineou a possibilidade mais concreta de negociação entre colonos e jesuítas, mediada pela Câmara. Em 1685, após rumores de nova expulsão, reuniram-se o capitão-mor e governador da capitania Pedro Taques de Almeida e o reverendo padre provincial Alexandre de Gusmão,²⁸⁰ segundo o qual

[...] o procurador q. estava p.a se eleger p.a Roma se emcarregaria solisitar e alcançar a comsesão de q. se pudese hir ao sertão, por ser a Rais de q. brotão os escrupulos aos M.or [sic] desta vila, com o preteisto de os trazer ao gremio da Igreja, e alimentallos com o leite da fe, e por este Modo se poderia seguir sem Remorço a posesão, e venda do dito gentio emtre os mesmos Moradores [...].²⁸¹

Ao que tudo indica, na prática, os moradores de São Paulo voltaram a perseguir e aprisionar indígenas nos sertões da capitania – conservando a “Rais de q. brotão os

²⁷⁷ “[...] os jesuítas representavam muito mais que apenas um obstáculo à mão-de-obra dos aldeados, o que, de qualquer forma, constava como antiga reivindicação dos paulistas. Aspecto mais grave do ponto de vista dos colonos era o fato de que os padres também configuravam uma força considerável na economia paulista enquanto produtores e proprietários. Além disso, segundo os colonos, os jesuítas abusavam de seu controle sobre os aldeamentos, aproveitando e mesmo aforando terrenos indígenas para o benefício do Colégio.” MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 143.

²⁷⁸ Sobre os conflitos entre colonos de São Paulo e os padres jesuítas, com destaque para o contexto local, ver Ibid., 141-147.

²⁷⁹ Ibid., p. 147.

²⁸⁰ O mencionado clérigo é homônimo do diplomata que produziria, já na primeira metade do século XVIII, o mapa e os termos do tratado a ser assinado entre as Coroas de Portugal e Espanha, definindo as demarcações de fronteiras entre suas colônias na América.

²⁸¹ TERMO de Breasão e declaração de q. esta Camera consultou com o R.do p.e provimsial aleixandre de gusmão sobre o particular do gentio. In: *Actas da Camara...*, v. VII, op. cit., p. 275-276.

[seus] escrúpulos” –, mas não cumpriram sua parte no acordo; fizeram-se senhores dos nativos, em vez de conceder-lhes liberdade e confiá-los aos jesuítas. É o que se pode apreender do já mencionado termo de vereação de janeiro de 1694, no qual são registradas as reações de desapontamento do rei, ao tomar conhecimento do que se passava.²⁸² Nas cartas transcritas, vê-se o esforço vindo da Coroa e transmitido pelo governo geral para recompor o acordado e garantir a liberdade dos indígenas – e a preponderância do poder dos religiosos sobre os colonos. É nesse contexto que os habitantes considerados principais – os “moradores mais graves da Villa”²⁸³ – remetem aos padres Alexandre de Gusmão e Antônio Vieira suas questões acerca do tratamento que deveriam ter os nativos descidos.²⁸⁴

Essas questões apontam a preocupação dos moradores de São Paulo com a possível fuga dos indígenas para o Rio de Janeiro – cujo “governador determinava a liberdade incondicional de todos os índios”²⁸⁵ –, com os requerimentos mínimos de vestuário e cuidado de possíveis enfermidades e, principalmente, com a garantia de que pudessem desfrutar dos nativos para heranças, dotes, vendas, trocas e outras operações. A resposta de Vieira, mencionada no início deste item, pautou-se na distinção entre indígenas e africanos, considerando que os primeiros

[...] não são escravos, nem ainda vassalos. Escravos não, porque não são tomados em guerra justa; e vassalos também não, porque, assim como o espanhol ou genovês cativo em Argel é, contudo, vassalo do seu rei e da sua República, assim o não deixa de ser o índio, posto que forçado e cativo como membro que é do corpo e cabeça política da subnação, *importando igualmente para a soberania da liberdade tanto a coroa de penas como a de ouro, e tanto o arco como o cetro*.²⁸⁶

Na negociação, os “paulistas” a quem Vieira opunha-se acabaram sendo contemplados em seus desejos de valerem-se dos indígenas em condições muito

²⁸² TERMO de Vereação e asento q. se fes sobre a vinda do p.e provimsial alexando de gusmão..., op. cit.

²⁸³ Id.

²⁸⁴ [DUVIDAS q. se oferesem pellos Moradores da V.a de sam Paulo]. In: Ibid., p. 455-456.

²⁸⁵ MONTEIRO, 1994, op. cit., p. 148. John Manuel Monteiro atribui a data de 1692 à redação das dúvidas dos moradores de São Paulo, citando fonte constante da Coleção Alberto Lamago do Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP). No entanto a documentação camarária consultada e a data que se encontra no voto do padre Antônio Vieira indicam 1694.

²⁸⁶ VIEIRA, op. cit., grifos nossos.

semelhantes às dos negros escravizados, o que fez com que o padre, já em avançada idade, passasse a criticar os próprios jesuítas.²⁸⁷

As sobreditas referências aos descobridores das minas de ouro feitas em 1700 e 1707, constantes nas atas da Câmara, em que esses homens são também tidos por “paulistas”, indicam outra faceta da necessidade de diferenciação, qual seja, em relação aos demais colonos que rumavam para aqueles arraiais e povoações, em busca de seu quinhão das explorações. Os moradores de São Paulo identificavam-se como precursores dos descobrimentos e viam como ameaça a chegada de outros colonos. Nesse cenário, a identificação de grupo, a partir da ótica da origem e opondo-se ao “outro” foi uma das estratégias empregadas nos embates locais e no âmbito do governo colonial. A chamada Guerra dos Emboabas (1707-1709), cujos episódios remontam a período próximo ao das menções do direito dos exploradores de São Paulo na documentação camarária, expõe essa linha de argumentação, segundo a qual os conquistadores originais daquelas riquezas eram identificados como “paulistas” e os adventícios, tanto de outras partes da colônia quanto do Reino, como “emboabas”.²⁸⁸

Os “paulistas” amparavam-se no “privilegio do descobridor”²⁸⁹ ou “direito de conquista”,²⁹⁰ princípio constante desde a primeira regulamentação das atividades mineradoras, promulgada pelo rei Filipe III, em 1618. De acordo com o documento, as minas descobertas pertenceriam àqueles que as encontrassem inicialmente, para que as lavrassem, com seus próprios recursos e homens, desde que entregassem um quinto de sua produção à administração colonial. O primeiro regimento definia ainda as

²⁸⁷ MONTEIRO, 1994, op. cit., p. 149-151.

²⁸⁸ Alguns dos documentos reunidos no outrora mencionado Códice Matoso permitem uma visada sobre as interpretações favoráveis aos paulistas e a forma como eram caracterizados no contexto das contendas entre esses e os forasteiros. Ver FURTADO, Bento Fernandes. *Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas do ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios*. In: FIGUEIREDO, Luciano Raposos de Almeida (org.); CAMPOS, Maria Verônica (org.). *Códice Costa Matoso*: Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários outros papéis, v. 1. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999, p. 166-193. S.I. *Relação do princípio descoberto dessas Minas Gerais e os sucessos de algumas coisas mais memoráveis que sucederam de seu princípio até o tempo que as veio governar o Excelentíssimo Senhor dom Brás da Silveira*. In: Ibid., p. 194-202. S.I. *[Relação de um morador de Mariana e de algumas coisas mais memoráveis sucedidas]*. In: Ibid., p. 203-209.

²⁸⁹ SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*, v. III. São Paulo: Melhoramentos, 1977, p. 30.

²⁹⁰ SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra*: Política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 121.

prioridades na demarcação de datas de terra para os interessados na mineração, procedimento no qual os descobridores originais possuíam privilégios, tais como a primeira escolha sobre as terras e o direito a uma porção maior que os demais mineradores. Aqueles que ocupassem os cargos de controle e regulamentação da exploração mineral ficavam proibidos de associarem-se a tal atividade.²⁹¹

Os primeiros achados minerais no Rio do Carmo – nas terras em que seria fundada, em 1711, a vila de Nossa Senhora do Carmo, feita cidade episcopal e sede do bispado de Minas Gerais em 1745 e atual cidade de Mariana – foram registrados nos nomes de Miguel Garcia e João Lopes Lima, esse proveniente de São Paulo e aquele, de Taubaté, vila localizada no caminho de orientação nordeste, que ruma para o Rio de Janeiro. A presença de homens das duas vilas levou Robert Southey a descrever, entre eles, “um ciúme muito parecido com inimizade de modo que não queriam os paulistas trabalhar com os taubateses, nem estes com aqueles”.²⁹² Essa constatação não parece ter relação com os conflitos subsequentes sobre os direitos dos conquistadores originais e a chegada de novos exploradores e praticamente não encontra ressonância em outros estudos sobre o mesmo objeto,²⁹³ contudo a menção do autor carrega um indicativo do papel das definições de pertencimento em meio às diferentes possibilidades de busca por fortuna nas minas.²⁹⁴

²⁹¹ Para uma sistematização do escopo das regras contidas nos primeiros regimentos referentes à mineração na América portuguesa, ver SOUTHEY, op. cit., p. 29-41.

²⁹² Note-se que o autor se refere aos moradores da vila de São Paulo como “paulistas”, ainda que essa qualificação possa ser considerada incoerente, já que abarcaria habitantes de toda a capitania, incluindo os de Taubaté. Ibid., p. 36.

²⁹³ A única menção que vale rememorar encontra-se no trabalho de Anthony Russell-Wood, sobre a formação de identidades e grupos étnicos no contexto das disputas nas regiões mineiras recém-estabelecidas. “A historiografia as tem supersimplificado [as relações entre ‘naturais’ e ‘forasteiros’] como uma dicotomia paulista-emboaba, em que o lugar de nascimento é seu elemento definidor. A linguagem destes documentos revela uma concepção mais sutil pelos contemporâneos. Embora ‘paulista’ fosse um termo genérico, não se limitava às pessoas nascidas em São Paulo. Oliveira [autor de um dos documentos contidos no Códice Matoso] assinala que as notícias das primeiras descobertas atraíram ‘paulistas e taubateanos, também tidos por paulistas, como todos naturais de Serra Acima, prezando-se muito desse nome’. Em resumo, o critério era ter vindo de ‘Serra Acima’.” RUSSELL-WOOD, Anthony. Identidade, etnia e autoridade nas Minas Gerais do século XVIII: leituras do *Códice Costa Matoso*. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 15, n. 21, p. 100-118, jul., 1999, p. 102.

²⁹⁴ Vale ressaltar que moradores das duas vilas estabeleceram, durante o século XVII e XVIII, matrimônios e parentescos, que nos levam a crer que suas relações eram caracterizadas mais como alianças do que disputas propriamente. A título de hipótese, identificamos um Miguel Garcia Velho, em tronco da família Prado, filho de Sebastiana de Onhatte e Jorge Dias Velho, ambos naturais de São Paulo, porém casados e falecidos em Taubaté. Seu tio, também casado nessa vila, chamava-se Manoel Garcia Velho. Duas irmãs e um irmão de Sebastiana também passaram para Taubaté, e dois outros irmãos

A narrativa de Southey foi composta quase um século após os confrontos entre paulistas e emboabas, sendo fundamentada em bibliografia e documentação manuscrita arquivada em Lisboa. No trecho em que se ocupa da dita Guerra dos Emboabas, o historiador elenca uma série de querelas nas quais estavam envolvidos os descobridores originais – “paulistas” –, os adventícios – chamados pelos primeiros de “forasteiros” ou “emboabas”, palavra de origem Tupi, usada como um tipo de insulto – e membros do governo colonial, enclausurados nos confrontos entre as duas coletividades que reivindicavam direitos de exploração e cargos de governança. Pelos incidentes descritos, observa-se uma situação de tensão crescente, pontuada por confrontos e desafios entre uns e outros, que atingiu momentos de ápice com o embate de corpos militarizados e a tentativa de proclamação de governador próprio dos forasteiros, Manuel Nunes Viana.²⁹⁵ Não nos interessa conferir mais detalhes ao conflito, e sim, retomando a questão que vimos perseguindo, atentar para a consulta do Conselho Ultramarino, datada de 17 de julho de 1709, momento no qual “a metrópole tomou as providências necessárias a um controle mais efetivo na zona mineradora”, pautado pelo incremento de sua estrutura oficial no contexto local e pela cooptação de poderosos dos dois grupos conflitantes para ocupações na administração e cargos judiciários.²⁹⁶

Nos debates entre os ministros, é relevante à nossa investigação notar a forma como aludem às duas coletividades em conflito. Por um lado, não aderem a nenhuma das adjetivações associadas aos adventícios, referindo-se a esses como “reinóis”, grupo que configurava uma parte significativa dos forasteiros; por outro, remetem-se,

realizaram explorações e descobertas de metais. Ainda que não seja o mesmo descobridor citado por Southey e não existe indicação conclusiva sobre um possível parentesco, as informações encontradas não deixam de configurar uma possibilidade ou, ao menos, um dos repetidos exemplos de relações dispostas nessa geografia, minimizando a hipótese de disputa aventada pelo autor. LEME, op. cit., t. II, p. 60-63.

²⁹⁵ Ver SOUTHEY, op. cit., p. 46-52. SOUZA, 2006, op. cit., p. 81.

²⁹⁶ “A concessão do título de vila a certos arraiais foi um dos principais dispositivos adotados para atingir os objetivos descritos. Com a instituição de câmaras nas povoações principais, haveria juízes para administrar a justiça em primeira instância e corpos de milícia para controlar os territórios concelhios; além disso, a distribuição equitativa dos ofícios judiciários e administrativos entre os poderosos locais poderia contribuir para o fim das disputas entre reinóis e paulistas.” FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’El Rei: Espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 139.

repetidas vezes, aos “paulistas”,²⁹⁷ o que leva a crer que tal qualificação era conhecida e reconhecida, a essa altura, tanto na Colônia quanto no Reino, ao menos nas esferas de contato entre uma e outro. Assim como nas escaramuças e confrontos entre moradores de São Paulo e jesuítas sobre o apresamento e a administração de indígenas, as reivindicações de poder em função das explorações pelo sertão que localizaram pedras e metais preciosos também foram terreno fértil para a construção de ideias de pertencimento – mesmo que momentâneas e interessadas – em torno do termo “paulistas”. Como visto nas circunstâncias abordadas, a expressão foi mobilizada ora pelos próprios piratinicanos, ora por seus opositores, chegando até a circular no espaço do Conselho Ultramarino – mas, em todos os casos, vinculada a conjunturas de disputa.

Nos papéis camarários, a referência a “paulistas” volta a surgir apenas em fins de 1793, quando os oficiais da Câmara repudiam o não comparecimento do “capitão Antonio Alvares dos Reis, e [de] José Pinto Tavares, mercadores desta cidade” às celebrações públicas do nascimento de Maria Teresa de Bragança, então princesa da Beira, filha do rei d. João VI. Os dois homens, portugueses de origem, alegaram falta de traje adequado para a cerimônia, o que foi tomado como escárnio, tendo em vista que ambos já haviam servido em cargos na cidade e tinham fortuna conhecida, além de próspero comércio de fazenda seca. Essa atitude demonstraria um desprezo incompatível com “o grande fervor do todo o povo [que] faz novamente patente o amor, que tem á sua soberana, e a felicidade bem conhecida dos paulistas”.²⁹⁸

Mais uma vez, trata-se da construção de uma distinção de pertencimento, agora motivada pela condenação de ações que significariam insubordinação – atributo que já era central desde os embates entre as narrativas criadas por jesuítas e outros colonos sobre os “moradores de São Paulo” e aquelas criadas por eles próprios, no alvorecer do século XVIII. Cada definição de “paulistas”, em cada cenário de contestação – fosse sobre os indígenas, fosse sobre os privilégios derivados de descobertas auríferas –, era articulada, no período, à legitimação ou deslegitimação da condição de vassalagem

²⁹⁷ CONSULTA do Conselho Ultramarino de 17 de julho de 1709. *Documentos Históricos*, v. XCIII. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional; Divisão de Obras Raras e Publicações, 1951. Apud FONSECA, op. cit., p. 138-139.

²⁹⁸ TERMO de vereança que faz o juiz presidente e officiaes da Camara em terça feira 24 de dezembro de 1793. In: *Actas da Camara Municipal de S. Paulo – 1788-1796*, v. XIX. São Paulo: Archivo Municipal de S. Paulo; Typographia Piratininga, 1921, p. 418-421.

desses homens – questão sobre a qual nos debruçaremos adiante. Essas referências difusas, nas quais são alinhavadas as atividades de conquista e dominação de indígenas, exploração aurífera e subordinação à Coroa, permitem apreender os significados que vinham sendo atribuídos ao termo “paulista”, denominação peculiar no contexto das colônias ibéricas em terras americanas.²⁹⁹

Frei Gaspar da Madre de Deus, sobre o qual tratamos no capítulo anterior, fazia pouco uso do termo, geralmente aludindo às conquistas desses homens³⁰⁰ e aos conflitos com os jesuítas, informados pelos relatos de outros padres da Companhia de Jesus e, assim, reticentes com relação aos moradores de São Paulo.³⁰¹ O religioso e Pedro Taques eram parentes e trabalharam de maneira semelhante na construção de seus textos, ainda que nem sempre chegassem às mesmas conclusões. O último, em seu conjunto de escritos genealógicos e solicitações de comprovação de nobreza, empreendeu uma construção singular acerca do grupo dos “paulistas”, tal como são apresentados em suas páginas, que embasava suas reivindicações de reconhecimento das ações dessa população.

A proximidade dos sertanistas de São Paulo com grupos indígenas resultava no afastamento desses colonos em relação aos reinóis, tanto pelos costumes diferenciados, quanto pela constante ameaça de mácula nas linhagens. Quando confirmada essa mancha, o desabono significava a impossibilidade de desempenhar funções políticas, de ingressar no universo religioso e de obter privilégios, tais como terras e outras solicitações feitas à Coroa, uma vez que todas essas atividades requeriam as comprovações de limpeza de sangue e procedência adequada, feitas por meio de investigações cartoriais. Por outro lado, a afinidade de certos colonos com algumas nações de nativos garantiu sua excelência nas incursões pelo sertão e possibilitou descobertas de metais e pedras preciosas – bastante almejadas por sucessivos monarcas portugueses –, além da abertura de caminhos e estabelecimento

²⁹⁹ “[...] o contraste entre os nascidos na Europa e os nascidos na América era comum a todas as colônias européias na América. O que distingue o Brasil é esta definição mais específica que envolve o termo ‘paulista’.” RUSSELL-WOOD, op. cit., p. 103.

³⁰⁰ “Pelo sertão, atravessou a animosidade dos Paulistas, com indizíveis trabalhos, os fundos de tôdas as Capitâneas Brasilicas, em cujos domínios, depois de afugentarem inumeráveis gentios, descobriram as Minas Gerais, as de Goiás, as de Cuiabá, e as de Mato Grosso [...]” MADRE DE DEUS, frei Gaspar da. *Memórias para a história da capitania de São Vicente*. Belo Horizonte; São Paulo: Ed. Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1975 [1797], p. 30-31, grifos do original.

³⁰¹ Ibid., p. 105-106, 126-136.

de povoações – que possibilitavam e consolidavam as incursões exploratórias e a posse de novas porções das áreas coloniais. Além disso, essas entradas resultaram, não raro, no descimento de nativos, conformando numerosas populações disponíveis para o trabalho, sob o controle dos colonos.³⁰²

Conforme indicado anteriormente, não foram poucas as circunstâncias em que a Coroa portuguesa reconheceu explicitamente as benesses advindas das empreitadas desses sertanistas, remetendo cartas nominalmente endereçadas, em fins do século XVII, referentes a ações individuais ou coletivas e oferecendo mercês em troca dos serviços prestados. Essas considerações e, nas décadas seguintes, a colaboração direta e indireta na construção de uma representação da colônia como território efetivamente dominado – como realizado no *Mapa das Cortes* –, foram entremeadas por disputas de autonomia e legitimidade na capitania de São Vicente e, posteriormente, de São Paulo. A elevação de São Paulo a cidade em 1711 foi sucedida rapidamente pelo desmembramento da sua área em novas capitanias e, por fim, por sua submissão ao governo do Rio de Janeiro, que vigorou de 1748 a 1765.

Durante esse período, Pedro Taques, natural de São Paulo, nascido em 1714 e falecido em 1777, realizou boa parte da sua produção de escritos genealógicos e nobiliárquicos, sendo muitos deles encomendas de seus compatriotas de São Paulo, feitas com o objetivo de atestar laços com a nobreza europeia, limpeza de sangue e serviços prestados à Coroa. Ou seja, comprovações de pertencimento ao Império português, sem desvios ou traições, que garantiriam o merecimento, por direito, de privilégios e benefícios dentro desse universo. Ao longo de décadas, foram produzidos supostamente cerca de cem títulos, dos quais chegaram aos nossos dias apenas um quinto ou um quarto deles, em função de extravios, perdas de originais e do terremoto de grandes proporções que atingiu Lisboa em 1755, onde o genealogista se encontrava, para realizar reivindicações de mercês em nome de algumas das famílias sobre as quais escreveu. Os títulos sobreviventes referem-se aos troncos seguintes: Buenos de Ribeira; Taques Pompeos; Almeidas Castanhos; Antas Moraes; Laras; Prados; Pires; Affonsos Gayas; Chassins; Toledos Pizas; Rendons; Lemes; Godoys; Bicudos, Carneiros,

³⁰² Sobre os caminhos e a expansão da ocupação nos sertões coloniais, ver HOLANDA, Sérgio Buarque. *Capítulos de expansão paulista*. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014; ABREU, João Capistrano de Abreu. O sertão. In: _____. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Rio de Janeiro; Brasília: Civilização Brasileira; INL, 1976 [1907], p. 98-172. No que toca a administração dos nativos, ver MONTEIRO, John Manuel. O sertanismo e a criação de uma força de trabalho. In: _____, op. cit., cap. 2, p. 57-98.

Mendonças; Pedrosos, Barros, Vazes; Costas Cabrais; Mesquitas; Penteados; e Alvarengas Monteiros. Sobreviveram ainda os adendos às famílias Rendon e Paes Leme.

Os escritos remanescentes foram transcritos e publicados, primeiro pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em fins do século XIX, e depois pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, como parte das comemorações do bicentenário de nascimento de Taques, em 1914. Ao que consta, era do interesse do genealogista publicar esses textos reunidos, mas isso nunca foi possível durante sua vida. Posteriormente, os títulos foram publicados em livros, sendo hoje de fácil acesso. São três volumes, com pouco menos de 900 páginas ao todo.³⁰³ Apesar de os títulos sobreviventes serem apenas uma parcela do total que se acredita que tenha existido, é um volume considerável, que permite discutir essa produção como um todo.

O nome, *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, indica de pronto que não se trata apenas de uma genealogia, no sentido estrito de reconstituir laços de parentesco e troncos familiares, e sim de uma proposta mais ampla, em que esse conteúdo é acrescido e qualificado por dados históricos, assemelhando-se aos atestados de origem necessários para ingresso em ordens religiosas e para reconhecimento de pertencimento a famílias nobres. Taques pesquisou e reuniu inúmeros documentos em câmaras, no acervo do Conselho Ultramarino e em cartórios civis e eclesiásticos, além de relatos orais, passados entre gerações e que chegavam a ele por meio de seus familiares e amigos. Utilizando-se desse método, o autor pode repreender seus antepassados e contemporâneos que redigiam notas genealógicas se baseando mais nas conversas de seus círculos sociais do que na letra dos manuscritos. Como dito, a consulta documental como forma de embasamento era traço comum ao genealogista e a frei Gaspar da Madre de Deus, que dividiam ainda ascendência familiar. Os dois correspondiam-se regularmente, trocando questões e informações sobre a documentação.³⁰⁴

Nos escritos de ambos que chegaram a ser publicados, destaca-se a constante referência – e frequente oposição – à obra *America Portuguesa*, de Sebastião da Rocha

³⁰³ Ver TAUNAY, Affonso d'Escragnolle. Prefácio. In: LEME, op. cit., t. I, p. 11-36.

³⁰⁴ “Permutavam tudo quanto tinham; assim, comentava e anotava Pedro Taques às folhas das *Memórias* e submetia ao correspondente, os seus títulos genealógicos e a narrativa dos episódios mais notáveis da História paulista, muitos dos quais infelizmente desaparecidos.” TAUNAY, Affonso d'Escragnolle. Biografia. In: MADRE DE DEUS, op. cit., p. 16.

Pitta (1660-1738). Trata-se do livro *Historia da America Portuguesa, desde o anno de mil e quinhentos, do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro*, originalmente publicado em 1730 e dedicado ao rei d. João V, fundador da mencionada Academia Real da História Portuguesa, da qual o autor fazia parte. O trabalho de Pitta é considerado o primeiro exemplar de uma história do Brasil, e as considerações feitas a ele por Taques e frei Gaspar apontam para a relevância que teve, logo após sua publicação. Esse desaconselha a utilização do referido livro como fonte sobre a história de São Paulo, criticando o acadêmico, natural da Bahia, “o qual muitas vêzes claudica, em saindo fora da sua Pátria, e são mais freqüentes os seus lapsos quando chega a S. Vicente e Santo Amaro”.³⁰⁵ Suas ressalvas são, contudo, mais direcionadas às obras de outros religiosos, especialmente os jesuítas que veiculavam acusações aos colonos de São Paulo, conforme discutido previamente. Por sua vez, Taques confronta repetidamente os escritos de Pitta, principalmente sob o prisma do método, como se apreende no excerto a seguir:

[...] este autor tem tantas faltas no corpo da historia, que passam a ser erros indesculpaveis; porque as materias de que trata, constando a verdade dellas e a sua época e a chronologia dos documentos que existem nos registros dos livros da secretaria do governo geral, provedoria-mor e camara da Bahia, não devia escrever os successos pertencentes á mesma historia sem a lição destes cartorios; e por esta falta escreveu mais por vaidade que por zelo; e em muitas materias só o fez por informação de apaixonados; e por isso cahiu em tantas que temos mostrado em alguns titulos genealogicos que temos escripto.³⁰⁶

Conforme o trecho, as críticas de Taques concentram-se na não observância do conteúdo da documentação disponível sobre os acontecimentos de que tratam ambos e na demasiada importância dada por Pitta às informações obtidas oralmente – prática também utilizada pelo genealogista, porém amparada, segundo ele, em documentos existentes. Ao narrar sobre a vida dos irmãos João e Lourenço Leme da Silva, acusados de uma série de crimes violentos, Taques concorda com “o carater que mereceram de insolentes e matadores”,³⁰⁷ mas repreende Pitta pelo que considerou como excessos,

³⁰⁵ Ibid., p. 162, grifos do original.

³⁰⁶ LEME, op. cit., t. II, p 54-55.

³⁰⁷ Ibid., t. III, p. 33.

discordantes dos registros oficiais: “Tudo isto é falso, porque nada disto passou assim, e examinamos ocularmente os livros do archivo do senado”.³⁰⁸ Sua legitimação para confrontar o acadêmico viria, pois, da consulta direta a documentos originais.

A escrita de Taques é peculiar, não apenas pelo uso da documentação, que permite confirmar versões oficializadas de acontecimentos narrados pelos contemporâneos, mas também pela maneira como descreve certas circunstâncias e como qualifica seus personagens. É possível apreender essas particularidades tanto pela análise da maneira como o autor constrói seus textos quanto pela comparação com as partes que, por motivos circunstanciais, acabaram sendo redigidas por outras pessoas.³⁰⁹ É o caso de trecho do título referente à família Affonso Gaya,³¹⁰ escrito por Manoel Angelo Figueira de Aguiar, bisneto de um dos fundadores do mesmo tronco na capitania de São Paulo, que tomou parte em entradas pelo sertão da Bahia empreendidas por seus tios, ficando assim habilitado a dar notícias desses e de seus descendentes. Nesses parágrafos, nota-se a quase ausência de datas relativas aos nascimentos, casamentos ou óbitos, justificável por serem informações conhecidas sem consulta aos cartórios.

Não há tampouco referências a reconhecimentos obtidos pelas ações realizadas, ainda que o próprio pai de Manoel Angelo, Antonio Gonçalves Figueira, tenha participado de combates contra nações indígenas no Rio Grande do Norte, em campanha de sucesso celebrado recorrentemente nas várias famílias sobre as quais escreveu Taques.³¹¹ Nas palavras do genealogista, Figueira atuou “no real serviço à sua custa [...] em praça de soldado, e alferes do terço dos paulistas”;³¹² já nas partes redigidas por seu filho, não encontramos descrições mais pormenorizadas das atuações dos parentes, referências a seus serviços ou menções a serem “paulistas”. Essa especificidade mostra-se relevante, pois a caracterização por meio do adjetivo pátrio, que poderia ser entendida como banal numa genealogia referente à população de uma

³⁰⁸ Ibid., p. 31.

³⁰⁹ Taunay refere-se aos constantes problemas de saúde de Taques, que frequentemente resultavam na necessidade de ajuda para produzir os manuscritos, chegando ao ponto de o autor contratar um redator para o qual ditava os textos, por estar entrevado. Em outras ocasiões, Taques recorria a amigos para completar partes de troncos genealógicos sobre os quais não tinha documentação suficiente. Ver TAUNAY, 1980, op. cit.

³¹⁰ LEME, op. cit., t. II, p. 125-126.

³¹¹ Um dos textos mais completos sobre os acontecimentos encontra-se no parágrafo referente a Mathias Cardoso de Almeida. Ibid., p. 44-58.

³¹² Ibid., p. 125.

única capitania, é mobilizada por Taques de maneira precisa e circunscrita, como veremos a seguir, o que explica sua ausência em excertos de outros autores.

TIPO, GRUPO, FAMÍLIA: OS “PAULISTAS” DE TAQUES

Os textos redigidos por Pedro Taques, conforme mencionado anteriormente, destacam-se do campo da genealogia, em seu sentido mais estrito, por incluírem outras informações além dos dados de parentesco. Nos títulos remanescentes, são notáveis as interrupções regulares dos parágrafos genealógicos, com digressões nas quais o autor insere narrativas de feitos e acontecimentos que se estendem, algumas vezes, por mais de uma dezena de páginas. De modo geral, as digressões tratam de participações e lideranças em combates aos inimigos nativos e europeus ou de explorações de minérios e pedras preciosas. Algumas dessas narrativas aproximavam várias famílias, por reunirem membros de linhagens distintas, em corpos de batalha, em expedições ao sertão e em menções de reconhecimento da Coroa. As principais narrativas veiculadas nos títulos existentes constam na Tabela 1 e descrevem ações que ocorreram nas capitanias do norte³¹³ até o sul, incluindo regiões de fronteira, realizadas contra indígenas, europeus e escravizados fugidos, principalmente no século XVII, mas também com algumas guerras já em meados do século XVIII. Note-se o uso repetido da expressão “conquistas” para tratar de boa parte dessas ações, remetendo ao uso desse termo em relação à expansão do Império português e à anexação de territórios ultramarinos.

Tabela 1 – Digressões inseridas nos títulos, seus conteúdos e as páginas nas quais se encontram			
DIGRESSÕES	MENÇÕES (páginas)		
	Tomo I	Tomo II	Tomo III
Narrativa de guerras, conquistas de “gentio barbaro dos sertões” e mercês; defesa do Rio Pardo (norte do Rio Grande de São Pedro) em 1762 e conquista de gentio Cayapó desde meados do século XVIII.	163, 208	164	
Narrativa de guerras, conquistas de “gentio barbaro dos sertões” e mercês; descobrimento de esmeraldas no “sertão dos barbaros indios Mapáxós” no último quartel do século XVII.		44-58	

³¹³ Especificamente sobre a chamada Guerra dos Bárbaros, ocorrida nos sertões das capitanias do nordeste, no final do século XVII, ver PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Edusp; Hucitec, 2002.

DIGRESSÕES	MENÇÕES (páginas)		
	Tomo I	Tomo II	Tomo III
Narrativa de guerras, conquistas de “gentio barbaro dos sertões” e mercês; “sertão dos Patos e Rio de São Francisco até o Rio-Grande de São Pedro”, da primeira metade a meados do século XVII.		85	
Narrativa de guerras, conquistas do “barbaro gentio Cayapó” com apoio dos Bororós e mercês; “infestava a estrada toda das minas de Goyases”, em meados do século XVIII.		178-180	
Narrativa de guerras, descoberta de esmeraldas, entradas nos sertões com alianças com chefes do “reino dos índios da nação Guaianã” e mercês; minas de Sabarabuçu, entre 1664 e ca. 1680.			61-78
Narrativa abertura de caminhos para Goiás e para o sul, no começo do século XVIII.	166-173		
Guerra aos “calhambolas” (quilombolas) de Goiás; Bartholomeu Bueno do Prado, “conquistador de um quase reino de pretos foragidos” e os 3.900 pares de orelhas; “evitar um futuro levantamento dos pretos contra os brancos”.	276-277		
Socorro ao Mato Grosso na guerra contra espanhóis, em 1762; “incultos sertões [...] que ainda não tinham sido penetrados dos sertanistas paulistas”.			241-244
Socorro à Bahia na guerra contra os holandeses, em 1647, e mercês referentes.	232-237	46, 47	
Socorro a Pernambuco na restauração contra os holandeses, ca. 1640.		275-283	
Socorro à Bahia na guerra contra os “barbaros gentios habitantes daquelles asperos sertões”, em 1689.		54	
Socorro a Pernambuco na guerra “contra os rebellados da conquista do sertão dos Palmares”, na segunda metade do século XVII.	271		31
Socorro ao Rio Grande e Ceará na guerra contra o “barbaro gentio”, entre 1687 e 1694.		54-58	

DIGRESSÕES	MENÇÕES (páginas)		
	Tomo I	Tomo II	Tomo III
Socorro ao Maranhão na guerra contra “barbaros indios”, entre 1694 e 1701.		58	

Essas pequenas histórias de conquistadores e suas conquistas são constantes em praticamente todas as famílias descritas, mas os predicados que elas carregam não são distribuídos de maneira equânime entre todos os seus membros. Para apreender as variações e padrões de descrição construídos por Taques em seus textos, sistematizamos as informações referentes aos tipos de qualificação encontrados, por meio da confecção de uma tabela, com 2.006 linhas ao todo, que correspondem ao número de membros das famílias para os quais são feitas ao menos uma das observações listadas na Tabela 2. A reconfiguração da tabela em ordem alfabética aponta para o significativo número de repetições dos mesmos indivíduos em diferentes títulos e mesmo no interior de uma única linhagem, em função das relações endógenas e de compadrio estabelecidas entre as famílias da capitania de São Vicente e posteriormente de São Paulo, desde o início da colonização desse território.³¹⁴ Excluindo da tabela as menções repetidas, obtemos um número total de 1.642 pessoas, entre homens e mulheres, sendo essas minoria indiscutível.³¹⁵

Outros tipos de predicados são indicados por Taques, tais como o engajamento em atividades religiosas – por exemplo, envio de filhas para conventos ou filhos para serem ordenados e construção de capelas – e demonstrações de costumes nobres – como no caso do domínio da montaria³¹⁶ e do oferecimento de boas condições para

³¹⁴ São frequentes as menções à obtenção de dispensa autorizada pela Igreja para realização de casamentos entre primas e primos, sobrinhas e tios e pessoas com outros laços de parentesco que, de outra maneira, seriam considerados impróprios. Os matrimônios consanguíneos continuaram frequentes no século XIX, especialmente entre as famílias mais abastadas, com vistas a proteger as riquezas e construir ou fortalecer alianças políticas e sociedades em atividades econômicas. Trataremos mais sobre esses aspectos no capítulo seguinte. Ver BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Área de Publicações CMU; Unicamp, 1997.

³¹⁵ A exclusão das repetições foi realizada de maneira conservadora, ou seja, preservando nomes duplicados em casos de dúvida ou de impossibilidade de comprovação de tratar-se da mesma pessoa. Essa diretriz foi tomada principalmente por ser comum, no período em questão, a presença de homônimos, tanto por razões circunstanciais quanto pela costumeira mobilização de nomes de avós, pais, mães, tios e tias para as descendências.

³¹⁶ O domínio das artes de guerra era atribuição dos homens, entretanto Taques registra uma exceção, que consideramos digna de nota, ainda que não haja condições para nomear a mulher de quem fala o

receber convidados e hóspedes, do que trataremos em momento oportuno. As menções enumeradas na Tabela 2, no entanto, são aquelas que mais diretamente dizem respeito às atividades de relacionamento com grupos indígenas, de circulação no interior da colônia e de organização do território e da vida civil.

Tabela 2 – Qualificações encontradas nas descrições genealógicas e seus conteúdos

QUALIFICAÇÕES	CONTEÚDOS
CARGOS ³¹⁷	Ocupação de cargos de “governança da população” ou cargos administrativos, militares, civis ou jurídicos e serviços “à república” ou “real serviço”, usando os termos do próprio Taques. Isso inclui geralmente a participação ativa na vida política de vilas e cidades na colônia, bem como a ostentação de posições de liderança em guerras e a organização de quadros militares.
PRIVILÉGIOS	Pedidos e oferecimentos de mercês, privilégios, ofícios, sesmarias e patentes, ou seja, solicitações que em geral se baseiam no direito hereditário, por casamento ou por merecimento, com comprovação de serviços prestados ou cumprimento de requerimentos da Coroa.
GUERRAS	Participação ativa em guerras. É importante notar que nem sempre a participação em ações de defesa ou ataque de indígenas e europeus acontecia mediante organização oficial, com distribuição de patentes, de forma que foi necessária a criação dessa categoria separada, para indicar as menções de engajamento em batalhas variadas, mesmo que motivadas por interesses particulares.
CONQUISTA DE INDÍGENAS	Conquista de grupos indígenas e, conseqüentemente, liberação de terras e territórios para usos de colonização. Inclui ainda a redução de nativos, ou seja, escravização dos chamados “negros da terra” para uso nas empreitadas dos colonos. Esse é quase um tipo de batalha específico, bastante realizado por iniciativa particular, o que era um dos pontos de tensão entre sertanistas e a Coroa portuguesa.
ENTRADAS	Entradas pelo sertão, que por vezes se relacionavam com a própria “guerra aos gentios” – para usar expressão corrente do período em questão –, mas que podiam ser também ações de exploração de recursos ou de abertura de caminhos.

autor: “Entre muitos se fez distinto Manoel Galvão, capitão de infantaria da praça do Rio de Janeiro, que montado a cavalo, com a espada na mão, feria e matava, animando a todos, e reforçando por muitas partes os batalhões, até perder a vida. Imitou os seus altos espíritos sua mulher d. N..., que, ao lado do marido, movia a espada, tão ligeira, que parecia raio, e continuou assim ainda depois do o ver morto até que teve a mesma sorte que a de seu esposo. É lástima não declarar-se o nome desta matrona”. LEME, op. cit., t. II, p. 259.

³¹⁷ “Uma das mais importantes [vias de ascensão e ingresso na nobreza] foram os ofícios de ordenanças que conferiam um enorme poder social, hipóteses de promoção interna e, até, de acesso à elite dos vereadores, pelo menos nas terras menos selectas. Falta-nos um estudo global sobre o tema, mas pensamos que, embora tais cargos tendessem para a hereditariedade em muitos casos, eram requisitados de forma dominante por quem buscava influência local e, também, estatuto social. Com efeito, conferiam um título (capitão-mor, sargento-mor ou capitão das ordenanças) de validade geral, ou seja, que usualmente passava a anteceder o nome de quem o tinha.” MONTEIRO, 2005, op. cit., p. 16.

QUALIFICAÇÕES	CONTEÚDOS
MINAS	Identificação ou busca de minas auríferas, de outros metais ou de pedras preciosas, bem como a ida a essas regiões, após o seu “descobrimento” ser comprovado, e o estabelecimento nelas. Apontamos não só para as empreitadas exploradoras, mas também para a mobilidade dessas populações. É nesses apontamentos que verificamos o maior número de mulheres em nossa tabela.
RECURSOS PARTICULARES	Uso dos próprios recursos; aspecto discriminado por Taques em vários pontos das genealogias e que se refere à condição de “nobreza” desses homens, mesmo que não efetiva, e à sua servidão como vassalos da Coroa portuguesa, dispostos a utilizar seus próprios cabedais para o bem comum e enriquecimento da fazenda real.
“PAULISTA”	Menção a um indivíduo como “paulista” ou a um grupo como “paulistas”. Em geral, aparece como substantivo, mas, em raras ocasiões, essa referência é usada também como adjetivo principalmente em referência às tropas. Essa qualificação figura exclusivamente para homens.
“MAMELUCO” / “MAMELUCA”	Menção à condição de “mameluco” ou “mameluca”. Nem sempre o autor emprega exatamente esses termos quando se remete a essa condição, de modo que foram incluídas referências indiretas.

A título de exemplo, apresentamos a tabela referente à família dos Bueno da Ribeira (Figura 40),³¹⁸ na qual é possível ver a distribuição das características previamente descritas por cada um de seus membros, conforme as indicações de Taques. Como se vê, a tabela produzida contém sucessivamente a partir da primeira coluna: as nomenclaturas das famílias, correspondentes aos títulos das genealogias; os nomes dos membros, que compõem os parágrafos de cada título; a estimativa, por século, do período de vida desses membros; e uma coluna para cada ocorrência das qualificações examinadas, com a marcação das páginas nas quais se encontram as ocorrências. É importante ressaltar que só constam na tabela os nomes das pessoas que possuem alguma dessas características, ou seja, que circulam entre essas possibilidades de ação e de reconhecimento, portanto é reduzido o número de mulheres, que aparecem geralmente apenas em caso de estabelecimento em regiões de mineração.

³¹⁸ Na tabela foram usadas algumas convenções para facilitar a inserção dos dados: o sinal de positivo, “+”, corresponde a mais ocorrências na mesma página; e o asterisco, “*”, indica que uma mesma ocorrência se refere a mais de uma pessoa, sendo todas indicadas com esse símbolo. Os nomes próprios e sobrenomes foram simplificados, assemelhando-se mais à grafia corrente – por exemplo, nas letras duplicadas ou uso de “h” mudo –, de modo a facilitar a identificação de menções correspondentes à mesma pessoa em parágrafos ou títulos diversos.

FAMÍLIA	MEMBRO	PERÍODO DE VIDA	CARGOS	PRIVILÉGIOS	GUERRAS	CONQUISTA DE INDÍGENAS	ENTRADAS	MINAS	RECURSOS PARTICULARES	"PAULISTA"	"MAMELUCO" / "MAMELUCA"
BUENOS DA RIBEIRA (chegada a S. Paulo em 1571)	Bartholomeu Bueno da Ribeira	XVI-XVII	75								
	Amador Bueno	XVII	76	76, 77		75			76	75, 77	
	Manoel Preto	XVII				79	79			79, 81	79
	Paulo do Amaral	XVII	82								
	Fernando Dias Paes		83								
	Domingos da Silva Bueno	XVII-XVIII	84		87			85	85, 87	84, 87	
	Domingos Dias da Silva	XVII-XVIII			87				87	87	
	Manoel Carvalho da Silva Bueno	XVIII	87							88	
	Domingos da Silva Bueno, filho	XVIII	88					88			
	Gaspar Teixeira de Azevedo	XVII	89								
	Gaspar Leite Cesar	XVII	90								
	João Caetano Leite Cesar de Azevedo	XVIII						90			
	Gaspar Leite	XVIII						90			
	Francisco Xavier Julio	XVIII						91			
	Manoel Angelo Figueira e Aguiar	XVIII	91								
	Cypriano Tavares	XVII	92, 94								
	Estevão Fernandes Carneiro	XVII-XVIII	92								
	Bernardo Rodrigues do Valle	XVIII	93								
	Francisco de Abreu Castello Branco de Figueiredo Pimentel	XVIII	94								
	Domingos da Silva Monteiro	XVII	94								
	Domingos da Silva Monteiro, filho	XVII-XVIII	94								
	João Correa da Silva	XVII-XVIII						94			
	Diogo Bueno	XVII	95								
	Manoel Bueno da Fonseca	XVII-XVIII	95, 96	95, 96						96	
	Diogo Domingues		96								
	Manoel de Carvalho de Aguiar		96								
	Paulo da Fonseca Bueno	XVII-XVIII	97								
	Antonio Raposo da Silveira		97								
	José de Aguirre de Camargo	XVIII	97								
	Salvador Jorge Velho		97								
	Francisco Bueno Luiz da Fonseca	XVIII	97					97			
	Bartholomeu Bueno do Prado	XVIII	97								
	Domingos Rodrigues do Prado	XVII-XVIII	97					97			
	Diogo Bueno da Fonseca	XVIII	98	98			98	98	98		
	Francisco Bueno da Fonseca	XVIII	98	98			98	98	98		
	Salvador Jorge Bueno	XVIII	98	98			98	98	98		
	Manoel Francisco Xavier Bueno		98								
	Domingos Rodrigues da Fonseca		98								
	João Franco Viegas	XVIII						99			
	João de Siqueira Preto		100								
	João Dias da Silva	XVIII	100								
	Sebastião Preto Moreira	XVII	100								
	Innocencio Preto	XVII	100								
	Innocencio Preto Moreira	XVII-XVIII	101								
	Lourenço Franco	XVII	101	101	101						
	João Franco Viegas	XVIII								102	
	Manoel Lobo Franco	XVII		103							
	Claro Francisco Nogueira	XVIII	105								
	Fernando Leite Guimarães		105								
	João Ferreira de Oliveira	XVIII	105	106							
	Antonio Ferreira	XVIII	106								
	José Gomes Palheiros		106								
	Estevão da Cunha de Abreu	XVII	106								
	Francisco Bueno	XVII	107								
	Bartholomeu Bueno	XVII									107
	Bartholomeu Bueno, filho	XVII	108								
	Francisco da Costa Valladares	XVII	108								
	Hierônimo Bueno	XVII	108			108	108				
	Manoel Preto	XVII				108	108				
	Hierônimo Bueno, filho	XVII				109	109				
	João Ferreira Pimentel de Tavora	XVII	110								
	Francisco de Camargo	XVII	110								

Figura 40 – Imagem da tabela de qualificações referente à família Bueno da Ribeira. Fonte: produzido pela pesquisadora com base na obra *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, tomo I, capítulo 1, p. 75-110.

O que a sistematização nesse formato permite entender é como essas características se relacionam, para além das descrições individuais – que é como elas aparecem nos textos das genealogias –, criando caracterizações coletivas e visualizando a formação de padrões, a partir de repetições de certas combinações de ocorrências. Dessa maneira, alcançamos a formação do senso de coletividade desse grupo, ou seja, do reconhecimento, entre esses homens, de que suas trajetórias e posições no espaço social colonial equivaliam-se, tal como apontado no capítulo antecedente. Além disso, a visualização isolada dos conjuntos que reúnem uma mesma característica – ou seja, a apreensão individual de uma das colunas – possibilita investigar mais detidamente certos agrupamentos da população da capitania, definidos e contidos dentro das redes de parentesco, amizade e compadrio. É o caso dos

“paulistas”, grupo formado pelos homens – note-se que não há mulheres com tal denominação – assim indicados por Taques (Figura 41).³¹⁹

Em seus textos genealógicos, o autor diferencia pessoas “naturais de São Paulo” daquelas consideradas “cidadãs de São Paulo”, sem discriminação aparente entre as duas possibilidades, no que diz respeito ao prestígio que poderia ser alcançado entre os demais habitantes. As primeiras eram aquelas sabidamente nascidas na cidade ou na capitania, e as últimas, aquelas que haviam se estabelecido nesses territórios, participando ativamente da vida civil, em cargos políticos ou jurídicos. Nenhuma das duas qualificações confunde-se com “paulista”; na tabela completa, essa caracterização aparece apenas para 173 das 2.006 pessoas para as quais são feitas referências de participação em atividades da vida civil, política, militar e econômica da colônia, ou seja, pouco mais de 8,6% do conjunto completo – que corresponde ainda a uma fração da totalidade dos componentes dessas linhagens familiares. Se tomarmos a tabela em que são descontadas as repetições, somamos 144 menções em 1.642 pessoas, o que representa cerca de 8,75%, mantendo uma proporção consistente nos dois formatos de sistematização.³²⁰

Atentando para o conjunto de “paulistas”, percebe-se visualmente que o preenchimento das colunas relativas aos predicados descritos por Taques é mais frequente do que no total dos membros que compõe a tabela completa, como se vê comparando as Figuras 40 e 41. O exame quantitativo, apresentado nas Tabelas 3 e 4, confirma essa percepção para quase todas as qualificações estudadas. Em cinza, indicamos as categoriais em que há aumento da proporção de ocorrências, a saber, “privilégios”, “guerras”, “conquista de indígenas”, “entradas”, “minas”, “recursos particulares” e “mamelucos/mamelucas”. Novamente, a aproximação entre os números das tabelas completa e sem repetições aponta para a consistência dos atributos em qualquer das situações analisadas.

³¹⁹ A imagem não oferece legibilidade dos nomes, por ser dado irrelevante para a análise empreendida. Sua função reside na possibilidade de verificação gráfica do maior preenchimento da tabela nos casos de “paulistas” do que no total das pessoas citadas.

³²⁰ Para as análises de discurso, tomaremos a tabela completa de menções aos “paulistas”, uma vez que ela permite visualizar todas as ocorrências dessa qualificação, incluindo as digressões que são reproduzidas em mais de um título, muitas vezes repetindo-se os mesmos formatos de texto e os documentos mobilizados para legitimação das narrativas criadas.

MEMBRO	PERÍODO DE VIDA	CARGOS	PRIVILÉGIOS	GUERRAS	CONQUISTA DE INDÍGENAS	ENTRADAS	MINAS	RECURSOS PARTICULARES	"PAULISTA"	"MAMELUCO" / "MAMELÚCA"
Amador Bueno	XVII	76	76, 77		75			76	75, 77	
Manoel Pinto	XVII				79	79		85	76, 81	79
Domingos da Silva Bueno	XVII-XVIII	84		87				85, 87	84, 87	
Domingos Dias da Silva	XVIII-XVIII			87				87	87	
Manoel Canabarro da Silva Bueno	XVIII	87							88	
Manoel Bueno da Fonseca	XVIII-XVIII	95, 96	95, 96						95	
José Francisco Vazquez	XVIII								102	
Afonso Sardinha	XVIII-XVIII						112		112	
Pedro Sardinha	XVIII						112		112	
Guilherme Pompeu de Almeida	XVIII	115		115			115		115	
Guilherme Pompeu de Almeida, filho	XVIII-XVIII	124				120	118		117, 119	
Carlos Pedreira da Silveira	XVIII-XVIII					120	120		120	
Bartholomeu Bueno da Siqueira	XVIII-XVIII					120	120		120	
Lourenço Castanho Taques	XVIII	124, 129	129, 129	129, 129	129	129, 129	129, 129	124, 129	124, 129, 129	
Lourenço Castanho Taques, filho	XVIII-XVIII	130	130				130		130	
Domingos Dias da Silva	XVIII-XVIII	133	134	133			133		133	
Manoel Dias da Silva	XVIII-XVIII	134	134, 138	134-136		134-136	134, 138		134, 135, 136, 138	
Pedro Vaz de Barros	XVIII							146, 149	147	
Pedro Taques de Almeida	XVIII-XVIII	146-147	146, 150-151					146, 149	147	
José de Góes e Siqueira	XVIII	155							155, 156	
Símbolo de Toledo e Almeida (junhado de Rancido)	XVIII	163		163					163+*, 165+*	165
Miguel Pedreira Leite	XVIII	163		163	163	163			163	
Fernando Dias Paído	XVIII-XVIII	177	178		180	180	177	180	177, 180	
Afonso Sardinha	XVIII-XVIII	178					178, 179		178, 179	
Antônio de Almeida Paído	XVIII-XVIII	180	180		180, 181	180, 181	180	180, 181	180+*, 182+*	
José Pass Fardillo	XVIII	182, 183		183			182		182, 183	
José Antunes Maciel	XVIII	188	188				188		188	
Antônio de Almeida Lara	XVIII	188, 194				192	182, 190, 191	193	189	
José Pires Rodrigues	XVIII-XVIII	199							199	
Manoel Lopes de Medeiros	XVIII-XVIII	205	205						205	
Thomás de Almeida Lara	XVIII			208					208	
José de Toledo Castanhos	XVIII								208	
Antônio de Fátima	XVIII	223*, 224+*, 228-224					228	228	223	
Antônio Castanho da Silva	XVIII-XVIII	228			228	228			228	
Antônio Pereira de Almeida	XVIII	232	237	232		232		232	239*, 236, 237	
Pacheco Moreira Cabral	XVIII-XVIII	238				238		239	239	
Lourenço Castanho Taques	XVIII	258	258			258	258	258	258	
Matheus Cardoso de Almeida	XVIII	264	264, 265	264, 264	264, 265	264	264	264	264, 265	
Antônio Rodrigues de Medeiros, o Tripoly	XVIII	268					268		268	
Diogo de Lara Moraes	XVIII-XVIII	270					270, 270		270+*, 271	
Antônio de Oliveira Pedreira	XVIII	271	271	271					271	
Gaspar de Godoy Colpo	XVIII	272	272	272	272				272	
Antônio Rodrigues de Medeiros	XVIII	7							6	
Amador Bueno da Veiga	XVIII-XVIII	17, 17	17	17	17	17			17	
Henricos de Camargo	XVIII								23	
José Sago Pass	XVIII-XVIII								27	
Domingos Rodrigues do Prado, filho	XVIII-XVIII						33, 33		33	
Matheus Cardoso de Almeida	XVIII	44-58*	44-58*	44-58*	44-58*	44-58*		44-58*	51*, 52*, 56+*, 58	
Manoel de Borja Sesto	XVIII-XVIII					45, 54	45, 54		54	
Rodrigo de Castel Branco	XVIII	45, 46, 51				46, 51	46, 51		51	
Jorge Soares de Macedo	XVIII-XVIII	46, 47	47			46, 47	46, 47		48	
Galvão de Lara	XVIII	50				50	50		50*	
José de Araújo	XVIII					50	50	51	50*	
Salvador Jorge Velho	XVIII					51	51	51	51	
Hierônimo de Camargo	XVIII								51*	
Antônio de Siqueira de Mendonça	XVIII								51*	
Pedro da Rocha Pimental	XVIII					51			51*	
Francisco Dias de Siqueira	XVIII-XVIII			58	58				58	
Antônio de Cunha Sago	XVIII								60	
José Pires de Brito	XVIII-XVIII	85							79	
Francisco Dias de Siqueira, o Agouço	XVIII-XVIII	76				76, 77			80	
Salvador Pires, neto	XVIII	80							80	
José Pires	XVIII								86	
Alexandre Correia da Silva	XVIII-XVIII	95							95	
Antônio de Cunha e Albuquerque	XVIII	101, 102	101	101, 101		101		101	101, 101	
Pedro Carlos	XVIII-XVIII	103			103	103			103	
Martim Garcia Lumbria	XVIII-XVIII	105	105			105			105, 105	
Manoel Afonso da Silva, filho	XVIII	123				123	123		123, 124	
Antônio Gonçalves Figueira	XVIII-XVIII	125		125	125	125		125	125	
Rodrigo Broude Chasim	XVIII-XVIII	180, 181, 182		181			181, 181	181	181	
Bento da Gama de Albuquerque Chasim	XVIII	184		184					184+*	
Garcia Rodrigues Belim	XVIII						187		187	188
Filipe de Campos	XVIII	173							173	
Manoel de Campos Broude	XVIII-XVIII	177	177	177	177	177	184	184	177, 177, 177	
Alexandre Luis de Sousa e Moraes	XVIII	194	194	194		194		194	194, 199	
Matheus Cardoso de Almeida	XVIII	187	198, 198, 201	201	197, 198, 200, 201	197, 198, 200, 201	198, 198, 200	198, 200	198, 200, 201	
Carlos Pedreira da Silveira	XVIII-XVIII								199*	
Bartholomeu de Siqueira	XVIII-XVIII								199*	
Manoel de Borja Sesto	XVIII								200	
Galvão Antunes Maciel	XVIII-XVIII					207			207	
José de Brito de Camargo	XVIII-XVIII	213							213, 213, 213	
Jacinto Barbosa Lopes	XVIII-XVIII	214					214		214	
Carlos Pedreira da Silveira	XVIII-XVIII	228, 230, 232	232, 232			228	228	228, 230	229	
Domingos da Silva Bueno	XVIII-XVIII	229				229	229		229	
Domingos de Amorim	XVIII-XVIII	229				229	229		229	
Amador Bueno	XVIII								251	
Jacinto Moreira Cabral	XVIII	252				252			251*	
Pacheco Moreira Cabral	XVIII	252				252			252*	
Pedro Matheus Bencion	XVIII						254		254	
Fernão Dias Pass de Barros	XVIII	254						255	254*	
Fernão Dias Pass de Barros	XVIII	254							254*	
Bras Rodrigues de Azeite	XVIII	255	255			255	255		255, 257*	
Antônio Afonso Vidal	XVIII	255	255			255	255		255, 257*	
Manoel da Fonseca	XVIII	256				256	256		256*	
Manoel da Costa Duarte	XVIII	256, 256				256	256		256*	
José Canabarro	XVIII	256				256	256		256*	
José de Góes Raposo	XVIII	256				256	256		256*	
Manoel da Silva Raposo	XVIII	256				256	256		256*	
Francisco Dias Velho	XVIII	256				256	256		256*	
José Dias Velho	XVIII	256				256	256		256*	
Manoel Lopes de Medeiros	XVIII-XVIII	265, 266	265				266		265, 266, 266	
José Carneiro da Silva	XVIII-XVIII	276	276, 283	276, 283			266		276, 277, 280	
Francisco Rancido de Custódio	XVIII	277							277*	
Luc Pedreira de Barros	XVIII	277	277	277, 282		282			277*	
Antônio Raposo Taques	XVIII	277	277	277					277*	
Diogo de Costa Soares	XVIII	277	277	277					277*	
Manoel Fernandes da Albuquerque	XVIII	277	277	277					277*	
José Pass Fardillo	XVIII	277	277	277, 282		282			277*	
José Martins Esturiano	XVIII	280	280	280, 282	280	280, 282			280	
José Martins Barros	XVIII	18				18			18, 18	
Salvador Jorge Velho	XVIII	18				18			18	
Pedro Leme da Silva	XVIII-XVIII				19	19			19*, 20+*, 21*, 22	
José Leme da Silva	XVIII-XVIII	28, 30	28, 30		22	22	27		24+*, 25+*, 26*	
Lourenço Leme da Silva	XVIII-XVIII	28, 30	28, 30		22	22	27		24+*, 25+*, 26*	
Carlos Pedreira da Silveira	XVIII-XVIII					23	23		23*, 24*	
Bartholomeu Bueno de Siqueira	XVIII-XVIII					23	23		23*, 24*	
Antônio de Albuquerque Coutinho de Camello	XVIII-XVIII	25, 26		25, 26			26		26	
Amador Bueno da Veiga	XVIII-XVIII	25		25, 26					25, 25	
Domingos da Silva Bueno	XVIII-XVIII	26							26	
Rodrigo César de Moraes	XVIII-XVIII	31			31	31			27, 27	
Antônio Fernandes da Albuquerque	XVIII-XVIII	31			31	31			31	
Estácio Ribeiro Paes Parente	XVIII-XVIII	31			31	31			31	
Manoel da Chaves	XVIII	49	49						49	
Pedro Dias Pass Leme	XVIII-XVIII	57							57	
Fernão Dias Pass, governador das esmeraldas	XVIII	61-78*	61, 62, 63+*, 64-66	61-78*	61-78*	61-78*	63*, 66, 70, 74	61, 66, 70		
Matheus Cardoso de Almeida	XVIII					66	66		66	
Carlos Pedreira da Silveira	XVIII					67	67		67*	
Bartholomeu Bueno de Siqueira	XVIII					67	67		67*	
Francisco João de Cunha	XVIII	69				69	69		77	
Jacinto de Camargo	XVIII					75	75		75*, 75*	
Matheus Cardoso de Almeida	XVIII	75				75	75	75*, 75*	75*, 75*, 75*	
Bras Rodrigues de Azeite	XVIII	75, 76				75	75	75*	75*, 75*, 75*	
Antônio de Siqueira de Mendonça	XVIII					75	75		75*, 75*	
Pedro da Rocha Pimental	XVIII					75			75*, 75*	
Antônio Afonso Vidal	XVIII	76					75	75*	75*	
Estácio Cunha de Moraes	XVIII	76					75	75*	75*	
Manoel Cardoso de Almeida	XVIII						75	75*	75*	
André Furtado	XVIII						75	75*	75*	
Salvador Jorge Velho	XVIII-XVIII	79					79		79	
Timothy Correa de Góes	XVIII-XVIII	104-110*	104						104	
Pedro Taques de Almeida	XVIII-XVIII	109-109*	109						107*, 108*	
Fernão Pass de Barros	XVIII-XVIII								107*, 108*	
Pedro Vaz de Barros	XVIII-XVIII								107*, 108*	
Antônio Pedreira de Barros	XVIII-XVIII								107*, 108*	
Luc Pedreira de Barros	XVIII-XVIII	107							107*, 108*	
Francisco de Almeida Lara	XVIII-XVIII								107*, 108*	
José Pires Rodrigues de Almeida	XVIII-XVIII								107*, 108*	
José Pires de Almeida	XVIII-XVIII								107*, 108*	
Salvador Pires de Almeida	XVIII-XVIII								107*, 108*	
Pedro Taques Pires	XVIII-XVIII								107*, 108*	
Luc Pedreira de Almeida	XVIII-XVIII								107*, 108*	
Antônio Pompeu Taques	XVIII-XVIII								107*, 108*	
José Pompeu de Almeida	XVIII-XVIII								107*, 108*	
Maximiliano Góes e Siqueira	XVIII-XVIII								107*, 108*	
Lourenço Castanho Taques	XVIII-XVIII								107*, 108*	
Guilherme Pompeu de Almeida	XVIII-XVIII							108	107*, 108*	
Pedro Fardillo de Brito	XVIII-XVIII	108							107*, 108*	
Manoel de Brito Trigueira	XVIII	108							107*, 108*	
Manoel Afonso Gaya, filho	XVIII	116				116			116, 116	
Luc Dias Leme	XVIII-XVIII	123								

Tabela 3 – Ocorrência de cada qualificação no conjunto total e no conjunto de “paulistas”, na tabela completa

QUALIFICAÇÃO	OCORRÊNCIA NO CONJUNTO TOTAL	OCORRÊNCIA NO CONJUNTO TOTAL (%)	OCORRÊNCIA EM "PAULISTAS"	OCORRÊNCIA EM "PAULISTAS" (%)
CARGOS	1467	73,13%	117	67,63%
PRIVILÉGIOS	236	11,76%	48	27,75%
GUERRAS	204	10,17%	42	24,28%
CONQUISTA DE INDÍGENAS	152	7,58%	28	16,18%
ENTRADAS	252	12,56%	75	43,35%
MINAS	580	28,91%	81	46,82%
RECURSOS PARTICULARES	82	4,09%	43	24,86%
“PAULISTA”	173	8,62%	173	100,00%
“MAMELUCO” / “MAMELUCA”	35	1,74%	4	2,31%

Fonte: produzido pela pesquisadora com base na obra *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, tomos I, II e III.

Tabela 4 – Ocorrência de cada qualificação no conjunto total e no conjunto de “paulistas”, na tabela sem repetições

QUALIFICAÇÃO	OCORRÊNCIA NO CONJUNTO SEM REPETIÇÃO	OCORRÊNCIA NO CONJUNTO SEM REPETIÇÃO (%)	OCORRÊNCIA EM "PAULISTAS" SEM REPETIÇÃO	OCORRÊNCIA EM "PAULISTAS" SEM REPETIÇÃO (%)
CARGOS	1164	70,89%	98	68,06%
PRIVILÉGIOS	176	10,72%	36	25,00%
GUERRAS	155	9,44%	36	25,00%
CONQUISTA DE INDÍGENAS	117	7,13%	26	18,06%
ENTRADAS	188	11,45%	62	43,06%
MINAS	491	29,90%	66	45,83%
RECURSOS PARTICULARES	64	3,90%	33	22,92%
“PAULISTA”	144	8,77%	144	100,00%
“MAMELUCO” / “MAMELUCA”	35	2,13%	4	2,78%

Fonte: produzido pela pesquisadora com base na obra *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, tomos I, II e III.

Em outras palavras, o atributo “paulista” é conferido àqueles mais envolvidos nas ações de penetração territorial, em guerras contra indígenas e europeus, na exploração inicial ou posterior de regiões mineradoras e no uso de recursos próprios. A pequena queda com relação à ocupação de cargos civis, jurídicos, políticos e militares é concordante com o maior número de empreitadas particulares, movidas pelos interesses desses homens e nem sempre autorizadas pela Coroa, mesmo que eventualmente reconhecidas como benéficas. A variação entre essas proporcionalidades (Tabela 5), indica que o uso dos próprios cabedais é a

característica com maior incremento entre o total das pessoas mencionadas e os “paulistas”.

Tabela 5 – Variação na proporção de menções de cada qualificação entre o total da população e os “paulistas”, nas tabelas completa e sem repetição, em ordem decrescente

QUALIFICAÇÃO	VARIAÇÃO PROPORCIONAL NO CONJUNTO TOTAL	VARIAÇÃO PROPORCIONAL NO CONJUNTO SEM REPETIÇÕES
RECURSOS PARTICULARES	608,05%	587,96%
ENTRADAS	345,10%	376,05%
GUERRAS	238,73%	264,84%
PRIVILÉGIOS	235,84%	233,24%
CONQUISTA DE INDÍGENAS	213,60%	253,40%
MINAS	161,94%	153,28%
“MAMELUCO” / “MAMELUCA”	132,52%	130,32%
CARGOS	92,48%	96,00%

Fonte: produzido pela pesquisadora com base na obra *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, tomos I, II e III.

Para ser “paulista”, na criação genealógica e nobiliárquica de Taques, não bastava nascer, ser criado, se fixar ou prosperar no território da capitania – era preciso se constituir assim, por meio de ações e qualidades específicas. As digressões do genealogista e a repetição de certas expressões e construções textuais apresentam ainda reforços dessa caracterização, que incrementam a distinção entre “paulistas” e o restante da população, da capitania ou de fora dela. Em sua produção, Taques apropriou-se das menções costumeiras aos “paulistas” – vinculadas às atividades exploradoras desses colonos, como visto anteriormente – e busca fixar nelas os atributos mais adequados aos interesses desse grupo, a saber, a vassalagem e a nobreza que residiam em suas ações e incursões pelo sertão.

LEALDADE E INSUBORDINAÇÃO NAS REENTRÂNCIAS DO SERTÃO

A caracterização construída por Pedro Taques incidia, a um só tempo, sobre as intenções de obtenção de privilégios para as famílias descritas e sobre a contraposição às narrativas de violência e insubordinação de alguns de seus homens que, àquela altura, povoavam o imaginário colonial.³²¹ “Paulistas” ou “moradores de São Paulo”,

³²¹ Segundo Michel Kobelinski, sentimentos e comportamentos de ressentimento estariam na base das construções historiográficas dos paulistas, na segunda metade do século XVIII, atualizando e resolvendo circunstâncias originadas na Guerra dos Emboabas, ocorrida no início do mesmo século. Ver

esses colonos eram identificados por outros habitantes da América Meridional por traços oriundos de episódios de brutalidade, usada especificamente a serviço dos interesses da Coroa portuguesa ou em iniciativas particulares e autônomas. Os jesuítas das missões localizadas na porção espanhola do território americano, como mencionado anteriormente, faziam juízo desfavorável dos “Portugueses de San Pablo”, disseminando imagens de barbaridade em documentos e livros. Tais narrativas, ainda que tivessem mais destaque nos escritos de frei Gaspar, não passaram impunes pela pena de Taques. Nos títulos remanescentes, o genealogista confronta, em duas ocasiões, os escritos de d. Francisco Xarque de Andela sobre os previamente mencionados padres Masseta e Taño.³²²

A obra de Andela é tomada por Taques como fonte de informações sobre ações nas quais teriam se engajado Manoel Preto e Manoel de Campos Bicudo. Sobre o primeiro, diz que “Este paulista, fazendo varias entradas aos sertões do Rio-Grande, chamado Paraná pelos mappas castelhanos, e aos do rio Uruguai, conquistou tanta cópia de indios, que chegou a contar na sua fazenda da capella do Ó 999 indios de arco e flexa”.³²³ Do segundo, o genealogista teria ainda impressões próprias, por ter conhecido-o pessoalmente:

[...] não nos acordamos de outrem que com ele competisse na corpulencia. Este paulista foi intrepido contra os barbaros gentios dos sertões do Rio Grande, e Rio Paraguay, que os penetrou vinte e quatro vezes, a saber: tres como soldado e vinte e uma como capitão-mór da tropa, para as partes da provincia de Paraguay, das Indias de Hespanha, na America Meridional.³²⁴

No entanto, ao referir-se aos escritos sobre a vida dos jesuítas, Taques vê-se compelido a ponderar sobre sua fonte, na qual se encontram longos trechos que reproduzem a “lenda negra”, criada décadas antes, quando se desenrolaram os

KOBELINSKI, Michel. *Heroísmos, sedições e heresias: A construção do ufanismo e do ressentimento nos sertões da capitania de São Paulo (1768-1774)*. 2008. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2008.

³²² O autor remete-se à obra que denomina *Insignes missioneiros de la compañía de Iesus en la provincia del Paraguay*, “livro das vidas dos padres Simão Mazeta e Francisco Dias Tanho, missionarios da provincia do Paraguay, impresso em Panplona no anno de 1687”. LEME, op. cit., t. 1, p. 79.

³²³ Ibid., p. 79.

³²⁴ Ibid., t. II, p. 177.

acontecimentos detalhados por Andela. O genealogista transcreve extensa passagem sobre o ocorrido, mas deixa claro que o relato se desdobra por várias outras partes. As entradas de Manoel Preto, que teriam se realizado entre 1623 e 1624, são narradas detidamente, em capítulos sobre os quais diz Taques que “são dignos de serem relatados para se admirar a seguida serie de mentiras crassas do autor castelhano e conhecido odio aos paulistas”.³²⁵ Nesse caso, diferentemente da estratégia adotada ao opor-se a Sebastião da Rocha Pitta, Taques não proporciona documentação ou outra forma de comprovar as “mentiras crassas” a que alude. Apenas restringe-se a tomar as demonstrações de força descritas como parte do caráter heroico de seus “paulistas”, expressando indignação com interpretações divergentes e sugerindo certa perseguição, como se apreende na parte destacada, ao final da citação.

No parágrafo sobre Manoel de Campos Bicudo, não há transcrição das palavras de Andela, cuja obra é apenas pontuada como referência, porém há nova insinuação da existência de uma espécie de trauma inaugural, a partir do qual os jesuítas teriam formado sólida e intransponível opinião a respeito dos colonos de São Paulo:

E para socegar os animos dos padres jesuitas, *declarados inimigos dos paulistas pelos sucessos*³²⁶ *antecedentes com as tropas do capitão-mór Manoel Preto e Frederico de Mello*, com os padres superiores Simão Mazetta, Antonio Rodrigues [Antonio Ruiz de Montoya] e José Cataldino, mandou o capitão-mór Manoel de Campos Bicudo por carta, segurar ao superior daquela redução, que ele vinha de paz, e só pretendia penetrar os sertões a conquistar a barbara nação do gentio.³²⁷

No trecho grifado, Taques estabelece relação direta entre as animosidades encontradas por Bicudo naquele momento e as ocorrências passadas, marcadas pelos roubos violentos de indígenas aldeados pelos missionários. Na continuidade, o autor

³²⁵ Ibid., t. I, p. 81, grifos nossos. Frei Gaspar, em nota acerca da obra do jesuíta Pierre François Xavier de Charlevoix, afirma que, em função da miscigenação, os “filhos de [João] Ramalho foram objeto de ódio jesuítico em tôdas as partes do mundo, onde chegaram as cartas dos primeiros jesuítas existentes na Capitania de S; Vicente, e a Crônica do P. Vasconcelos”. MADRE DE DEUS, op. cit., p. 130-131. Em outra passagem, confirma que “os paulistas tiveram a desgraça (se tal nome aqui convém) de se embaraçarem com os Jesuítas do Paraguai e da sua Capitania; e, por consequência, de ofenderem a tôda a Sociedade, cujos Escritos voaram por tôda parte a denegrir-los à face do Universo”. Ibid., p. 135-136.

³²⁶ Entenda-se “sucessos” no sentido de “episódios”.

³²⁷ LEME, op. cit., t. II, p. 177, grifos nossos.

relata os desdobramentos desse encontro – em seus próprios termos e sem recorrer a outras fontes –, nos quais o “paulista” teria tentado repetidas aproximações amistosas, sempre recebidas com demonstrada cólera pelo padre superior. A consequência dos seguidos desentendimentos foi “uma quasi batalha” entre “paulistas” e jesuítas, com suas respectivas tropas de indígenas.³²⁸ A ausência de outros textos na construção da narrativa permitiu ao genealogista, no parágrafo em questão, erigir uma representação com ênfase na irracionalidade dos religiosos diante das investidas supostamente cortesões dos moradores de São Paulo, subvertendo a ideia de que seriam esses os incivilizados. A oposição entre os trechos de Andela transcritos por Taques e as passagens que o mesmo redige sobre os ocorridos é diametral.

A retórica de serem os “paulistas” marcados por injustiças inexplicáveis cometidas por outros colonos e mesmo pela Coroa é mobilizada em outras passagens dos escritos do genealogista. Manoel Dias da Silva, descendente do sobredito Lourenço Castanho Taques, ter-se-ia oferecido, em fins da década de 1730, para realizar às próprias expensas a abertura de caminho por terra para Cuiabá, que propiciasse o envio de tropas a cavalo para o socorro daquele território contra as investidas espanholas. A ordem referente a tal proposição, expedida pelo Conselho Ultramarino, não teria tido continuidade alguma, o que levou Taques a seu parecer sobre a matéria: “Parece que os paulistas contrahiram um novo peccado original para não serem jámais bem vistos, e ser a fazenda real a prejudicada só para que elles não tenham o premio”.³²⁹ Em outras palavras, não era apenas o benefício de Silva que estaria em jogo, e sim o acréscimo do Império português como um todo, para o qual trabalhariam incansavelmente os súditos de São Paulo.

Nas palavras dos padres Masseta e Mancilla, os moradores de São Paulo eram grupo perigoso, cuja horda de destruição teria percorrido vasta porção dos territórios coloniais, já à altura das primeiras décadas do século XVII. Tratando das ações empreendidas por Antonio Raposo Tavares, os religiosos transcrevem notícias sobre feitos que não haviam presenciado, mas cuja memória parecia circular entre os colonos e jesuítas:

³²⁸ Id.

³²⁹ Ibid., t. I, p. 138.

Dicen que la Compañia sola de Antonio raposo tavares, que saqueo nuestras aldeas, trajo hasta veinte mill almas, y por esta causa cierto es, que si agora no se viene a remediar muy deveras y con la mayor brevedad, que fuere posible, presto *han de acabar y destruyr todo, y despoblar todas aquellas tierras tan pobladas, como han hecho con la mayor parte del estado del Brasil* destruyendo no solamente a trecientas aldeas de yndios, que avia antiguamente al rededor de la misma villa de S. Pablo, matandolos, captivandolos y vendiendolos hasta que los consumieron a todos, y acabaron sin encaricimiento en menos de seys años (cosa espantosa) hasta docientas mill almas, que em ellas avia, sino tambien corriendo hasta las cabeçadas del Maraçon y hasta al Rio de S. Francisco, que entra en la mar entre la Bahia y Pernambuco y otras partes muy lejos consumiendo y abrasando a todo.³³⁰

Os colonos de São Paulo teriam perto de um século de experiência no combate aos indígenas, do que resultaria um considerável raio de atuação, cujo centro seria a própria vila de São Paulo, de onde esses homens partiram em jornadas pelos sertões do Maranhão, Bahia, Pernambuco e ao longo do Rio São Francisco, mirando agora as missões jesuíticas e suas centenas ou milhares de nativos reunidos e prontos para serem sequestrados.³³¹ Essas ações não passam despercebidas nos escritos de Taques, tanto por serem de conhecimento generalizado quanto – e talvez principalmente – por fazerem parte da retórica dos pedidos de mercês de seus realizadores. O próprio Raposo Tavares foi um dos homens recrutados, em 1639, por Francisco Rendon de Quebedo, um dos progenitores da família Rendon em São Paulo, para enfrentar o conde de Nassau, na Bahia, para onde o holandês havia conduzido suas tropas após ser ameaçado por investidas portuguesas em Pernambuco. Quebedo, súdito da Coroa espanhola, havia chegado há pouco na América, no momento em que ambos os Reinos ibéricos eram governados pelo rei Felipe IV. Junto ao pai e dois irmãos, lutaram contra o ataque dos holandeses à cidade de Salvador e, findo o combate, assentaram-se na vila piratiningana.³³²

Por sua experiência em guerras dessa natureza, Quebedo foi encarregado pelo governador do Rio de Janeiro, Salvador Correa de Sá e Benevides, a organizar as

³³⁰ RELAÇÃO feita pelos padres Justo Mancilla e Simão Masseta..., op. cit., p. 336-337, grifos nossos.

³³¹ Os ataques às missões jesuíticas, segundo frei Gaspar, seriam atos de defesa, visto que, de outra forma, os espanhóis teriam ampliado suas posses pelos sertões, atingindo territórios portugueses. Ver MADRE DE DEUS, op. cit., p. 130, nota 159.

³³² Ver LEME, op. cit., t. II, p. 249-251.

companhias de infantaria que seriam enviadas da vila para as áreas ameaçadas, nomeando seus cabos, oficiais e capitães, que receberiam as respectivas patentes ao chegarem no destino. As batalhas envolviam não apenas o confronto com o inimigo declarado, mas também com oponentes ocasionais – os grupos indígenas – e com seu próprio território – os sertões. Essas condições são ressaltadas na narrativa de Taques, que assevera a impossibilidade de sucesso dos comandantes enviados pela Coroa sem a proficiência dos habitantes mais experimentados nas circunstâncias das terras coloniais. Mais do que isso, seriam as mesmas ações devastadoras de que falaram Masseta e Mancilla que tornariam possível percorrer os caminhos pelos quais a defesa contra os holandeses seria feita:

Havia de ser a marcha pelo interior do mato e em parte por entre a barbaridade dos índios do sertão, topando em muitas com armas dos inimigos holandeses, e em todas sem provisão nem esperanças de socorro humano com distância de quasi 300 leguas até a cidade da Bahia [Salvador], cujas dificuldades eram superiores aos mais ousados dos corações, e só o de cabos tão destemidos e *que já tinham o caráter de bons sertanistas, havendo conquistado muitas e diversas nações barbaras dos sertões de São Paulo e Índias de Hespanha nas provincias do Paraguay até o reino do Perú* poderam intentar vencer semelhante empresa, que ainda depois de conseguida se fez duvidosa.³³³

Nas palavras de Taques, as entradas nos territórios disputados por portugueses e espanhóis teriam tido como horizonte a conquista de indígenas não aldeados – e não o saque de missões jesuíticas – e seriam essas e outras ações semelhantes que proporcionariam, mesmo no contexto das guerras contra inimigos europeus, as habilidades e a preparação necessárias. O genealogista transcreve uma advertência do mestre de campo Luiz Barbalho Bezerra, que chefiava os capitães no episódio em questão, segundo o qual, aos soldados do lado português,

[...] poderia acobardar a falta dos mantimentos, se já não estivessem bem acostumados com as agrestes frutas dos sertões incultos, com o mel silvestre de suas abelhas, com as amendoas das variedades dos cocos dos matos, com

³³³ Ibid., p. 280, grifos nossos.

os palmitos doces e amargosos, e com as raízes das plantas conhecidas capazes de digestão; [...] e que quando o holandês os procurasse poderoso, então se aproveitariam da retirada com a vantagem do conhecimento de penetrar sertões, que se fazia superior às forças e numero de soldados inimigos.³³⁴

Dessa maneira, Taques inverte o sentido das histórias de incursões dos “paulistas” pelos sertões, carregando-as com a suposta vassalagem que invariavelmente nortearia suas ações e justificando a violência com que as realizavam. Vale ressaltar que a ambiguidade no julgamento de tais ações não estava apenas nas interpretações diversas, mas na relação mesma entre a Coroa e os sertanistas, como se observa, no caso das guerras aos holandeses, pela autorização oficial de desconsideração de crimes, “em particular os cometidos nas estradas dos sertões”,³³⁵ de modo a aumentar o número de homens disponíveis para compor as tropas. Desse modo, a violência que preenchia o cotidiano dos colonos que circulavam por regiões remotas era sopesada à luz da necessidade de defesa do Império português. Para seu parente e companheiro de pesquisa, frei Gaspar, as atitudes dos moradores de São Paulo eram resultado incontornável da política de perdão aplicada na América portuguesa, além de ser o aprisionamento de indígenas comum também em outras capitanias.³³⁶

A experiência advinda das entradas pelo interior do território colonial é ressaltada por Taques repetidamente em sua produção, sendo relacionada em várias passagens a um aprendizado transmitido no seio das famílias, mesmo porque era comum que pais e filhos, tios e sobrinhos, sogros e genros ou cunhados participassem das mesmas organizações de entradas e explorações. Diz o genealogista, por exemplo, que Antonio de Almeida Falcão, membro de um tronco dos Taques Pompeo,

[...] soube imitar o mesmo ardor do espirito de seu pai, acompanhando-o nas conquistas dos barbaros indios, fazendo muitas entradas ao sertão do Rio-Grande, e Pardo para a parte que confina com a provincia do Paraguay de

³³⁴ Ibid., p. 281.

³³⁵ Ibid., p. 278.

³³⁶ MADRE DE DEUS, op. cit., p. 135.

Hespanha. [...] Com esta disciplina se fez bastantemente experimentado na agreste vida que soffreu [sic] os sertanistas.³³⁷

Em 1753, quando contaria 75 anos, Falcão teria sido solicitado por representação real para um serviço de descobrimento de nova rota fluvial que tinha como destino final o Paraguai. Além da idade avançada, a empreitada seria realizada com seus próprios recursos, mas ainda assim, segundo o genealogista, “reconhecendo a necessidade que havia de paulistas, com pratica de sertões, e de semelhantes guerras, se entregou ao sacrificio”.³³⁸ Nos termos do autor, os sertanistas seriam imprescindíveis aos planos da Coroa, tanto de conquista quanto de defesa, e esses homens saberiam de sua relevância para os acréscimos do bem comum, motivo pelo qual colocavam frequentemente o serviço real acima de seu próprio bem-estar e de suas famílias. Seria injusto, portanto, acusar os homens de São Paulo de insubordinação frente à monarquia portuguesa, o que “nunca fizeram nem pensaram”,³³⁹ nos dizeres de frei Gaspar. O religioso afirma ainda que a dita capitania nunca reconheceu outros soberanos além dos reis portugueses, conferindo obediência igualmente a seus representantes em terras coloniais. Em crítica acentuada, dirigida aos historiadores não portugueses³⁴⁰ e pautada por uma espécie de senso de alteridade, o autor busca refutar a ideia, difundida em publicações que circulavam na Europa, segundo a qual São Paulo configuraria uma república própria:

Não é só daquela Capitania e das mais do *Brasil* que falam os mesmos AA. com tanta falsidade e extravagância; é também de todos os mais povos existentes fora da Europa polida. Relações falsas, pelas quais se guiam, ânimo de meter a ridículo e de desprezar tudo o que não é conforme aos costumes franceses; e, finalmente, a presunção de querer decidir no gabinete aquelas mesmas

³³⁷ LEME, op. cit., t. I, p. 180.

³³⁸ Ibid., p. 181.

³³⁹ MADRE DE DEUS, op. cit., p. 132, nota 165.

³⁴⁰ Podemos riscar um paralelo entre as oposições estabelecidas por frei Gaspar entre historiadores portugueses e “estrangeiros” e as variações nas representações de mapas feitos por portugueses e outros europeus, tal como referido no Capítulo 1, “Sertanistas”. Estão em jogo, nos dois casos, o domínio sobre a produção de um saber acerca do Novo Mundo, o poder que advinha dessas informações e, portanto, os usos que delas poderiam ser feitos. Ibid., p. 119, 137.

cousas que custariam a perceber-se com exames oculares, são causa de tantos erros grosseiros que inundam a República das Letras.³⁴¹

Uma das narrativas mais retomadas nos títulos remanescentes da nobiliarquia de Taques é a das proezas impetradas por Mathias Cardoso de Almeida,³⁴² principalmente a partir da década de 1670, com a requisição de auxiliar Fernão Dias Paes Leme, feito governador encarregado de investigar jazidas de prata e esmeraldas na região de Sabarabuçu e conquistar seus habitantes, os indígenas Mapaxos. A solicitação, segundo o genealogista, justificava-se por ter Almeida “grande experiencia daquele sertão e dos gentios dele, onde já havia conseguido entradas de importancia, procedendo com muito valor e boa disposição na conquista dos gentios que domara”.³⁴³ Considerado um dos “melhores sertanistas”³⁴⁴ disponíveis para tais empreitadas, ele passou cerca de quatro anos nas explorações de Fernão Dias, retornando à vila de São Paulo após esse período. Ficando o governador acompanhado apenas por Garcia Rodrigues Paes e Manoel de Borba Gato – dos quais era pai e sogro, respectivamente –, além de indígenas administrados, acabou morrendo quando voltava para a mesma vila, carregando os produtos de seus achados – um saco de pano que continha esmeraldas encontradas pelo grupo. Em setembro de 1681, seu filho conduziu as pedras à Câmara, de onde foram remetidas ao Rio de Janeiro, a fim de ser finalmente comprovada a descoberta.³⁴⁵

Ao mesmo tempo, o príncipe d. Pedro havia enviado à América d. Rodrigo de Castel Blanco, natural de Castela, para cumprir uma série de explorações em busca de metais e pedras preciosas na porção sul da colônia. Seu caminho cruzou-se com o de Mathias Cardoso de Almeida, em 1680, quando d. Rodrigo procura os camaristas de São Paulo para melhor informar-se sobre o sertão do Sabarabuçu, seu destino seguinte. Almeida e outros moradores da vila são consultados e acabam sendo recrutados para compor as tropas da dita empresa: “Reconhecendo d. Rodrigo que, sem levar paulistas

³⁴¹ Ibid., p. 136, grifos do original.

³⁴² Encontramos menções diretas a esses feitos ao menos nas seguintes páginas: LEME, t. I, p. 264; Ibid., t. II, p. 44-58; Ibid., t. III, p. 66, 75.

³⁴³ Ibid., t. II, op. cit., p. 44.

³⁴⁴ Ibid., p. 51.

³⁴⁵ As passagens aqui recontadas baseiam-se na própria narrativa de Pedro Taques, no artigo sobre Mathias Cardoso de Almeida, de modo que evitaremos apontar excessivamente a referência de cada informação apresentada, fazendo-o apenas quando houver indicação direta. Ver Ibid., p. 44-58.

sertanistas de valor e experiencia de guerra contra os indios barbaros, não podia conseguir a sua entrada, ficou eleito Mathias Cardoso de Almeida como patente de tenente-general [...].³⁴⁶ Além das demonstrações da capacidade do sertanista para a exploração proposta, o enviado da Coroa ressaltou ainda, na carta patente passada, que “dá elle dito para ajuda da dita jornada sessenta negros seus, e sua pessoa, *sem interesse algum mais, que por servir a Sua Alteza*”,³⁴⁷ indicando que Almeida empregaria recursos próprios na ação.

O trecho em evidência, do documento redigido por d. Rodrigo, assinala um dos pontos centrais da narrativa de Taques sobre as explorações desse período e os agentes nelas envolvidos, qual seja, a distinção entre as práticas daqueles remunerados para esses fins – centralizados na figura do sobredito administrador da empreitada – e aqueles para os quais essa era somente mais uma de suas entradas, majoritariamente realizadas à custa dos próprios cabedais – ou seja, os sertanistas em geral, personificados por Almeida. O genealogista demora-se nos detalhes do arranjo entre d. Rodrigo e a Coroa portuguesa, enumerando os ordenados acumulados por aquele, seus auxiliares e demais trabalhadores, entre oficiais e indígenas empregados a jornal, que realizavam o trabalho de exploração propriamente. O autor chega a esmiuçar os gastos com os jornaleiros que buscaram ouro e prata no sertão de Parnaguá, entre 1679 e 1680, apresentando um resumo do rol de cada mês de atividade, o número de pessoas em serviço e a remuneração total desses homens. Não escapam a Taques também os insumos e o dinheiro em moeda trazidos de Lisboa para sustentar as investigações.

Em oposição a essa patente ostentação da fazenda real, Taques posiciona as “tres companhias de paulistas *voluntarios sem soldo algum*”,³⁴⁸ organizadas após a nomeação de Almeida como tenente-general, acima mencionada, e de Estevão Sanches de Pontes como sargento-mor. Foram constituídos capitães das companhias João Dias Mendes, André Furtado e Manoel Cardoso de Almeida, irmão de Mathias. Os “paulistas”, preparados para a entrada, teriam ficado irrequietos em razão da demora na partida, que em breve seria prejudicada ou mesmo impossibilitada pela aproximação do fim do período de monções. A causa do atraso seria, nas palavras do genealogista, a “total

³⁴⁶ Ibid., p. 51.

³⁴⁷ Id., grifos nossos.

³⁴⁸ Ibid., p. 52, grifos nossos.

frouxidão”³⁴⁹ de d. Rodrigo e, mais ainda, do mineiro³⁵⁰ que o acompanharia para realizar as comprovações das descobertas, João Alves Coutinho.³⁵¹ No início de 1681, ambos se dirigiram à Câmara para tratar dos preparativos da jornada. Enquanto o administrador intentava consultar se o número de indígenas destacado para o acompanhar era adequado, Coutinho afirmava que “estava pronto p.a todo o serviso Real purem que p.a a ditta deligencia de Sabarabuçu erão os obstaculos patentes por ser homem de sesenta e oito annos e p.la extereidade do d.to sertão se não puder haver o sustento que lhe he nessesario”.³⁵² Os próprios camaristas, ao redigirem o documento, indicam a fala como “desculpa” dada pelo mineiro – e Taques reforça esse sentido ao remeter-se à interpelação de Almeida sobre o caso:

Isto deu causa para que o tenente-general Mathias Cardoso de Almeida, estimulado do zelo e ardor do real serviço, apparecesse em camara no dia 16 de Março de 1681, e aos officiaes della representasse com desafogo de vassalo leal e brioso, que elle observára uma grande repugnância no mineiro João Coutinho, que por ordem de Sua Alteza, e carta, que o mesmo Senhor lhe escrevêra, viêra da Bahia para os exames das minas de prata, ouro e pedras preciosas; *por cujo merecimento estava percebendo de soldo cada mez 20\$000 réis havia já dois annos e meio*: que estes termos devia ser constrangido a ir, *sem que a escusa que dava de seus achaques, e idade avançada de 68 annos se lhe admitisse [...]*.³⁵³

No entendimento de Taques, a condição física de Coutinho não deveria ser motivo para retirar-se das obrigações que havia assumido com a Coroa, para as quais vinha recebendo remuneração há mais de dois anos. O previamente mencionado Fernão Dias Paes Leme, alcunhado “governador das esmeraldas”, também realizou

³⁴⁹ Id.

³⁵⁰ Trata-se da ocupação de “mineiro”, pessoa erudita nos saberes referentes aos minérios, e não de qualquer referência de pertencimento a regiões mineradoras ou ao futuro território das Minas Gerais.

³⁵¹ Vale ressaltar que o sobrenome “Alves” é, por vezes, versão reduzida de “Alvares” ou “Alvarez”, sendo usadas qualquer das três redações, o que acontece nesse caso, como se pode observar pela comparação entre os escritos de Pedro Taques e as menções ao mineiro nas atas da Câmara de São Paulo.

³⁵² TERMO de como o adeministrador Dom Rodrigo Castel Banco veio a esta camera e asentarão o que em sua comp.a avia de levar ... não escuzados o sustento dos Indios e mais homens da administração, e de como João Alvres coutinho deu desculpa p.a não poder ir, o qual numero dos Indios são cento e vinte não entrando os que elle dá. In: *Actas da Camara...*, v. VII, op. cit., p. 88-89.

³⁵³ LEME, op. cit., t. II, p. 52, grifos nossos.

explorações em situação precária pelos avançados anos que contava, no entanto teve outra consideração nos escritos nobiliárquicos: “Já ele [Fernão Dias] não estava em idade de penetrar sertões, porém ás suas enfraquecidas forças deu briosos alentos, o amor e zelo do real serviço”.³⁵⁴ O trecho refere-se à mesma jornada para a qual concorreu Mathias Cardoso de Almeida, e nota-se a repetição das qualificações mobilizadas para descrever os dois homens, ambos “briosos” e dedicados ao “real serviço”. Antonio de Almeida Falcão, de que tratamos anteriormente, foi também exemplo de superação da contingência com vistas ao cumprimento de suas obrigações. O genealogista reconhece, portanto, a dificuldade acrescida às entradas pelo adiantado da idade, porém avalia como um demérito que essa condição seja de fato considerada quando estivessem em jogo os interesses dos soberanos portugueses e ainda mais quando seus súditos obtivessem vantagens diretas, como no caso das remunerações.

A narrativa das explorações prossegue, com novas demonstrações, nas letras de Taques, da suposta inaptidão e mesmo má vontade de d. Rodrigo. Borba Gato, com quem as expedições oficiais encontram, no sertão em que as esmeraldas haviam sido descobertas, teria indisposto-se com a “inacção” e o “amortecimento” do administrador, que continuava “sem se applicar a fazer entradas ao sertão, para com os exames se descobrir o desejado fim para que Sua Alteza o havia despachado com tantas honras e mercês, distribuindo-se e consumindo-se da sua real fazenda uma muito consideravel somma de dinheiro [...]”.³⁵⁵ A desavença encerrou-se com a morte de d. Rodrigo, em 1682, assassinado pelo mesmo sertanista, num episódio que o autor descreve como resultado da paixão exacerbada de Borba Gato – sem traços de intenção ou planejamento. Assim como as disputas entre “paulistas” e jesuítas pela administração dos indígenas capturados, a querela entre sertanistas e representantes da Coroa produziu retóricas por meio das quais os mesmos acontecimentos eram lidos e recontados tanto pela ótica da lealdade quanto da insubordinação, a depender de quem construísse o discurso.

³⁵⁴ LEME, op. cit., t. III, p. 66.

³⁵⁵ LEME, op. cit., t. II, p. 54.

A diferenciação entre os “paulistas”, acostumados aos sertões, e os homens que se lançaram às explorações já agraciados com mercês, privilégios e ofícios era esmiuçada nas práticas cotidianas, que refletiam a capacitação de uns e outros, ou falta dela, para essas empreitadas – e costumeiramente envolvia referências aos nativos e seus costumes. A circunstância que finalmente teria levado Borba Gato a matar d. Rodrigo, segundo a narrativa de Taques, repousava no fato de que o administrador estaria “applicando-se só a mandar fazer caçadas de aves e animaes terrestres para o regalo e grandeza da sua mesa”,³⁵⁶ em vez de atirar-se à procura das esmeraldas e mais metais. A crítica impressa na maneira como o genealogista registra o acontecimento relaciona-se intrinsecamente às descrições que faz dos “antigos paulistas”, categoria específica dentro do universo dos “paulistas”, sendo aqueles inicialmente identificados simplesmente como precedentes desses. Pelas referências contidas nas genealogias, podemos associar os “antigos paulistas” mais diretamente às ações de captura de indígenas,³⁵⁷ enquanto os “paulistas” se empenhariam com maior frequência nas ações de defesa e descobrimentos. Nota-se ainda que, enquanto os “paulistas” são nomeados individualmente nas páginas genealógicas, os “antigos paulistas” aparecem apenas como coletivo.

Esses predecessores possuiriam um conhecimento sobre os territórios coloniais próprio de quem os vivenciava direta e constantemente.³⁵⁸ Descrevendo o intento de Manoel Dias da Silva de atingir o sítio de Camapuã, território com plantações e pouso que servia a quem almejava chegar a Cuiabá, Taques destaca que, além de ser um “vasto sertão” a cruzar,

³⁵⁶ Id.

³⁵⁷ Nas letras de frei Gaspar, temos semelhante definição: “Aos paulistas antigos não faltam serventes pela razão que, permitindo-lhes as nossas leis, e as de Espanha, em quanto a ela estivemos sujeitos, o cativoiro dos índios aprisionados em justa guerra e a administração dos mesmos, conforme as circunstâncias prescritas nas mesmas leis, tinham grande número de índios, além de escravos pretos da costa d’África, com os quais todos faziam lavrar muitas terras e viviam na opulência”. MADRE DE DEUS, op. cit., p. 83. A menção à vida de “opulência” parece-nos pouco condizente com a realidade material dessa população, como discutiremos adiante, com especial menção às conclusões de Alcântara Machado.

³⁵⁸ A ideia dos sertanistas como detentores de conhecimentos provenientes do contato direto com os territórios mais interiores da colônia coaduna com o entendimento de Jaime Cortesão, segundo o qual esses homens e os indígenas compartilhariam um senso espacial que o historiador classifica como “espontâneo”, conforme discutido no capítulo anterior. CORTESÃO, op. cit., t. 2, p. 17-18.

Consistia tambem a dificuldade no temor de não acertar com o sitio de Camapoã por falta de geographia, cuja sciencia totalmente ignorava [Silva], bem como todos os antigos paulistas, que sem outro adjutorio mais do que o rumo do nascente ao poente, a que lhes servia de verdadeira agulha o sol, penetraram a maior parte dos incultos sertões da America [...].³⁵⁹

Pouco adiante, na narrativa da mesma entrada, agora ultrapassado o Camapuã e aproximando-se o grupo dos colonos espanhóis, o autor dá nova indicação das habilidades do sertanista de São Paulo, que podemos supor igualmente derivada de seus antecessores:

Discorrendo ou penetrando mais as campanhas para a parte do Paraguay encontrou com uma franca estrada, e o abarracamento em que, haveria um mez (até pela figura dos ranchos e cinzas do fogão conheciam os sertanistas, pouco mais ou menos, o tempo que tinha passado depois que n'aquelle sitio estivera alguma tropa), tinham alli estado os castelhanos [...].³⁶⁰

Os saberes adquiridos por esses homens em seus trânsitos podiam ser consultados, quando necessário, como no caso da preparação de d. Rodrigo em direção às regiões de exploração mineral, contudo sua transmissão era realizada nas próprias experiências pelos sertões. Campo fértil de investigação é a relação entre indígenas e colonos na construção desses conhecimentos e modos de vida, tal como na afinidade com o território – e Taques não deixa de indicar esse aspecto. No parágrafo acerca de Custodia Paes de Araujo Rendon, aparentada do próprio Manoel Dias da Silva, o genealogista debruça-se sobre os feitos de seu marido, Simão de Toledo e Almeida, nomeado capitão de infantaria em 1762, para atuar na defesa das fronteiras do sul da colônia, ameaçadas pelas investidas espanholas. Além dessa, foram criadas mais três

³⁵⁹ LEME, op. cit., t. I, p. 135. É notável que Taunay, no início do terceiro volume de sua obra *História geral das bandeiras paulistas*, ao tratar do aprisionamento de indígenas pelos moradores de São Paulo, transcreve trecho de Taques praticamente idêntico a esse: “Apezar da falta de geographia, cuja sciencia totalmente ignoravam, todos os antigos paulistas, sem outro adjutorio mais de que o sol, penetraram na maior parte dos incultos sertões da America, conquistando nações barbaras”. Dessa maneira, podemos aproximar Taques, Taunay e Cortesão, no que diz respeito à maneira como descreviam as habilidades dos sertanistas, mais similares às dos nativos do que às dos europeus. TAUNAY, Affonso d'Escagnolle. *História geral das bandeiras paulistas*: Escripta á vista de avultada documentação inedita dos archivos brasileiros, hespanhoes e portugueses, v. III, 1641-1651. São Paulo: Typ. Ideal, 1927.

³⁶⁰ LEME, op. cit., t. I, p. 135.

companhias, somando duzentos soldados, que, assim como seus capitães, seriam “todos paulistas”. O genealogista dedica parte da narrativa a descrever o desempenho de outro capitão das mesmas companhias, Miguel Pedroso Leite, cuja destreza demonstrada nos acontecimentos que se desenrolaram no sul justificar-se-ia “porque antes de ocupar o posto de capitão da infantaria, em que foi creado, havia resistido aos incommodos e aspereza do dilatado sertão do reino dos barbaros indios *Cayapós* na capitania de Goyazes”.³⁶¹

A maioria dos soldados e oficiais, no entanto, não possuía tal gabarito. Segundo Taques, logo após a arregimentação, as tropas foram enviadas para Santa Catarina, tendo por destino final as margens do Rio Pardo, atingidas em marcha a pé. O que lhes faltava em conhecimento de guerra, teria sido compensado pela lealdade à Coroa e, sobretudo, pela desenvoltura no trânsito pelos ditos territórios:

[...] trabalharam todos os soldados como robustos escravos, e se sustentaram de mel de abelhas e de raizes de páos de digestão (como sempre costumavam os antigos paulistas), a que chamam *guaribá*, por não terem levado o necessario sustento, e não lhes ser permittido matar caça para não serem sentidos pelo écho das armas.³⁶²

O excerto acima pode ser lido em contraste com a crítica feita a d. Rodrigo de Castel Blanco, que não teria tido pudores de requisitar que seus soldados caçassem animais para incrementar sua mesa, o que, conforme indicado no trecho, era prática imprudente, já que alertava outros grupos sobre sua presença. No caso das tropas enviadas ao Rio Pardo, havia o inimigo declarado à espreita; nas expedições de buscas minerais, por sua vez, era constante a ameaça de serem os colonos surpreendidos por nações indígenas habitantes dos territórios explorados ou daqueles que ficassem nos caminhos usados para atingi-los. Em qualquer das circunstâncias, portanto, seria mais seguro aos soldados e sertanistas manterem-se ocultos.

Esse saber estaria arraigado nas práticas de sertanistas, “antigos paulistas” ou “paulistas” – em razão, fundamentalmente, de suas relações com grupos indígenas,³⁶³

³⁶¹ Ibid., p. 163, grifos do original.

³⁶² Ibid., p. 165.

³⁶³ Os estudos no campo da cultura material, desde Sérgio Buarque de Holanda, permitem-nos aprofundar sobre as relações entre colonos e indígenas, bem como sobre as consequências materiais e

como nos permite apreender a mesma citação sobre os soldados enviados à região de disputa entre os colonos de Portugal e Espanha. O consumo de mel e raízes, encontrados nos sertões percorridos, evitava sobrecarregar o comboio com outros alimentos e permitia ampliar o período de permanência nos territórios remotos. Taques preenche os títulos genealógicos com indicações das quantidades de nativos

imateriais dessas simbioses. O historiador esmiuçou as práticas de transporte e deslocamento pelo sertão colonial, pontuando regularmente a importância dos costumes indígenas como meios de realização das incursões conduzidas pelos colonos. Diz Holanda: “[...] a lentidão com que, no planalto paulista, se vão impor costumes técnicos ou tradições vindos da metrópole – é sabido que, em São Paulo, a própria língua portuguesa só suplantou inteiramente a geral, da terra, durante o século XVIII – terá profundas consequências. Desenvolvendo-se com mais liberdade e abandono do que em outras capitanias, a ação colonizadora realiza-se aqui por um processo de contínua adaptação a condições específicas do ambiente americano. [...] *Retrocede, ao contrário, a padrões rudes e primitivos: espécie de tributo exigido para um melhor conhecimento e para a posse final da terra.* Só muito aos poucos, embora com extraordinária consistência, consegue o europeu implantar, num país estranho, algumas formas de vida, que já lhe eram familiares no Velho Mundo. Com a consistência do couro, não a do ferro ou do bronze, dobrando-se, ajustando-se, amoldando-se a todas as asperezas do meio.” O “dobrar-se” aos costumes dos naturais era uma forma de assentar-se nas terras coloniais – o colono português vencia ao se deixar vencer. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 42-43, grifos nossos. Ver Ibid. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994 [1957]; _____. *Monções e Capítulos de expansão paulista*, 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. Vale ressaltar que as duas últimas obras foram recentemente reeditadas, na busca por seguir de maneira mais precisa os intentos de Holanda, que trabalhou por décadas na reescrita do livro *Monções*, a partir de novas pesquisas documentais.

Entre as pesquisas recentes, destacamos o trabalho de Glória Kok, acerca da ocupação do sertão paulista. Segundo a autora, o mameluco, figura central nas empreitadas dos sertanistas, pode ser descrito sucintamente como “Descendente de pai branco e de mãe índia”. Diferentemente do que acontecia com a prole de escravos e escravas, que em geral tinham o mesmo destino de seus pais, “[...] os mamelucos gozaram de estatuto especial na formação da sociedade colonial paulista. Ocupando os espaços fronteiriços e flexíveis existentes entre as culturas européia e indígena, os mamelucos transitavam entre a vila e o sertão, entre a indianização e a ‘civilização’”. KOK, Glória. *O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Editora Hucitec; Fapesp, 2004, p. 63.

Outra abordagem sobre a as resultantes da conformação da população do planalto de Piratininga encontra-se nas narrativas criadas a partir da Primeira República – marcadamente aquelas gestadas no âmbito do IHG-SP, criado em 1894, e suas derivadas –, por meio das quais se forma e consolida a imagem do bandeirante, que sintetizaria a “raça de gigantes” do planalto paulista, com seus traços peculiares de altivez, generosidade, força e fidalguia, que teriam sido decisivos na expansão da ocupação territorial desde o período colonial e, assim, na conformação da nação brasileira. Dentro dessas historiografias, encontramos a ideia do “destino manifesto” paulista, definido e definitivo desde os primórdios da colonização desse território, que seria consagrado com os frutos da agricultura cafeeira e da industrialização, que tiveram lugar no decorrer do oitocentos. Sobre a construção e seus interesses condutores, ver BLAJ, Ilana. A construção das imagens. In: _____. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas; Fapesp, 2002, p. 39-85.

Apesar de fazerem parte dos questionamentos que ora investigamos, essas linhas historiográficas não estão no centro de nossa tese, na qual a relevância maior está, nesse caso, na forma como Pedro Taques, frei Gaspar e outros de seu círculo social referem-se ao parentesco entre nativos e colonos, sendo muitos desses seus próprios progenitores.

administrados pelos moradores de São Paulo, que habitavam suas casas e trabalhavam em seus plantios e outras atividades produtivas. Uma dessas atividades era justamente a penetração nos sertões, para a qual os indígenas eram, em si mesmos, bens preciosos. Em 1678, Fernão Paes de Barros, um dos progenitores das famílias Pedroso, Barros e Vaz, cujas linhagens vêm a unir-se ao longo do tempo, teria cedido dinheiro e outros insumos para o tenente-general Jorge Soares de Macedo, que auxiliaria d. Rodrigo nas supramencionadas buscas por esmeraldas na Colônia. Entre seus oferecimentos, o genealogista ressalta a entrega de “tres homens do gentio da terra, bons sertanistas, para acompanharem dito Soares na jornada”.³⁶⁴

Anunciada por Taques como demonstração da lealdade e honra de Barros, a circunstância desenvolveu-se de modo distinto de acordo com os registros camarários, mostrando-se mais generalizada e menos generosa do que nas narrativas genealógicas. Segundo consta em ata de 30 de novembro de 1678, o tenente-general compareceu à Câmara, à qual foram convocados os “bons da Republica” para assistirem com o cumprimento das ordens do príncipe português, que “lhe tinha encarregado o descobrim.to das minas da Prata desta repartição do Sul”. Aos que pudessem concorrer para tal objetivo, Jorge Soares de Macedo trazia compromisso expresso de recompensa:

[...] a todos estes moradores [que] quizesem servir a S. A. nesta fação e descobrim.to de tanta emportancia pera a coroa real prometendo em nome do Principe nosso senhor a todos os que seguicem e acompanhacem a esta deligencia as merces que cada qual souberem merecer [...].³⁶⁵

Com fins a colocar em movimento o plano do soberano, Macedo requisitava aos vereadores auxílio para reunir as necessárias provisões que permitissem o cumprimento da jornada e para a arregimentação de indígenas das aldeias reais, que desempenhariam funções de condução e acompanhamento da entrada. Contudo, parte dos nativos reduzidos havia sido usurpada pelos habitantes de São Paulo, que os teriam como propriedades suas. Por duas vezes, o tenente-general já teria solicitado a devolução dos indígenas sequestrados, ao que apenas Francisco Dias Velho, Braz

³⁶⁴ LEME, op. cit., t. III, p. 208.

³⁶⁵ [ATA da Câmara da vila de São Paulo, 30 de novembro de 1678]. In: *Actas da Camara...*, v. VI, op. cit., p. 485-487.

Rodrigues de Arzão e João de Aguiar Barriga tinham respondido. A ata sugere que a prática seria comum, não apenas em São Paulo, como também nas localidades próximas, e que, em vista dos interesses da Coroa, os perpetradores deveriam sofrer as sanções cabíveis:

[...] hera m.to neceçario pasaremse logo hordens exxecutivas contra todos os moradores desta e mais villas sercumvezinhas de qualquer estado e condição que sejam asim eclesiasticas como seculares que em suas fazendas ou cazas retiverem os tais indios os reponhão logo e com efeito nas Aldeas a que pertenserem alias se proseda contra os remissos com as mesmas pennas que ser possa [...].³⁶⁶

No texto do documento, lê-se ainda que os oficiais da Câmara estariam empreendendo todos os esforços para solucionar o entrevero, “como leais vassalos” de seu soberano. O empenho logo teve resultado para os interessados: em 16 de dezembro seguinte, os três homens que já haviam cumprido as demandas do representante real e outros dois que a eles se juntaram receberam suas cartas de patente, assumindo os cargos com os quais iriam às Minas acompanhando Macedo.³⁶⁷ Onze dias depois, os vereadores davam conta de terem ido, junto ao tenente-general, às aldeias jesuíticas de M’Boi e Carapicuíba – nomeadas em ata como “Bohi” e “carapucuhibad” –, das quais retiraram homens e mulheres indígenas que pertenceriam a “Aldeas do Principe” e levaram-nos à redução de Barueri – ou “Marueri”, na letra do documento –, para onde estavam sendo trazidos também os nativos recuperados de casas particulares.³⁶⁸ Na mesma data, começam alguns moradores a apresentar-se à Câmara para confirmar as devoluções dos que estavam sob sua administração, além de negociar trocas, nos casos das indígenas casadas com homens de seu serviço – especificamente definidos como “mulatos” nos documentos camarários – ou das que não queriam se desfazer, por alguma razão.

O primeiro a registrar ação dessa natureza foi Manoel Bicudo de Brito, que morava na vila de Parnaíba, e teria recebido como dote um “mulato” já casado com “humã India”, chamada Veronica. Em vista do impedimento, oferecia “em refem [...]”

³⁶⁶ Id.

³⁶⁷ TERMO do vereação. In: Ibid., p. 487.

³⁶⁸ TERMO de Vereação. In: Ibid., p. 491-492.

hum negro mosso do gentio da terra bom sertanista per q. acompanhe nesta leva e deligencia das minas ao Thenente general Jorge soares de Macedo”.³⁶⁹ No último dia do ano, são registradas ofertas similares de outros moradores da mesma vila: João Leite de Miranda também buscava manter consigo uma indígena casada com homem de seu serviço, enquanto Lourenço Correa Ribeiro procurava conservar a ama de seu filho, para que a criança não sofresse.³⁷⁰ Por fim, é Fernão Paes de Barros, tendo por procurador Hieronimo Pedroso, que atesta ter devolvido indígenas que estavam em sua casa e na de seu sobrinho, Thomé de Lara, à aldeia a que pertenceriam. No mesmo documento, Barros solicita manter os indígenas Bras, Salvador, Anna e Damasia, compensando-os com os três “bons sertanistas” aos quais alude Taques.³⁷¹ Ficavam esses homens, assim, desobrigados frente ao tenente-general e a seu soberano, livrando-se ainda de possíveis punições.³⁷²

Em sua narrativa, o genealogista opera da mesma forma no que diz respeito ao dinheiro dado por Barros para a expedição em vista, ou seja, reforçando sua suposta “liberalidade”³⁷³ com gastos destinados ao auxílio real e destacando sua ação do contexto coletivo em que se inseria. Em suas palavras,

[...] comunicando Jorge Soares esta materia [as diligências ordenadas pela Coroa] com Fernão Paes de Barros, este entregou aos oficiais da camara de São Paulo 300\$ em moeda corrente, oferecendo tambem toda a prata de sua copa para que se vendesse, fundisse ou empenhasse.³⁷⁴

Apreende-se do texto, que Macedo teria procurado especificamente Barros, que então cede parte de seu cabedal espontaneamente. No entanto, a documentação oficial indica que um conjunto de homens com recursos suficientes para concederem foram

³⁶⁹ [ATA da Câmara da vila de São Paulo, 27 de dezembro de 1678]. In: Ibid., p. 492-493.

³⁷⁰ TERMO de obrigação que fas João Leite de Miranda. In: Ibid., p. 496-497. TERMO de obrigação q. fas L.co Correia Rib.ro. In: Ibid., p. 497-498.

³⁷¹ TERMO de obrigação q. fas o cap.tam fernão Paes de Barros. In: Ibid., p. 498-499.

³⁷² Ao todo, teriam sido reunidos “duzentos indios, bons sertanistas” para acompanhar a jornada de Jorge Soares Macedo. LEME, op. cit., t. II, p. 256.

³⁷³ Segundo Fernanda Olival, a “liberalidade, o gesto de dar era considerado, na cultura política do Antigo Regime, como virtude própria dos reis, quer em Portugal, quer no resto da Europa Ocidental”. Essa referência, muito usada por Pedro Taques, seria, pois, derivada do imaginário medieval, que fundamentava também as práticas de recompensa e retribuição de serviços, conforme abordado anteriormente. OLIVAL, op. cit., p. 15.

³⁷⁴ LEME, op. cit., t. III, p. 207.

solicitados, a partir do contato do tenente-general com a Câmara da vila de São Paulo, e que em todos os casos tratar-se-ia de empréstimo – e não doação. Além disso, as atas, apontadas por Taques como fonte das informações que transcreve, não mencionam o oferecimento de “prata” ou outros recursos. Não nos interessa a pretensão de definir em qual relato estaria a verdade da situação, mas evidenciar a maneira como o mesmo acontecimento e os mesmos subsídios são apresentados e mobilizados de modos díspares, construindo outras impressões sobre o episódio. Vê-se, no contraste entre a versão do genealogista e os registros camarários, que a assistência dos “paulistas” era, na mesma medida, aceno de vassalagem e cumprimento da obrigação diante das demandas reais, além de participar de um horizonte constante de possibilidades de obtenção de benefícios.

MEMBRO	PERÍODO DE VIDA	CARGOS	PRIVILÉGIOS	GUERRAS	CONQUISTA DE INDÍGENAS	ENTRADAS	MINAS	RECURSOS PARTICULARES	"PAULISTA"	"MAMELUCO" / "MAMELUCAS"
Aleixo Leme de Alvarenga	XVII									257*
Antonia Rodrigues	XVII-XVIII									277*
Bartholomeu Bueno	XVII									107
Bartholomeu Paes de Abreu (pai de P. Taques)	XVII-XVIII	166	169, 172		169-170, 172	169-170, 171, 172	172	169, 169-170, 171, 172		167
Braz Esteves Leme	XVI-XVII						50			50, 50
Braz Leme de Barros (filho de P. V. de Barros e Justina)										206*
Domingos Leme	XVII-XVIII									257*
Estevão da Costa Gil	XVII-XVIII									277*
Francisco Cardoso (mameluco, filho de Antonio Cardoso)	XVIII									87
Francisco de Proença	XVI-XVII	226	226							227
Francisco Dias Velho	XVIII									86
Garcia Rodrigues Betim	XVII						167		167	168
Gregório da Costa Gil	XVII-XVIII									277*
Hieronimo Pires	XVI-XVII									110
Joanna (filha de P. V. de Barros e Justina)										206*
João do Prado	XVI	2			1, 2, 2	2, 2				3
João Leme	XVII-XVIII									257*
João Pedroso	XVII-XVIII									257*
João Pires de Campos	XVIII									206
José Dias Paes	XVII					66	66			68, 68, 69
José Xavier Cardoso e Cunha	XVIII	104								104
Justina (mameluca)										206*
Laura (mameluca)	XVIII									86
Luiz Castanho de Almeida	XVII			261	261	261				261
Manoel Preto	XVII				79	79			79, 81	79
Maria (filha de P. V. de Barros e Justina)										206*
Maria da Grãa (filha do cacique Teverica)	XVI									238
Maria Ribeira	XVII-XVIII									257*
Matheus Pinheiro Lobato (mameluco, filho de Francisco Dias Velho)	XVIII									87
Messia Fernandes, a Messiçu (mameluca)	XVI-XVII									73
Miguel da Costa Gil	XVII									277*
Paula Leme	XVII-XVIII									257*
Pedro Vaz de Barros, o Pedro Vaz Guassú	XVII	205		205	205	205	205	205, 206	206	206*
Simão de Toledo e Almeida (cunhado de Rendon)	XVIII	163		163					163++, 165++	165
Violante da Costa	XVII-XVIII									277*

Figura 42 – Imagem da tabela completa referente apenas a menções de “mamelucos”, “mamelucas” ou situações semelhantes, conforme indicações de Taques. Fonte: produzido pela pesquisadora com base na obra *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, tomos I, II e III.

Retomando a questão da presença de indígenas nas casas e atividades dos “paulistas” e o contexto de reconstrução do imaginário nas narrativas de Pedro Taques, é fundamental atentar para a maneira como esse grupo de mestiços e seus derivados aparecem nas genealogias – maneira essa diametralmente oposta aos registros de frei

Gaspar. Novamente confrontando Charlevoix, o religioso apresenta a seguinte definição:

Mamelucos chamam no Brasil aos filhos de branco com índia, ou de índio com branca. Ignoro a origem desta denominação, e não creio que fôsse a assinada pelo Autor [Charlevoix] [...]. O que sei com tãda certeza é que os jesuítas castelhanos aborreciam sumamente os mamelucos dos paulistas, e a causa que êles para isso tinham era a mesma que nos tais paulistas concorria, para os amarem com excesso. Eram os mamelucos os melhores soldados dos exércitos assoladores das Missões: êles muitas vezes foram os Chefes das Tropas conquistadoras, e por êles mandavam seus pais atacar os índios bravos, por conhecerem a suficiência destes filhos bastardos, criados na guerra, e acostumados ao trabalho, e por isso mais robustos e mais aptos do que os brancos para suportarem os incômodos dos Sertões.³⁷⁵

Frei Gaspar indica, em tom de confissão, que aos mamelucos se imputaria a maioria dos crimes no Planalto, em razão dos modos brutos que ostentavam. Apesar disso, defende-os frente às declarações do sobredito jesuíta francês, segundo o qual o sangue indígena seria o germe de uma “geração perversa”, na mistura com o europeu. Em objeção a essa afirmação, diz frei Gaspar que

[...] nem a Divina Graça perde a sua eficácia, nem a Natureza se perverte, ou a malícia adquire maiores fôrças, quando o sangue europeu se ajunta com o brasílico. Pelo contrário, a experiência sempre mostrou que os indivíduos nascidos desta união reluzem aquelas belas qualidades, que caracterizam em geral os indígenas do Brasil, tais como uma alma sensível, benéfica e desinteressada.³⁷⁶

Para o religioso, portanto, os nativos possuiriam qualidades desejáveis, e sua união com europeus em nada alteraria essa condição. Ao longo de suas *Memórias*, essas características são assinaladas também quando se trata das alianças e “amizade” entre colonos e indígenas, com a ressalva de que constituiria “êrro intolerável” considerar

³⁷⁵ MADRE DE DEUS, op. cit., p. 131, nota 163, grifos do original.

³⁷⁶ Ibid., p. 131, nota 162.

que “mameluco” era sinônimo de “paulista”.³⁷⁷ Nos textos de Taques, por sua vez, divisa-se outro panorama. Destarte, vemos que a ocorrência de referências aos mestiços é pequena, conforme previamente registrado nas Tabelas 3 e 4: apenas 35 menções dessa natureza são observadas ao longo dos títulos remanescentes. Na Figura 42, vemos o rol completo de nomes associados por Taques às relações de parentesco entre colonos e nativos, e destaca-se a não repetição das pessoas mencionadas – ou seja, elas aparecem uma única vez cada –, o que pode sugerir uma leitura de menor protagonismo em relação aos seus “paulistas”.

A definição com a qual trabalhamos para “mamelucos” e “mamelucas”, dentro do escopo da presente análise, provém das próprias genealogias.³⁷⁸ No parágrafo relativo à mãe, Leonor de Siqueira Paes, o autor detalha os méritos do pai, Bartholomeu Paes de Abreu, “natural da ilha de S. Sebastião (irmão inteiro de João Leite da Silva Ortiz, conquistador e descobridor das minas de ouro no sertão dos barbaros indios da nação *Goyazes* em 1725)”.³⁷⁹ Antes de enumerar os feitos do pai, Taques busca esclarecer um incidente que teria terminado com sua excomunhão, quando cumpria o cargo de juiz ordinário e insistiu em prender um suposto assassino, mesmo diante de suas súplicas, agarrado à porta do convento de Santa Teresa. Ao descrever o fato que teria desencadeado a confusão, diz o filho que “tinha disparado [um tiro] um mameluco (assim chamam no Brasil e Indias de Hespanha aos filhos do homem branco com mulher *carijó*), chamado Mathias”.³⁸⁰ A explicação, mais concisa que a de frei Gaspar, sugere certa naturalidade, que pode ser explicada pela justaposição com outras documentações. No caso, é a presença expressiva de referências a esses descendentes nos inventários e testamentos dos moradores de São Paulo, datados do último quartel

³⁷⁷ Ibid., p. 133, nota 168.

³⁷⁸ A partir do final do século XIX, especialmente com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHG-SP), a mestiçagem entre paulistas e indígenas, no período colonial, recebe uma releitura, interessada no destaque ao que seriam características excepcionais, únicas e específicas dessa população, que rebateriam na elite de São Paulo da Primeira República. Os pensadores que compuseram esse grupo articulavam o suposto isolamento do planalto e as relações entre colonos e nativos, do que adviria uma “raça de gigantes”, na expressão do viajante Auguste de Saint-Hilaire, que esteve em São Paulo no início do oitocentos, com atributos de autonomia e liderança. Entre os argumentadores dessa visão, destacam-se Oliveira Vianna, Alfredo Ellis Jr., Paulo Prado e Theodoro Sampaio. Ver SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005; BLAJ, op. cit., p. 39-85.

³⁷⁹ LEME, op. cit., t. I, p. 166, grifos do original.

³⁸⁰ Ibid., p. 167, grifos do original.

do século XVI até 1700,³⁸¹ que permite investigar os mecanismos de construção do discurso de Taques, com suas ênfases e obscurecimentos convenientes.

Sobre o grupo populacional dos “mamelucos”, diz Alcântara Machado que “[...] ao lado e à sombra da família legítima, cresce a imensa dos bastardos. Poucos os inventários em que não aparecem”.³⁸² As leis então vigentes ditavam que filhos e filhas concebidas fora dos laços matrimoniais não tinham direito à herança, o que significava ficar ausente da partilha de bens e do recebimento hereditário de cargos e mercês pertencentes a pais e mães. Não obstante, o jurista e historiador enumera uma série de documentos nos quais moradores e moradoras de São Paulo e vilas vizinhas não apenas reconhecem as proles ilegítimas como demonstram certa afeição por elas, contrariando as disposições jurídicas e garantindo que os bastardos não fossem largados à míngua após seu falecimento.³⁸³ Era preocupação também que esses filhos não acabassem na condição de cativos, como era comum aos indígenas administrados. Em tom pitoresco, Machado resume a posição dos “mamelucos” da seguinte maneira:

Isento e livre, o mestiço não se desata do núcleo social em que nasceu, do clã fazendeiro. Continua a receber o *ensino necessário*, assistindo em casa como *familiar*, na expressão de Filipe de Campos e Antônio Castanho da Silva [membros das primeiras gerações das famílias Campos e Almeida Castanho, chegadas a São Vicente em 1547 e primeira metade do século XVII, respectivamente]. Avoluma a classe dos agregados, que constituem o *séquito* do grande senhor territorial. É o mameluco. É o companheiro das jornadas sertanejas. É o capanga destemido, sempre dispondo a dar a própria vida ou a tirar a alheia, a mando do potentado em arcos a que está ligado pela gratidão, pelo interesse e também, amiúde, pelo sangue. Não o renegam os

³⁸¹ Tomamos aqui a obra de Alcântara Machado como referência para a análise empreendida, ressaltando que o mesmo autor, apesar de ter seu texto originalmente publicado em 1929 – consideravelmente posterior a Taques, portanto –, dedica o trabalho a sua família, entre descendentes e progenitores, remontando a Antônio de Oliveira, que teria chegado a São Vicente em 1532. Diferentemente de Taques, no entanto, Machado reputa à mestiçagem características que teriam dignificado os paulistas. MACHADO, José de Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte; São Paulo: Ed. Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1980 [1929].

³⁸² Ibid., p. 160.

³⁸³ “Vários testadores demonstram saber que os adulterinos *não podem nem devem herdar*. Deixam-lhes *pelo amor de Deus* um pouco de dinheiro, uma dúzia de vacas, um vestido usado, ou, ainda, o que *parecer melhor à viúva e lho merecer o bastardo*. [...] Mais de um, revelando ignorar o que dispõe a lei, institui seu herdeiro o filho de cuja existência se acusa. [...] Mas, em regra, o que o testador tem em mira é pôr o filho *em sua liberdade, como forro, livre e isento que é, sem obrigação nenhuma a ninguém*.” Ibid., p. 162, grifos do original.

outros membros da família. Aceitam-no, porque têm a consciência mais ou menos clara de que se trata de um elemento inferior, mas necessário, do organismo de que fazem parte.³⁸⁴

Nas narrativas de Pedro Taques, a condição dos mestiços é menos harmônica. Em geral, esses descendentes não são incluídos nas linhagens familiares, mesmo quando mencionados, como no caso dos filhos de Francisco de Proença, cavaleiro fidalgo herdeiro de seu avô, Antonio Rodrigues de Almeida. Após os parágrafos referentes à prole legítima de Proença, o genealogista relata que o mesmo teve “em solteiro, quatro filhos mamelucos ou bastardos”, listados na sequência. Sobre eles, diz que “Estes bastardos procrearam família dilatada em S. Paulo onde são conhecidos os seus descendentes”,³⁸⁵ mas não há indicação de seus nomes ou de outros títulos em que estariam devidamente registrados. Duas notas são relevantes: o avô de Proença, primeiro de seu tronco a estabelecer-se em São Paulo, recebeu três sesmarias na colônia, sendo que duas se avizinhavam com terras de caciques e aldeias preexistentes,³⁸⁶ o que aponta o contato próximo entre colonos e indígenas no século XVI, do que poderiam resultar práticas de relações que perduraram ao longo dos séculos seguintes; e a família inaugurada pelo mesmo progenitor é a dos mencionados Almeida Castanho, de que faz parte o Antônio Castanho da Silva citado por Machado no trecho transcrito, que pode ser cunhado ou sobrinho do próprio Proença (Machado não fornece informações suficientes para definirmos a qual dos homônimos se refere), ainda que nenhum deles conste como pai de qualquer mameluco nos textos de Taques.

Luiz Castanho de Almeida, filho ou irmão do mesmo Antônio Castanho da Silva, é descrito por Taques como “grande sertanista” e conquistador de indígenas, que

³⁸⁴ Ibid., p. 164, grifos do original. A categoria de “agregado”, presente na própria documentação oficial da administração colonial, incorpora um extenso grupo, que variava desde a condição de escravizados até familiares, participando de diferentes formas na manutenção do domicílio. Mais do que buscar uma definição final dentro desse espectro, interessa-nos tratar desse grupo nos termos em que aparecem nos escritos de Pedro Taques. Para uma discussão mais detida, ver SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

³⁸⁵ LEME, op. cit., t. I, p. 227.

³⁸⁶ Taques transcreve as cartas das sesmarias solicitadas por Antonio Rodrigues de Almeida e concedidas em reconhecimento aos serviços que teria prestado à Coroa desde sua chegada em terras coloniais. A primeira delas, datada de 1560, indica como um dos limites da concessão o “rio da Tapera do Cacique”, que poderia, àquela altura, já não existir mais, ainda que o referencial permanecesse. A segunda, recebida cinco anos depois, devia “entestar com uma aldea”. Ibid., p. 220-221.

fez ultima entrada em 1671, levando somente dois filhos legítimos e dois bastardos, com um corpo dos seus *Carijós*, chamados n'aquelle tempo administrados, os quaes não se accommodando com a vida penosa de fomes, e outras necessidades, se uniram todos para matarem a seu administrador Luiz Castanho e aos filhos.³⁸⁷

Na narrativa, os quatro filhos do sertanista, legítimos e bastardos, uniram-se na defesa do pai e, após sua morte, na vingança do fato, auxiliados por Antonio Soares Paes, amigo do morto, com cujas tropas teriam voltado ao sertão onde o assassinato desenrolou-se e destruído os indígenas que o haviam cometido.³⁸⁸ Já o “paulista” Fernão Dias Paes Leme,³⁸⁹ sobre o qual mencionamos anteriormente as buscas de prata e esmeraldas no chamado sertão de Sabarabuçu, não vivenciou a mesma relação entre sua prole:

Enquanto os enviados penetraram os sertões, demandando o rumo para São Paulo se introduziu uma diabolica sugestão contra a vida do governador Fernão Dias, que a ter efeito ficava o descobrimento infrutuoso. Foi autor deste sacrilegio e barbaro atentado o *mameluco José Paes, filho bastardo dos delirios da mocidade do governador Fernando Dias*, que por muitas vezes poz em desconfianças de que o seu amor excedia para com este bastardo aos grandes merecimentos de seu legítimo filho e primogenito Garcia Rodrigues Paes, que com brios do sangue que lhe animava as veias sabia constante sofrer as calamidades e misérias do sertão, para acompanhar nele sempre gostoso seu proprio pai. Querendo pois o mameluco José retirar-se para o povoado, temendo perder a vida ao rigor de tantas causas, a que viviam sujeitos todos os que restavam do grande número de pessoas, de que se tinha composto o troço, e discorrendo que esta ação não podia verificar-se primeiro sem tirar-se a vida ao governador Fernão Dias, seu pai, fez conciliabulo dos seus parciais, que sujeitando-se ao infernal arbitrio consentiram na proposição de tirar-se a vida ao dito governador para se retirarem livremente

³⁸⁷ Ibid., p. 261, grifos do original.

³⁸⁸ Ibid., p. 261-262.

³⁸⁹ Taques remete-se a ele também como “Fernando”, além de variar o emprego do sobrenome “Leme”. Contudo podemos garantir que se trata do mesmo homem pelas descrições de suas atividades e pelas datas indicadas nas narrativas, que aparecem em diversos títulos, por terem envolvidos extensa rede de relações.

[...] e deixarem em total desamparo aos poucos brancos que ainda restavam do numeroso corpo que se formava dos que saíram de São Paulo.³⁹⁰

O plano teria sido descoberto, e seu articulador, enforcado diante de todos, em demonstração de justiça abundante e de completa ausência de afeto por parte do pai. Para Taques, o mote seria novamente a incapacidade de alguns – os indígenas, no caso de Luiz Castanho de Almeida, e o próprio filho mameluco, para Fernão Dias – de tolerar os reveses impostos aos que empreendiam entradas, o que os levaria a medidas extremas para poderem retornar às vilas. O discurso do genealogista coloca os “brancos” – ou, mais especificamente, os “paulistas” – como bravos e fortes o suficiente para permanecerem longos períodos nos distantes sertões, enquanto seus nativos administrados e os mamelucos desleais rejeitariam esse modo de vida.

As categorias de “branco” e “gentio” não eram, na prática, tão estanques quanto poderiam parecer em suas definições. João Leme, dos supramencionados irmãos Leme, teria castrado e esartejado um indígena de sua administração, por suspeita de que tivesse relações com sua “concubina”, também administrada e que teve semelhante destino.³⁹¹ O episódio, usado como prova dos crimes e violências que os irmãos viriam cometendo pelos sertões, desvela a complexidade dos vínculos entre os grupos que habitavam a América portuguesa.

Diferentemente da relação generalizada por Alcântara Machado entre pais brancos e filhos bastardos, na qual haveria laços de amor e reconhecimento que levariam a frequentes contrariedades jurídicas em prol dos descendentes – que mais se afigura aos relatos de frei Gaspar –, Taques constrói uma realidade em que lei e costume melhor se alinhariam. Nesse contexto, a prole mameluca não faz parte da linhagem familiar. Assim como a sobredita genealogia dos Almeida Castanho, no tronco dos Pires são relatadas relações ilegítimas que resultaram em descendências, sem que essas fossem sequer devidamente listadas no título, como vemos no parágrafo de “Francisco Dias Velho, nobre cidadão de São Paulo, [que] faleceu solteiro, deixando filhos mamelucos, havidos com Laura, mameluca alva”. Um dos bastardos, de nome Matheus Pinheiro Lobato, teria sequestrado a prima, Anna Maria Pires, filha do mesmo Francisco, com a qual se casou e teve seis filhas e filhos. Dessa geração, uma tornou-se

³⁹⁰ Ibid., t. III, p. 68, grifos nossos.

³⁹¹ Ibid., p. 32.

esposa de outro filho bastardo “havido em uma mameluca alva” e um estaria “casado com uma mulata, chamada Isabel”.³⁹²

Em alguns parágrafos, Taques expõe a impossibilidade de os descendentes ilegítimos serem considerados herdeiros, tal como, no mesmo título dos Pires, ao tratar de Hieronimo Pires, que “faleceu solteiro e só deixou 4 filhos mamelucos, que não herdaram *por ser seu pai homem nobre*, e foi a mãe [...] quem herdou”.³⁹³ Note-se que a referência à nobreza do progenitor é feita sem maiores minúcias, ao contrário do que se sucede na família Leme, especificamente explícito no parágrafo sobre o “muito abastado” Braz Esteves Leme, que

[...] não casou, porém teve 14 filhos bastardos, havidos em diversas mulheres oriundas do gentio da terra, a que no Brasil se diz mamelucos. [...] O juízo de órfãos procedeu a inventário dos seus bens por partilhas dos 14 filhos mamelucos, que deixou, os quais, *não devendo ser herdeiros pela nobre qualidade de seu pai*, foram excluídos da herança por sentença proferida a favor dos irmãos de Braz Esteves [...].³⁹⁴

Na sequência, o autor reproduz na íntegra o documento em favor dos mesmos, Pedro e Lucrecia Leme, assinado pelo ouvidor geral a mando do rei de Portugal. Na sentença, datada de 7 de março de 1640, lê-se:

[...] julgando aos ditos por nobres e limpos de geração, e que como tais pudessem gosar de todos os privilegios e liberdades, que por bem de sua nobreza e fidalguia lhes é concedido; e outrossim por legitimis e universais herdeiros, e que como a tais lhes pertencia herdarem e não os filhos naturais, conforme a lei: e sendo julgados por legitimis herdeiros em razão da sua nobreza, o ouvidor desta capitania de São Vicente lhe confirmara, e mandara passar sua sentença pela qual os havia por nobres e fidalgos, e legitimis herdeiros de Braz Esteves Leme, e que só eles em razão da dita nobreza fossem os herdeiros de seus bens, sem na dita herança poderem entrar os filhos naturais e bastardos de menor condição [...] e em cumprimento julgo e confirmo aos ditos suplicantes por nobres e fidalgos, limpos de toda a raça de macula, judeu ou outra qualquer macula, e de nobre e limpo sangue, e por tais

³⁹² Ibid., t. II, p. 86-87.

³⁹³ Ibid., p. 110, grifos nossos.

³⁹⁴ Ibid., t. III, p. 50, grifos nossos.

mando sejam havidos, tidos e conhecidos, e lhe sejam guardadas todas as honras, privilégios, liberdade e preeminências de que gosam e podem gosar em razão da dita nobreza [...].³⁹⁵

O texto reitera hiperbolicamente a comprovação de nobreza e limpeza de sangue para possibilitar o desfrute da herança e de outros privilégios associados à hereditariedade e à manutenção das linhagens familiares. No que se refere a Hieronimo Pires, o que possivelmente explica a ausência de menção a qualquer documento que verificasse sua nobreza e, assim, justificasse a entrega de seus bens e posses para a mãe é justamente o fato de a miscigenação ter sido prática comum na família, desde seus primeiros membros moradores de São Vicente, conforme relata o próprio genealogista. Diz Taques que a origem dos Pires de São Paulo estaria em Salvador Pires, casado com Maria Rodrigues, pais de Manoel e Salvador Pires. O primeiro, cuja descrição e descendência constam no título dos Bicudo,

[...] faleceu em São Paulo, onde foi capitão que governou e regeu seus moradores, como pessoa de muita autoridade e respeito, e teve um estabelecimento de muitos administrados, que, sendo gentios barbaros, foram conquistados no sertão, e reduzidos ao gremio da igreja pelo sagrado batismo. Praticou virtudes morais, com os quais soube lucrar excelente nome, e mereceu que Deus lhe abençoasse a sua geração, que toda tem sido de admiráveis produções; *e conseguiu casamentos de autoridade e respeito com sujeitos de bom nome.*³⁹⁶

A oração que destacamos, no final do excerto, é incomum nos parágrafos de Taques e pode ainda ser confrontada com a observação do autor sobre o bisneto de Manoel Pires, “Guilherme Borges Monteiro, que casou indignamente e se lhe extinguiu a geração”.³⁹⁷ Entretanto a afirmação assertiva sobre a qualidade dos matrimônios naquele tronco familiar toma corpo e sentido se nos voltarmos para o destino de seu irmão, Salvador Pires, cuja segunda boda foi com Messia Fernandes, “vulgarmente chamada pelo idioma brasilico *Messiuçu*, que quer dizer Messia grande”, que era filha de mameluca, neta de indígena e bisneta de cacique. A avó, Antonia Rodrigues, teria

³⁹⁵ Ibid., p. 51.

³⁹⁶ Ibid., p. 180, grifos nossos.

³⁹⁷ Ibid., p. 185.

sido batizada pelo padre José de Anchieta, levando dali em diante o nome do marido, Antonio Rodrigues, cuja vinda aos campos de Piratininga, na companhia de João Ramalho, dataria do começo do século XVI, portanto antes mesmo da chegada de Martim Afonso de Sousa. Messiuçu, que deu continuidade à tradição das duas gerações anteriores de casamentos entre brancos e indígenas, seria bisneta do “maioral de Hururaí, chamado Piquirobí”.³⁹⁸ Sendo esses os antecedentes do tronco dos Pires, que em meados do setecentos já era família de fama e bons cabedais, em rixa constante com os Camargo, parece-nos justificável a escolha discursiva de Taques, que não utiliza termos como “índios”, “gentio”, “cacique” e outros que igualmente remetessem aos habitantes nativos da América Meridional, na narrativa fundadora da linhagem.

O casamento de Salvador Pires com a mameluca Messiuçu estava, àquela altura, distante no tempo – e mais distante ainda estava o parentesco dessa com o chefe “Piquirobí” –, o que provavelmente permitia certa maleabilidade nas descrições dos membros da família, talvez até já desfeitos de evidências anatômicas da miscigenação. O batismo de Antonia Rodrigues, no contexto das primeiras décadas de colonização, servia como mecanismo de legitimação da união de colonos e indígenas, além do reconhecimento de que seu pai era dos “principais” de sua nação – expressão comum sobre os moradores de prestígio das vilas coloniais, habilitados a ocupar cargos de governança. É forçoso lembrar que, nesse período, a hierarquia dos grupos nativos era elemento de consideração das Coroas, e os europeus negociavam alianças e acordos com esses homens.³⁹⁹

Outro casamento entre português e nativa cuja descrição vem sem menção a “mameluco”, “gentio” ou outro termo que remetesse aos indígenas é o de Lopo Dias com a filha de Tibiriçá, descrito como:

[...] rei de Piratininga Teveriçá, o qual depois da sagrada fonte se chamou Martim Affonso Teveriçá, cujas morais virtudes, seu ardente zelo, e amor da

³⁹⁸ Ibid., t. II, p. 73, grifos do original.

³⁹⁹ Basta retomar o “Voto do Padre Antônio Vieira sobre as dúvidas dos moradores de S. Paulo acerca da administração dos índios”, no qual o religioso reafirma, já em fins do século XVII, que os indígenas permaneciam vassalos de seus próprios chefes, mesmo quando retirados de suas aldeias.

religião romana se conhece melhor da expressão que faz desse memorável rei o padre Vasconcelos na 'Chronica da companhia do Brasil'.⁴⁰⁰

A união de mais uma filha do mesmo chefe indígena é mencionada sucintamente, e de forma diversa, em parágrafo referente à família Toledo Piza: “As circunstancias [...] permitiram relaxação de voto ao leigo [da Companhia de Jesus] Pedro Dias para o primeiro casamento com Maria da Grãa filha do rei ou cacique dos gentios *Piratiningas*, chamado Tevirichá”.⁴⁰¹ Novamente, é indicado que o cacique havia sido devidamente batizado e teria tomado novo nome, em referência a Martim Afonso de Sousa, o que amenizaria sua origem, além de ser explicitamente um nativo de poder entre os de sua nação. Essas ressalvas são indispensáveis nas genealogias construídas, mesmo tendo sido o casamento entre colonos e filhas de indígenas um mecanismo recorrente para o estabelecimento de relações que engrandeciam o poder de ambos os grupos, nos princípios da ocupação colonizadora.⁴⁰² Em meados do século XVIII, entretanto, o perigo da mácula não poderia ser desconsiderado, mais ainda no contexto da escrita da *Nobiliarquia*, em que a legitimidade de linhagens, privilégios e mercês era motivo central.

Nas narrativas genealógicas de Taques, além da pouca expressão conferida aos “mamelucos” – derivada em grande medida de seu impedimento de receber heranças, fossem posses ou ofícios –, destaca-se a equiparação entre o casamento de homens de “nobres famílias” com mamelucas e acontecimentos de violência sexual. É o que se apreende comparando os parágrafos referentes a João Pires de Campos, neto dos progenitores de sua família, e Francisco Pedroso de Almeida, aparentado do próprio autor. Sobre aquele, diz:

[...] levado só do indesculpável apetite, e infeliz destino da sua sorte, esquecido das obrigações do seu nobre sangue, se desposou com uma

⁴⁰⁰ Ibid., p. 168, grifos do original.

⁴⁰¹ Ibid., p. 238, grifos do original.

⁴⁰² Sobre o contexto da fundação da capitania de São Vicente e da necessária conquista dessas terras às mãos dos nativos, bem como dos meios de realização dessa empreitada, podemos referenciar a obra de John Manuel Monteiro. Ver MONTEIRO, John Manuel. A transformação de São Paulo indígena, século XVI. In: _____, op. cit., p. 17-56.

mameluca, causando um geral luto de sentimento aos seus parentes, que, lamentando a injúria, lhe não poderam atalhar o dano.⁴⁰³

Enquanto do outro afirma:

Esquecido [...] não só das obrigações da honra e qualidade do sangue, que lhe adornava as veias, para imitar a seus pais e avós, e melhor de que estas imagens lembrar-se das obrigações de verdadeiro catholico, cometteu estupro incestuoso com... a irmã direita de sua mulher [...].⁴⁰⁴

Em ambos os casos, portanto, os atos teriam demonstrado distanciamento desses homens em relação à tradição de suas famílias e às suas principais características.

Nenhum dos nomeadamente “paulistas” são vinculados abertamente a “mamelucos”, ou seja, não há sobreposição entre esses e aqueles, o que impede que os atributos de um grupo se relacionem aos do outro no discurso de Taques. Qualquer tentativa de fazê-lo é descrita pelo genealogista como motivada por “ódio”, especificamente de jesuítas e europeus, tal como apontado por frei Gaspar.⁴⁰⁵ Sobre os primeiros, basta lembrar a formulação da “lenda negra”, ao que Taques alude indiretamente em algumas ocasiões, como visto em passagens anteriores. Em um dos trechos do já mencionado livro do padre Andela, o jesuíta definiria os moradores de São Paulo como “*Mamelucos, gente atrevida, bellicosa e sem lei, que só têm de christãos o batismo e são mais carniceiros, que os infiéis*”.⁴⁰⁶ Para o religioso, a tropa de Manoel Preto, que realizou assaltos às missões na década de 1620, era composta por mestiços e indígenas, classificação à qual Taques se opõe:

[...] afirma [Andela] que a tropa dos paulistas se compunha de 800 *Mamelucos* (estes são os brancos) e de 3,000 *Tupys* (estes são os Indios administrados dos paulistas, que n’aquelle tempo tinham por seus administradores aos que

⁴⁰³ LEME, op. cit., t. II, p. 206.

⁴⁰⁴ Ibid., t. I, p. 263.

⁴⁰⁵ Por volta de 1725, teria Domingos Rodrigues do Prado, explorador de metais nas minas de Pitangui e em Goiás, desentendido-se com um capitão europeu que vinha fazer pouso em seu sítio. O capitão seria “arrogante por natureza e opposto por inclinação aos filhos do Brasil”, além de possuir “furor fanatico”. Para ele, segundo Taques, “qualquer paulista se reputava por um indio neophito”. Ibid., t. II, p. 33.

⁴⁰⁶ Ibid., t. I, p. 79, grifos do original.

no sertão os conquistavam, e do centro da gentildade os traziam ao gremio da igreja, ficando os seus descendentes também sendo administradores).⁴⁰⁷

As observações inseridas pelo genealogista reforçam as diferenças entre “paulistas” e nativos e completamente desconsideram os casamentos entre ambos, com suas descendências. Ocorrência exemplar dessa orientação do discurso de Taques reside na menção a Francisco Ramalho, “senhor da aldeia de Guanga, chamado por alcunho o Tamarutaca, que faleceu em 1718”.⁴⁰⁸ O mesmo consta também das anotações de Alcântara Machado, por se tratar de caso excêntrico na coleção documental que consulta:

Ao contrário do que seria de supor, são excepcionais os casamentos entre brancos e negros da terra. Dentre os inventariados só um existe casado com índia forra. Mas *esse é evidentemente um mameluco*: chama-se Francisco Ramalho Tamarutaca e vive na aldeia de Guanga.⁴⁰⁹

Francisco seria neto de João Ramalho, “português que anos antes [da chegada de Martim Afonso de Sousa] tinha se integrado ao grupo local chefiado por Tibiriçá”. A aliança entre Ramalho e o cacique ia além das atividades de guerra: “‘Casado’ com uma filha deste chefe, Ramalho acabou estabelecendo outra aldeia, que serviria de base para a futura vila portuguesa de Santo André da Borda do Campo”. O português, segundo relatos do padre Manuel da Nóbrega, viveria completamente aos modos indígenas, tendo muitas filhas e filhos.⁴¹⁰ A apresentação que Taques faz do mesmo, por sua vez, ressalta seu desempenho de cargos de governança e privilégios, sem menção alguma ao “casamento” com uma indígena: “João Ramalho, que tinha o foro de cavaleiro, e foi depois o fundador da vila de Santo André da Borda do Campo, de cuja povoação (antes de aclamada em vila no dia 8 de Abril de 1553) foi guarda-mor e alcaide-mor”.⁴¹¹ Dessa

⁴⁰⁷ Id., grifos do original.

⁴⁰⁸ Ibid., t. III, p. 260.

⁴⁰⁹ MACHADO, op. cit., p. 158, grifos nossos.

⁴¹⁰ MONTEIRO, 1994, op. cit., p. 29-30.

⁴¹¹ LEME, op. cit., t. II, p. 114. João Ramalho é mencionado marcadamente em três passagens dos títulos remanescentes, sendo referido em todas as ocasiões da mesma maneira aqui presente. Além dos dois parágrafos ora indicados, consta também na apresentação da família Prado. Ibid., p. 2.

maneira, o genealogista evita inserir informações que sugiram explicitamente que a linhagem de Ramalho, incluindo o dito Tamarutaca, seria mameluca.

Vemos, portanto, a discrepância das informações constantes em cada texto, ainda que ambos tenham contado com inventários como fontes essenciais. A obra de Machado constitui-se como uma espécie de revisão do trabalho de Taques, apontando para a pequenez de recursos dos homens e das famílias descritos com grandiosidade nas genealogias do século XVIII. Entretanto, suas disparidades não se esgotam nisso, sendo relevante, nesta tese, as diferentes maneiras como figuram os indígenas e os mamelucos em cada escrito. Para Alcântara Machado – que escreve já no século XX, após a criação da mitologia bandeirante, que apazigua e eleva a condição de mestiçagem –, a proximidade e as relações entre europeus e nativos seriam mais um atestado da longevidade dos troncos familiares e de quanto estariam arraigados, por assim dizer, nessas terras, desde os primórdios da colonização. Sua descrição dos mamelucos assemelha-se à de frei Gaspar, que via qualificações cobiçáveis nas proles mestiças – talvez por ele próprio ser ramo de um desses troncos.⁴¹² Por outro lado, Pedro Taques, imbuído da tarefa de garantir privilégios e mercês a seus pares, não podia permitir que máculas fossem lançadas sobre as linhagens desses homens, o que invalidaria suas requisições, de modo que lhe foi indispensável restringir os laços – especialmente os parentais – entre autóctones e adventícios. Ainda assim, mesmo em meio às divergências, os três discursos permitem associar a presença de indígenas – reconhecidos ou não, familiares ou não, harmônicos ou não – às atividades de exploração e trânsito pelos sertões e, portanto, aos homens que as realizavam.

DA BARBÁRIE À CONSTRUÇÃO DA NOBREZA

O estabelecimento de distinções entre colonos e nativos podia assegurar a possibilidade de enobrecimento das linhagens dos moradores de São Paulo – do que resulta a construção milimetricamente ajustada dos textos de Taques. Nos parágrafos correspondentes aos irmãos Pedro Vaz de Barros e Fernão Paes de Barros, verifica-se o desenrolar de um processo calculado, com vistas a arrefecer juridicamente as

⁴¹² TAUNAY, 1975, op. cit., p. 8.

relações entre esses e os naturais de terra.⁴¹³ Esses vínculos não são negligenciados na genealogia. Pedro teria sido “cognominado Grande, chamando-se-lhe assim pelo idioma brasílico: Pedro Vaz *Guassú*, que quer dizer grande”;⁴¹⁴ e as descendências de ambos, todas ilegítimas, são assim descritas:

Não casou Pedro Vaz de Barros, mas teve varios filhos bastardos, havidos em diversas mulheres, que por todos foram nove, que são os seguintes: Braz Leme de Barros; Joanna, que casou com João da Silva Ferreira, e Maria, todos havidos em Justina, mulher *mameluca* (em São Paulo, assim chamam as que são netas de india de quatro costados com homem branco); Isabel, havida em Catharina; Lourença, havida em Theresa; Margarida, havida em Rufina; Marianna, havida em Maria; Paschoa e Leonor, ambas havidas em Barbara, como tudo consta do inventario do capitão [...].⁴¹⁵

Apesar de ter as filhas e o filho constantes no inventário, conforme indicado, apenas o primogênito foi feito herdeiro, depois de casar-se com a “filha mulata”⁴¹⁶ do irmão: “No estado de solteiro, teve Fernão Paes de Barros de uma crioula de Pernambuco uma filha, que foi Ignacia Paes, que, dispensada no impedimento de segundo grau de consanguinidade, casou com seu primo direito Braz Leme de Barros”.⁴¹⁷ A endogamia garantiu a concentração das riquezas acumuladas pelos irmãos, mas não era suficiente para tirar da linhagem a mácula do caráter mameluco de sua origem. Para tal, o recurso disponível naquele momento era a própria fortuna⁴¹⁸ – “esteio da nobreza”,⁴¹⁹ segundo frei Gaspar –, ou ainda, a adequada exibição dela, aos

⁴¹³ O pai de ambos, homônimo do primeiro, teria vindo à América provido em ouvidor da capitania de São Vicente e São Paulo, junto com o irmão, Antonio Pedroso, feito capitão-mor e governador da mesma capitania. LEME, op. cit., t. III, p. 199.

⁴¹⁴ Ibid., p. 205, grifos do original.

⁴¹⁵ Ibid., p. 206, grifos do original. A progênie de Pedro Vaz de Barros, numerosa e descendente de várias mulheres, remete-nos novamente aos modos de viver dos indígenas, assimilado por colonos logo após sua chegada, tal como teria feito João Ramalho.

⁴¹⁶ Id.

⁴¹⁷ Ibid., p. 209.

⁴¹⁸ Na mesma medida, a diminuição da riqueza poderia redundar na obliteração da nobreza, como aponta frei Gaspar, ao descrever a prole de Gabriel de Góis – “A pobreza os fêz desconhecidos, depois de riscar das suas memórias a lembrança do nome do seu progenitor” – e de Cristóvão de Aguiar de Altero – “A pobreza tem feito desconhecida a sua descendência, não obstante existirem várias pessoas que dêle trazem a sua origem”. MADRE DE DEUS, op. cit., p. 70, 79.

⁴¹⁹ Ibid., p. 83.

moldes da nobreza. Com a morte de Braz, Ignacia passa a herdeira tanto do tio como do pai, e esse consegue atar em núpcias a filha e um sargento-mor que vinha do Reino em real serviço. De acordo com o relato,

[O sargento-mor] observando a grandeza com[o] dito governador [Manoel] Lobo fora hospedado em casa de Fernão Paes todo o tempo, que foram muitos meses que se demorou em São Paulo, se deixou vencer do avultado dote para casar, como casou, com Ignacia Paes, de cujo matrimonio houveram filhas, que todos casaram muito bem, de que hoje ha ramos, que, com honrosos procedimentos, têm conciliado estimações de toda a nobreza.⁴²⁰

A maneira de servir, hospedar e portar-se era forma de distinção, somando à nobreza de origem uma outra, a nobreza de hábitos. Em meio ao fortalecimento da condição jurídica da nobilitação, a assimilação de um modo de vida aristocrático passa a fazer parte das possibilidades de comprovação, dentro do rol daquelas acessíveis às famílias recentemente enriquecidas:

A distinção essencial nobre/mecânico, adoptada em Portugal, pelo menos, desde finais do século XVI, como se disse, acabou por se traduzir no facto da identificação entre ser nobre e viver como tal ('viver à lei da nobreza') se encontrar juridicamente sancionada, podendo ser invocada como prova.⁴²¹

Fernão Paes de Barros, como explicitado anteriormente, recebeu cartas de seu soberano, que solicitava auxílio em empreitadas do interesse da Coroa, nas quais lhe eram oferecidas consideração e possíveis mercês pelo cumprimento dessas. Certamente, as condições que alcançou e demonstrou – enriquecimento, lealdade, casamentos adequados, apadrinhamentos e hábitos de nobreza – foram decisivas na redação de seus autos de justificação de nobreza, mencionados por Taques. O genealogista descreve várias moradas dos habitantes de São Paulo, em que um visitante sentir-se-ia no Reino, a começar pela do próprio Pedro Vaz Guassú:

⁴²⁰ LEME, op. cit., t. III, p. 209. O primeiro filho de Ignacia, nascido quando o avô ainda era vivo, foi batizado pelo governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Menezes, tomando seu nome como homenagem.

⁴²¹ MONTEIRO, 2005, op. cit., p. 15.

Foi a sua casa e fazenda uma povoação tal, que bem podia ser vila, e ainda hoje as casas, que foram da sua residencia, servem de padrão que lhe acusam a maior magnificencia, como obra daquele tempo. Teve muito grande tratamento, correspondente aos grossos cabedais que possuia, entre cujos moveis teve uma copa de prata de muitas arrobas. A sua casa era diariamente frequentada de grande concurso de hospedes, parentes, amigos e estranhos, que todos concorriam gostosos a fazer-lhe obsequiosa assistencia. Todos eram agasalhados com grandeza daquela mesa, na qual, com muita profusão, havia pão e vinho da propria lavoura, e *as iguarias eram vitelas, carneiros e porcos, além das caças terrestres e voláteis*, das quais os seus caçadores atualmente conduziã com fartura, e por isso de tudo havia com abundancia, e com tanta prevenção, que, a qualquer hora da tarde que chegavam novos hospedes, estava a mesa pronta, como se para este fora conservada.⁴²²

Se, para os sertanistas ou “antigos paulistas”, o consumo de produtos da terra, extraídos sem alarde no meio das matas, era indício de sabedoria, que conduzia à glória das conquistas, o mesmo não se verifica nas narrativas para as quais a nobreza de hábitos era elemento essencial – e Taques repercute inúmeras vezes essa estratégia. Na Tabela 6, transcrevemos alguns dos principais trechos representativos desse tipo de conteúdo, do que se observam os elementos centrais dessa construção.

Como se apreende, os costumes enobrecedores incluíam: opulência e grandeza das fazendas com suas capelas, que podiam ser comparadas, dentro dessa lógica, a vilas ou cortes, de grandes dimensões e construídas com os melhores materiais e artífices; abundância e liberalidade na recepção de convidados e outras pessoas, remontando à conceituação medieval desse termo, antes mencionada; disponibilidade de insumos que demandavam bom número de cativos para serem produzidos ou próprios dos hábitos alimentícios do Reino, tais como carnes de animais, trigo e vinho, que podemos opor ao consumo generalizado de aguardente na Colônia;⁴²³ presença e

⁴²² LEME, op. cit., t. III, p. 205, grifos nossos.

⁴²³ Taques escreve uma justificativa para o uso de milho – produto utilizado nos campos de Piratininga em função da proximidade com grupos indígenas – na alimentação dos cavalos nas casas “nobres” e enaltece a disponibilidade, na casa de Guilherme Pompeo de Almeida, do trigo, cultura trazida da Europa e adaptada à América portuguesa, de grande demanda para os moradores de São Paulo durante o período colonial. Assim como o destaque dado ao vinho, vemos nessas observações a importância de práticas e produtos de alimentação na acentuação da nobreza de modos dessas famílias. Sobre os hábitos alimentares planaltinos e as diferenciações entre o consumo no ambiente doméstico e no trânsito dos sertanistas, ver BASSO, Rafaela. A comida e o modo de vida dos paulistas. In: _____. *A cultura alimentar paulista: Uma civilização do milho? (1650-1750)*. São Paulo: Alameda, 2014, cap. 2, p. 67-136.

disponibilização de numerosos utensílios de prata, que indicavam riqueza dos cabedais e conhecimento de regras de servir de orientação aristocrática; número e treinamento de escravizados, além do destaque à cor clara de alguns deles e ao uso de calçados, que diferenciaria seus senhores daqueles que tinham grandes contingentes de indígenas sob sua administração; domínio da arte da cavalaria, assinalando aproximação entre esses homens e a tradição dos cavaleiros medievais, na qual se assentava a própria construção da vassalagem; e, por fim, a governança de territórios e pessoas,⁴²⁴ mesmo que restrita aos limites das fazendas.

Tabela 6 – Descrições de vida “à lei da nobreza” nas genealogias de Pedro Taques

MEMBRO	DESCRIÇÃO
Guilherme Pompeo de Almeida (família Taques Pompeo, tomo I, p. 117)	<p>“Era a casa do Dr. Guilherme Pompêo n’aquelles dias uma populosa villa, ou corte, pela assistencia e concurso dos hospedes. Para grandeza do tratamento da casa deste heroe paulista basta saber-se, que fazia paramentar cem camas, cada uma com cortinado proprio, lençóes finos de bretanha guarnecidos de rendas, e com uma bacia de prata debaixo de cada uma das ditas cem camas, sem pedir nada emprestado. Tinha na entrada da sua fazenda da Araçariguama um portico, do qual até as casas mediava um plano de 500 passos, todo murado, cujo terreno servia de pateo á igreja ou capella da Conceição. N’este portão ficavam todos os criados dos hospedes, que alli se apeavam, largando esporas e outros trastes com que vinham de cavallo; e tudo ficava entregue a criados, escravos, que para este politico ministerio os tinha bem disciplinados. Entrava o hospede, ou fosse um, ou muitos em numero, e nunca mais nos dias que se demoravam, ainda que fossem os de uma semana, ou de um mez, não tinha tinha [sic] nenhum dos hospedes noticia alguma dos seus escravos, cavallos e trastes. Quando, porém, qualquer dos hospedes se despedia, ou fosse um, quinze, ou muitos ao mesmo tempo, chegando ao portão, cada um achava o seu cavallo com os mesmos jaezes, em que tinha vindo montado, as mesmas esporas, e os seus trastes todos, sem que a multidão da gente produzisse a menor confusão na advertência d’aquelles criados, que para isto estavam destinados. Os cavallos recolhiam-se ás cavalharias, onde tinham tido o bom penso de herva e milho (que é o que se dá diariamente no Brasil aos cavallos, principalmente na capital de S. Paulo [...]). Esta advertencia era uma das acções de que os hospedes se aturdiam por observarem que nunca jámais entre a multidão de varias pessoas, que diariamente concorriam a visitar e obsequiar dias e dias ao Dr. Guilherme Pompêo de Almeida, se experimentava a menor falta, nem ainda uma só troca de trastes a trastes.</p>

⁴²⁴ “Na verdade, um dos atributos nobiliárquicos superiores era, desde o período medieval, o exercício de competências jurisdicionais. Os ‘senhores de terras com jurisdição’, como de resto uma parte dos alcaides-mores das terras, constituíam parte integrante da primeira nobreza do reino [...]” MONTEIRO, 2005, op. cit., p. 13.

MEMBRO	DESCRIÇÃO
	<p>“Foi tão profusa a mesa do Dr. Guilherme Pompêo, que n’ella as iguarias de varias viandas se praticava com tal advertencia, que se acabada a mesa, depois d’ella, passadas algumas horas, chegassem hospedes não houvesse para banqueteal-os a menor falta. Por esta razão estava a ucharia sempre prompta. A abundancia do trigo n’esta casa foi tanta, que todos os dias se cozia o pão, de sorte que para o seguinte já não servia o que tinha sobrado do antecedente. O vinho era primoroso, de uma grande vinha que com acerto se cultivava, e, supposto o consumo era sem miseria, sempre o vinho sobrava de anno a anno. Engrossou o seu copioso cabedal com a fertilidade das Minas-Geraes, para as quaes mandando numerosa escravatura debaixo da administração de zelosos feitores, recebia todos os annos avultadas remessas de ouro. Soube distribuir este grande cabedal, mandando á corte de Lisboa reformar a prata, que em muitas arrobas herdou de seus pais, e posta em obra mais polida, teve a copa mais primorosa que nenhum outro seu nacional. Os moveis eram todos ricos e de primor. Distribuia consideravel somma de dinheiro em esmolos, e sustentava com liberal grandeza os seus correspondentes.”</p>
Bento do Amaral da Silva (família Taques Pompeo, tomo I, p. 121-122)	<p>“Teve grande tratamento igual ao fundo do seu cabedal. A sua casa foi servida com numerosa escravatura, criados mulatos, todos calçados, bons cavallos de estrebaria, ricos jaezes, excellentes moveis de prata e ouro, sendo bastantemente avultadas as baixellas de prata, cuja copa foi de muitas arrobas.”</p>
Francisco Taques Rendon (família Taques Pompeo, tomo I, p. 160)	<p>“Recolhido [das Minas] para S. Paulo, sua patria, desfructou n’ella as estimações que lhe conciliavam as qualidades não só do sangue, mas tambem as das suas prendas, entre as quaes mereceu os applausos na arte de andar a cavallo, além da bela figura que tinha. Foi destro no tirar das lanças e igualmente nas escaramuças, para cujo exercicio o convidava a naturalidade do gênio, por força da qual nunca reparou em preço para deixar de possuir bons e excellentes cavallos. Trajou sempre com luzimento, acompanhado de criados escravos, mulatos claros.”</p>
Antonio da Cunha e Abreu e irmãos (família Pires, tomo II, p. 102)	<p>“[...] eram legitimos descendentes dos verdadeiros Cunhas, Coutinhos, Abreus e Carvalhos; e que seus avós e bis-avós foram parentes de Pedro da Cunha Coutinho, senhor da vila de Bastos [em Portugal] e de outros conselhos, e que sempre se trataram todos nobremente com criados, cavalos, e armas.”</p>
Brasão de armas da linhagem a que pertencia o sogro de Pedro Dias Paes Leme (família Leme, tomo III, p. 58- 61)	<p>“[...] Paschoal Leite Furtado [sogro de Pedro Dias Paes Leme], que em serviços desta coroa passou ás minas da capitania de São Vicente [...]”</p> <p>“[...] dos quaes todos elle supplicante [Gaspar de Andrade Columbreiro, sobrinho de Paschoal Leite Furtado] descendia por linha direita, sem quebra de bastardia e serem christãos velhos, e limpos de toda a raça de nação infecta, e se tratar elle supplicante a lei da nobreza, como todos seus avós, com armas, cavallos e escravos [...]”</p>
Fernão Dias Paes (família Leme, tomo III, p. 77)	<p>“[...] ações e morais virtudes deste cavaleiro paulista [...]”</p>
Pedro Vaz de Barros (família Pedroso, Barros, Vaz, tomo III, p. 203)	<p>“Pedro Vaz de Barros, cuja grandeza de cabedais e tratamento de sua casa foi igual a de seu pai e avós. Foi morador no sítio de que faz menção o padre-mestre Manoel da Fonseca, na <i>Vida do padre Belchior de Pontes</i> [...]. A sua fazenda do Cutaúna era como uma vila, pelo grande número de casarias, e bem arruadas, que nela havia, com uma capela, onde se officiavam os sacramentos por se compôr aquella fazenda de mais de seiscentas almas.”</p>

MEMBRO	DESCRIÇÃO
Francisco Rodrigues Penteado (família Penteado, tomo III, p. 240)	“Esta igreja [de seu sítio] foi ornada de capela-mor e cruzeiro com dois altares colaterais: é toda forrada, e os altares com retábulo de excelente talha (por artífices de profissão vindos do reino) todos dourados. [...] Enquanto durou a vida do fundador havia anualmente festa da mesma Senhora [Nossa Senhora da Piedade], que durava um oitavário de missas cantadas com três distintas festividades, em que havia sermão, conduzindo-se para elas a música da cidade em distância de onze léguas, e sendo convidadas varias pessoas de autoridade que faziam uma corte daquela opulenta fazenda, na qual em todos os dias reinava a profusão e bom-gosto. [...] No regresso para a cidade eram conduzidos os hóspedes com a mesma grandeza de tratamento, sendo alem disso brindados com presentes de toucinho e mais pertences de grandes capados, por forma de viático para o caminho.”

Além desses atributos, a nobilitação, por definição, compreendia dispor-se à vassalagem⁴²⁵ e aos interesses da Coroa e do “bem comum”, algo que Pedro Taques exacerba em suas narrativas, indicando repetidamente a realização de ações dos “paulistas” com esses fins, por meio do emprego de seus próprios recursos, tais como a designação de administrados para formar tropas e o fornecimento de alimentos, roupas, riquezas e outros suprimentos. O parágrafo sobre um dos homens que se destinaram ao sertão da Bahia para enfrentar os indígenas que ali habitavam em fins do século XVII, na expedição que mencionamos no capítulo anterior, sintetiza essa argumentação:

Gaspar Velho Cabral, *sabendo avaliar a honra que têm os vassallos, que sem soldo se empregam no real serviço*, foi um dos paulistas, que teve o merecimento de ir à conquista dos bárbaros índios do sertão da Baía no socorro que saiu de S. Paulo em 1671, sendo governador desta leva Estevão Ribeiro Baião Parente [...].⁴²⁶

Conforme visto na Tabela 3, das 173 menções a “paulistas” na tabulação completa referente às genealogias, 43 delas são acompanhadas pela indicação do uso dos próprios cabedais, quase 25%, ou seja, praticamente um em cada quatro desses homens. Esse indicativo remonta aos primeiros adventícios da capitania de Martim

⁴²⁵ O termo é aqui usado conforme sua disposição na documentação, destacadamente nas genealogias de Pedro Taques, e é forçoso dizer que não procuramos aqui problematizar seus significados e as questões que cercam a transferência dessa prática para a América portuguesa, visto que essa discussão não faz parte do escopo desta tese e demandaria outras formas de investigação, além de interlocução bibliográfica pertinente. Vale ainda nos remetermos à própria ideia de “economia de mercês”, já discutida neste capítulo, e às referências bibliográficas previamente mobilizadas.

⁴²⁶ LEME, op. cit., t. III, p. 233, grifos nossos.

Afonso de Sousa, muitos dos quais, segundo frei Gaspar, seriam apresentados como fidalgos nos documentos que consultou⁴²⁷ e possuiriam vínculos com a nobreza europeia, como procura atestar Pedro Taques. Sobre Lourenço Castanho Taques, afirma o autor que “Nas ocasiões do real serviço sempre deu acreditadas mostras de honrado vasallo com liberal despeza da propria fazenda”.⁴²⁸ Descrições similares, que enumeram as mesmas características, são destinadas a muitos outros conquistadores, povoadores e moradores de São Vicente e São Paulo, que constituiriam, assim, nobres linhagens formadas nos campos de Piratininga, em narrativas que obliteram a presença indígena no estabelecimento dessas famílias.

TERRITORIALIDADE DAS FAMÍLIAS “PAULISTAS”

Do interior das moradas dos “paulistas”, passamos então às vilas e povoações que fundaram ou fizeram avantajar-se, mormente em torno de suas próprias fazendas. A expansão das riquezas das famílias descritas por Pedro Taques foi acompanhada, no século XVII e até princípios do seguinte, por seu desdobramento territorial, destacadamente ao longo do curso dos rios Paraíba e Tietê, orientando-se para leste e oeste, respectivamente. Essas rotas principais correspondiam aos caminhos em direção, por um lado, ao Rio de Janeiro e região das Minas Gerais e, por outro, a Mato Grosso e Goiás, no percurso fluvial das monções, além das estradas que levavam ao sul e outras paragens.⁴²⁹ Assim como as conquistas, a povoação era atributo de várias famílias nobres do Reino, sendo assim igualmente valorizada na Colônia. O genealogista enfatiza a papel de povoamento exercido particularmente por algumas linhagens, dentre as quais se destaca a dos Fernandes “Povoadores”, repetidamente mencionada, mas cuja descrição própria foi perdida. No período assinalado, foram dez as vilas criadas, a saber, Mogi das Cruzes (1611), Parnaíba (1625), Taubaté (1650), Jacareí (1653), Jundiaí (1655), Guaratinguetá, Itu (ambas em 1657), Sorocaba (1661), Curitiba (1693) e Pindamonhangaba (1705) – dessas, três foram elevadas pelos

⁴²⁷ MADRE DE DEUS, op. cit., p. 64-65.

⁴²⁸ LEME, op. cit., t. I, p. 124.

⁴²⁹ MORSE, Richard M. Morse. *Formação histórica de São Paulo: de comunidade à metrópole*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970, p. 40.

esforços da família Fernandes, mais especificamente pelos irmãos André, Domingos e Balthazar, fundadores de Parnaíba, Itu e Sorocaba.⁴³⁰

Além dessas, outras relações de parentesco e matrimônio foram firmadas entre membros das famílias dos fundadores de vilas. O mesmo Domingos Fernandes era casado com Suzana Dias, tataraneta do sobredito cacique Tibiriçá e bisneta de sua filha, Bartira, com João Ramalho, fundador da povoação de Santo André da Borda do Campo, cuja população foi transferida para a vizinha São Paulo de Piratininga.⁴³¹ Relações novas também se estabeleciam, como é o caso de Manoel da Costa Cabral, progenitor do tronco de mesmo nome, que teria vindo do Reino para São Paulo, casando na vila de Mogi das Cruzes, com Francisca Cardozo, neta do fundador da mesma localidade, Braz Cardoso. Após a morte da primeira esposa, Manoel passou para Taubaté, onde contraiu segundas núpcias com Maria Vaz, pertencente ao tronco paterno da falecida mulher, e ali estabeleceu-se.⁴³² Uma de suas filhas, de nome Ana Cabral, tornou-se esposa de Domingos Luiz Leme, que fundou Guaratinguetá,⁴³³ e outra, Francisca Romeiro Velho Cabral, casou-se com Antonio Bicudo Leme, emancipador de Pindamonhangaba, cujo processo de elevação a vila foi marcado pela oposição dos moradores de Taubaté.⁴³⁴

Entre os fundadores de vilas nesse período, nota-se que todos vinham originalmente de São Paulo, ainda que não fossem necessariamente naturais dessa localidade – exceto Diogo de Fontes, emancipador de Jacareí, sobre o qual não há informação a esse respeito.⁴³⁵ Não havia uma política de urbanização da Coroa em vigor – como se verá a partir de 1765, inaugurando-se o chamado período

⁴³⁰ Ver RIBEIRO, Fernando V. Aguiar. Fundações de vilas no planalto de São Paulo. In: _____. *Vilas do planalto paulista: a criação de municípios na porção meridional da América Portuguesa (séc. XVI-XVIII)*. 2015. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015, cap. 8, p. 230-261.

⁴³¹ Ibid., p. 243.

⁴³² LEME, op. cit., t. III, p. 223.

⁴³³ Ibid., p. 234.

⁴³⁴ Ibid., p. 173.

⁴³⁵ “Conforme podemos observar, todas as vilas do planalto, com exceção de Jacareí, da qual não obtivemos informações mais precisas sobre seu emancipador, nasceram do município de São Paulo.” RIBEIRO, op. cit., p. 253. O autor empreende ainda uma análise da atuação política desses homens, sobre o que ressalta que apenas metade ocupou cargos na administração municipal de São Paulo. Dos cinco que não ocuparam, três possuíram parentes nessas funções, o que podemos considerar como um dado igualmente significativo. Segundo Ribeiro, muitos dos que ocuparam cargos, foram almotacés, ou seja, eram responsáveis “pela fiscalização dos pesos e medidas e da taxaço dos preços dos alimentos”. Como essa função não era remunerada, a concessão de sesmarias aos almotacés era comum, servindo como espécie de retribuição pelos serviços prestados – ou ao menos era assim que constava nas solicitações. Ibid., p. 254.

pombalino,⁴³⁶ que discutiremos no capítulo seguinte – e o crescimento demográfico por si só não justificava a criação dessas povoações,⁴³⁷ de modo que essa questão recaia sobre as famílias e seus interesses. Entra em evidência a formação de grupos parentais, compostos, muitas vezes, por casamentos endógamos – como observado pelas repetidas solicitações de desimpedimento de consanguinidade, registradas por Taques,⁴³⁸ de que tratamos anteriormente – e pela afiliação constante entre certas linhagens.⁴³⁹ Essa dinâmica pode ser apreendida, em porções mais afastadas da sede da capitania, pelos reiterados requerimentos de terras dessas famílias:

Os rentáveis negócios com os territórios do ouro trouxeram consigo, como vimos, a doação de terras para a elite local em territórios mais distantes. A lucratividade do comércio do gado de Curitiba fez com que praticamente todo o clã dos Taques obtivesse sesmarias naquela região; a articulação com o mercado mineiro, além de favorecer a Garcia Rodrigues Pais, tornou José de Gois e Moraes, em 1707, um dos grandes proprietários naquela área. Além disso, praticamente na mesma época em que foram descobertas as minas do Cuiabá, Lourenço Castanho Taques requereu e obteve sesmaria de duas léguas de testada e três de sertão em terras devolutas entre Itambé e Mato Grosso para criar gado.⁴⁴⁰

A formação desses “clãs” e a territorialização que construíram, segundo Ilana Blaj, estaria intrinsecamente relacionada a uma atividade sobre a qual Pedro Taques silencia em seus escritos – trata-se do comércio dos habitantes da vila e depois cidade de São Paulo, cuja mercantilização adviria originalmente das descobertas de metais e pedras preciosas em Minas, Goiás e demais regiões.⁴⁴¹ Esses empreendimentos são

⁴³⁶ Ver BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Política de urbanização. In: _____. *Autoridade e conto no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Alameda, 2007, p. 147-172.

⁴³⁷ Ibid., p. 250-252.

⁴³⁸ Essas solicitações eram feitas à Igreja, a fim de permitir que parentes próximos pudessem casar-se. Nos escritos de Taques, as ocorrências são tão numerosas, que seria exaustivo transcrevê-las ou mesmo numerá-las. É suficiente dizer que se multiplicam nos títulos genealógicos, e a Igreja mostra-se completamente aberta a esses pedidos, não aparentando oposição alguma.

⁴³⁹ São comuns, na *Nobiliarquia*, menções à continuidade de determinadas descendências em outros títulos, evitando repetições excessivas. Novamente, trata-se de informação abundante nos textos e que explicita os laços estabelecidos e reforçados por praticamente todas as “nobres” famílias da capitania.

⁴⁴⁰ BLAJ, op. cit., p. 283.

⁴⁴¹ Ibid., p. 341.

ignorados nas genealogias por serem, de modo geral, um impedimento à nobilitação, ainda que estivessem sendo incluídos no espectro das nobrezas, conforme discutido anteriormente.⁴⁴² Tome-se Guilherme Pompeo de Almeida, a quem corresponde uma das descrições de vida “à lei da nobreza” mais profusas e detalhadas, conforme consta na Tabela 6, e cuja riqueza seria baseada na atividade mercantil, não mencionada pelo genealogista:

[...] apontamos o caso do padre Guilherme Pompeu como exemplar de todo esse processo de mercantilização paulista. Tendo agentes comerciais em Santos, em São Paulo (como Pedro Taques de Almeida), na Bahia, Rio de Janeiro, participando ativamente do comércio mineiro por intermédio de seu sócio Pedro Frazão Brito, o famoso padre formou grande parte de sua fortuna nesse período [virada do século XVIII para o seguinte]. Indicativo do enriquecimento e do prestígio que os mercadores gradativamente começavam a deter é a nomeação de Domingos Frazão de Meirelles, ‘um dos mercadores principaes da dita villa de São Paulo e afazendado’, como capitão de recém criada [sic] infantaria de ordenança dos mercadores da vila de São Paulo.⁴⁴³

Frei Gaspar, despreocupado com as solicitações de nobilitação, não deixa de referir-se à mercancia, que teria sido originalmente incentivada na capitania pelo próprio donatário, Martim Afonso de Sousa, e incluiria também os indígenas, que podiam comprar apenas dos colonos portugueses, e não diretamente dos comerciantes que traziam as mercadorias.⁴⁴⁴ Pedro Taques não apenas exclui de seus textos as referências ao envolvimento dos “paulistas” com o comércio⁴⁴⁵ – no qual estaria

⁴⁴² Vale lembrar os já mencionados relatos de estrangeiros em viagens a Lisboa, transcritos por Nuno Monteiro, em que é patente o espanto com a vulgarização dos elementos distintivos – especificamente referentes à Ordem de Cristo –, que seriam usados por todo tipo de habitante, incluindo comerciantes. MONTEIRO, 2005, op. cit., p. 9.

⁴⁴³ BLAJ, op. cit., p. 263.

⁴⁴⁴ MADRE DE DEUS, op. cit., p. 87.

⁴⁴⁵ Restrita à primeira metade do século XIX, a pesquisa de Maria Lucília Viveiros Araújo discute os métodos do campo da demografia histórica, centrando-se no estudo dos bens e posses dos principais grupos econômicos da cidade de São Paulo. A historiadora empreende um levantamento de 146 inventários *post-mortem*, que são segmentados em três conjuntos, de acordo com seus níveis de riqueza, identificando hábitos de consumo e transmissão de fortunas, além da formação de camadas altas e médias, com crescentes costumes intelectuais. Vale ressaltar, sobre o contingente de maior expressão analisado por Araújo, que “A riqueza acumulada nas atividades comerciais da passagem do século [XVIII para o XIX] foi sendo transformada em engenhos nas novas regiões agrícolas”. Ou seja, o incremento das

envolvida grande parte de sua própria família – como ainda reputa aos mercadores, na única menção que faz a um deles, o estigma de falsos e dissimulados. Trata-se de Sebastião Fernandes do Rego, “homem de negocio” e “fingido amigo” dos sobreditos irmãos Leme, contra os quais teria armado um esquema ardiloso para empossar-se de suas riquezas, além de fazer-se íntimo de outras autoridades a fim de aplicar o suposto golpe.⁴⁴⁶ Ainda que seja justificada a ausência de comerciantes nas reivindicações nobiliárquicas, por se tratar de ocupação menos prestigiosa,⁴⁴⁷ é digno de nota a omissão do genealogista no que tange à família de sua própria esposa, neta de Manuel Veloso e filha de Gregório de Castro Esteves, dois destacados agentes comerciais de São Paulo, no início do século XVIII.

Muito tempo devia gastar [Gregório de Castro Esteves] naquelas minas, pois o genro Pedro Taques de Almeida Paes Leme, ao traçar a genealogia de sua primeira esposa, Maria Eufrásia de Castro Lomba, contou que o sogro era capitão do regimento de cavalaria das minas de Vila Boa, mas não fez menção alguma acerca da ocupação mercantil de Esteves. O mesmo ocorreu com relação aos ascendentes maternos da mulher. O genealogista se restringiu a relatar que a sogra era irmã de clérigo secular em São Paulo e de religioso franciscano no Rio de Janeiro, mas nenhuma linha foi gasta para citar o avô Manuel Veloso, suas filhas e maridos, ainda menos para dizer que todos estavam atrelados à lide comercial.⁴⁴⁸

Os ocultamentos acerca dos comerciantes, empreendidos por Taques, acabam por obscurecer as dinâmicas territoriais dessas famílias nas genealogias, cuja

grandes lavouras, voltadas para exportação, foi financiado pelas rendas mercantis. Destacamos ainda que, assim como consta nas genealogias de Pedro Taques, a autora observou grande número de casamentos entre as famílias examinadas, configurando processos de concentração de riqueza, principalmente nos grupos mais abastados. ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na Primeira Metade do Oitocentos*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2006, p. 208.

⁴⁴⁶ LEME, op. cit., t. III, p. 30-31.

⁴⁴⁷ Sobre as contradições entre a relevância das atividades mercantis para o Império português e o desprestígio dos comerciantes na hierarquia nobiliárquica, fundamentado grandemente em sua origem, ver FURTADO, Júnia Ferreira. Fidalgos e lacaios. In: _____. *Homens de negócio: A interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 29-86.

⁴⁴⁸ BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 248-249. A autora não deixa de notar que as ausências seriam compatíveis com o “preconceito ‘estamental’ nas linhagens elaboradas por Pedro Taques. Ainda que estivesse ingressando numa família de comerciantes e sendo favorecido pelo dote proveniente dos negócios mercantis, estes não só foram desvalorizados como completamente ocultados”. Ibid., p. 249, nota 48.

apreensão fica limitada aos deslocamentos em função da exploração de metais e do enfrentamento de nações indígenas. No começo do século XVIII, as famílias dos principais de São Paulo estariam em pleno movimento de expansão e confirmação de suas posses de terras, o que se observa nos pedidos de obtenção de sesmarias estudados por Blaj, num contexto em que “percebe-se a luta política, a questão da terra e a importância dos clãs parentais”.⁴⁴⁹ Suas conclusões apontam que “uma pequena elite, geralmente aparentada entre si, passou a deter, em suas mãos, grandes propriedades de terras, cargos, contratos e monopólios”.⁴⁵⁰ É notável ainda que “o critério de riqueza passou a ser um dos fundamentais para a nomeação em cargos considerados indicativos de prestígio”,⁴⁵¹ apontando para os processos já discutidos de “alargamento da nobreza” e inserção em certas posições políticas por meio do capital econômico, mesmo que esse fosse, como no caso dessa elite, advindo de atividades simbolicamente desvalorizadas.

Dessa forma, a nova capitania [desvinculada da recém-criada capitania de Minas Gerais em 1720] já encontrava sedimentada uma elite composta por proprietários e comerciantes, vinculada, sobretudo, nas demais vilas e bairros rurais, à produção agrícola e, na capital, ao comércio; elite esta que iria gerir a capitania de São Paulo.⁴⁵²

Ainda que o enobrecimento originado de atividades mercantis e alianças com grupos nativos não fosse suficiente para que as famílias de São Paulo integrassem a alta nobreza do Reino, era certamente satisfatório para distingui-las no espaço social da Colônia. E talvez tenha sido justamente a ambição de participar de um círculo aristocrático mais elevado que motivou a redação dos pedidos de confirmação de nobreza formulados por Pedro Taques, ainda que a elite à qual o genealogista, seu tronco familiar e linhagens aparentadas fizessem parte não correspondesse ao ideal nobiliárquico da monarquia portuguesa.

A preocupação com a legitimação desse grupo – a elite política enriquecida, proprietária e engajada nos cargos de governança, da qual fala Ilana Blaj no trecho

⁴⁴⁹ BLAJ, op. cit., p. 284-286.

⁴⁵⁰ Ibid., p. 291.

⁴⁵¹ Ibid., p. 293.

⁴⁵² Ibid., p. 295.

transcrito –, fazia dos escritos genealógicos um vetor de reconstrução do passado e de comunicação com seus descendentes. Taques, inclusive, recrimina as gerações que teriam se beneficiado das glórias dos seus antepassados, sem, contudo, dar continuidade ao seu espírito de nobreza empreendedora, que agia com liberalidade e protagonismo. Entre as expressões usadas por ele, encontram-se: “deixou *amortecer* os merecimentos de seu pai”;⁴⁵³ “todos [os descendentes] vivem *amortecidos* na ignorância dos seus nobres progenitores, e das suas honrosas virtudes e ações”; “o séquito dos imprudentes, que já tem *degenerado* do mesmo esplendor dos seus antigos ascendentes”; e “veiu esta casa a perder aquele morgado sem mais causa, que a de uma total e indesculpável *omissão*, que se foi difundindo aos mais herdeiros até o presente tempo”.⁴⁵⁴ O decaimento resultaria em reveses, não apenas para as famílias, mas para a Coroa, a fazenda real e, por consequência, para o bem comum:

E por falta de quem anime o corpo da pobre capitania de S. Paulo (que foi a que deu tantas minas de ouro, e pedras preciosas à real coroa pelos seus nacionaes paulistas, que ainda continuam nos mesmos descobrimentos ao presente) estão muitos haveres debaixo da terra, podendo existir patentes para augmento do real erario, etc.⁴⁵⁵

O discurso embutido nessas colocações, além de recriminatório, é o de que àquela altura, em meados do século XVIII, o trabalho de exploração não estaria – e não deveria estar – encerrado, mas faltava liderança e ambição para dar-lhe continuidade. Em outras palavras, apesar de os descendentes dos “paulistas” viverem dos espólios das empreitadas já realizadas – muitas vezes levando os patrimônios e os privilégios alcançados por meio delas ao risco de esgotamento –, ainda haveria, de alguma forma, sertões a serem explorados, conquistados e transformados em territórios colonizados.⁴⁵⁶ No capítulo seguinte, veremos essas elites de São Paulo ocupando

⁴⁵³ LEME, op. cit., t. I, p. 102, grifos nossos.

⁴⁵⁴ Ibid., t. II, p. 120, 121, 226, grifos nossos.

⁴⁵⁵ Ibid., t. I, p. 180.

⁴⁵⁶ Note-se ainda que, no campo das diferenças entre os discursos de Taques e frei Gaspar, esse mostra-se contrário à povoação do sertão, por esvaziar as localidades litorâneas, e advoga em favor dos indígenas, injustiçados pela perda de suas terras. MADRE DE DEUS, op. cit., p. 93, 126. Além disso, em seu texto, a categoria “sertão” é menos mobilizada do que nas linhas do genealogista, significando geralmente distância em relação à costa. Ibid., p. 54, 124.

novas esferas políticas, especialmente os espaços de poder na escala da província que seriam reformulados no nascer do Império brasileiro, e lançando seus planos às regiões mais ocidentais desse território.

4. Agricultores

Entre a segunda metade do século XVIII e o começo do seguinte, verificam-se mudanças de ordem política, em diversas escalas territoriais. A capitania de São Paulo retoma sua autonomia política, a família real foge para sua Colônia na América, é proclamada a Independência da mesma e suas instâncias de governo são reorganizadas. Entre as décadas de 1820 e 1830, consolidam-se as províncias, em substituição ao sistema de capitanias, cujas novas atribuições reposicionam os lugares de poder, antes fortemente vinculados às Câmaras e à jurisdição local. Dos membros da recém-criada Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, foram encetados projetos e delineados os interesses que reordenariam o modo de vida e de ocupação, no território de sua alçada. Na transição entre as Listas Nominativas, que registravam os habitantes de cada vila e cidade e suas condições demográficas, e as Estatísticas, que examinavam de modo geral a província, debateremos mudanças e permanências na mentalidade com relação ao território, seu controle, suas gentes e suas possibilidades.

O olhar para a totalidade da população, desde o governo do primeiro capitão-general da capitania restaurada, d. Luís Antonio de Souza, ressalta a maioria de agricultores que existiam e vagavam por São Paulo.⁴⁵⁷ Entretanto, o domínio efetivo

⁴⁵⁷ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conto no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Alameda, 2007, p. 175.

desse território – e, assim, a capacidade de fixar os lavradores, incrementar o cultivo e enriquecer as elites – dependia da espoliação das terras a oeste, então habitadas por numerosos grupos indígenas. A evocação do “sertão desconhecido”, presente na cartografia inaugural da província paulista, remete àqueles que anteriormente já haviam empreendido esse movimento, criando inspiração e direcionamento para esse projeto econômico, social e territorial. A reconvocação dos heroicos sertanistas, antecedentes das famílias principais da recém-criada província, dá ênfase a seus papéis como líderes das empreitadas desbravadoras de terras incógnitas – construindo um paralelo com seus herdeiros – e faz desaparecer os indígenas ou coloca-os em posição de subserviência, como empecilhos ou objetos de análise científica.

A análise da estatística e do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, logo encomendados pelos legisladores paulistas, permite ressaltar novos métodos de produção e circulação, bem como a retomada de representações formuladas em décadas anteriores, e a articulação desses aspectos com vistas à concretização dos planos de seus solicitantes. Nesse cenário, destacamos a racionalização e a escolha da legenda “sertão desconhecido” – significativa para o extenso oeste paulista – como particularidades que nos possibilitam ponderar sobre as imagens que o governo paulista pretendia fazer circular dentro e fora de seu território. Os questionamentos que ora levantamos indicam que os formatos – saturados de razão – e os conteúdos – encarnando uma recente tradição – desses documentos participaram da construção das imagens de uma elite paulista que caminhava para o domínio e a civilização de sua província e daquilo que nela existisse. Nesses desenvolvimentos, fortalece-se o discurso dos indígenas como problema, em função do modo de vida “ocioso” e da pouca aplicação para o trabalho regular nas fazendas e por estarem nas terras desejadas para o cultivo cafeeiro. A circulação do mapa e da estatística, produzidos por Daniel Pedro Müller, atinge as Câmaras municipais da província, demais esferas de poder público e outros agentes, contribuindo para cristalizar a visão oficial ali contida sobre o território, seu uso e suas populações. Em meio às ressignificações orientadas para a constituição de um projeto de caráter racional, o sertão não desaparece do imaginário; ao contrário, sua manutenção, sob a legenda “sertão desconhecido”, permite ancorar as transformações em permanências seguras, controladas e afinadas com os novos interesses das elites paulistas.

A interiorização dos territórios consolidados pelo processo de colonização, tais como as novas vilas criadas ao longo do século XVII e início do seguinte, precederam o acirramento das disputas entre as Coroas ibéricas por suas posses na América, que resultaram na necessidade de voltar o olhar para os sertões do continente e os confins de cada colônia. Nesses movimentos, acentuou-se a importância de uma medida territorial até então menos significativa nos mapeamentos e representações das descobertas e conquistas, qual seja, a longitude. Enquanto as latitudes tinham servido como guias adequadas para a navegação dos mares, as longitudes associavam-se mais à transposição das terras.

Dava-se assim uma profunda transformação na cultura e nos mesmos processos de expansão dos portugueses. Da ciência e da arte náutica, ou seja de descobrimento, passava-se para as ciências e as técnicas da fixação no terreno, da colonização e soberania em profundidade. Da jurisdição do Cosmógrafo-mor, cargo em que se havia sucedido a dinastia [sic] dos Pimenteais, passava-se à do Engenheiro-mor e dos astrônomos reais. Azevedo Fortes e as suas obras sobre engenharia e cartografia; os Padres Capassi e Soares e as suas observações astronômicas, aplicadas às novas cartas do Brasil, abrem uma nova era da cultura expansionista portuguesa.⁴⁵⁸

Em concordância com o aprofundamento das atividades de reconhecimento territorial na América – debatidas no Capítulo 2 –, tais como as conduzidas por Alexandre de Gusmão na preparação da proposta de delimitação de fronteiras entre as colônias portuguesa e espanhola, ganha força, na prática e nas representações, a figura “do ‘matemático’ e, mais especificamente, de engenheiro-cartógrafo”.⁴⁵⁹ Em meados do século XVIII, a maioria dos administradores enviados à América portuguesa possuía tal

⁴⁵⁸ CORTESÃO, Jaime Zuzarte. *Alexandre de Gusmão & o Tratado de Madrid*, t. 1. São Paulo: Imprensa Oficial; Fundação Alexandre de Gusmão, 2006, p. 317.

⁴⁵⁹ Ibid., p. 318. Sobre as mudanças nesse sentido entre os séculos XVI e XVIII, Jaime Cortesão afirma que a “renovação cultural dá-se por assimilação duma cultura estranha e por influência direta de estrangeiros e *estrangeirados*. O espírito racionalista, experimental e matemático é de importação”. Ibid., p. 319, grifos do original. Trataremos adiante do estrangeiramento e da importação das premissas e práticas racionalizadas, no Reino e na Colônia.

formação ou contava com auxiliares com esse perfil, indicando o alargamento dessa transformação nas posses ultramarinas:

Sem a inclusão dêste fato na história do Brasil [ênfase na matemática e engenharia], é impossível compreender a sua formação territorial, na primeira metade do século XVIII. Quinze ou dez anos antes da celebração do Tratado de Madri, todos os postos-chaves do Brasil, ou são ocupados por engenheiros, ou por governadores que se fazem acompanhar de engenheiros ou cartógrafos.⁴⁶⁰

Esses homens da administração colonial traziam consigo um ideário cultural e científico “em que se fundem o técnico, o político e o organizador”, traduzidos no construir, no fundar novas povoações e no desenhar mapas e cartas.⁴⁶¹ O próprio Gusmão, em meio às tentativas de consolidar as posses portuguesas na América, entreviu o potencial da criação de redes de vilas e cidades, tal como se vê pelo seu interesse nos mapas de caminhos utilizados por sertanistas e na proposta de fixação da população indígena em povoados localizados nas áreas de disputa com a Coroa espanhola, abordados previamente.

Durante o período de ajustes e implementação do Tratado de Madrid, o diplomata teria enfrentado oposição constante de Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal, feito Secretário de Negócios Estrangeiros de Portugal em 1750 – cujas investidas contrárias à execução do acordo seriam comparáveis apenas às dos padres inicianos do Paraguai.⁴⁶² Com a morte de Gusmão, em fins de 1753, o secretário ganharia maior notoriedade – e liberdade, argumenta Jaime Cortesão –, levando a cabo projetos de cunho iluminista, que se estenderam para a América

⁴⁶⁰ Prossegue Cortesão, detalhando essa condição com exemplos: “O Vice-Rei Conde das Galveias tem ao seu lado e utiliza, em numerosas missões, um engenheiro e cartógrafo francês, Frei Estevão do Loreto; Gomes Freire de Andrade, o governador do Rio e das províncias do sul, é próprio imbuído de novo espírito cultural, tem como auxiliar direto, o engenheiro e cartógrafo, mestre de engenheiros e cartógrafos, José Fernandes Pinto Alpoim; o governador do Maranhão-Pará, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, tem por auxiliar o sargento-mor, geógrafo e cartógrafo, José Gonçalves da Fonseca; o governador de Santa Catarina e fundador do Rio Grande, espécie de fronteiro-mor do Sul, é o brigadeiro José da Silva Pais; o Conde dos Arcos leva para a sua capitania de Goiás o geógrafo e cartógrafo, Francisco Tosi Colombina; e, na fronteira oeste, D. Antônio Rolim de Moura, governador de Mato-Grosso, é também engenheiro, astrônomo e cartógrafo”. Ibid., p. 320

⁴⁶¹ Id.

⁴⁶² Ver Ibid., t. 2, p. 395-409.

portuguesa. Essas ações, no entanto, teriam tido início ainda sob as ordens do falecido diplomata, como seria o caso da criação de “uma escola de astronomia, aplicada à geografia e à cartografia. [...] É mais uma das glórias a descontar das apregoadas reformas do Marquês de Pombal”.⁴⁶³

O início da administração pombalina em Portugal foi também ponto de inflexão na lógica de ocupação territorial na Colônia, do que nos interessa especificamente a restauração da capitania de São Paulo – submetida à do Rio de Janeiro entre 1748 e 1765 – e os projetos feitos nesse momento.⁴⁶⁴ A extinção do governo próprio de São Paulo deu-se sob justificativa da necessidade de melhor controle sobre as áreas em disputa com a Coroa espanhola ao sul, motivo que acabou por repetir-se na própria reversão da dita mudança. As ideias de Gusmão e Pombal⁴⁶⁵ entraram também em conflito no que concernia à divisão dos territórios meridionais da América portuguesa, para o que a defesa contra os espanhóis figurava como questão central. Para o primeiro, deveria ser feita uma separação entre a porção litorânea, até o sul, e os sertões, onde se concentrariam as forças de povoamento, que ambicionavam a ampliação e consolidação das posses portuguesas, segundo o princípio do *uti possidetis*. O último, que saiu vencedor, era favorável à criação de um governo único para toda essa região, que agiria simultaneamente nas duas frentes, ou seja, na expansão dos domínios portugueses e na proteção militar.⁴⁶⁶ Como representante desses interesses, foi enviado à Colônia d. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, 4º morgado de Mateus, que seria o pulso e a voz de Pombal na capitania restituída.⁴⁶⁷

⁴⁶³ Ibid., p. 398.

⁴⁶⁴ Maria Luiza Marcílio analisa as vilas criadas de maneira “espontânea”, bem como o povoamento “dirigido” praticados na capitania e depois província de São Paulo, antes e depois da implementação de diretrizes pombalinas, tal como veremos neste capítulo. A historiadora contrapõe-se aos trabalhos que relacionam diretamente a fundação de novas localidades ao crescimento demográfico da população. Em sua tese, aponta que as motivações para o estabelecimento de novas povoações nem sempre remetiam ao aumento populacional, entrando em jogo outras questões e interesses. Ver MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 2000.

⁴⁶⁵ Pelo ano da restauração da capitania de São Paulo, Sebastião José não era ainda marquês de Pombal, contudo tomamos aqui a liberdade de assim referirmo-nos a ele, por ser essa a forma como ficou conhecido.

⁴⁶⁶ Heloísa Liberalli Bellotto atenta para esse conflito em sua síntese acerca da capitania de São Paulo, antes da restauração e da chegada de seu primeiro capitão-general, d. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, que veio a ser o morgado de Mateus. Ver BELLOTTO, op. cit., p. 21-44.

⁴⁶⁷ “A Casa de Mateus representava, no século XVIII, a convergência de famílias cujos varões, de longa data, serviam ao país no campo administrativo, no cultural e no militar.” Bellotto ressalta ainda que o 4º morgado de Mateus assinava como d. Luís Antonio de Souza e ficou conhecido em Portugal como “o que governou São Paulo” – cargo que lhe custaria, em muitos aspectos, a própria reputação – e não como

Sendo a defesa militar o fim principal do novo governo – uma vez que o Tratado de Madrid havia sido anulado pelo Tratado de El Pardo, em 1761 –,⁴⁶⁸ não demorou Mourão a buscar os meios de efetivá-la, a começar por tomar conhecimento da quantidade de homens disponíveis para preencher os quadros das companhias e tropas paulistas:

Apresentava-se-lhe uma população de cerca de sessenta mil almas, distribuída em uma cidade, dezoito vilas, nove aldeias de índios e 38 freguesias, ou dispersa ‘pelos matos’, vivendo da lavoura de subsistência ou de suas atividades mercantis nas rotas do Viamão ou do Cuiabá. Essa população deveria ser imediatamente aferida, em termos de recrutamento, segundo a necessidade mais urgente, que era a de enviar tropas ao Sul. Ao sair do Rio de Janeiro [porto em que desembarcara na Colônia, de onde seguiu para Santos], o novo governador já tinha acertado com o vice-rei o envio de tropas anteriormente arregimentadas e a organização de novos alistamentos.⁴⁶⁹

D. Luís enfrentou, na imposição do recrutamento mais severo, o mesmo empecilho que a Coroa já identificava nos paulistas, a saber, a impossibilidade de subordiná-los a seus governantes.⁴⁷⁰ Em sua correspondência, largamente estudada por Heloísa Liberalli Bellotto,⁴⁷¹ vê-se o jogo constante do capitão-general, entre repreender seus governados e louvar suas conquistas passadas, em incentivo para que se empregassem nas ações que demandava no presente. Entre as palavras proferidas quando de sua chegada a São Paulo e tomada de posse, em 1766, destaca-se o reconhecimento dos serviços prestados pelos paulistas aos reis portugueses e o merecimento de que a capitania retomasse seu “antigo esplendor”.⁴⁷² Um dos discursos

“morgado de Mateus”, denominação mais frequentemente atribuída a seu filho. Ver Ibid., p. 45-47. Doravante, usaremos apenas “d. Luís” ou “Mourão” quando o mencionarmos.

⁴⁶⁸ CORTESÃO, op. cit., t. 2, p. 406.

⁴⁶⁹ BELLOTTO, op. cit., p. 77.

⁴⁷⁰ “As dificuldades para a arregimentação das tropas via-as D. Luís Antonio pela ‘repugnância com que os Povos fogem de ser soldados’, e ‘pela falta de gente capaz’.” Ibid., p. 78.

⁴⁷¹ A historiadora apoiou-se principalmente na documentação transcrita em vários volumes dos *Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo*, publicados entre 1895 e 1954, além de mobilizar documentos manuscritos presentes em coleções brasileiras e portuguesas, com destaque para o Arquivo de Mateus, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e os acervos referentes a São Paulo dos Arquivos Nacional da Torre do Tombo e Histórico Ultramarino, ambos em Lisboa.

⁴⁷² Ibid., p. 87-88.

ventilados por d. Luís para convencer os paulistas a juntarem-se às tropas era de que as ações feitas pelo bem da Coroa seriam a essência das honras, da grandeza e do heroísmo que constituíam a nobreza, no que teria posição central a empreitada militar.⁴⁷³ Em uma de suas missivas, o governador sintetiza com clareza a contradição que pairava, desde há muito, sobre a imagem dos habitantes de São Paulo:

Para a consecução de seus planos, o Morgado de Mateus teria que contar com a colaboração de seus governados. Ao findar o ano de 1766, já julgava ele conhecer suficientemente a sua maneira de ser. ‘São os Paulistas segundo a minha propria experiência *grandes servidores de Sua Magestade*. No seu Real nome fazem tudo quanto se lhes ordena, *expoem aos perigos a própria vida, e gastão sem deficuldade tudo quanto tem e vão té o fim do mundo [...]*’. Entretanto, apontava-lhes os ‘vícios’, aos quais vinha procurando atenuar: ‘tendo conseguido que vencendo a sua natural inclinação, e *ociozidade*, e negligencia tomassem com gosto as armas, se offerecessem para acometer os perigos, se empenhassem para se armarem e fardarem as suas custas, e se apromptassem para marchar para onde eu determinasse [...]’.⁴⁷⁴

Entre “leais vassalos” e insubordinados, essas seriam as “extravagâncias dos seus gênios”,⁴⁷⁵ que estariam também no cerne das oposições que o governador enfrentou desde o princípio de sua atuação na capitania: “[...] o que qualificava como espírito de oposição não era uma frente organizada como tal, mas a soma dos ‘vícios’ dos paulistas, aliados à força dos camaristas”.⁴⁷⁶

Assim como consta nas genealogias de Pedro Taques, o ócio, assunto frequente das cartas de Mourão, estaria relacionado à distinção das elites. Entretanto, o capitão-general não via essa obsessão com bons olhos, enquadrando-a entre mais uma das características de seus governados a serem refreadas: “A gente mais abastada, demonstrava, através de ostentada ociosidade, a preocupação com a ‘manutenção de padrão de aparência’”.⁴⁷⁷ As vestimentas e os hábitos alimentares desse grupo eram

⁴⁷³ Ibid., p. 96.

⁴⁷⁴ Ibid., p. 151-152, grifos nossos. Nas citações de Bellotto, as aspas são sempre referentes a escritos de Mourão, exceto quando indicada outra situação.

⁴⁷⁵ Ibid., p. 110.

⁴⁷⁶ Ibid., p. 215.

⁴⁷⁷ A citação refere-se ao que dizia o governador sobre o uso generalizado e desnecessário de escravaria pelos paulistas, que estariam sempre em busca de maneiras de tornarem-se senhores, afastando-se dos

também objeto de críticas do governador, por serem excessivamente europeizados⁴⁷⁸ – algo que Taques assinalava como elogio e sinônimo de nobreza. Vale lembrar que boa parte das genealogias contidas na *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica* foi escrita concomitantemente ao governo de d. Luís, indicando a especificidade de cada um dos discursos, atrelados aos interesses e possibilidades de seus agentes e interlocutores. O genealogista seria ainda consultor do capitão-general, servindo em cargos de governança e informando Mourão acerca de assuntos administrativos.⁴⁷⁹

O recrutamento no território da capitania de São Paulo era também dificultoso em razão da dispersão das gentes, envolvidas nas incursões aos sertões e praticante de lavouras móveis, os “sítios volantes”, sempre à procura de terras intocadas, supostamente mais férteis.⁴⁸⁰ Essa itinerância estaria também na criação das novas vilas, tal como havia se dado até o começo do século XVIII: “A multiplicação de povoações dava-se de forma centrífuga, partindo de núcleos primitivos, que se iam esfacelando”,⁴⁸¹ em busca de áreas de plantio ainda não exploradas. Para o cumprimento de seus objetivos, d. Luís acreditava ser necessário adensar a população em núcleos civis, com ao menos cinquenta domicílios, reunindo a população que perambulava por matos e sertões – os “vadios”, cujo modo de vida em muito se assemelhava ao de indígenas, sem fixidez e praticantes de caça e coleta.⁴⁸²

A partir de 1767 – 62 anos, portanto, desde a fundação de Pindamonhangaba, última vila criada na capitania –, o governador principiou a criar novas povoações, nas quais congregava as gentes dispersas. Nem sempre esses núcleos eram elevados a freguesias ou vilas em curto período, principalmente quando não prosperavam,

trabalhos manuais, entre os quais estaria a lavoura, considerada atividade de baixo prestígio. Ibid., p. 197.

⁴⁷⁸ “Notava também o luxo que se fazia em relação a vestimenta e calçados, muito mais do que no Reino. Eram trajes nada apropriados ao clima, às dificuldades de locomoção e ao não calçamento das ruas. [...] Também no comer, notava requintes desnecessários; muitos dos gêneros importados podiam ser substituídos muito bem pelos daqui.” Ibid., p. 207.

⁴⁷⁹ TAUNAY, Affonso d’Escragno. In: LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*. 5 ed. Belo Horizonte; São Paulo: Ed. Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, t. I, p. 26.

⁴⁸⁰ “Como era crença generalizada o esgotamento do solo para agricultura, era incessante a procura de mata virgem, originando-se assim os chamados ‘sítios volantes’.” BELLOTTO, op. cit., p. 148.

⁴⁸¹ Id.

⁴⁸² Poderiam permanecer nos sertões aqueles que possuíam atividades regulares, quais fossem: cultivo de roças em fazendas, vivendo com escravos e serviços próprios; hospedagem e fornecimento de víveres e mantimentos nos caminhos que cruzavam as áreas distantes; e descobridores e exploradores de terras do interior da Colônia, desde que devidamente organizados. Ibid., p. 150-151.

ficando então sob o comando de diretores.⁴⁸³ Além das disputas entre elites locais – que se assemelhavam aos conflitos ocorridos entre famílias nas vilas fundadas antes desse período –, a pobreza da população e dos recursos da capitania atalhavam as intenções de Mourão. Diferentemente dos núcleos constituídos entre os séculos XVI e começo do XVIII, que se desenvolveram em função dos interesses econômicos de donatários e linhagens principais de São Vicente e São Paulo, as povoações do território restaurado eram constituídas mormente pela população com os menores cabedais da capitania, incluindo os indígenas.⁴⁸⁴ Ainda assim, os planos permanecem em vigor durante os cerca de dez anos de seu governo, nos quais 15 localidades foram criadas ou refundadas, tornando-se ou não vilas.

Tendo em vista facilitar o recrutamento da população – em face de sua dispersão, das atividades itinerantes e das dificuldades de engajá-la nas tropas e companhias militares – e ampliar o conhecimento das áreas mais afastadas do litoral, Mourão lançou mão de “seu primeiro grande projeto: o recenseamento da população”,⁴⁸⁵ reunido nas chamadas Listas Nominativas.⁴⁸⁶ Entre o início do governo de Mourão e 1797, no que seria o primeiro período distinguível dos recenseamentos efetuados na América portuguesa, Maria Luiza Marcílio afirma que “Os objetivos dessa nova atividade para Portugal eram, nessa fase, nitidamente militares e econômicos”.⁴⁸⁷ Essa documentação reunia dados censitários e de atividades econômicas da população, tendo incluído um número cada vez maior de informações, além de especificações mais detalhadas em alguns campos.⁴⁸⁸ Os censos só deixariam de ocupar posição central nas

⁴⁸³ As informações gerais sobre o adensamento populacional e a criação de núcleos civis que ora veiculamos constam majoritariamente do item “Política de urbanização”, da obra mencionada de Bellotto. Ver *Ibid.*, p. 147-172.

⁴⁸⁴ “Umas das causas fundamentais que impediam o crescimento das povoações era a pobreza da gente. [...] Frequentemente os povoadores eram arregimentados pelas Câmaras Municipais entre os vadios e índios que haviam pertencido às aldeias jesuíticas e que estavam dispersos.” *Ibid.*, p. 161.

⁴⁸⁵ *Ibid.*, p. 78.

⁴⁸⁶ “A capitania de São Paulo, nesse particular, é exceção. Nela os levantamentos nominativos censitários foram realizados vila por vila, todos os anos, desde 1765. Além de realizados, eles foram razoavelmente bem conservados até nossos dias, formando uma das mais importantes coleções seriadas de censos nominativos existentes para a época pré-estatística do mundo ocidental. Além de estudos de natureza quantitativa, essa impressionante coleção de manuscritos constitui-se em rico manancial para estudos de realidades humanas: sociais, culturais e de mentalidades.” MARCÍLIO, *op. cit.*, p. 35.

⁴⁸⁷ *Ibid.*, p. 33.

⁴⁸⁸ Tais mudanças teriam sido incutidas pelas reformas levadas a cabo pela rainha d. Maria I, a partir de 1797. “Norteava essas novas orientações uma política mercantilista mais ativa e preocupada: em racionalizar a máquina administrativa colonial, em aumentar a população e em desenvolver por todos os meios a agricultura e o comércio coloniais.” *Ibid.*, p. 38.

políticas estatais na década de 1830. Podemos supor tratar-se, ao mesmo tempo, do período de ascensão da estatística como método de controle e planejamento, alterando o foco da observação dos fogos – como eram chamados os domicílios – e da vida dos particulares para as vilas e as atividades coletivas, tal como veremos adiante.

A expansão de d. Luís em direção ao oeste atingia territórios tão remotos quanto o Iguatemi, fronteira com os domínios espanhóis previamente conhecida pelos paulistas, onde o governador ordenou o estabelecimento de uma povoação e a construção de fortaleza, que atraíssem os olhares dos vizinhos, forçando-os a aumentarem as defesas nessa região – deixando o sul menos protegido. Ainda que os planos para o Iguatemi tenham sido definidores de seu governo – e do fim dele –,⁴⁸⁹ interessa-nos mais sua ênfase na implementação de lavouras regulares e fixas, voltadas para o comércio externo. A agricultura que Mourão encontrou na capitania, quando de sua chegada, não empregava métodos que propiciassem uma produção mais constante, tais como o uso de arado e estrume para fertilização,⁴⁹⁰ e tinha caráter marcadamente de subsistência, não atingindo quantidade suficiente para ser negociada. Suas instruções eram no sentido de aumentar a produtividade e integrar os plantios à rede mercantil, atrelando a população à terra e ensinando-lhe formas melhores de cultivo.⁴⁹¹ A plantação de gêneros e seu comércio seriam ainda mais proveitosos à Coroa e à capitania do que a exploração aurífera:

A totalidade dos problemas surgidos com o ouro, sendo o mais grave deles o abandono da agricultura, levava o então conde de Oeiras [Sebastião José de Carvalho e Melo] a justificar a atitude do governo [de proibir novas explorações de minas]: ‘1º – Porque a cultura das terras e dos fructos naturaes d’ellas he pelo calculo da Aritmethica Politica e Econômica do

⁴⁸⁹ Os planos de Mourão nesse sentido foram marcantes de seu governo e acabaram por criar os derradeiros desentendimentos entre o governador e a população e entre o mesmo e a Coroa, que decide, em 1764, pela sua substituição por Martim Lopes Lobo de Saldanha. Ver BELLOTTO, op. cit., passim.

⁴⁹⁰ Frei Gaspar da Madre de Deus, em passagem de seus escritos sobre a formação da capitania vicentina, remete-se à situação miserável em que se encontrariam os plantios no litoral: “[...] estão hoje pobríssimos [os habitantes] e cobertas de mato várias terras, onde, noutro tempo, existiam grandes Fazendas”. MADRE DE DEUS, frei Gaspar da. *Memórias para a história da capitania de São Vicente*. Belo Horizonte; São Paulo: Ed. Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1975 [1797], p. 87.

⁴⁹¹ BELLOTTO, op. cit., p. 185-187. Era nesses planos que se inseria sua crítica ao emprego generalizado de escravizados nos cultivos, que geraria, segundo o governador, gastos elevados e impossibilidade de boas rendas advindas da agricultura, o que diminuiria também o interesse dos colonos nessa atividade.

Estado, mais útil do que as mesmas Minas com tanta diferença quanto vay de vinte contra hum'.⁴⁹²

Vê-se no discurso de Pombal a crença e o apelo à razão, atributos aos quais os paulistas – e ainda mais os “antigos paulistas” de Taques – seriam pouco afeitos, alinhando-se mais à “espontaneidade” – retomando a ideia, previamente exposta, de Cortesão sobre as associações desses colonos com os indígenas. As campanhas de Mourão pelo incremento da agricultura, sob a batuta do secretário de Portugal, não dariam os frutos desejados no decorrer de seu período à frente da capitania,⁴⁹³ mas não seriam também esquecidas ou substancialmente modificadas, chegando, pouco tempo depois, ainda em fins do século XVIII, a resultados visíveis de melhoramento da produção e do comércio.⁴⁹⁴ Mais do que isso, como veremos a seguir, até o fim do período colonial⁴⁹⁵ e mesmo na aurora do Império brasileiro permaneceriam entre os

⁴⁹² Ibid., p. 182.

⁴⁹³ “A política metropolitana na capitania de São Paulo acabou por ser bem sucedida. No último quartel do século XVIII a agricultura comercial de exportação instalou-se de vez na região e, a partir daí, não deixou mais de se expandir: primeiro a cana, depois o café.” MARCÍLIO, op. cit., p. 183.

⁴⁹⁴ Sobre a continuidade das orientações dadas a d. Luís, diz Maria Luiza Marcílio: “Ora, a política mercantilista portuguesa do final do século passou a interessar-se pela capitania paulista a partir de 1765. Ela interferiu então diretamente na sua vida econômica, por intermédio de seus capitães-generais, escolhidos entre estadistas ‘iluminados’ e fisiocratas da envergadura de um Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão ou de um Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, e igualmente dos demais, Saldanha, Lorena, Franco [sic] e Horta. A política colonial em São Paulo procurou, por todos os meios, incrementar a população e a produção de gêneros de consumo e de exportação e estimular o comércio”. Ibid., p. 179. Essas atividades são facilitadas também pelos melhoramentos nas redes de comunicação da capitania, possibilitando melhor escoamento da produção ao porto de Santos. Ver BELLOTTO, op. cit., passim.

⁴⁹⁵ Não nos cabe estender a análise aos demais capitães-generais que governariam São Paulo após Mourão, porém retomaremos questões pertinentes adiante, destacadamente sobre Bernardo José de Lorena. Vale ressaltar que, além de obras de cunho geral, tais como as de Affonso Taunay, existe uma produção recente, de âmbito acadêmico e voltada a temas de história econômica e social, na qual é possível apreender o período em questão, a partir de certas temáticas. Incluindo nossa própria dissertação de mestrado, destacamos: MONT SERRATH, Pablo Oller. *Dilemas & conflitos na São Paulo restaurada: formação e consolidação da agricultura exportadora (1765-1802)*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007; MEDICCI, Ana Paula. *Administrando conflitos: o exercício de poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010; SANTOS, Amália Cristovão dos. *Em obras: os trabalhadores da cidade de São Paulo entre 1775-1809*. São Paulo: Alameda, 2015. Uma boa reflexão sobre as lacunas bibliográficas acerca do período encontra-se em LEITE, Lorena. “*Déspota, Tirano e Arbitrário*”: O Governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha na Capitania de São Paulo (1775-1782). 2013. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, item 2.3, p. 172-179.

governantes a orientação para o oeste⁴⁹⁶ e a adoção de práticas e pensamentos esclarecidos, dentro do que eram vitais o conhecimento e a ordenação do território, tal como implementado por d. Luís e Pombal, desde a restauração da capitania.

AS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS PROVINCIAIS E A REORDENAÇÃO DOS LUGARES DO PODER

Com a extinção do sistema de capitanias, vigente durante o período colonial, entra em vigor uma nova forma de organização da administração pública no território brasileiro. Entre as alterações então implementadas, destacamos a configuração das províncias, nos termos em que passam a valer a partir de 1821,⁴⁹⁷ como escala de governo referente ao antigo espaço das capitanias. Nesse ano, foram reunidas as Cortes de Lisboa, chamadas, em grande medida, por razão do descontentamento dos portugueses da metrópole com a situação a que estavam sujeitos após a transferência da família real e sua estrutura para a América. Antes mesmo da chegada dos deputados eleitos no Brasil, as Cortes deram início a seus debates, o que deu progressivamente maior definição do formato e das atribuições dos governos provinciais. Os desejos de autonomia do lado ocidental do Atlântico e os desentendimentos sobre a distribuição de poder entre as partes do Império português contribuíram decisivamente para a ruptura que teve lugar em 1822. Após a declaração de Independência, os brasileiros se viram às voltas com a necessidade de redigir e aprovar sua Constituição, o que consumiu os dois primeiros anos do quadro político nacional. Ao final desse processo,

⁴⁹⁶ Carlos Bacellar apresenta-nos ainda outras facetas da expansão da ocupação, em sua análise dos laços familiares e da sucessão entre as famílias principais do antigo oeste paulista, principalmente das vilas de Itu, Jundiá e Mogi-Mirim, ou seja, vilas localizadas no poente de São Paulo. Segundo o historiador, as grandes fazendas plantadoras de cana-de-açúcar situavam-se em terrenos comprados, geralmente após pequenos lavradores levarem a cabo o processo de desbravamento original, tomando as terras dos indígenas. Já na primeira metade do século XIX, herdeiros dos “engenheiros” dessa região – como eram chamados os senhores de engenhos em documentos do período – recebiam dotes ou adiantamentos de suas heranças e buscavam novas terras para desenvolvimento da agricultura, uma vez que os engenhos ficavam nas mãos de apenas um dos filhos. Ver BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Área de Publicações CMU; Unicamp, 1997.

⁴⁹⁷ Tomamos o referido ano como limítrofe entre a organização por capitanias e a configuração das províncias em função das novas definições relativas aos governos locais feitas pelas Cortes de Lisboa. Contudo, a data não é livre de questionamento, em função da determinação de 16 de dezembro de 1815, segundo a qual a colônia é elevada a Reino Unido de Portugal e Algarves, o que já alteraria a estrutura administrativa da América portuguesa.

foi outorgado por d. Pedro o conjunto de leis que regeriam a vida no Império, praticamente sem grandes alterações, até fins do século XIX.

No que nos concerne, destacamos a confirmação da divisão territorial e administrativa em províncias, que teriam sob seu comando presidentes nomeados pelo imperador – numa posição talvez não muito díspar daquela em que estiveram os capitães-generais do período colonial, escolhidos pela Coroa, porém com diferentes atribuições. As novas regulamentações colocavam fim a anos de indefinições, como se vê no excerto a seguir:

O Governo Provisório [paulista, que vigorou desde maio de 1823] encerrou-se com a implantação em São Paulo, em março de 1824, da lei aprovada pela Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Brasil, em 20 de outubro de 1823, abolindo a eleição direta para presidente da província e instituindo um Conselho de Presidência de seis membros eleitos, com poderes relativamente amplos, em relação quer ao chefe do Executivo provincial, quer em respeito ao centro político do país em formação.⁴⁹⁸

Essas mudanças não aconteceram de pronto, tampouco foram assim incorporadas aos debates políticos, visto que instituía espaços de ação e deliberação antes inexistentes, modificando as relações de força previamente constituídas. Se antes as Câmaras eram os foros privilegiados de influência das elites, podendo ser consideradas fundantes da formação das colônias portuguesas,⁴⁹⁹ a partir de então

⁴⁹⁸ LEME, Marisa Saenz. A construção do poder de governo na província de São Paulo e o Estado em formação no Brasil independente: entre a Revolução do Porto e a outorga constitucional. In: CALDEIRA, João Ricardo de Castro (org.); ODALIA, Nilo (org.). *História do estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*, v. 1. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010, p. 373-406, p. 405. Ao tratar da formação da Junta de Governo da província de São Paulo, na década de 1820, Marisa Leme aponta o compromisso entre forças políticas emergentes e anteriores como elemento fundamental do processo, descrevendo um panorama de negociação e manutenção, em meio às transformações: “Evidencia-se que a composição da Junta contemplou a divergência socioeconômica que se verificava na província, ao mesmo tempo em que se estruturou de modo a desenvolver funções sociais e administrativas específicas, com um forte peso para as questões técnicas e culturais, cooptando nesse sentido elementos de destaque do período anterior, no que se refere às iniciativas ilustradas de governo”. Ibid., p. 382.

⁴⁹⁹ A legitimação dos governos provinciais como instâncias de poder foi um processo lento, que engendrou disputas entre esse novo núcleo político e o poder local – as Câmaras –, um dos “pilares gêmeos da sociedade colonial portuguesa”, nas palavras de Charles Boxer. Sobre a primazia dessa esfera administrativa, ver BOXER, Charles R. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, cap. 12, p. 286-308. Para uma análise panorâmica e propositiva que parte das

seria necessário negociar também com a administração provincial.⁵⁰⁰ As primeiras décadas do Império brasileiro configuraram-se, assim, como período de conflitos, ajustes e transições. Em meio a essas disputas e possibilidades, a reforma proporcionada pelo Ato Adicional de 1834 inaugura um momento – que se veria breve⁵⁰¹ – de ampliação da autonomia dos governos provinciais, com a instituição das Assembleias Legislativas Provinciais e o aumento de seus poderes, no que se referia não apenas à criação de leis, mas também à definição de orçamentos e ao controle das forças policiais.

O Ato Adicional (1834), que transformou os Conselhos Gerais da província, criados pela Constituição do Império, em Assembleias provinciais, deu-lhes maiores atribuições: controle de despesas provinciais, municipais e lançamento de impostos, quando necessários, desde que não prejudicassem as rendas a serem arrecadadas pelo Poder Central. Além disso, as províncias podiam livremente nomear e demitir funcionários, o que lhes permitia maior poder de barganha.⁵⁰²

interpretações existentes na historiografia brasileira sobre os sistemas de poder na América portuguesa, ver SOUZA, Laura de Mello e. Política e administração colonial: problemas e perspectivas. In: _____. *O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, cap. 1, p. 27-77.

⁵⁰⁰ A criação do governo provincial em substituição à figura única do capitão-general alterou a distribuição de poder vigente até o início do século XIX, na qual as elites buscavam a administração municipal como esfera de controle, por meio da qual poderiam exercer poder e buscar privilégios. “A Constituição de 1824, que Pedro I impôs peremptoriamente [sic] depois de ter dissolvido a Assembléia Constituinte, foi submetida às câmaras locais para aprovação, num derradeiro gesto para com a autonomia municipal. Aprovando-a, as câmaras estavam indiretamente assinando sua própria sentença de morte, embora a Constituição em si nada consignasse quanto à autoridade das mesmas. [...]”

“A autoridade de que dispunham, entretanto, não correspondia às obrigações impostas. As câmaras eram então meros agentes administrativos, que os novos ‘Concelhos Gerais de Província’ e os presidentes provinciais (nomeados pelo Imperador) estreitamente controlavam.” MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo: de comunidade à metrópole*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970, p. 81.

⁵⁰¹ A criação das Assembleias Legislativas Provinciais foi talvez a maior prova de acordo entre as transformações políticas após a proclamação da Independência e a manutenção dos poderes locais, permitindo às elites encampar o liberalismo sem perda de protagonismo ou privilégios. Em 1840 e 1841 são realizadas modificações centralizadoras – respectivamente, a volta do Poder Moderador e do Conselho de Estado e a alteração do Código do Processo Criminal –, que colocam fim a esse período de maior autonomia na esfera do legislativo provincial.

⁵⁰² LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. Representações sociais e elite política: o exercício do poder na província de São Paulo e sua articulação com o Governo Central (Segundo Reinado). In: CALDEIRA; ODALIA, op. cit., p. 427-455, p. 436.

As elites paulistas não demoraram a tomar esse novo espaço administrativo, com vistas a impulsionar seus planos de progresso econômico. Com certo atraso, a primeira sessão da Assembleia Legislativa da província paulista teve início em 5 de fevereiro de 1835, sendo que essa primeira legislatura se manteve até 1837. Com 36 membros, nota-se que “era geralmente composta de proprietários rurais, homens de prestígio socioeconômico nos diversos municípios da província [...]”,⁵⁰³ que ostentavam cargos públicos locais, títulos militares e aristocráticos, além de terem formação em ocupações liberais. Entre seus componentes, figuram algumas das famílias principais dos textos genealógicos de Pedro Taques, indicando o fortalecimento dessas elites e sua continuidade em posições de prestígio na administração pública. Enquanto dedicavam-se, cada vez mais, à agricultura de cana-de-açúcar e café, espalhavam-se pelas vilas e municípios da porção leste da capitania e depois província. É o que se vê no clã Amaral Gurgel, originário da cidade do Rio de Janeiro – como outros dos troncos paulistas –, que passaram às Minas Gerais, logo após os descobrimentos ali realizados, e rumaram para São Paulo, munidos de fartas rendas que empregaram em cultivos e estabelecendo-se em Itu, Jundiaí, Piracicaba e outras paragens.⁵⁰⁴ Na Tabela 7, destacamos a presença de Manoel Joaquim do Amaral Gurgel na composição da primeira legislatura.

Tabela 7 – Lista de deputados da primeira legislatura da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo (1835-1837)

Nº	DEPUTADO	VOTOS	LEGISLATURA
1	Antônio Clemente dos Santos	192	1ª legislatura - 1835/1837
2	Antônio de Queiroz Teles	227	1ª legislatura - 1835/1837
3	Antônio Dias de Toledo	264	1ª legislatura - 1835/1837
4	Antônio Manoel de Campos Melo	322	1ª legislatura - 1835/1837
5	Antônio Mariano de Azevedo Marques	463	1ª legislatura - 1835/1837
6	Antônio Martins dos Santos	284	1ª legislatura - 1835/1837
7	Antônio Paes de Barros	304	1ª legislatura - 1835/1837
8	Antônio Rodrigues de Campos Leite	362	1ª legislatura - 1835/1837
9	Bernardo José Pinto Gavião Peixoto	247	1ª legislatura - 1835/1837
10	Carlos Carneiro de Campos	243	1ª legislatura - 1835/1837
11	Diogo Antônio Feijó	358	1ª legislatura - 1835/1837
12	Fernando Pacheco Jordão	199	1ª legislatura - 1835/1837
13	Francisco Álvares Machado de Vasconcelos	184	1ª legislatura - 1835/1837
14	Francisco Antônio de Souza Queiroz	260	1ª legislatura - 1835/1837
15	Francisco de Paula Souza e Melo	381	1ª legislatura - 1835/1837
16	Ildefonso Xavier Ferreira	206	1ª legislatura - 1835/1837

⁵⁰³ Ibid., 1980, p. 437.

⁵⁰⁴ LEME, op. cit., t. I, p. 121-123.

Nº	DEPUTADO	VOTOS	LEGISLATURA
17	Jacinto José Ferraz de Araújo	227	1ª legislatura - 1835/1837
18	João Chrisóstomo de Oliveira Salgado Bueno	435	1ª legislatura - 1835/1837
19	João da Silva Machado, Barão de Antonina	431	1ª legislatura - 1835/1837
20	Joaquim José Pinto Bandeira	218	1ª legislatura - 1835/1837
21	Joaquim Pereira de Barros	381	1ª legislatura - 1835/1837
22	Joaquim Silvério de Castro e Souza Medronho	285	1ª legislatura - 1835/1837
23	José Antônio Pimenta Bueno	212	1ª legislatura - 1835/1837
24	José Inocêncio Alves Alvim	309	1ª legislatura - 1835/1837
25	José Manoel de França	325	1ª legislatura - 1835/1837
26	José Marcelino de Vasconcelos	211	1ª legislatura - 1835/1837
27	Luiz Mariano Tolosa	217	1ª legislatura - 1835/1837
28	Manoel de Almeida Freire	203	1ª legislatura - 1835/1837
29	Manoel de Faria Dória	387	1ª legislatura - 1835/1837
30	Manoel Dias de Toledo	354	1ª legislatura - 1835/1837
31	Manoel Eufrásio de Azevedo Marques	190	1ª legislatura - 1835/1837
32	Manoel Joaquim do Amaral Gurgel	348	1ª legislatura - 1835/1837
33	Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade	244	1ª legislatura - 1835/1837
34	Nicolau Pereira de Campos Vergueiro	366	1ª legislatura - 1835/1837
35	Rodrigo Antônio Monteiro de Barros	220	1ª legislatura - 1835/1837
36	Vicente Pires da Motta	401	1ª legislatura - 1835/1837
1	Agostinho Hermelindo de Leão	146	1ª legislatura - 1835/1837 - suplente
2	Antônio da Silva Prado	89	1ª legislatura - 1835/1837 - suplente
3	Antônio Militão de Souza Aymberé	82	1ª legislatura - 1835/1837 - suplente
4	Bento Paes de Barros	76	1ª legislatura - 1835/1837 - suplente
5	Cândido Gonçalves Gomide	168	1ª legislatura - 1835/1837 - suplente (assumiu)
6	Cândido José da Motta	126	1ª legislatura - 1835/1837 - suplente
7	Cláudio José Machado	93	1ª legislatura - 1835/1837 - suplente
8	Francisco de Assis do Monte Carmelo	116	1ª legislatura - 1835/1837 - suplente
9	Francisco de Oliveira	69	1ª legislatura - 1835/1837 - suplente
10	Francisco de Paula Simões	148	1ª legislatura - 1835/1837 - suplente
11	Francisco José de Camargo Andrade	160	1ª legislatura - 1835/1837 - suplente
12	Francisco Lopes de Oliveira	113	1ª legislatura - 1835/1837 - suplente
13	Francisco Lourenço de Freitas	62	1ª legislatura - 1835/1837 - suplente
14	Francisco Xavier Paes de Barros	162	1ª legislatura - 1835/1837 - suplente
15	Ignácio Marcondes de Oliveira Cabral	95	1ª legislatura - 1835/1837 - suplente
16	Jayme da Silva Teles	94	1ª legislatura - 1835/1837 - suplente
17	João Theodoro Xavier	61	1ª legislatura - 1835/1837 - suplente
18	Joaquim Fernandes da Fonseca	137	1ª legislatura - 1835/1837 - suplente
19	Joaquim Firmino Pereira Jorge	169	1ª legislatura - 1835/1837 - suplente (assumiu)
20	Joaquim José de Moraes e Abreu	134	1ª legislatura - 1835/1837 - suplente
21	Joaquim José dos Santos Silva, Barão de Itapetininga	180	1ª legislatura - 1835/1837 - suplente (assumiu)
22	Joaquim José Pacheco	152	1ª legislatura - 1835/1837 - suplente
23	José Alves Leite	147	1ª legislatura - 1835/1837 - suplente
24	José Corrêa Pacheco	93	1ª legislatura - 1835/1837 - suplente
25	José da Costa Carvalho, Marquês de Monte Alegre	172	1ª legislatura - 1835/1837 - suplente (assumiu)
26	José de Almeida Leite	147	1ª legislatura - 1835/1837 - suplente (assumiu)
27	José Manoel da Fonseca	162	1ª legislatura - 1835/1837 - suplente
28	José Manoel da Luz	129	1ª legislatura - 1835/1837 - suplente
29	José Manoel da Silva, Barão de Tietê	180	1ª legislatura - 1835/1837 - suplente (assumiu)

Nº	DEPUTADO	VOTOS	LEGISLATURA
30	Manoel Alves Alvim	165	1ª legislatura - 1835/1837 - suplente
31	Manoel da Costa e Almeida	99	1ª legislatura - 1835/1837 - suplente
32	Manoel Eufrásio de Oliveira	94	1ª legislatura - 1835/1837 - suplente
33	Manoel Joaquim Gonçalves	168	1ª legislatura - 1835/1837 - suplente
34	Manoel Ruy Vilares	60	1ª legislatura - 1835/1837 - suplente
35	Manoel Theotônio de Castro	144	1ª legislatura - 1835/1837 - suplente
36	Manoel Thomaz de Andrade	156	1ª legislatura - 1835/1837 - suplente
37	Rodrigo de Godoy Moreira	181	1ª legislatura - 1835/1837 - suplente (assumiu)

Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Departamento de Documentação e Informação, Acervo Histórico, Base de Dados, Império – Deputados.⁵⁰⁵

Na mesma Tabela 7, assinalamos ainda os nomes de Antônio, Bento e Francisco Xavier Paes de Barros, respectivamente Barão de Piracicaba, Barão de Itu e “Capitão Chico de Sorocaba”, na altura da dita legislatura, que possuíam laços ainda mais diretos com “paulistas” ilustres. Os três irmãos são tataranetos de Francisco Rodrigues Penteado, progenitor dessa família na América portuguesa, nascido em Pernambuco e que acabou por estabelecer-se, com “fazenda de cultura no termo da vila de Parnaíba”, onde se casou.⁵⁰⁶ Um de seus sete filhos, Manoel Correa Penteado, participou de explorações nas Minas e retornou a Parnaíba, conservando-se em sua fazenda, no “sítio de Araçariguama” e unindo-se a Beatriz de Barros.⁵⁰⁷ Tiveram seis filhos, entre eles Fernão Pais de Barros, que permaneceu na dita localidade, desposando Angela de Cerqueira Leite.⁵⁰⁸ Do matrimônio, nasceu Antônio de Barros Penteado, de cujas núpcias com Maria Paula Machado originaram-se os três deputados eleitos para a primeira legislatura paulista.⁵⁰⁹ Vale ressaltar que, na ascendência do trio, encontram-se vários homens que serviram em cargos de governança nas vilas que viveram.⁵¹⁰

⁵⁰⁵ ALESP, Departamento de Documentação e Informação, Acervo Histórico, Base de Dados, Império – Deputados. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/acervo-historico/base-de-dados/imperio/imperio_deputados.html>. Acesso em: 15 Jun. 2016.

⁵⁰⁶ LEME, op. cit., t. III, p. 239-240.

⁵⁰⁷ Ibid., p. 245.

⁵⁰⁸ Ibid., p. 246. Fernão Pais de Barros é quase homônimo de Fernão Paes de Barros, a quem mencionamos em diversas ocasiões no capítulo anterior, sem ter, contudo, qualquer relação direta aparente de parentesco.

⁵⁰⁹ LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat & Comp., 1903, p. 385-412.

⁵¹⁰ No tronco, temos: Francisco Rodrigues Penteado, filho, que foi “nobre e venerando cidadão de S. Paulo”; Francisco Xavier de Sales, que “Teve sempre o primeiro voto em todas as assembléias da república”; João Leite Penteado, “nobre cidadão de S. Paulo e da sua comarca, sargento-mor dos auxiliares do regimento dela”; Antônio Rodrigues Penteado, que “estabeleceu-se na vila de Sorocaba, onde teve sempre as rédeas do governo da república”; o próprio Manoel Correa Penteado, que “ocupou os honrosos cargos da república”; e mesmo Fernão Dias Pais, “nobre cidadão da república de Parnaíba”. LEME, 1980, op cit., p. 240-246.

Figura 43 – Árvore genealógica dos Paes de Barros. Note-se que não foram listadas as proles completas de cada matrimônio, tampouco eventuais outras núpcias, limitando-se as informações às filhas e aos filhos que nos interessam diretamente.

A mulher do dito tataravô dos três Paes de Barros era Clara de Miranda, neta de Isabel do Prado e Paschoal Leite Furtado, naturais de São Vicente e da ilha de Açores, respectivamente.⁵¹¹ Furtado teria nobreza comprovada por brasão de armas, passado em 1709, no qual se comprovaria sua vinda para a América, em 1599, junto ao

⁵¹¹ Ibid., t. II, p. 3-5. Assim como a união de seus avós maternos, o matrimônio dos pais de Clara de Miranda também se constitui entre uma nativa de São Vicente e um português, a saber, Potencia Leite e Antonio Rodrigues de Miranda. Ibid., t. III, p. 57.

governador-geral d. Francisco de Sousa, que seria feito marquês das Minas, por dedicar-se à busca de metais e pedras na Colônia – do qual falaremos ainda adiante. Além da mãe de Clara de Miranda, o casal gerou Maria Leite, que se casou com Pedro Dias Paes Leme, e tiveram nove filhos em São Paulo,⁵¹² dos quais se destaca o “paulista” Fernão Dias Paes Leme, o sobredito “governador das esmeraldas”,⁵¹³ nas palavras de Taques.

Como se vê pelos poucos exemplos, em meio a disputas e criação de novas povoações, vinham consolidando-se certas elites nos quadros administrativos e no território paulistas. Poucos anos depois de iniciados os trabalhos legislativos, os primeiros documentos de representação oficial da província são colocados a público, pelos tipos do *Ensaio d’um quadro estatístico da província de São Paulo* (1838)⁵¹⁴ e pelos traços do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* (1841), novamente reproduzido na Figura 44.⁵¹⁵ Por seus formatos e conteúdos, os dois produtos construíram, a um só tempo, sínteses e propostas próprias para a São Paulo imperial, entremeando tradições e inovações, sobre as quais nos debruçaremos neste capítulo.⁵¹⁶

⁵¹² Ibid., p. 57-61.

⁵¹³ Ibid., p. 61-78.

⁵¹⁴ MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d’um quadro estatístico da província de São Paulo*. 3 ed. São Paulo: Governo do Estado, 1978 [1938]. O historiador José Rogério Beier aponta uma possível imprecisão na folha de rosto da publicação ao supor que a obra teria sido impressa no ano de 1839 e não na data constante. De toda forma, a data constante pode ser referente à conclusão da obra e não à sua impressão. BEIER, José Rogério. *Artefatos de poder: Daniel Pedro Müller, a Assembleia Legislativa e a construção territorial da província de São Paulo (1835-1849)*. 2015. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015, p. 151-152. Na dita dissertação, o exame da produção da estatística e do mapa provincial insere-se no contexto político e de produção de conhecimento da São Paulo oitocentista, com aprofundamento minucioso dos processos de encomenda, feitura e circulação desses documentos. É digno de nota que a obra se assemelha, em alguns pontos, ao trabalho supramencionada de Jaime Cortesão, em que figura o *Mapa das Cortes*, especialmente: na articulação entre a produção cartográfica e a atuação dos agentes que controlam sua confecção, imersos em seus universos e conflitos específicos; nas próprias figuras de Alexandre de Gusmão e Daniel Pedro Müller, ambos falecidos em situação de pobreza – e mesmo de certa melancolia –, apesar de terem sido empregados em serviços de destaque na Corte portuguesa e na capitania e província de São Paulo, respectivamente; e em ser o primeiro natural de Santos e atuante em Portugal, enquanto o segundo, alemão de nascimento, teria vindo cedo à América portuguesa, onde ocupou cargos militares e administrativos.

⁵¹⁵ *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*. Paris: Alexis Orgiazzi, [1841]. 1 mapa, impr.: 100 x 72 cm. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

⁵¹⁶ Desse ponto em diante, usaremos apenas *Quadro Estatístico* ou mesmo estatística para denominar esse documento.

Figura 44 – *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, 1841. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Os documentos foram produzidos – ou tiveram sua produção coordenada – pelo marechal Daniel Pedro Müller – como detalharemos a seguir –, mas a autoria não consta igualmente em ambos.⁵¹⁷ Se tomarmos a “página de rosto”⁵¹⁸ da edição original da estatística (Figura 45), apresentada em fac-símile na reedição publicada em 1978, é possível aferir que o mais próximo a uma indicação de procedência é a menção “Ordenado pelas leis provinciaes de 11 de Abril de 1836, e 10 de Março de 1837”.⁵¹⁹ Em verdade, o nome de Müller não é citado uma só vez ao longo de toda a publicação, nem sequer nos capítulos “Advertencia” e “Introdução”, presentes no início da obra,

⁵¹⁷ Buscamos examinar os documentos produzidos por Daniel Pedro Müller, menos como criações de sua mente peculiar, e mais como conteúdos gestados por um governo provincial. “É certo que não se trata de restaurar a figura romântica, magnífica e solitária do autor soberano, cuja intenção (primeira e última) encerra a significação da obra, e cuja biografia dirige a escrita em uma transparente imediatez [sic].” Esse excerto soa como uma advertência necessária aos estudos em que se reconstrói a trajetória do autor como possibilidade de compreensão de sua obra, ordenando os fatos de sua biografia de maneira incontestavelmente coerente com sua produção. Na presente tese, tomamos a autoria como a investigação dos agentes, ou seja, considerando suas intenções, suas escolhas e seus direcionamentos, conforme as premissas dispostas no Capítulo 1. CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994 [1992], p. 35.

⁵¹⁸ Esse procedimento é também operado tendo como referência Roger Chartier. *Ibid.*, p. 47.

⁵¹⁹ MÜLLER, op. cit., p. XX.

em que são feitos comentários gerais sobre a produção do material, e que poderiam ter sido assinados por seu responsável.⁵²⁰ Mas não é o caso, apesar de o marechal ter sido escolhido para a execução da encomenda, não sendo sua participação fruto de acaso ou contingência. Nas menções aos progressos e empecilhos do trabalho feitas na Assembleia Legislativa ou nos discursos inaugurais dos presidentes da província, as atividades de produção da estatística, assim como do mapa, são referidas diretamente por meio de seu nome. Ou seja, não há indícios de que a ausência de autoria explícita na publicação tenha origem numa condição preexistente de anonimato. Tratou-se, portanto, de uma decisão – que pode ter sido realizada por Müller, pelos legisladores ou por um editor que tenha participado do processo de composição e publicação.

Figura 45 – Página de rosto da estatística provincial, em reprodução da edição fac-similada.

A inexistência de autoria numa publicação oficial da administração pública não nos daria grandes motivos de investigação *a priori*, uma vez que a definição do próprio governo ou um de seus órgãos como responsável poderia ser considerada um procedimento comum – da mesma forma como acontece no presente. Contudo, a descrição crítica da folha de rosto nos remete à análise de cartuchos de mapas, procedimento regular em variados tipos de pesquisa no campo da história da cartografia ou que tomam a cartografia como fonte – procedimento esse que igualmente nos interessa. Ao contrário do *Quadro Estatístico*, o *Mappa da Província* é eloquentemente assinado, incluindo ainda uma dedicatória (ver Figura 44):

⁵²⁰ Ibid., p. XXIII-XXX.

Desenhado por Daniel Pedro MÜLLER, marechal reformado do corpo dos
Engenheiros
Segundo as suas observações e esclarecimentos que lhe tem sido
transmitidos
ANNO DE 1837;
Dedicado
Ao Ill.mo e Ex.mo S.nr Bernardo Jozé Pinto Gavião Peixoto
Presidente desta Provincia
Como reconhecimento de Amizade
Do
COMPOZITOR⁵²¹

Os dois formatos encontrados – autoria que remete ao governo, na estatística, e autoria explícita que remete a uma espécie de mecenas com quem o autor teria relações afetivas,⁵²² no mapa provincial – seguem preceitos que podemos considerar devedores das tradições de que fazem parte. De um lado, recenseamentos populacionais e registros civis redigidos desde o período colonial, por exemplo, eram considerados documentos produzidos não apenas *para* mas *pela* administração pública, sendo irrelevante o reconhecimento de seu redator, ainda que certos papéis – ofícios, requerimentos, bilhetes e pequenos registros processuais – contenham a indicação de oficiais ou do escrivão responsável. Por sua vez, a cartografia derivada da administração pública, mesmo que não escapasse ao eventual anonimato, compreendia uma produção menos numerosa; mais dependente de habilidades específicas e de recursos materiais escassos, em comparação com penas e tinteiros; e cujos autores frequentemente tinham relações mais estreitas com as Coroas e governos para os quais criavam.⁵²³

A autoria individual, ainda que seja capaz de ser identificada e que essa seja uma informação relevante, deve ser devidamente sopesada, retirando-se dela a primazia explicativa sobre uma dada produção. No caso dos documentos ora analisados, isso realiza-se inserindo-os no ambiente político da província paulista, tendo em conta

⁵²¹ Transcrição do cartucho do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*.

⁵²² A menção à “Amizade”, feita no cartucho do mapa provincial, pode ser interpretada tanto como sinal de afeto quanto de dívida, de maneira similar ao que debatemos no Capítulo 3, ainda que o contexto seja distinto.

⁵²³ As Coroas e instituições ligadas a elas foram mecenas importantes de cartógrafos e engenheiros-militares, desde o período das navegações. Sobre essas relações, ver Capítulo 2 desta tese.

ainda tanto os antecedentes da encomenda que resultaria no conjunto de estatística e cartografia quanto os desdobramentos de sua circulação. Nesse aspecto, é central atentarmos para a mobilidade atingida por esses produtos da administração provincial – analisada especificamente dentro da chave da circulação de documentos oficiais – e sua configuração como material de instrução e ensino.

A descrição objetiva e quantitativa da população e das rendas já era expediente comum na América portuguesa desde meados do século XVIII, sendo especialmente presente na capitania paulista, após sua restauração, com a produção de recenseamentos regulares ordenados por Pombal, aos quais aludimos anteriormente. No Império brasileiro, a realização de levantamentos estatísticos provinciais era uma determinação da sobredita Constituição de 1824, de modo a configurar um conjunto compreensível que abrangesse a totalidade da nação. Após o reestabelecimento da Assembleia Geral, em 1826, foi definido o gabarito a partir do qual deveria ser ordenada a execução desses produtos, ou seja, sua produção era padronizada em todo o território, não sendo uma iniciativa exclusiva ou originária dos legisladores paulistas. A primeira estatística dessa província, coordenada pelo então marechal de campo e futuro tenente-general José Arouche de Toledo Rendon,⁵²⁴ foi entregue no ano seguinte.

A adoção do formato estatístico e dos recursos aritméticos como fundamentos para a produção de registros no âmbito da administração pública na antiga colônia portuguesa seguiu os debates em curso na Europa, que se tornaram voga em Portugal no final do século XVIII, estendendo a importação de teorias e métodos, tal como se deu com o uso da matemática, segundo Jaime Cortesão, que apontamos no capítulo anterior. Para Fernando Novais, Portugal vai buscar referências teórico-filosóficas na França, na Inglaterra e na Holanda, na segunda metade do setecentos, com vistas a

⁵²⁴ José Arouche de Toledo Rendon nasceu e morreu em São Paulo, respectivamente em 1756 e 1834, separando-se da cidade apenas quando se bacharelou em Direito, em Coimbra, e pontualmente no cumprimento de cargos administrativos e funções militares. Em seu tempo, foi agente importante na ordenação da vida civil e militar de colonos e nativos, bem como em empreendimentos econômicos variados, com ênfase nas atividades agrícolas. Deixou memórias e relatórios referentes aos campos nos quais atuou, além de produção literária, que analisaremos a seguir. Em 1829, recebeu a patente de tenente-general, que ostentaria até seu falecimento. Ver REIS, Paulo Pereira dos. Introdução – O tenente-general José Arouche de Toledo Rendon. In: RENDON, José Arouche de Toledo. *Obras*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978, p. VII-XXIX.

superar “o problema do atraso em relação à Europa ‘moderna’”.⁵²⁵ A necessidade de sobrepujar tal condição teria ainda justificado o tom acelerado da implementação de preceitos – ou parte deles – advindos dessas mentalidades. A estatística paulista finalizada em 1827 teria representado uma inovação frente às memórias, relatórios e corografias que anteriormente faziam as vezes de descrições do território, principalmente pela “inclusão de diversos quadros e tabelas para quantificar a população, produção e finanças”.⁵²⁶ Tal opção teria significado uma transformação que alteraria não apenas o formato desses documentos mas também seus sentidos. A estatística de Rendon não figura entre nossos interesses específicos, bastando ressaltar seu caráter renovador no formato de controle populacional e do território, que não escaparia ao *Quadro Estatístico*.

Os métodos quantitativos e sua relação com a administração pública são temas caros a um dos ilustrados brasileiros do período, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, um dos irmãos Andrada, que participariam intensamente da vida política paulista e nacional no início do oitocentos. Em texto específico sobre o assunto, ele afirma que a estatística é auxiliar da economia e “forma um agregado e resultados fundados em análise *tão rigorosa*, que produzirão uma *convicção única*, que se pode e deve desejar em matérias administrativas”.⁵²⁷ A racionalidade dos métodos – reforçada simbolicamente pela forma como são dispostas as informações e dados – seria garantia irrevogável de precisão. Sendo precisos os resultados de “um inventario exacto do paiz”⁵²⁸ – nos termos da obra que ora examinamos –, não haveria motivação cabível para deslegitimar as conclusões às quais chegava um trabalho estatístico.

Essa condição de legitimação trazida pela combinação entre o método e a maneira como ele se apresenta é componente também do *Mappa da Provincia*.⁵²⁹ Em

⁵²⁵ NOVAIS, Fernando A. O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 7, p. 105-118, 1984, p. 106.

⁵²⁶ BEIER, op. cit., p. 131.

⁵²⁷ ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de. Memória Sobre a Estatística ou Análise dos Verdadeiros Princípios Desta Ciência e Sua Aplicação à Riqueza, Artes e Poder do Brasil. In: VARELA, Alex Gonçalves. Um manuscrito inédito do naturalista e político Martim Francisco Ribeiro de Andrada. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 973-990, set., 2007, p. 980, grifos nossos. Apud BEIER, op. cit., p. 127.

⁵²⁸ MÜLLER, op. cit., p. XXV.

⁵²⁹ Ou ainda de qualquer cartografia produzida dentro do que podemos chamar de tradição ocidental ou eurocêntrica. É o que aponta John Brian Harley, ao afirmar que a produção de mapas estaria intrinsecamente relacionada à exposição e ao exercício de poder. Sua atenção volta-se mais propriamente ao poder simbólico de delimitar e nomear uma porção de território, que se conjugaria ao

comparação com mapas anteriores e articulando-se à forma de impressão escolhida, o mapa provincial de 1841 pode ser classificado como sóbrio, pelo uso de representações contidas, limitadas a legendas numéricas, hierarquia simples das linhas, ausência de cor e apenas alguns sombreados como meio de distinção de elementos. Esse comedimento no uso de recursos gráficos articula-se adequadamente à racionalidade pretendida pelo *Quadro Estatístico*, com suas tabelas e mapas. Mais do que isso, a escolha ou o uso da razão como forma coadunava com a racionalidade presente, desde fins do século XVIII, nas proposições de progresso formuladas pelos ilustrados paulistas do tempo dos capitães-generais. Como veremos, entre esses textos e as propostas presentes na própria maneira de organizar a estatística encomendada pela Assembleia Legislativa, podemos assinalar permanências em algumas das questões centrais da organização e aproveitamento do território e seus recursos.

A DUPLA AMEAÇA DOS INDÍGENAS: OS PÉS NAS TERRAS E OS BRAÇOS CRUZADOS

As peças encomendadas pela Assembleia Legislativa Provincial paulista em sua primeira legislatura contêm discursos e relações propostas com os grupos indígenas, dispersos pelo território provincial, que estavam apontadas desde a restauração da capitania. Propriamente, referimo-nos ao combate à “vadiação”, presente nas falas do primeiro capitão-general, que denotam preocupação com os nativos, que compunham, notadamente, os grupos de vida mais precária entre seus governados. Sua situação perante os colonos era instável desde os primeiros confrontos entre jesuítas e moradores de São Paulo, pela legitimidade da administração e do emprego dos indígenas em casas, lavouras e explorações, assim como debatido anteriormente. Ao assumir o governo da capitania, Mourão “Encontrara-os marginalizados e vivendo em ‘grande decadencia’”. O governador era contrário à própria política de aldeamentos, que, no seu entendimento e nas instruções recebidas de Pombal, poderia ser suplantada pela fixação territorial e integração desse contingente à vida civil: “Pensava

poder de transformação desse mesmo espaço. Em suas palavras: “This has become clear, for example, from a detailed study of cartography in prehistoric, ancient and medieval Europe, and the Mediterranean. Throughout the period, ‘mapmaking was one of the specialised [sic] intellectual weapons by which power could be gained, administered, given legitimacy, and codified’”. A cartografia seria, assim, um os artefatos possíveis – e talvez indispensáveis – à consolidação do domínio territorial. HARLEY, John Brian. Maps, Knowledge and Power. In: COSGROVE, Denis (org.); DANIELS, Stephen (org.). *The Iconography of Landscape*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p. 277–312, p. 281.

que se se formassem nelas [nas aldeias] freguesias que tornassem possível a congregação entre brancos e índios, visando depois sua elevação a vila, obter-se-iam vantagens recíprocas”,⁵³⁰ tais como o desejado incremento da agricultura.

Essa ideia de uso das luzes nos discursos e práticas relacionados aos grupos indígenas e na oposição entre o modo de vida dos nativos e a racionalização da ocupação territorial teve penetração e permanência nas elites paulistas, como podemos aferir na análise de duas memórias, apartadas em pouco mais de vinte anos, e redigidas antes do *Quadro Estatístico*. A primeira, *Reflexões sobre o estado em que se acha a agricultura na capitania de S. Paulo*, foi redigida pelo supracitado José Arouche de Toledo Rendon, no ano que se iniciava o governo de Bernardo José de Lorena (1788-1797).⁵³¹ De acordo com Rendon – e sem distanciar-se das orientações de d. Luís –, a superação do “miserável estado”⁵³² em que estaria a capitania paulista residiria no incremento de três condições interligadas: a povoação, o comércio e a agricultura. Em linhas gerais, a formação de uma lavoura suficiente para exportação só seria possível por meio do aumento e da fixação da população. Os maiores empecilhos à constituição de grandes culturas na capitania estariam sintetizados nas linhas que seguem:

Está visto como a principal causa da falta de lavoura é a *vadiação*. Há, além disso, outras, que são a falta de ferro para os instrumentos rústicos,⁵³³ a abundância de formigas vermelhas, que fazem inúteis muitas terras lavradas, e de pássaros de bico redondo e o furto de gados, tão necessários para o estrume das terras.⁵³⁴

⁵³⁰ BELLOTTO, op. cit., p. 153. Essas orientações referiam-se exclusivamente aos indígenas aldeados, mas a integração era igualmente desejada para os demais. “Quanto aos índios do ‘sertão’, eram geralmente ferozes e hostis, como os paiaguás, da região do Tibagi e do Ivaí. [...] Também naquele caso, a política tinha que ser como preconizava Martinho de Mello e Castro, baseada no convencer os índios de que os portugueses só buscavam a ‘sua amizade, e de nenhuma sorte o seu captiveiro’.” Ibid., p. 208-209.

⁵³¹ RENDON, José Arouche de Toledo. *Reflexões sobre o estado em que se acha a agricultura na capitania de S. Paulo*. In: _____, op. cit., p. 1-16. O texto parece-nos uma sugestão ao novo capitão-general sobre as potencialidades da capitania e como poderiam prosperar. Segundo Rendon, Lorena seria a “única felicidade” no horizonte do povo paulista. Ibid., p. 1.

⁵³² Id.

⁵³³ O assunto foi igualmente tratado por Mourão, com mais ênfase nas necessidades militares. Ver BELLOTTO, op. cit., p. 180-182.

⁵³⁴ RENDON, op. cit., p. 6, grifos nossos.

Os hábitos vadios e os problemas que causavam eram temas recorrentes e centrais no ensaio de Rendon. Sua preocupação não é, contudo, de caráter essencialmente moral, e sim diz respeito à necessidade de incutir nos lavradores, existentes e potenciais, a reverência ao trabalho, que os tornaria produtivos e, desse modo, traria progresso à capitania. A vinculação da população à terra era, pois, indispensável para que essa pudesse dar frutos regulares. Com tal preocupação em mente, Rendon revisita as tentativas de povoação do governo de Mourão, que se encerrou pouco mais de dez anos antes da escrita de seu texto. Sua principal crítica a essas empreitadas é o uso da força, que seria desnecessária caso houvesse os elementos de atração adequados: “havendo agricultura e comércio as povoações por si se fazem”.⁵³⁵ Racionalizar a própria distribuição do povo era, portanto, expediente fundamental.

Em 1810, Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira, de trajetória semelhante à de Rendon,⁵³⁶ redige sua *Memória sobre o melhoramento da província de São Paulo*, que só seria impressa em 1822. No primeiro capítulo da segunda parte da obra, intitulado “Do que se deve presentemente fazer nas terras centrais da Capitania de S. Paulo”,⁵³⁷ o autor discorre sobre os “meios necessários para o estabelecimento da sua agricultura, fábricas, comércio e povoação”,⁵³⁸ articulando esses elementos de forma similar ao tenente-general. Oliveira faz intensa apologia à razão e ao conhecimento como insumos para as intenções de progresso, ao referir-se à obrigação que teriam os governos de fornecer meios para a realização das empreitadas necessárias. Diz ele, “E de que maneira, destituídos inteiramente dos princípios da química moderna, pretenderemos a perfeição dos frutos, que, ou achamos nos campos, matos, nos mares, e rios, ou

⁵³⁵ Ibid., p. 15.

⁵³⁶ Também bacharel formado pela Universidade de Coimbra, Antônio Rodrigues de Oliveira nasceu em São Paulo, em data indefinida, mas acredita-se que seja entre 1750 e 1753. Sua família ostentava “largo cabedal” e, após concluir seus estudos, foi nomeado pela Coroa para cargos em diversas partes do Império português. Retornou à América portuguesa, ao que tudo indica, junto à Família Real, após a invasão das tropas francesas na metrópole lusa. Morreu dois anos após a publicação da obra que ora apresentamos, em 1824. Ver AMARAL, Antônio Barreto do. Introdução. In: OLIVEIRA, Antônio Rodrigues Veloso de. *Memória sobre o melhoramento da província de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado, 1978 [1822], p. V-X.

⁵³⁷ OLIVEIRA, op. cit., p. 43-48.

⁵³⁸ Note-se que, sendo escrito poucos anos depois da instalação da Corte em terras americanas, o texto de Oliveira estende sua análise também para a questão das fábricas, cuja proibição já não era tão extensa quanto havia sido no restante do período colonial.

cultivamos, e colhemos em todas estas partes?”.⁵³⁹ No mesmo trecho, o autor faz menção a Minerva, nomeação romana da deusa grega Atena, que simbolizava a vitória da inteligência sobre a força, e que atraiu recorrentemente a atenção do próprio Rendon, como se vê em suas reflexões e poemas.⁵⁴⁰

Têm sobre a face da terra aparecido heróis que, sem jamais terem afiado a espada, foram pelas ciências colunas do Estado e benfeitores da humanidade; porém um guerreiro que, surdo à voz da Razão, só ouve a dos Tambores que o convidam a derramar sangue, que, acostumado ao reflexo das Armas, volta sempre o rosto à luz das Letras, esse guerreiro, verdadeira imagem do brutal e impetuoso Marte, nunca jamais pisará a Terra senão para devastá-la, para destruí-la.⁵⁴¹

A organização do *Quadro Estatístico*, em tudo que tenha de particular, não difere totalmente dessas memórias, no que diz respeito aos tópicos abordados. Entre suas preocupações estão o levantamento das povoações existentes em cada comarca, o número de habitantes total e sua variação em relação ao recenseamento anterior, o estado do comércio, as fábricas encontradas e as condições da agricultura. Sobre esse tema, diz o texto:

O territorio em geral é fertil e ameno: *são por isso a maior parte dos habitantes Agricultores*; porém a arte de Agricultura tem feito pouco progresso; a extensão do terreno, proporcionadamente vasto para seus poucos habitantes, lhes presta meios de escolherem as melhores paragens, d’onde tirem proveito com menos trabalho. Os campos são destinados para a criação de gados; as mattas para a cultura, e tanto de uns como de outros ainda fazem selecções. Similhanças causas concorrem para que muitos dos cultivadores não satisfeitos com seus terrenos, vão apoz de outros que tenham mattas, as quaes destróem para as queimarem, e plantarem, e as abandonão quando ficão em arbustos pouco frondosos, ou em campos, e *d’esta maneira a Agricultura em lugar de conchegar os habitantes, separou a muitos do seu antigo domicilio*: as visinhanças da Cidade n’outro tempo mais populosas têm decahido, e suas

⁵³⁹ Ibid., p. 29.

⁵⁴⁰ Referimo-nos ao também publicado “Problema: A um governador resulta mais glória em ser aluno de Marte ou de Minerva?” e a vários de seus escritos poéticos. RENDON, op. cit., p. 55-63 e 65-77.

⁵⁴¹ OLIVEIRA, op. cit., p. 56.

familias feito o augmento de outros districtos mais distantes: o seu producto augmenta, mas o transporte se difficulta.⁵⁴²

O problema das lavouras volantes – ou da “vadiação”, nos termos de Rendon – ainda perduraria na província na década de 1830. As três obras a que nos referimos encontram um elemento comum – além das prejudiciais formigas⁵⁴³ – do qual se originaria essa forma pouco laboriosa de lidar com a terra, qual seja, o indígena.⁵⁴⁴ Essa associação já estava indicada no discurso de Mourão, segundo o qual, como antes visto, a população que vivia da caça e coleta estava no enfoque principal das ações de arregimentação, no entanto o governador não parece expressar diretamente essa relação. Para Müller, em compensação, os costumes da cultura itinerante, que impediam “conchegar os habitantes”, não tinham outra procedência senão essa:

É em geral o methodo de rotear as terras, *segundo o uso transmittido dos primeiros cultivadores*, o de as roçar, queimar, e plantar, e conservar o terreno que se planta bem montado; d’isto resulta a periodica destruição das mattas, desprezando-se os ferteis campos.⁵⁴⁵

Rendon, a partir de observações diretas sobre o tema,⁵⁴⁶ emite parecer que ressoa no texto redigido por Müller,⁵⁴⁷ associando a fartura natural à falta de estímulo

⁵⁴² MÜLLER, op. cit., p. 24, grifos nossos.

⁵⁴³ RENDON, op. cit., p. 7-9. OLIVEIRA, op. cit., p. 61-62. MÜLLER, op. cit., p. 27. No *Manual do Agricultor Brasileiro*, de Carlos Augusto Taunay, publicado em 1839, o autor afirma que as formigas-carregadeiras seriam o maior flagelo das plantações no Brasil, mas que não atacariam “os vegetais de grande cultura”. TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do Agricultor Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 270.

⁵⁴⁴ A relação entre a quantidade de horas trabalhadas e a “vadiação” é debatida por Maria Luiza Marcílio, atenta aos diferentes regimes de lavoura praticados por europeus e povos nativos habitantes da América portuguesa. A autora faz uma advertência sobre a questão, que não era parte do repertório de Rendon, Oliveira e Müller: “O ‘ócio’ não é, necessariamente, ausência de trabalho, mas uma diversa organização desse trabalho”. MARCÍLIO, op. cit., p. 164. É digno de nota que Rendon e Müller não tratam do contingente escravizado em seus textos, o que sugere que, naquele momento, esse ainda não era um tema que gerasse conflito no que concernia à mão de obra na província.

⁵⁴⁵ MÜLLER, op. cit., p. 26, grifos nossos.

⁵⁴⁶ De acordo com ofício do próprio redigido em 1823, o capitão-general Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, no ano de 1798, com seus “bons desejos de fazer bem à humanidade”, teria impellido Rendon a aceitar o cargo de diretor geral das aldeias da capitania, o que lhe permitiu uma aproximação singular com as populações indígenas reunidas. RENDON, op. cit., p. 37-38.

⁵⁴⁷ Rendon e Müller dividiram, por longo período, os mesmos espaços da administração pública, ambos ligados, diretamente e de outras formas, às obras públicas, às instituições de ensino, ao serviço militar e

para o trabalho contínuo, que seria próprio de uma agricultura que ultrapassasse a subsistência e pudesse ingressar nas rotas mercantis. Em suas palavras,

A natureza criou neste país quanto podia conduzir para a felicidade do homem; parece que esta mesma abundância, não só com que ela faz produzir os frutos semeados, mas também a liberalidade com que reparte os silvestres, a caça e o peixe fez ao mesmo tempo que *os primeiros habitantes desprezassem as riquezas* e se fizessem quase de uma nova natureza, fora do comum, quero dizer despidos daquela bem regulada ambição que faz florescer os Estados e impele os homens ao trabalho e às indústrias.

*Este sistema dos índios originários tem transcendido aos seus filhos até hoje e, o que é mais, tem se comunicado ainda ao resto dos homens que são limpos dessa mescla. Um índio, mameluco ou bastardo, tendo hoje o que comer, não se anima a trabalhar para adquirir o sustento do dia seguinte. Esta é a primeira causa da falta de agricultura nesta capitania.*⁵⁴⁸

Se, segundo Rendon, “os lavradores desta capitania são tão vadios”, “de todos os mais vadios eram os índios”.⁵⁴⁹ A ameaça estava, portanto, no modo de vida dos nativos, de acordo com o qual o trabalho era restrito às necessidades de sobrevivência, sem planos de trocas ou do estabelecimento de qualquer tipo de comércio.⁵⁵⁰ O tenente-general era também partidário da completa integração dos indígenas à administração regular, em oposição aos aldeamentos segregados sob os cuidados dos religiosos, de modo a torná-los úteis aos interesses do governo, quais sejam, o aumento da população e da produção agrícola.⁵⁵¹ Remontando às instruções de Pombal, das

à atividade política, na cidade e na capitania de São Paulo. Isso nos permite supor que a troca de informações e conhecimento entre os dois foi intensa.

⁵⁴⁸ Ibid., p. 1-2, grifos nossos.

⁵⁴⁹ Ibid., p. 2-3.

⁵⁵⁰ Observações dessa natureza constavam também nos relatos do governador de São Paulo Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, segundo o qual “os nossos descobridores, e primeiro povoadores [...] com a comunicação dos gentios se fizeram rústicos e intratáveis como eles; adaptando quase todas as suas maneiras de viver e de subsistir. Por esta razão a agricultura é tal, qual o faz o gentio, derrubando Mato, queimando, e plantando [...]”. MENDONÇA, Antônio Manuel de Melo Castro e. Memória econômico-política da capitania de São Paulo, 1ª parte. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. XV, n. 97, 1961 [1800]. Apud MARCÍLIO, op. cit., p. 157-158.

⁵⁵¹ Sobre isso, o mesmo redigiu documento específico em que advoga em favor de libertar os indígenas da tutoria religiosa, inculcando-lhes valores civilizados e somando-os aos lavradores. Em seu entender, os nativos que escaparam das aldeias “vivem mais felizes” e seria seu desejo “viverem entre os brancos”: “De outro modo, quero dizer, enquanto viverem juntos, com muita dificuldade, e muito tarde, perderão os seus bárbaros costumes”. Ver RENDON, José Arouche de Toledo. Memória sobre as aldeias de índios

quais resultaram as tentativas de povoação de áreas limítrofes entre as colônias portuguesa e espanhola no período administrado por Mourão, Oliveira crê que,

Com efeito, do estabelecimento das ditas praças naqueles lugares ermos, e remotos, teria certamente resultado a criação de outras tantas povoação [sic], ao menos de multiplicadas estâncias para a educação dos gados, que nos teriam, há muito, ofertado largas conveniências, e meios bem proporcionados para a *domesticidade dos índios, que habitam aqueles sertões*; e que, com brandura, trato civil, e ameaças a propósito, teríamos atraído em grande parte ao nosso partido, e amizade [...].⁵⁵²

Note-se que essa política difere da supramencionada proposta de Alexandre de Gusmão, para o qual deveriam ser mantidas as próprias aldeias indígenas nas áreas de posse conflituosa, a partir da subordinação desses grupos, assim reunidos, à monarquia portuguesa. O que vemos nos textos ora examinados é que, dentre as populações do território paulista cuja distribuição deveria ser racionalizada de acordo com os interesses de prosperidade de suas elites e da administração pública que compunham, eram as nações indígenas as mais visadas. Com ênfase nos seus hábitos, considerados improdutivos e incompatíveis com os planos econômicos, e em sua suposta dispersão, que seria solucionada com a anexação aos núcleos civis, os discursos apresentados permitiam justificar um ataque direto a esse contingente, que ocupava as terras em vista para o progresso agrícola e, conseqüentemente, comercial. Tanto sua força de trabalho quanto suas terras estariam na mira da utilidade a serviço dos intentos de melhoramento da capitania e posteriormente província paulista.

No início do século XIX, o tratamento que deveria ser dispendido aos grupos indígenas não estava sistematizado ou regulamentado por todo o território colonial – situação que não se alterou mesmo após 1822. As diretrizes pombalinas haviam instituído o Diretório dos Índios em 1755, repelindo as missões jesuíticas e, eventualmente, a totalidade da presença dos padres da Companhia de Jesus, expulsos em 1759.⁵⁵³ Com o fim dessa política em 1798, os nativos passaram a ser considerados

da província de S. Paulo, segundo as observações feitas no ano de 1798 – Opinião do autor sobre sua civilização. In: _____, op. cit., p. 37-53.

⁵⁵² OLIVEIRA, op. cit., p. 57, grifos nossos.

⁵⁵³ A efetivação dessa proposta só se daria em 1757, no norte da Colônia, e no ano seguinte, no restante do território, tendo como norte a ideia de trazer os indígenas à civilização: “Com isso, as práticas

súditos da Coroa, sem qualquer distinção, exceto aquelas já vigentes dentro da sociedade colonial, tal como a restrição à participação política, ao menos em teoria, àqueles que não possuísssem riquezas, terras, limpeza de sangue e outros atributos. Ao deixarem de ser tutelados, os indígenas perderam também as terras que lhes eram destinadas, criando uma situação de maior penúria para os antigos aldeados.⁵⁵⁴ Essas circunstâncias propiciaram críticas ao regime proposto por Pombal, considerado causador das condições a que foram relegados esses nativos,⁵⁵⁵ como é o caso das supracitadas memórias redigidas por Rendon, baseadas em suas observações feitas no mesmo ano da anulação do Diretório dos Índios. Fervorosamente contrário ao aldeamento como solução permanente, o tenente-general faz elogiosa descrição dos esforços do capitão-general d. Luís, mas conclui que “não obstante os bons desejos de felicitar os índios, aumentou seu mal com uma impolítica providência que deu, supondo que fazia bem”.⁵⁵⁶

O avanço das agressões entre colonos e indígenas entrou novamente em questão após o desembarque da Corte portuguesa na Colônia, desencadeando a restituição das guerras justas:

Num primeiro momento, o príncipe regente português, a partir de sua chegada a terras americanas em 1808, entendeu por bem eliminar o obstáculo que os indígenas – *que ainda se mantinham afastados do contato com os ocidentais* e que, para garantir esse isolamento, tornavam-se hostis – representavam para os objetivos de ocupação territorial.⁵⁵⁷

missionárias, o discurso cristão, o imaginário da fé e da salvação foram substituídos pela ideia laica de ‘civilização’, propondo a inserção dos índios não somente no reino dos céus, mas principalmente no reino da terra, ou seja, buscando torná-los verdadeiros súditos do rei de Portugal”. SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros: Indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845)*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 56.

⁵⁵⁴ Ibid., p. 59.

⁵⁵⁵ Fernanda Sposito considera que as críticas se remetiam mais ao estado em que foram deixadas essas populações e à “política ofensiva” do Império português na colônia americana, ou seja, às circunstâncias posteriores à extinção do Diretório dos Índios, do que propriamente a essa medida. Além disso, as considerações viriam de colonos interessados no incremento das lavouras de exportação. Ibid., p. 59-60.

⁵⁵⁶ RENDON, op. cit., p. 43. Vale destacar que, além de Mourão, o único agente das políticas pombalinas que escapa do julgamento negativo de Rendon é o capitão-mor Pedro Taques de Almeida, seu tataravô e avô do genealogista Pedro Taques. Ibid., p. 41, 49.

⁵⁵⁷ SPOSITO, op. cit., p. 61, grifos nossos.

Por meio de cartas régias, foi decretado lícito o enfrentamento e a perseguição dos referidos grupos, inicialmente visando as capitanias de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santos, mas logo abarcando também São Paulo. No território paulista, desde o governo de Mourão, haviam sido feitas tentativas de aproximação e submissão com relação às nações indígenas presentes nos sertões localizados a oeste da área ocupada pela colonização, em direção à fronteira com o Mato Grosso – os mesmos “sertões desconhecidos” do mapa provincial. O insucesso dessas empreitadas, em razão da belicosidade dos nativos que ali habitavam, propiciou que a região fosse incluída nas ordens reais como potencial alvo para uso de violência.⁵⁵⁸

A transformação da Colônia em Império independente viu ressurgirem os apelos à intervenção missionária e à necessidade de uma orientação geral para o trato com os indígenas. Nesse contexto, o próprio Rendon retoma os registros de seu trabalho como diretor geral das aldeias de São Paulo, reapresentando-os no final de 1823 e assinalando serem sua contribuição para que fosse criado um “plano geral de civilização e catequese dos índios”.⁵⁵⁹ Não apenas não havia qualquer definição nesse sentido naquele momento, como o mesmo Ato Adicional que criara as Assembleias Legislativas Provinciais previa que esse fosse o domínio no qual seriam determinadas as políticas relacionadas ao trato com os indígenas, ou seja, os legisladores da cada província recebiam autonomia para definir seus regulamentos acerca da questão, além de destinarem-lhe parcelas do orçamento.⁵⁶⁰ A ausência de uma legislação⁵⁶¹ de escopo

⁵⁵⁸ Ibid., p. 63-64.

⁵⁵⁹ RENDON, op. cit., p. 38. Ver SPOSITO, op. cit., p. 158-160.

⁵⁶⁰ “[...] o período regencial trouxe alguns desdobramentos com relação à questão [indígena]. Nessa fase da história política do Estado brasileiro pôde ser percebida a total falta de diretriz por parte do Império sobre os índios. De fato, a partir do Ato Adicional à Constituição, elaborado em 1834 sob os intentos de descentralização administrativa de parte expressiva dos parlamentares do período, a temática indígena, que desde o primeiro momento vinha pedindo uma resolução geral por parte do Império, passou efetivamente à esfera provincial durante a Regência.” Ibid., p. 97.

⁵⁶¹ No que concerne o trato com os indígenas, dois campos abrem-se como possibilidades de discussão, a saber, a análise das legislações aplicadas desde o período colonial e os embates entre nativos e colonos ou brasileiros, que invariavelmente indicavam dinâmicas distintas daquelas enunciadas pela regulamentação. Sobre essa última questão, vários são os trabalhos que abarcam confrontos locais, tais como os ocorridos nas áreas oeste e, principalmente, sudoeste da província de São Paulo, apresentados na obra de Fernanda Sposito, que temos mencionado. No que se refere à legislação, destacamos os capítulos da coletânea *História dos índios no Brasil* que abordam desde o início da colonização até o oitocentos. PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 115-132. CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: _____, op. cit., p. 133-154.

geral, para todo o Império, que só seria formulada em 1845 – o chamado Regulamento das Missões –, não indicou a diminuição ou a inexistência de conflitos entre brasileiros e indígenas⁵⁶² no período, tampouco a minoração dos debates a esse respeito.

Na província de São Paulo, continuavam as aproximações entre paulistas e nativos habitantes dos sertões, sobre as quais se pode afirmar que eram ora amistosas ora violentas. É notável o reconhecimento, por parte das autoridades e de alguns particulares, de que o contato pacífico – pautado pela troca de presentes e até pelo oferecimento de tutela ou terras para instalação de grupos indígenas – seria mais benéfico do que as guerras, pois as alianças e a sucessiva fixação dessas populações possibilitavam seu uso na consolidação da posse de terras frente aos indígenas hostis. Essa estratégia é patente nas práticas adotadas por João da Silva Machado, o barão de Antonina, com relação aos nativos que surgiram em sua fazenda, pelo ano de 1843, aos quais distribuiu tecidos e objetos, além de defender que lhes fossem concedidas terras que pudessem ocupar. Com a permanência dos indígenas, agora considerados mansos, esses terrenos iam convertendo-se em áreas devassadas e livres de inimigos.⁵⁶³ Mais do que isso, Machado significou o encontro dos domínios locais, provinciais, nacionais e intelectuais,⁵⁶⁴ por sua atuação e cargos que ocupou:

A notoriedade do Barão de Antonina deveu-se em primeiro lugar ao espaço político e intelectual que teve dentro do Império à sua época, rompendo os limites do espaço paulista, tendo ganhado destaque político após ter ajudado a debelar a chamada Revolução Liberal de 1842 em São Paulo. Depois disso, teve diversos âmbitos de atuação, tendo sido nobilitado barão, tornando-se membro do IHGB, publicando em suas revistas relatos de expedições sobre

⁵⁶² Com o advento da Independência, instaurou-se o debate acerca do pertencimento de cada grupo populacional à sociedade nacional. Os contingentes de escravizados estavam ausentes dessa discussão, por serem considerados propriedades na legislação vigente. Já os indígenas enfrentavam dupla negação. Por um lado, eram dificilmente encarados como potenciais cidadãos, ou seja, indivíduos que desfrutariam de poder político. Por outro, também não eram vistos como brasileiros, por serem parte de outras nações – ainda que o termo “nação”, quando empregado em relação aos nativos, tal como acontecia desde o princípio da colonização, não tivesse a mesma conotação daquela oriunda do conceito de Estado nacional, territorialmente referenciado. Ver SPOSITO, op. cit., p. 23-40.

⁵⁶³ Ibid., p. 252.

⁵⁶⁴ “Suas pretensões de conquista territorial, a fim de expandir seus negócios, atrelado ao discurso do progresso e da civilização, tiveram um encaixe perfeito nas pretensões do Império brasileiro. Finalmente, os elos do poder deste Estado foram unidos, criando correspondência entre as práticas dos moradores das distantes vilas paulistas e um projeto de Estado de intelectuais e políticos da Corte no que se referiria às populações indígenas.” Ibid., p. 250.

matas e indígenas ainda não controlados pelos nacionais, a partir da década de 1840, tendo sido também senador. Além disso, Antonina foi símbolo de um projeto de Estado que, em relação aos indígenas, foi sintetizado através do ‘Regulamento acerca das missões de catequese dos índios’ de 24/06/1845 [...].⁵⁶⁵

Além de atrelar a escala dos conflitos locais aos debates que ocorriam nos espaços de deliberação da província e do governo geral, Machado sintetiza, de certa maneira, as relações entre as esferas dos políticos e dos letrados. Esses reuniam-se, em grande parte, no recém-fundado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), tal como o próprio barão de Antonina faria, de acordo com o excerto antes transcrito. Não nos aprofundaremos sobre o papel do Instituto e seus desdobramentos para a historiografia brasileira e os rumos da nação e da nacionalidade – é suficiente dizer que seus membros tinham clara preocupação com a articulação do passado colonial à nova realidade, sobre a qual seus trabalhos buscavam incidir diretamente.⁵⁶⁶ No contexto de coleta, seleção e divulgação de fontes sobre a Colônia, a fim de construir um significado para esse período na história nacional, foram transcritas, inclusive, partes das obras redigidas por Pedro Taques e frei Gaspar, especificamente suas notas sobre a fundação da capitania de São Vicente.⁵⁶⁷

⁵⁶⁵ Ibid., p. 248.

⁵⁶⁶ “É bem conhecido o papel desempenhado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na formação de um discurso historiográfico nacional. Em meio aos debates ali travados, um conjunto de temas e de regras foi estabelecido como componentes discursivos que permitem identificar a construção de uma determinada ‘retórica da nacionalidade’. Fazendo uso desses elementos retóricos, os letrados do Segundo Reinado estabeleciam uma relação com o passado pré-Independência, cujos traços esforçavam-se em resgatar, arquivar e publicar em sua revista. Com essa operação, que visava, em um primeiro momento, tornar possível a escrita de uma futura e necessária história do Brasil, esses letrados também estavam estabelecendo uma *tradição*. Materializada através de textos como os de Anchieta, Nóbrega, Vieira, Soares de Souza, Gandavo, entre tantos outros, essa tradição permitia tornar inteligível um passado que deveria ser entendido agora enquanto ‘nacional’. Portanto, através da leitura, crítica e publicação desses autores coloniais, os letrados do IHGB podiam selecionar e valorizar certas características que *pré-figuravam* o devir do Império do Brasil, como uma unidade histórica e política que se efetivava enquanto realidade no momento mesmo de sua enunciação.” TURIN, Rodrigo. *Tessituras do tempo: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p. 30-31, grifos do original.

⁵⁶⁷ Logo na primeira década de circulação do periódico do Instituto, foram publicados “Extracto da memorias para a Historia da Capitania de S. Vicente, pelo Beneditino Frei Gaspar da Madre de Deus, natural de S. Paulo” e “Historia da capitania de S. Vicente desde a sua fundação por Martim Affonso de Sousa em 1531: escripta por Pedro Tacques de Almeida Paes Leme em 1772”, em três partes. MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. Extracto da memorias para a Historia da Capitania de S. Vicente, pelo Beneditino Frei Gaspar da Madre de Deus, natural de S. Paulo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*

Interessa-nos apontar que a questão indígena teve posição central nas atividades e publicações da instituição ao longo do século XIX, o que já pode ser observado em sua primeira década de fundação, conforme indicado na Tabela 8, que contém os documentos e artigos sobre o tema publicados nos primeiros nove tomos da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB).⁵⁶⁸ A relevância dessas reflexões espalhava-se para além dos círculos intelectuais, constituindo fundamentação para as legislações formuladas no período, como no próprio caso do Regulamento das Missões, tanto pela transmissão desses conteúdos, como pela intersecção dos espaços intelectuais e políticos.⁵⁶⁹

Tabela 8 – Peças diretamente relacionadas à questão indígena publicadas na primeira década de circulação da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*

TOMO	N.	P.	ANO	TÍTULO	AUTORIA ORIGINAL
1	1	21 a 44	1839	Historia dos Indios Cavalleiros ou da nação Guaycurú, escripta no real presidio de Coimbra por Francisco Rodrigues do Prado – Traslada de um manuscripto offerecido ao Instituto pelo socio correspondente José Manuel do Rosario	Francisco Rodrigues do Prado
1	3	123 a 128	1839	Programma: Se a introdução dos escravos Africanos no Brazil embarça a civilização dos nossos indigenas, desenvolvida na sessão de 16 de Fevereiro por Januario da Cunha Barbosa, secretario perpetuo do Instituto	Januario da Cunha Barbosa
1	3	129 a 133	1839	A mesma materia desenvolvida pelo socio effectivo José Silvestre Rebello	José Silvestre Rebello
1	3	156 a 177	1839	Noticia sobre os Indios Tupinambás, seus costumes, etc. extractada de um manuscripto da Bibliotheca de S. M. o Imperador	s/a

Brasileiro, Rio de Janeiro, t. 4, n. 14, p. 202-206, 1842; LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. Historia da capitania de S. Vicente desde a sua fundação por Martim Affonso de Sousa em 1531: escripta por Pedro Tacques de Almeida Paes Leme em 1772. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 9, p. 137-178, 2º trimestre, 1847; t. 9, p. 293-327, 3º trimestre, 1847; t. 9, p. 445-475, 4º trimestre, 1847.

⁵⁶⁸ Note-se que o assunto figurava também em outras peças publicadas no periódico. Entretanto, enumeramos aqui apenas aquelas em que a temática é central e diretamente indicada.

⁵⁶⁹ “[Na década de 1840,] os legisladores foram respondendo a essas demandas explicitadas pelo forte debate e pela campanha em prol de um projeto civilizador dos índios por parte de Império, oriunda do IHGB. Como a solução pela via da catequese foi amplamente defendida pelos intelectuais, essa pareceu para o governo imperial como a solução mais adequada. Tal processo torna mais concreta a hipótese de que foi esse movimento de discussão e valorização dos índios a partir de 1838, desencadeado pelo IHGB, que forneceu subsídios para a elaboração da primeira lei geral do Império relativa ao tema. Assim, muitas das ideias de Januário da Cunha Barbosa, principal porta-voz das necessidades de controle das populações indígenas do Instituto, iriam figurar no espírito da lei implementada em 1845 [Regulamento das Missões].” SPOSITO, op. cit., p. 132.

TOMO	N.	P.	ANO	TÍTULO	AUTORIA ORIGINAL
2	-	3 a 18	1840	Programma: Qual seria hoje o melhor systema de colonizar os Indios entranhados em nossos sertões – Desenvolvido na sessão de 25 de Janeiro pelo Conego J. da C. Barbosa, Secretario Perpetuo do Instituto	Januario da Cunha Barbosa
2	-	338 a 374	1840	Principio da 2ª Parte do Thesouro, que trata dos Indios do Amazonas, da sua fé, vida, costumes – copiada de um MS. da Bibliotheca Publica do Rio de Janeiro	s/a
3	9	53 a 63	1841	Memoria sobre a necessidade do estudo e ensino das linguas indigenas do Brasil, por Francisco Adolpho de Varnhagen	Francisco Adolpho de Varnhagen
3	10	184 a 196	1841	Memoria sobre as nações gentias que habitam o Continente do Maranhão – Escripta em 1819 pelo Major graduado Francisco de Paula Ribeiro	Francisco de Paula Ribeiro
3	11	297 a 321	1841	Continuação da Memoria sobre as nações gentias que habitam o Continente do Maranhão, escripta em 1819 pelo Major graduado Francisco de Paula Ribeiro	Francisco de Paula Ribeiro
3	12	442 a 456	1841	Continuação da Memoria sobre as nações gentias que habitam o Continente do Maranhão, escripta em 1819 pelo Major graduado Francisco de Paula Ribeiro	Francisco de Paula Ribeiro
4	14	168 a 201	1842	Programma: Qual era a condição social do sexo feminino entre os indígenas do Brasil? – Desenvolvido pelo Socio effectivo o Sr. José Joaquim Machado de Oliveira	José Joaquim Machado de Oliveira
4	15	295 a 317	1842	Memoria sobre as aldêas de Indios da Provincia de S. Paulo, segundo as observações feitas no anno de 1798: por José Arouche de Toledo Rendon	José Arouche de Toledo Rendon
4	15	331 a 349	1842	A celebração da paixão de Jesus Christo entre os Guarany: por José Joaquim Machado de Oliveira, Socio effectivo do Instituto	José Joaquim Machado de Oliveira
5		72 a 76	1843	Noticia da fundação e principios da Aldêa de S. João de Queluz, Provincia de S. Paulo	s/a
5	18	199 a 218	1843	Investigações sobre as povoações primitivas da America, etc. por Warden; traduzidas pelo Conego Januario da Cunha Barbosa, da obra intitulada – Antiguidades Mexicanas	Januario da Cunha Barbosa
6	22	133 a 155	1844	Programma: Se todos os Indigenas do Brazil, conhecidos até hoje, tinham idéa de uma unica Divindade, ou se a sua Religião se circumscrevia apenas em uma mera e supersticiosa adoração de fetiches; se acreditavam na immortalidade da alma, e se os seus dogmas religiosos variavam conforme as diversas nações ou tribus? No caso da affirmativa, em que differençavam elles entre si? - Desenvolvido pelo Socio correspondente o Sr. José Joaquim Machado de Oliveira	José Joaquim Machado de Oliveira
6	23	297 a 317	1844	Memoria sobre usos, costumes, e linguagem dos Apiacás, e descobrimento de novas minas da Provincia de Matto-Grosso, pelo Exm. Conego ex-Presidente da mesma Provincia, José da Silva Guimarães, Socio correspondente do Instituto	José da Silva Guimarães
6	24	460	1844	Documentos Officiaes Nº 4 – Officio do Governador, participando ao Ministerio, não só conter riqueza de ouro os corregos da Estrada de Minas, como de haver tres familias de Indios Puris procurado aldearem-se junto ao Quartel da Villa do Principe	s/a

TOMO	N.	P.	ANO	TÍTULO	AUTORIA ORIGINAL
7	25	94 a 101	1845	Museu de Antiguidades Americanas, fundado em Copenhagen pela Sociedade Real dos Antiquarios do Norte, sob proposta de seu Secretario o Sr. C. C. Rafn, Membro do Instituto Historico e Geographico Brasileiro	s/a
7	26	204 a 212	1845	Parecer sobre o aldeamento dos Indios Uaicurús, e Guanás, com a descripção dos seus usos, religião, estabilidade, e costumes, por Ricardo Franco de Almeida Serra	Ricardo Franco de Almeida Serra
7	26	213 a 218	1845	Resposta do General Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao Parecer supramencionado	Caetano Pinto de Miranda
8	1	69 a 80	1846	Colecção de etymologias brasilicas, por Fr. Francisco dos Prazeres Maranhão, membro correspondente do Instituto	Francisco dos Prazeres Maranhão
8	2	204 a 253	1846	Noticia racionada sobre as aldêas de indios da provincia de S. Paulo, desde o seu começo até à actualidade; pelo Sr. coronel José Joaquim Machado de Oliveira, membro effectivo do Instituto	José Joaquim Machado de Oliveira
8	2	254 a 261	1846	Informação dos casamentos dos indios do Brasil, pelo padre José d'Anchieta. Manuscripto offerecido ao Instituto pelo socio correspondente o Sr. Francisco Adolpho de Varnhagen	José de Anchieta
8	3	376 a 390	1846	Copia da carta que o alferes José Pinto da Fonseca escreveu ao Ex.mo general de Goyazes, dando-lhe conta do descobrimento de duas nações de indios	José Pinto da Fonseca
8	4	494 a 511	1846	Os Orizes conquistados; ou noticias da conversão dos indomitos Orizes Procazes, povos habitantes e guerreiros do sertão do Brazil; na qual se descreve tambem a aspereza do sitio da sua habitação, a cegueira de sua idolatria, e barbaridade dos seus ritos; por José Freire de Monterroyo Mascarenhas	José Freire de Monterroyo Mascarenhas
9	1º Trim estre	107 a 113	1847	Noticia sobre os Botocudos, acompanhada de um vocabulario de seu idioma e algumas observações: por Mr. Jomard, membro honorario do Instituto	Jomard
9	4º Trim estre	548 a 554	1847	Creação da directoria dos indios na provincia de Mato Grosso. Officio dirigido ao Governo Imperial em 1846 pelo presidente da mesma provincia o Sr. coronel Ricardo José Gomes Jardim	s/a

Como se vê, no tomo 4 da publicação, datado de 1842, foi reproduzido o mencionado registro escrito por José Arouche de Toledo Rendon, sobre as aldeias que pode observar no final do século anterior. Tendo falecido oito anos antes, o tenente-general não chegou a participar da criação do IHGB, mas foi reconhecido nas páginas de seu periódico, pela “vida sempre laboriosa, votada ao serviço da patria e da humanidade”,⁵⁷⁰ nas palavras do sobredito Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, membro da primeira legislatura paulista. Dentre as homenagens, destaca-se a referência à sua

⁵⁷⁰ GURGEL, Manoel Joaquim do Amaral. Biographia dos Brasileiros Illustres por Armas, Lettras, Virtudes, etc. – tenente-general José Arouche de Toledo Rendon. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 5, n. 20, p. 522-526, 1843, p. 526.

participação nas reivindicações pela independência da então Colônia – memória que harmoniza com a menção à pátria, de certo modo incoerente com a maior parte das ações de Rendon, direcionadas à Coroa portuguesa, à qual se reputava leal. Vê-se, assim, um exemplo patente do tipo de construção empreendida pelos membros do Instituto, adequando os eventos do passado às pretensões correntes, além das relações entre a participação política e os círculos intelectuais.

As análises acerca da produção e atuação dos integrantes do IHGB atrelam suas reflexões sobre as formas mais adequadas de lidar com os grupos indígenas remanescentes nos sertões e matas do recém-criado território imperial aos debates em curso acerca da necessidade crescente de mão de obra, tanto pelo aumento das lavouras de cana de açúcar e café, quanto pela paulatina pressão pela extinção do tráfico de escravizados e da escravidão de modo geral.⁵⁷¹ Segundo Manoel Luiz Salgado Guimarães, havia a preocupação de “uma ação conjunta de índios e negros, em vez da desejada integração dos índios na sociedade dominada por brancos”,⁵⁷² o que forçava a necessidade de resolução da questão.⁵⁷³ Nesse sentido, o papel do Instituto, por meio da atuação intelectual de seus membros, era claro: “A reflexão a respeito dos índios devia contribuir para o desenvolvimento de eventuais alternativas à escravidão”.⁵⁷⁴ Ainda assim, é na ocupação das terras que esse contingente aparece como maior preocupação, ponto de especial interesse para a província de São Paulo, no momento em que as elites projetavam a expansão de suas lavouras exportadoras:

⁵⁷¹ Rodrigo Turin analisa os discursos dos intelectuais do IHGB, a partir das publicações em seu periódico, sem, contudo, atentar para a relação dessa atuação com a formulação do Regulamento das Missões. De modo geral, os debates giravam em torno da possibilidade ou não de os indígenas integrarem-se à civilização, desfazendo-se de seus costumes e modo de vida: “[...] a elaboração de um projeto historiográfico para a nação brasileira estaria diretamente vinculada à reflexão sobre a ‘condição’ do selvagem e qual a posição que ele deveria ocupar nesse empreendimento”. TURIN, op. cit., p. 38. Em articulação com essas exposições, surgiam igualmente questionamentos sobre como deveria dar-se o enquadramento dessas populações no passado do Império brasileiro. Na ausência de elementos que pudessem compor a historicidade dos nativos, foram desenvolvidas pesquisas de caráter etnográfico, arqueológico e linguístico, por parte dos membros do Instituto, de modo a possibilitar a reconstituição dos tempos anteriores desse contingente e, assim, conferir sentido a sua presença na história e no território brasileiros. Ver Ibid., A “obscura história” indígena: o discurso etnográfico no IHGB (1840-1870). In: _____, op. cit., p. 27-89.

⁵⁷² GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p. 159.

⁵⁷³ O autor aponta ainda, com menor destaque, para a proteção das fronteiras como motivação para o debate acerca dos grupos nativos. Ibid., p. 151-152.

⁵⁷⁴ Ibid., p. 154.

[...] os índios bravios do interior eram vistos como um obstáculo à ocupação. Numa etapa mais avançada até se poderia pensar na transformação destes ‘selvagens’ em mão-de-obra nacional, como idealizara Bonifácio⁵⁷⁵ em 1823 e até mesmo Rendon em 1798. No entanto, é perceptível que num primeiro momento eles apareciam como *um estorvo, um obstáculo a ser removido*.⁵⁷⁶

Daniel Pedro Müller, além de ser um dos agentes do processo de consolidação das fronteiras da província paulista e de expansão da fronteira agrícola, também fez parte da encruzilhada intelectual e política representada pelo IHGB, do qual era sócio honorário. No tomo 4 do periódico do Instituto, publicado em 1842, consta a “Memoria sobre o descobrimento e colonia de Guarapuava”,⁵⁷⁷ doada pelo marechal, àquela altura já falecido. O manuscrito havia sido redigido pelo padre Francisco das Chagas Lima, que serviu como missionário, nas primeiras décadas do oitocentos, na catequese empreendida no aldeamento do chamado Campo de Guarapuava, no sudoeste paulista, a oeste de Curitiba. Sabe-se que, em 1838, o dito aldeamento ainda existia, “no mesmo estado, notando-se sómente, que os selvagens, posto que se aproximem algumas vezes da Povoação, comtudo não tem feito aggressões, e antes se mostram mais pacíficos”,⁵⁷⁸ segundo o presidente da província, Bernardo José Pinto Gavião Peixoto. Em seu discurso, consta ainda referência “ao reconhecido zelo, e patriotismo do Tenente Coronel João da Silva Maxado na organização das Companhias de Permanentes destinadas a conter os Indios selvagens no Campo das Palmas, e na Estrada da Matta”,⁵⁷⁹ localizadas ao sul de Guarapuava. Trata-se do próprio barão de Antonina, cujos esforços e a mobilização pela expansão da ocupação territorial relatamos anteriormente.

⁵⁷⁵ A autora refere-se a José Bonifácio de Andrada e Silva – irmão de Martim Francisco Ribeiro de Andrada, sobre o qual tratamos anteriormente –, que redigiu, em 1823, o texto “Apontamentos para a civilização dos Indios Bravos do Imperio do Brazil”, em que se manifesta a favor da integração dos indígenas, por meio da atuação de religiosos e da criação de aldeamentos. Ver SPOSITO, op. cit., p. 74-75.

⁵⁷⁶ Ibid., p. 162, grifos nossos.

⁵⁷⁷ LIMA, Francisco das Chagas. Memoria sobre o descobrimento e colonia de Guarapuava, escripta pelo Padre Francisco das Chagas Lima – MS. oferecido ao Instituto pelo Socio honorario o Sr. Marechal Daniel Pedro Müller. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 4, n. 13, p. 43-64, 1842.

⁵⁷⁸ PEIXOTO, Bernardo José Pinto Gavião. *Discurso que o presidente da provincia de São Paulo dirige á Assembléa Legislativa Provincial na abertura da sua sessão ordinaria em 7 de janeiro de 1838*. São Paulo: Typographia do Governo, 1838, p. 5.

⁵⁷⁹ Ibid., p. 6.

Figura 46 – Detalhe do *Mappa da Provincia*, indicando os rios navegados nas expedições encomendadas pelo barão de Antonina e, na elipse, o Campo de Guarapuava. Nesse momento, o horizonte de expansão era a porção sudoeste da província. Na representação, utilizamos como base o exemplar que pertenceu a sir Richard Burton. Fonte: Huntington Library, Rare Books Department, Maps.

O interesse nesse documento, por parte de Müller, pode ser atribuído à própria confecção da estatística e do mapa provincial que lhe foram encomendados, já que o texto do religioso contém informações referentes à história do povoamento na área e ainda às condições geográficas e hidrográficas da região. Nota-se, contudo, que a cartografia produzida pelo marechal não indica a existência do aldeamento, assinalando apenas a nomenclatura geral “Campo de Guarapuava”, conforme indicado na Figura 46. Mesmo os aldeamentos indígenas mais antigos e consolidados não são representados no *Mappa da Provincia* como tais, e sim como freguesias e capelas curadas. Em verdade, não há nenhum registro desse tipo de ocupação no dito mapa, destituindo os indígenas de quaisquer terras que lhes tivessem sido designadas, em conformidade com os debates correntes em São Paulo.⁵⁸⁰ Em continuidade e de maneira consonante, vemos o barão de Antonina publicar, ainda na primeira década de veiculação da RIHGB, dois itinerários de explorações que mandou realizar, entre 1844

⁵⁸⁰ Ver BEIER, José Rogério. De aldeias a freguesias e vilas: o processo de dissolução das aldeias indígenas na representação cartográfica do território de São Paulo (1765-1837). In: VI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL, 2016, Salvador. *Anais eletrônicos do VI Encontro Internacional de História Colonial*, 2017, p. 894-909.

e 1847, na 5ª Comarca da província, em seu extremo sul, estendendo-se para oeste até o Mato Grosso,⁵⁸¹ cujas direções principais podem ser divisadas na mesma Figura 45. Ao cruzar pelo rio Paranapanema, essas expedições – referidas no relato como “bandeiras”, em referência às práticas sertanistas dos séculos anteriores – adentravam o “sertão desconhecido” estampado no mapa provincial, poucos anos após sua impressão. Vê-se, assim, as estratégias de aproximação e fixação dos indígenas, subsidiadas por Antonina,⁵⁸² proporcionando a ampliação das áreas trafegáveis e cultiváveis dentro do território paulista e a eliminação dos grupos hostis aos interesses de suas elites.

IMAGENS, REPRESENTAÇÕES E MÉTODOS EM CIRCULAÇÃO

No encalço de investigar a transmissão das ideias acerca da presença e das possíveis utilidades dos indígenas, contidas nos textos analisados no item anterior, tomaremos mais detidamente a estatística composta por Müller, cuja circulação pode ser considerada restrita, sendo disponibilizada praticamente apenas para “agentes da burocracia ligados aos órgãos dos governos de São Paulo e da Corte”.⁵⁸³ Podemos traçar algumas condicionantes da pouca distribuição desse documento, entre as quais a primeira delas certamente é o costume. No contexto do nascer do Império brasileiro, a publicização de documentos administrativos e políticos não era um requisito, muito menos um direito de alguma sorte. Além disso, as restrições na formação de pessoas letradas resultavam em um público potencial pequeno para eventuais divulgações de textos dessa natureza, ainda que seja possível aventar a hipótese de que esses documentos fossem lidos em voz alta nas praças de vilas e cidades. Cabe investigar, dentro do panorama das práticas de circulação de registros oficiais no período, os

⁵⁸¹ ELLIOT, João Henrique. Resumo de itinerario de uma viagem exploradora pelos rios Verde, Itareré, Paranapanema, e seus afluentes, pelo Paraná, Ivahy e sertões adjacentes, emprehendida por ordem do Exm. Sr. barão de Antonina. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 9, p. 17-42, 1º trimestre, 1847; _____. Itinerario das viagens exploradoras emprehendidas pelo Sr. barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da villa de Antonina e o Baixo Paraguay na provincia de Mato Grosso: feitas nos annos de 1844 a 1847 pelo sertanista o Sr. Joaquim Francisco Lopes, e descriptas pelo Sr. João Henrique Elliot. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 10, p. 153-177, 2º trimestre, 1848.

⁵⁸² Outras descrições das práticas dos moradores de São Paulo frente aos encontros com indígenas nesse período podem ser apreendidas em SPOSITO, op. cit., cap. 5, p. 191-213.

⁵⁸³ BEIER, 2015, op. cit., p. 131.

aspectos de reprodutibilidade e de ampliação da disponibilidade de determinados produtos da administração pública paulista. Tais características distinguiriam a estatística de 1827 do *Quadro Estatístico*, realizado dez anos depois, agora sob os direcionamentos de uma recém-criada Assembleia Legislativa Provincial, e cujos trabalhos aconteceram praticamente no mesmo período de feitura do referido mapa de seu território.

Apesar da sensível discrepância entre as datas originais de publicação, o livro que continha a estatística e a cartografia foram finalizados no mesmo ano de 1837 e são produtos ordenados quase simultaneamente. Em legislação aprovada em 11 de abril de 1835, foram publicadas as orientações segundo as quais o governo provincial estava “autorizado a despender o que for necessario para a redacção e impressão da estatistica da província”.⁵⁸⁴ No primeiro artigo, a lei descreve os conteúdos que deveriam constar da estatística, envolvendo: dados censitários gerais, divisão administrativa, quantificação da força policial, informações sobre os estabelecimentos religiosos (incluindo suas fábricas e as respectivas produções), presença de fazendas de café, cana-de-açúcar e outros produtos, exportação e importação, estradas e demais infraestruturas de comunicação, formas de transporte e rendas provinciais e municipais.

Esse documento não menciona a produção de um mapa do território – em verdade, não compulsamos em nossa pesquisa nenhuma lei, ofício ou similar que aponte diretamente para a encomenda da referida cartografia. No entanto, alguns indícios das motivações que levariam à sua feitura podem ser identificados nos papéis da legislatura paulista. Segundo ofício de 17 de fevereiro de 1835, três dias antes, a Assembleia Legislativa havia solicitado ao presidente da província que remetesse um mapa de seu território, “para à vista d’elle a Comissão de Industria, Comercio, e trabalhos Publicos emittir a Sua opinião sobre os negocios comettidos ao seo exame”.⁵⁸⁵ Pelo documento, inferimos que havia apenas um exemplar dessa cartografia em circulação nas instâncias de administração pública, e o pedido de seu envio teria sido atendido, com a indicação da necessidade de restituição do mapa assim que

⁵⁸⁴ ALPSP, Lei n. 16, de 11 de abril de 1835. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1835/lei%20n.16,%20de%2011.04.1835.pdf>>. Acesso em: 2 Out. 2015.

⁵⁸⁵ ALPSP, Pedido de um mapa da província, Acervo Histórico, caixa 351, p. 1, código 39, documento 12310.

possível. A falta de representações cartográficas atualizadas e disponíveis é também mencionada, no mesmo período, como motivo para a impossibilidade de emissão de um parecer sobre a abertura de estradas para Goiás e Cuiabá.⁵⁸⁶

A demanda por um mapa que permitisse ao governo provincial preparar planos para seu território, bem como a necessidade de pessoal instruído para a materialização dos eventuais projetos, provavelmente fizeram parte das intenções e interesses que levaram à criação do Gabinete Topográfico, conforme designado pela Lei n. 10, de 24 de março de 1835. Segundo consta, a instituição seria composta da seguinte maneira:

Art. 1.º - Haverá na capital da provincia um gabinete topografico, contendo:

1.º - Um director.

2.º - Uma escola para estradas.

3.º - Os instrumentos necessarios para trabalhos geodesicos.

4.º - A collecção de todos os documentos topograficos da provincia, que se puder obter.

5.º - Uma bibliotheca analoga ao estabellecimento.⁵⁸⁷

É notável que a legislação instruía, sobre “os instrumentos, livros, mappas, e mais papeis do gabinete”, que se deveria “Fazer extrahir as copias necessarias, não deixando sahir do gabinete os originaes por motivo algum”,⁵⁸⁸ o que nos indica a preocupação com esses documentos e sua escassez material. Ainda que não se possa definir precisamente o momento oficial da solicitação de criação do *Mappa da Provincia*, parece seguro afirmar sua concomitância com a encomenda da estatística, em função de serem designados ao mesmo executor – o supramencionado marechal Daniel Pedro Müller – e serem referidos como um conjunto no discurso de inauguração do presidente da província Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, no início de 1838.⁵⁸⁹

⁵⁸⁶ ALPSP, Solicitação de abertura de estrada para Goiás, Acervo Histórico, caixa 324, p. 14, código 39, documento 8523.

⁵⁸⁷ ALPSP, Lei n. 10, de 24 de março de 1835. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1835/lei%20n.10,%20de%2024.03.1835.pdf>>. Acesso em: 2 Set. 2016.

⁵⁸⁸ Id.

⁵⁸⁹ Na ocasião, o presidente informava à Assembleia Legislativa que a estatística estava na tipografia e o mapa havia sido enviado para a França, onde seria impresso. É notável que Peixoto refere-se à estatística como “memorias e quadros”, indicando um entendimento específico desse tipo de produção, com traços das dissertações e textos produzidos anteriormente por membros da administração e outras figuras da sociedade letrada paulista. ALPSP, *Anais da ALPSP – 1838*. São Paulo: ALPSP, 1938, p. 63.

Se tomarmos a estatística e o mapa provincial em relação ao conjunto documental disponível no começo do século XIX que diz respeito à província e antes capitania de São Paulo – ofícios e correspondências referentes à administração pública, recenseamentos, mapas e plantas –, nota-se que as peças produzidas no final da década de 1830 tinham uma característica que as diferenciaria consideravelmente das anteriores, a saber, a impressão em detrimento da feitura manuscrita. Desde a encomenda original da estatística, já era prevista a reprodução e distribuição de dezenas de cópias do documento, que deveriam ser encaminhadas para todas as demais Assembleias, além de diversas instâncias do governo central, como se apreende no parágrafo quarto da Lei n. 16:

O Governo remetterá para a secretaria da assembléa provincial 40 exemplares da estatistica assim organizada; e igualmente 5 á camara dos senadores, 10 á dos deputados da nação, 2 ao governo central, e 1 a cada uma das assembléas provinciaes do imperio.⁵⁹⁰

A demora na finalização da publicação fez com que o produto fosse impresso apenas na legislatura seguinte (1838-1839), não sem antes passar por consideráveis percalços. Em comunicado, o então presidente da província tece considerações bastante negativas sobre o andamento dos trabalhos sob coordenação da Comissão de Estatística, chefiada por Müller:

A extraordinaria demora que tem havido na remessa dos esclarecimentos pedidos para a organização da Estatistica da Provincia, dando os Juizes de Paz como causal disto a ignorancia da mór parte dos Inspectores dos Quarteirões; o desarranjo dos Mappas e Tabellas, que de alguns lugares tem sido remettidos, e outras circunstancias [...].⁵⁹¹

⁵⁹⁰ ALPSP, Lei n. 16, de 11 de abril de 1835, op. cit.

⁵⁹¹ ALPSP, Demora na organização da Estatística Provincial, Acervo Histórico, caixa 392, p. 6, código 39, documento 13792.

O atraso e evidente despreparo parecem ter causado considerável insatisfação em Peixoto,⁵⁹² que estaria preocupado em intensificar a exploração do território e explorar possibilidades desconhecidas:

[...] sendo a Provincia tão rica de productos naturaes, e convindo investigar muitas outras cousas uteis, de que hé mister ter conhecimento, nenhuma noticia podem dar a respeito Officiaes de Quarteirões, que nem sequer sabem encher Tabellas, cujos modellos se enviarão, relativas unicamente á população.⁵⁹³

Para dar fim à morosidade dos trabalhos, o governo provincial opta por rescindir a atuação da mencionada Comissão e centralizar as atividades então sob sua tutela. Ao que tudo indica, essa ação foi baseada em considerações feitas pelo próprio Müller: “Comunicando porem o referido Marechal Muller o que consta do Officio, copia inclusa, o Ex.mo S.r Presidente julgou conveniente dissolver aquella ComiSão, eassim ofez por Portaria do 1º do corrente mez [fevereiro] [...]”.⁵⁹⁴

De acordo com outro documento da Assembleia Legislativa paulista, o trabalho de levantamento de dados teria sido considerado encerrado com a dissolução da Comissão de Estatística. Após janeiro de 1837, esse órgão temporário deixou de ser remunerado, mantendo-se apenas um diminuto pagamento “para as pequenas despesas, que ainda se devem fazer com a copia dos trabalhos concluídos, e dos que ainda faltão, huma vez que o Marechal Muller está trabalhando na Carta Corografica da Provincia gratuitamente”.⁵⁹⁵ Parece-nos plausível supor que a mudança proposta por Peixoto foi motivada tanto pelos problemas apontados quanto por seu desejo de acelerar o processo de publicação da estatística. Ainda em fevereiro do mesmo ano, o presidente provincial ordena que sejam enviados

⁵⁹² Não por acaso, Peixoto menciona, no já referido discurso inaugural, a necessidade de sistematizar as atividades de levantamento e divulgação das estatísticas provinciais, por meio da criação de órgãos específicos para esses fins. EGAS, Eugenio. *Galeria dos Presidentes de São Paulo: período monarchico 1822-1889*. São Paulo: Secção de Obras d'O Estado de S. Paulo, v. 1, 1926, p. 67. Apud BEIER, 2015, op. cit., p. 140.

⁵⁹³ ALPSP, Demora na organização da Estatística Provincial, op. cit.

⁵⁹⁴ Id. Infelizmente, o mencionado officio não se encontra anexo a esse comunicado e não foi possível localizá-lo.

⁵⁹⁵ ALPSP, Organização da Estatística Provincial, Acervo Histórico, caixa 391, p. 3, código 39, documento 13784.

[...] todos os Mappas, Tabellas, e memorias organisadas pela Comissão Estatística, as quaes agora se começarão a copiar para serem depois impressas, faltando ainda as Tabellas relativas á alguns Municipios, por não terem chegado até agora os esclarecimentos exigidos, assim como o Mappa Corografico da Provincia, em que trabalha o Marechal Muller.⁵⁹⁶

A celeridade imposta pelas medidas de Peixoto mostrou suas primeiras consequências um ano depois. Em 5 de fevereiro de 1838, são remetidos à Assembleia Legislativa 32 exemplares da primeira parte da estatística, com o indicativo de envio das demais cópias exigidas, assim que fosse possível.⁵⁹⁷ A publicação impressa de documentos produzidos pelo governo provincial paulista era resultado de uma orientação direta, apontada em legislação do primeiro ano de funcionamento de sua Assembleia. Em seu artigo primeiro, lê-se: “O Governo fica autorisado a despender o que for necessario para a impressão, redacção, e destribuição de uma folha diaria”.⁵⁹⁸ Somando essa medida aos parágrafos referentes à distribuição dos exemplares do *Quadro Estatístico*, fica patente a preocupação do governo paulista com a circulação de uma representação oficial, cuja produção poderia controlar firmemente.

Por sua vez, no caso do *Mappa da Provincia*, essa intenção mostrar-se-ia ainda mais pertinente, em função da capilaridade que o documento viria a atingir. Concluída

⁵⁹⁶ ALPSP, Demora na organização da Estatística Provincial, op. cit. Vale notar que esse pequeno conjunto documental em que se discute o andamento dos trabalhos estatísticos sugere que, nessa altura, Müller estava mais envolvido com a produção cartográfica do que com os levantamentos de dados, o que contribuiria para legitimar a dissolução da Comissão de Estatística e o encaminhamento de sua produção para o governo provincial. O próprio marechal demonstra certo descontentamento com o resultado desse trabalho na “Advertência” da publicação original da estatística, em que se remete às dificuldades de execução das atividades, que resultaram em imprecisões na compilação e sistematização dos números totais. Podemos crer ainda que houve certo debate sobre se haveria de fato utilidade na produção de um material cujo maior mérito deveria ser a exatidão, mas que apresentava lacunas consideráveis em função dos problemas apontados. Segundo o encarregado, “A falta de clareza e uniformidade em algumas das tabellas e informações remetidas pelas Autoridades locais, e a demora da remessa d’outras que se referem ao anno de 1836, e que pela mór parte não são senão extractos de rões formados em 1835, são razões que nos obrigão a declarar, que não convem depositar-se inteira confiança nos dados estatísticos, que se servirão de base ao presente ensaio, e que apenas se deverá contar com alguma aproximação á verdade”. Ainda assim, o encarregado defende a obra, afirmando tratar-se de importante passo inicial, que poderia ser posteriormente corrigida e complementada. MÜLLER, op. cit., p. XXIII.

⁵⁹⁷ ALPSP, Remessa de exemplares da primeira parte do Quadro Estatístico Provincial, Acervo Histórico, caixa 392, p. 1, código 39, documento 13524.

⁵⁹⁸ ALPSP, Lei n. 1, de 9 de março de 1835. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1835/lei-1-09.03.1835.html>>. Acesso em: 2 Set. 2016.

em 20 de março de 1837,⁵⁹⁹ a peça foi enviada a Paris, onde seria impressa a partir de chapa de cobre, facilitando a produção do número desejado de cópias e possibilitando ainda futuras alterações. Essas e as demais instruções de impressão e reprodução do mapa teriam sido sugeridas a Joaquim Floriano de Toledo, secretário da Assembleia Legislativa, ainda durante o governo de Peixoto. Assim, foi encomendada à oficina francesa de Alexis Orgiazzi a produção de 80 a 100 cópias, que deveriam ser enviadas a São Paulo junto com a chapa original da impressão.⁶⁰⁰ Em 8 de janeiro de 1842, o mapa é apresentado aos legisladores:

De ordem do Ex.mo Snr. Presidente da Provincia tenho a honra de passar ás mãos de V. S., para que se digne apresentar á Assembléa Legislativa Provincial um exemplar do mappa chorographico d'esta Provincia, desenhado pelo fallecido Marechal Daniel Pedro Muller, e mandado gravar em Paris pelo Governo da Provincia. Virão cem exemplares acompanhados da chapa em que foi aberto o mappa, e muitas pessoas tem querido comprar, mas S. Ex.a não tem querido mandar vender, sem que a Assembléa tenha resolvido sobre o destino que devem ter, por isso V. S. terá a bondade de communicar-me qualq.r resolução que a mesma Assembléa tomar a respeito para conhecimento e direção do Governo.⁶⁰¹

No ano seguinte, em 3 de março, as Comissões de Fazenda e Estatística – reabilitada – interpelavam novamente a Assembleia para que deliberasse sobre a quantidade de exemplares que poderiam ser vendidos, considerando ainda a necessidade de enviar cópias para variadas instâncias do governo provincial.⁶⁰² A requisição foi atendida pelos legisladores e, assim, são remetidos entre um e três mapas para a Secretaria do Governo, a Secretaria do Tesouro, a própria Secretaria da Assembleia e os juízes das sete comarcas que constituíam a província. É notável que essa tenha sido a primeira vez na história administrativa dessa região que um mesmo

⁵⁹⁹ A data consta em ofício de 25 de junho de 1840, enviado por Peixoto a Manuel Machado Nunes, presidente da província na ocasião. APESP, Registro de Offícios Diversos, ordem 880, caixa 85, pasta 3, documento 10. Apud BEIER, 2015, op. cit., p. 197.

⁶⁰⁰ Sobre os processos de encomenda e impressão do mapa provincial, ver Ibid., cap. 4, item 4.4, p. 194-201.

⁶⁰¹ ALPSP, Mapa Corográfico da Província, Acervo Histórico, caixa 396, p. 1, código 39, documento 13873.

⁶⁰² ALPSP, Compra de mapa corográfico da província, Acervo Histórico, caixa 396, p. 1, código 39, documento 13890.

mapa foi enviado simultaneamente a tantos agentes políticos e administrativos, o que certamente facilitaria a implementação de planos referentes à totalidade desse território.

Nos anos e décadas seguintes à publicação, o mapa recebeu atenção considerável mesmo fora do círculo administrativo. Entre as instituições e pessoas que teriam comprado ou às quais foram oferecidas cópias, estão: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado pouco antes da impressão do mapa, em 1838, para o qual é ofertado um exemplar; os Correios, cujo Diretor Geral, do Rio de Janeiro, ordena ao administrador de São Paulo que compre uma das peças que estariam à venda nessa cidade; o Conselho de Engenheiros da Província, que recebe um mapa do governo provincial em 1852 para melhor cumprir seus fins; o viajante e explorador britânico sir Richard Burton, que recebeu em 1866 uma cópia do acervo pessoal do conselheiro Antônio Moreira de Barros e usou-a em suas viagens pela província;⁶⁰³ Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello, o barão de Homem de Mello, que foi presidente da província em 1864;⁶⁰⁴ o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHG-SP), que recebeu uma cópia em 1900; e o Museu Paulista, também em São Paulo, que obteve um exemplar por meio de permuta com a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.⁶⁰⁵ De acordo com esse levantamento, entre os interesses envolvidos na aquisição e divulgação do mapa, podemos destacar aqueles de círculos acadêmicos e de produção do conhecimento em geral.

Além dos exemplares oferecidos, vale ressaltar que mapas e estatísticas, produzidos nas instâncias governativas, eram também apreciados como materiais didáticos, em função das informações que continham e de seu caráter de produção historiográfica. Em 1849 e 1850, um professor público de Primeiras Letras de São Sebastião, Benedicto Xavier Teixeira, solicitou à Assembleia Legislativa que lhe remetesse “um ou mais exemplares das Memórias da Província de São Paulo por Sr. Gaspar da Madre de Deus ultimamente impressas”, que acreditamos tratar-se das mencionadas *Memórias para a história da capitania de São Vicente*.⁶⁰⁶ No final do

⁶⁰³ O exemplar encontra-se atualmente nos arquivos da Huntington Library, em San Marino, nos Estados Unidos, e possui anotações feitas pelo próprio Burton.

⁶⁰⁴ Refere-se à cópia atualmente presente no acervo da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, em São Paulo.

⁶⁰⁵ Ver BEIER, 2015, op. cit., p. 202-206.

⁶⁰⁶ MADRE DE DEUS, op. cit.

requerimento, o professor pede ainda que seja mandado “um Mappa Corographico da Provincia, q. foi impresso junto com as mesmas Memorias”.⁶⁰⁷ Não foi possível obter mais informações sobre o pedido, entretanto, por sua data, nada indica que a cartografia solicitada seja outra que não a produzida por Daniel Pedro Müller. Ainda que Teixeira não pensasse propriamente no *Mappa da Provincia*, a requisição, por si só, indica a relevância desses materiais nos espaços de ensino e, assim, sua participação e permanência no imaginário paulista.

A opção pela impressão e reproduzibilidade, em oposição à composição manual de duplicação e circulação restritas, conferia aos produtos encomendados pela Assembleia Legislativa paulista ares sugestivos de ruptura e inovação – aspectos esses que, de modo geral, podemos identificar nas análises sobre esse conjunto documental, bem como em estudos que tomam esse mapa ou a estatística como fontes.⁶⁰⁸ A maior propagação possível dessas peças reposiciona nosso interesse nos conteúdos e nas ideias que foram difundidos a partir de sua presença material e de sua entrada no conjunto de referências imagéticas disponíveis para construção, transformação e reiteração do imaginário e das narrativas sobre esse território. Tanto a nova representação territorial quanto a descrição que dá ênfase à apresentação ordenada de dados coletados reverberam adequadamente na narrativa historiográfica paulista segundo a qual o século XIX teria enquadrado processos “evolutivos”, por meio dos quais a província e depois estado de São Paulo jamais seria a mesma.⁶⁰⁹

⁶⁰⁷ ALPSP, Remessa de exemplar de Memórias da Província de São Paulo e de mapa corográfico da Província, Acervo Histórico, caixa 430, p. 1, código 39, documentos 14797 e 14557. O segundo pedido, feito no ano seguinte, tem conteúdo praticamente idêntico ao do original, porém o requerente solicita um mapa “Topographico”, o que nos parece apenas um erro, já que aparentemente apenas em 1875 teria sido publicada cartografia com essa denominação, encartada na estatística produzida por Joaquim Floriano de Godoy, que ainda mencionaremos adiante. GODOY, Joaquim Floriano de. *A província de S. Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007 [1875].

⁶⁰⁸ José Rogério Beier encontra na ideia de “transição” o elemento ordenador de sua análise. De acordo com o historiador, Daniel Pedro Müller localizar-se-ia, na “era das transições”, como caracteriza a segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do seguinte. Não apenas, o marechal seria importante agente de uma das frentes dessas transições: “Se por um lado, no campo da política, Müller mais vivenciou as transições tomando pequena parte no desenvolvimento delas, adaptando-se às transformações decorrentes da formação do novo Estado imperial; por outro, no campo mais específico de sua atuação profissional, desempenhou papel fundamental na transição do ensino da engenharia militar para a civil em São Paulo; na transição da cartografia manuscrita para a impressa, também em São Paulo, e, por fim, no desenvolvimento das ciências estatísticas no Brasil”. BEIER, 2015, op. cit., p. 66-67.

⁶⁰⁹ Não podemos deixar de destacar, dentro das construções historiográficas que seriam sintetizadas na ideia da “raça de gigantes” (mencionadas em nota nos capítulos anteriores), a apropriação simbólica

No recorte das permanências presentes em meio às rupturas e das transformações territoriais orientadas por e orientadoras da construção do imaginário, destaca-se a sobredita ausência de identificação de grupos e núcleos indígenas – fossem nações do sertão ou mesmo aldeais –, tanto na representação do mapa provincial quanto no texto da estatística, ainda que, no caso dos aldeamentos, a posse das terras tivesse sido dessas populações desde o século anterior e houvesse registros de sua presença em outros documentos oficiais.⁶¹⁰ O que poderia ser considerado um desconhecimento, equívoco ou distorção das informações, parece-nos indicar, ao contrário, o interesse preciso em desarranjar os mecanismos oficiais e não oficiais por meio dos quais esses grupos buscavam assegurar sua legitimidade sobre seus territórios.

Esse imaginário construído seria, pois, um dos aspectos que contribuiriam para a materialização de projetos políticos, econômicos e de ocupação territorial específicos na província, cujas ideias começaram a ser construídas desde a restauração da capitania e que seriam orientados por seus sucessivos governos – mesmo que de maneira conflituosa, com alternâncias e sem linearidade – e pelas elites que tinham acesso a tais espaços administrativos.⁶¹¹ A potência do conjunto documental composto

feita a partir do evento que culminou na Independência brasileira. A materialidade do “grito do Ipiranga”, ocorrido em terras paulistas, viria a ser mote constante da comprovação de seu sobredito “destino manifesto”, criando uma relação de causalidade entre a presença do imperador nessas terras e sua suposta vocação original. Vale dizer que a estatística de 1838, em seu “Resumo historico da provincia de S. Paulo”, encerra o que podemos chamar de explicação histórica desse território entre a chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral, em 1500, e a “declaração da INDEPENDÊNCIA DO BRASIL, 7 de setembro de 1822, e de que esta Provincia tem a glória de ser no seu solo”. MÜLLER, op. cit., p. 8. Esse formato particular da cronologia paulista não seria abandonado em publicações posteriores de caráter semelhante, mesmo deixando uma grande lacuna entre o último evento registrado e a então contemporaneidade. É o que vemos, por exemplo, na obra *A província de S. Paulo*, de 1875 – produzida para compor as representações brasileiras na Exposição Industrial da Filadélfia, que ocorreria no ano seguinte –, com conteúdo bastante semelhante ao do *Quadro Estatístico* e que também limita sua análise histórica apenas aos acontecimentos que se somam até a Independência. GODOY, op. cit. Vale ainda referenciar a reformulação do Museu Paulista, tal como levada a cabo por Affonso Taunay, em que o episódio passado às margens do rio Ipiranga ganhou destaque central. Trataremos dessa questão no capítulo seguinte.

⁶¹⁰ Retomamos aqui as considerações sobre as possibilidades de representação das nações indígenas, tal como discutido no Capítulo 2, ainda que se trate de outra escala. Sobre o desaparecimento dos símbolos específicos e legendas de aldeias nos mapas da capitania e província de São Paulo, entre meados do século XVIII e início do seguinte, ver BEIER, 2017, op. cit.

⁶¹¹ A discussão sobre as disputas de poder na província de São Paulo nesse período pode ser apreendida pela análise dos interesses em jogo para os principais grupos e famílias da elite paulista, no que se refere a seus intentos econômicos e possibilidades políticas. Tal visada nos parece mais profícua do que a dicotomia entre “liberais” e “conservadores”, categorias cujas atribuições podem ser voláteis nesse

pelo mapa e pela estatística provinciais na construção de um imaginário sobre o território paulista teria como fundamentos: a encarnação de uma representação que eliminava os vestígios das populações indígenas e a reprodução em grandes quantidades do material, para ser distribuído a uma variedade de agentes, localizados em diferentes áreas da província e em diversos campos de atuação.⁶¹² Não apenas a tiragem expressiva, mas também cada aspecto material da estatística – encadernação, número de páginas, distribuição do texto nas páginas, organização do texto, fonte, tipo do papel – e do mapa provincial – dimensões, qualidade do papel, cores, linhas, símbolos, hierarquia das fontes – pode ser associado à criação de uma orientação geral para a leitura e entendimento de seus conteúdos, do uso que deveria ser feito dessas peças e da legitimidade que buscavam estabelecer.

AS IDEIAS E AS PALAVRAS: O INTERMINÁVEL “SERTÃO DESCONHECIDO”

Entre as inovações dos produtos encomendados sob as ordens dos primeiros legisladores paulistas, uma ideia veiculada específica e exclusivamente no *Mappa da Província*, a saber, a imagem do “sertão desconhecido”, desponta como elemento de permanência.⁶¹³ Essa legenda cobre a maior área do mapa e, apesar de corresponder à região oeste da província, aparece em posição central, em função da inclusão de uma porção considerável do então Mato Grosso (ver Figura 44), como visto no Capítulo 1.

momento, variando de posição os agentes, conforme suas intenções. Afora distinções na origem espacial e de suas riquezas, podemos dizer que as famílias paulistas e seus representantes nas esferas de governo tinham intenções semelhantes de prosperidade econômica, diferindo, contudo, no entendimento de como atingi-las. Ver OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. A província de São Paulo à época da independência. In: CALDEIRA; ODALIA, op. cit., p. 333-350.

⁶¹² O sucesso da transmissão dessas representações pode ser atestado pela sequência de cartografias que, segundo José Rogério Beier, teriam tomado o *Mappa da Província* como referência declarada: *Carta Topographica da Província de São Paulo*, publicado em 1847, como produto de empreitada liderada pelo visconde de Villiers com fins à produção de um atlas; e *Província de São Paulo*, contido no *Atlas do Império do Brasil*, publicado em 1868 e organizado pelo senador Cândido Mendes de Almeida.

⁶¹³ Nesse ponto, podemos olhar novamente para os mapas indicados por Beier como tributários do *Mappa da Província* e questionarmos a extensão de sua continuidade em relação a esse, em função exatamente da alteração na descrição das terras do oeste paulista. Ainda que tenha sido mantida uma segregação simbólica do oeste, nos mapas referidos pelo historiador são usadas as legendas “Terrenos desconhecidos”, que substitui a referência aos sertões, e “Terrenos ocupados pelos Indigenas feroses”, que abandona ainda a ideia de desconhecimento e, ao mesmo tempo, apoia-se na representação que dá ênfase a um aspecto dessas populações considerado negativo e deslegitimador. Dessa maneira, mesmo que tenham diretamente referenciado o mapa provincial de 1841, essas duas cartografias apresentam rupturas consideráveis – e que poderiam ser melhor exploradas – com relação à ideia de território paulista proposta no *Mappa da Província*.

Não ignoramos o peso das tradições de representações anteriores, em que essa capitania também aparece anexa a São Paulo – inclusive por ter sido parte da mesma, antes de tornar-se autônoma –, com seus rios bem detalhados e traçados, mas nem por isso desconsideramos a potencial intencionalidade do destaque dado ao “sertão desconhecido”, em função do enquadramento adotado.⁶¹⁴ Em grande medida, podemos dizer que essa área do território paulista correspondia provavelmente ao maior foco dos planos de “civilização e catequese dos índios, que vivem em hordas errantes nas imensas matas do solo brasileiro”.⁶¹⁵

A propagação dessas ideias – consideravelmente facilitada com a opção pela impressão e a ordem de produção de dezenas de cópias tanto da estatística quanto do mapa provincial – pode ser investigada a partir das possíveis apropriações de quem as recebe – ou “lê”.⁶¹⁶ Nesse exame, distinguem-se “o escrito – conservador, fixo, durável – e as leituras – sempre na ordem do efêmero”⁶¹⁷ e é central a ideia da materialização do texto. Ou seja, a transposição de um certo conteúdo em um livro – ou mapa –, por meio de processos em que são definidos formato, tamanho, disposição do escrito e dos conteúdos gráficos e demais características físicas que alteram sua percepção, sua recepção, seu público potencial e a expectativa desse em relação ao produto. Essas escolhas seriam realizadas não apenas pelo autor – único ou principal –, mas também por outros agentes da produção desse artefato, de modo que as apreensões possíveis de um texto resultam das intenções e omissões de todos esses envolvidos.⁶¹⁸ Além disso, a definição do sentido de um texto não compete exclusivamente a seu conteúdo, pois não há significado até que o mesmo, em seu formato físico, seja lido. Disso, conclui-se pela importância de compreender as “comunidades de leitores”, pessoas ou grupos para os quais certos conteúdos serão difundidos e que operarão – também, mas não somente – a partir deles, com maior ou menor consciência ou intenção.

Por outro lado, não só os suportes físicos transmitem textos. O texto é também de domínio de quem não possui livros ou mapas – o que implica na insuficiência do levantamento quantitativo de acervos pessoais ou coletivos como método de pesquisa

⁶¹⁴ Nas cartas subsequentes, a província aparece centralizada, e não a região oeste.

⁶¹⁵ RENDON, op. cit., p. 37.

⁶¹⁶ CHARTIER, op. cit., p. 11-31.

⁶¹⁷ Ibid., p. 11.

⁶¹⁸ Ibid., p. 17-18.

– e mesmo de quem seja analfabeto, já que um texto é também imagem e oralidade⁶¹⁹

– e, podemos acrescentar, ideia. Assim, a “comunidade de leitores” não pode ser entendida apenas como o conjunto de indivíduos que têm acesso direto aos produtos materiais que contêm um certo texto, e sim como todos aqueles que entram em contato com ilustrações, sonoridades e demais formas de transmissão de um mesmo conteúdo.

No caso das fontes que estamos a analisar e das ideias que consideramos centrais nelas de acordo com os conteúdos e formatos das peças, podemos tomar essa perspectiva para conduzir uma análise das escolhas operadas na produção desses documentos. Referimo-nos aqui propriamente à legenda que ocupa a maior parte do território contido no *Mappa da Provincia* – o texto “sertão desconhecido”. Para os fins do exame proposto, não nos interessa apontar necessariamente se há veracidade ou não na informação veiculada por esse elemento,⁶²⁰ uma vez que partimos da consideração metodológica de que, salvo erros grosseiros, as distorções, os equívocos e as imprecisões de uma cartografia devem ser analisadas desde os possíveis interesses para os quais tal representação contribuiria – como é o caso das imprecisões de longitudes e latitudes encontradas no *Mapa das Cortes*, previamente indicadas. A expressão “sertão desconhecido” não consta no *Quadro Estatístico*, o que poderia contribuir para o exame de sua legitimação enquanto informação “objetiva”, mas não é o caso, uma vez que as categorias de dados a serem levantados e descritos na estatística eram consoantes com uma ordenação civil específica, que não estava presente, material e imaterialmente, na totalidade da província. As áreas que não podiam ser “lidas” como plantações, freguesias, vilas, cidade ou pontos dentro das redes de caminhos acabavam ausentes das descrições de dados levantados, como deu-se com a região oeste. Portanto são as próprias categorias escolhidas para registrar a materialidade da ocupação na província que definem o texto final de suas representações cartográficas e estatísticas.⁶²¹

⁶¹⁹ Ibid., p. 24.

⁶²⁰ Poderíamos recorrer a outros mapas, textos e descrições de cartógrafos, sertanistas e membros da administração colonial, por meio dos quais é possível averiguar o conhecimento prévio sobre a área apontada como “sertão desconhecido”. No entanto, nosso argumento é de que a escolha da legenda, mais do que uma constatação ou falta de informações, significava a caracterização que as elites paulistas buscavam para essa região, em função de seus planos econômicos de ampliação da lavoura e tomada das terras indígenas.

⁶²¹ Nesse particular, vale lembrar que essa categorização advinha de orientações do governo imperial, não sendo objeto de determinação específica da Assembleia Legislativa Provincial paulista, de suas comissões e mesmo de Daniel Pedro Müller.

A expressão “sertão desconhecido” não é inovadora ou exclusiva do mapa provincial de 1841. Registram-se pelo menos três mapas anteriores nos quais a mesma expressão ornava as terras ocidentais paulistas. São eles: a *Carta Chorographica da Capitania de São Paulo*, de 1793, sem autoria conhecida; o *Mappa da Capitania de São Paulo ligeiramente copiado do original feito pelo Coronel Engenheiro Snr. João da Costa Ferreira em o anno de 1811, para uso próprio do Tenente Coronel de Eng.^o Guilherme, Barão de Eschwege*, publicada em 1817; e a *Carte des Golddistrictes Eines Theils der Provinz S. Paulo nebst einem Theile der angrenzender Provinz von Minas Geraes von W. von Eschwege*, datada de 1833.⁶²² Por meio da construção de uma espécie de linhagem cartográfica, pode-se entender “que Müller dá continuidade a uma prática de representação desta porção do território observada desde os tempos coloniais”,⁶²³ lembrando ainda que o marechal havia trabalhado com João da Costa Ferreira e esse tinha relações pessoais e profissionais com o referido von Eschwege.

Daniel Pedro Müller e os legisladores paulistas não cunharam, portanto, a expressão “sertão desconhecido”, mas decerto algum desses agentes da produção do mapa a escolheu dentre as possibilidades existentes. Partiremos aqui da hipótese de que essa opção não teria sido eventual; ao contrário, a reprodução e consolidação de certas imagens do território paulista estaria no horizonte de produção desses documentos, para o que seria possível mobilizar alguns elementos distinguíveis, tais como a legenda em questão. Na feitura dessa representação oficial, a ser enviada a todas as partes da província e para além de seus limites, estaria em jogo um projeto de sertão, ou uma proposta particular para sua ocupação, cuja realização encontrar-se-ia em andamento. Essa hipótese pode ser avançada se tomarmos o ofício em que o então secretário da Assembleia Legislativa, Joaquim Floriano de Toledo, apresenta as justificativas para mandar imprimir o mapa em Paris, no qual figura inclusive a dita expressão. Uma das razões para a impressão seria:

Preferem este expediente até por que havendo grandes espaços em claro no Mappa correspondentes aos lugares e *sertoens desconhecidos*, parece mais conveniente abrir-se a chapa de cobre *por que a todo tempo se pode emendar*

⁶²² Ver BEIER, 2015, op. cit., p. 226-230.

⁶²³ Ibid., p. 226.

*os erros, ou fazer acrescentamentos a proporção das descobertas de explorações que se realizarem n'esses lugares.*⁶²⁴

No documento, o secretário indica que, nas áreas tidas como desconhecidas – e não ocupadas –, seriam, de certo, feitas “explorações”, que modificariam sua composição, de modo que era mais simples optar-se por um método de reprodução que permitisse alterações posteriores. A preocupação com o prosseguimento das investidas e do assentamento nesses sertões era pungente naquele momento, visto que, em 1823, tinham sido suspensas as concessões de sesmarias e, nos 12 anos seguintes, muitos conflitos violentos aconteceram nas disputas de terra encabeçadas por moradores de São Paulo e Minas Gerais. Um parecer de 1835 tece comentários em favor do estabelecimento de leis para regulamentação desses conflitos:

Tal tem sido [?] por 12 annos, etal continuará a ser a marcha tumultuosa da aquisição das terras [?] devolutas nesta Provincia em q.to [uma] lei adequada lhe não der outra diressão, capitulando com os efeitos da [?] prolongada por tanto tempo de [?] abandono politico.

[...] é indispensável regular por algum outro modo asua aquisição [das terras devolutas], q. mantenha em paz os [PoSuidores] etorne oSertão mais proveitoso àSocied.⁶²⁵

A regularização proposta baseava-se em “attender separadam.te o paSado, eofuturo”,⁶²⁶ ou seja, definir, dentro do possível, as posses existentes e, em vez de proibir a exploração do sertão, ordená-la, dando-lhe limites e rumos, dentro dos quais contribuiria para a riqueza das rendas públicas. A resolução da Assembleia termina por conferir direitos aos posseiros das terras devolutas, dentro dos limites em que esses pudessem cultivá-las. A condicionante para a legitimação da posse foi, portanto, a capacidade de adiantar a agricultura nas áreas mais remotas da província, justamente

⁶²⁴ APESP, Registro de Offícios Diversos, ordem 874, caixa 79, pasta 2, documento 67. Apud BEIER, op. cit., p. 197, grifos nossos.

⁶²⁵ ALPSP, Distribuição de terras / Posturas Municipais / Pontes e aterrados de estradas, Acervo Histórico, caixa 616, p. 10, código 39, documento 19999, folhas 1-2. O documento contém diversas rasuras, mas a transcrição possível permite apreender suficientemente seu conteúdo no que tange aos conflitos pela posse de terras.

⁶²⁶ Ibid., folha 2.

aquelas habitadas por grupos indígenas que não haviam sido reduzidos, aldeados ou catequizados.

No âmbito das disputas por terras, dos já recorrentes planos de avanço da lavoura de exportação e das representações, o “sertão desconhecido” presente na cartografia de São Paulo teve seu significado construído e contribuído por outros vetores, por meio dos quais imagens como essa ganharam os olhos e ouvidos da população. Em 17 de dezembro de 1791, o tenente-general Rendon tornou pública sua admiração pelo recém-empossado capitão-general Lorena por meio da leitura e recitação de textos de sua autoria, em comemoração realizada na Câmara da cidade.⁶²⁷ Além da já mencionada “oração problemática” acerca do triunfo da sabedoria e das luzes sobre a violência, o autor declamou poemas e canções tratando desse e de outros temas.⁶²⁸ Nas genealogias, Pedro Taques já havia destacado as proezas de Rendon no campo intelectual:

José Arouche de Toledo [Rendon], baptizou-se na sé da cidade de S. Paulo a 22 de Março de 1756. Desde os seus primeiros annos mostrou uma excellente indole, viveza de engenho e actividade em tudo queprehendia fazer, não se embaraçando com inconvenientes de pouca entidade. Estudou com facilidade a grammatica latina, e já n’esse tempo tinha uma propensão natural para a poesia, que a cultivava com bom successo antes de vir para Coimbra, onde não lhe permittiam lembrasse mais d’ella os rigores dos estudos. Veiu para Coimbra em 1774 em companhia dos seus dois irmãos, e formou-se no anno de 1779 em leis, em cujo quinquennio foi exactissimo e assiduo no seu estudo em que fez progressos, tendo o dom de clareza nos seus argumentos, etc. Leu no desembargo do paço a... de Novembro de 1780. E conhecendo as demoras que têm os despachos, e que eram tres irmãos a gastar em Lisboa, não lhe soffrendo o seu genio estar ocioso, e sem aumentar, *como elle dizia*, os interesses da sua casa, embarcou para o Rio de Janeiro a 29 de Dezembro do

⁶²⁷ Ver RENDON, op. cit., p. 55, 65.

⁶²⁸ “Na mencionada entidade laudatória [academia encomiástica] eram atribuídos aos legisladores municipais assuntos que deveriam ser objeto de elaborações literárias. Em torno dos temas escolhidos concebiam esses ilustres paulistanos suas composições em versos ou em prosa, que eram lidas perante os seus confrades. Ainda que se reconheça o aspecto louvaminheiro dessa entidade, da mesma forma não se pode negar que essa instituição, como tantas outras que existiram no Brasil nos séculos XVII e XVIII, propiciou a manifestação do estro de paulistanos ilustres e a troca de idéias e experiências que se aperfeiçoaram em trabalhos competitivos.” REIS, op. cit., p. XXII.

dito anno. Chegou a S. Paulo, onde foi recebido com geral contentamento dos parentes e estranhos, e muito mais das tias, irmãos, pai e tio.⁶²⁹

A oração assinalada no final do trecho transcrito indica a proximidade entre Taques e Rendon, que poderia ser considerada comum nos escritos genealógicos, em virtude dos recorrentes matrimônios endógamos dessas elites. Contudo demonstrações explícitas de afinidade, tal como essa, não se repetem com frequência nos títulos da *Nobiliarquia*. Pode-se supor que o vínculo entre os dois deveu-se, grandemente, a serem parentes – a mãe de Taques era irmã da bisavó de Rendon. O entrecruzamento dos dois troncos foi ainda além e incidiu diretamente sobre a transmissão e publicação das genealogias: segundo Affonso Taunay, no momento em que sua casa passava por reveses, Pedro Taques voltou-se ao pai de Rendon, Agostinho Delgado Arouche, em busca de acolhida.⁶³⁰ Seus escritos ficaram sob salvaguarda da família aparentada, e um dos irmãos de Rendon, Diogo de Toledo Lara Ordonhes, copiou os manuscritos de Taques, reunindo-os e conservando-os em sua posse.⁶³¹ Por fim, a doação final do material foi autorizada por Maria Benedita de Toledo Arouche, filha do tenente-general, que ficou com os escritos após a morte de Ordonhes, conforme indicado quando da primeira publicação dos escritos, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomos 32 a 35, a partir de 1869.⁶³²

Ordonhes conheceu em profundidade a obra de Taques, chegando a inserir correções, notas e alterações no texto original, como se vê nos volumes publicados, nos quais constam supressões e reordenações explicitamente indicadas, além de complementações, especialmente nos títulos em que figurava sua família. Em uma de suas anotações, afirma que “um livro de notas, velho”, em que figurava uma procuração referente a seus progenitores, estaria em posse do irmão, Rendon,⁶³³ apontando que a

⁶²⁹ LEME, op. cit., t. I, p. 162, grifos nossos.

⁶³⁰ TAUNAY, Affonso d'Escragnolle. Prefácio. In: LEME, op. cit., t. I, p. 30-31.

⁶³¹ A família de Rendon tinha interesse patente pelas letras, sendo também mantenedores do trabalho de frei Gaspar da Madre de Deus, originalmente publicado em virtude da apresentação que dele fez Diogo de Toledo à Academia Real de Ciências, que financiou a impressão, dada em 1797. TAUNAY, 1975, op. cit., p. 18-19.

⁶³² Essas indicações constam na 5ª edição, consultada em nossa pesquisa. Ver LEME, op. cit., t. I, p. 73-74.

⁶³³ Ibid., t. II, p. 289.

reconstrução e comprovação das linhagens era tarefa generalizada e comum nesse grupo.

A intelectualidade que reinava entre os irmãos, na segunda metade do século XVIII, tinha pouco a ver com o que se narra sobre seus antepassados mais remotos, vindos do Reino de Castela em direção à Bahia, que sofria com ataques holandeses, em princípios do seiscentos – supostamente vieram fugidos, após cometerem um assassinato. Um dos membros das gerações de seus pentavós em São Paulo, Francisco Rendon de Quebedo, foi “juiz de órfãos, dono de chãos e extremamente ativo nas bandeiras, em especial nas do Guairá de 1628-1631”.⁶³⁴ Em novo socorro, dessa vez a Pernambuco, Quebedo juntou-se a Valentim de Barros, Luiz Pedroso de Barros, Manoel Fernandes de Abreu, João Paes Florião e aos irmãos Diogo da Costa Tavares e Antonio Raposo Tavares, cada qual comandando tropas compostas por dezenas de “paulistas”.⁶³⁵ Os trabalhos militares dessa empreitada requisitaram movimentações por áreas distantes do litoral, de maneira a surpreender os holandeses que ali estavam. Para essa ação, Pedro Taques afirma ser indispensável a participação dos “paulistas”, incluindo aí o castelhano Quebedo. Vê-se o reconhecimento da expertise desses homens, devedora, em grande medida, dos assaltos às missões jesuíticas:

Havia de ser a marcha pelo interior do mato e em parte por entre a barbaridade dos indios do sertão, topando em muitas com armas do inimigos holandeses, e em todas sem provisão nem esperanças de socorro humano com distância de quasi 300 leguas até a cidade da Bahia, cujas dificuldades eram superiores aos mais ousados dos corações, e só o de cabos tão destemidos e que já tinham o carater de bons sertanistas, havendo conquistado muitas e diversas nações barbaras dos sertões de São Paulo e Indias de Hespanha nas provincias do Paraguay até o reino do Perú poderam intentar e vencer semelhante empresa, que ainda depois de conseguida se fez duvidosa.⁶³⁶

⁶³⁴ VILARDAGA, José Carlos. *São Paulo na órbita do Império dos Felipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*. 2010. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 325-326.

⁶³⁵ LEME, op. cit., t. II, p. 277.

⁶³⁶ Ibid., p. 280.

A importância das linhagens não escapava a José Arouche de Toledo Rendon, ele mesmo descendente de fidalgos castelhanos, que se uniram, em casamento e amizade, a troncos considerados nobres em São Paulo. Em um de seus escritos sobre a hereditariedade e a fidalguia como aspectos de virtude e heroísmo, o marechal constrói um longo percurso que parte das guerras ocorridas na Península Ibérica contra os mouros, por meio das quais se formou originalmente o Reino de Portugal, e encontra as conquistas e os brios dos paulistas de seu tempo. Na segunda estrofe da ode,⁶³⁷ vê-se a proposta do poema:

Eu vou cantar a ínclita Ascendência
De Lorena e o sangue esclarecido,
O régio sangue que com afluência
De seus régios avós tem recebido
Remontemos o vôo, ó musa grata,
Dos céus deixando o líqüido caminho
Dos astros a morada de ouro e prata,
No lugar, que é dos deuses mais vizinho,
Para ver de mais perto tanta glória
Chegaremos ao Templo da Memória.⁶³⁸

Rendon cita diretamente os “Silveiras” e “Fernão”,⁶³⁹ em referência aos desbravadores oriundos de São Paulo, que comandaram as entradas, explorações e conquistas de outros tempos. Podemos supor tratar-se de Carlos Pedroso da Silveira, relacionado ao descobrimento do ouro em Minas Gerais no final do século XVII,⁶⁴⁰ e Fernão Dias Paes Leme, do qual tratamos em outras passagens. Nas menções, destacam-se o tom e a forma heroica e brava com que são descritos. Uma alusão,

⁶³⁷ A poesia não possui título aparente – ao menos nas publicações em que se encontra – e divide-se em treze décimas, com rimas no formato ABABDCDEE. Ver RENDON, op. cit., p. 72-76.

⁶³⁸ RENDON, op. cit., p. 73.

⁶³⁹ Ibid., p. 75.

⁶⁴⁰ Silveira é citado em diversos parágrafos da genealogia de Taques, principalmente por ter descoberto minas de metais, em 1695, na região de Sabarabuçu, em parceria com Bartholomeu Bueno de Siqueira, o que lhes rendeu cartas do rei em reconhecimento. Silveira foi provedor da casa real de fundição estabelecida em Taubaté, no mesmo período, e teria recebido a mercê do Hábito de Cristo, mas, segundo consta, o privilégio foi-lhe subtraído pelo procurador ao qual seu filho confiou o processo de confirmação: “Desta forma, veio a malograr-se em tudo e por tudo o grande merecimento do mestre de campo Carlos Pedroso da Silveira”. LEME, op. cit., t. II, p. 228-233.

entretanto, nos interessa com mais afinco: na 11^a estrofe, surge d. Francisco de Sousa, governador-geral da colônia portuguesa na América, entre 1591 e 1602, e governador-geral no Rio de Janeiro, de 1609 até o ano de sua morte, 1611.

Enche de actividade tão larga e intensa o seu [primeiro] governo, que nem parece abandoná-lo, senão para ficar mais à vontade, elaborando planos e dirigindo a acção de penetração territorial. E quando ao fim de 5 anos vem à Corte, não é senão para melhor condicionar a efectivação do seu grandioso sonho. [...] Para com mais eficiência o ser, levou da Metrópole a função de governador e administrador-geral das três capitanias de S. Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, com jurisdição apenas subordinada ao Rei. As expedições que logo promove [...] abrem as rotas que irão dar ao domínio de Sabarabussu, das terras imensas dos Cataguás e Goiás, assim como das vastidões de Mato Grosso.⁶⁴¹

Era seu grande desejo descobrir as minas que trariam riquezas para a Coroa – fato que não chegou propriamente a concretizar, mas que fez dele figura inaugural nos movimentos ordenados em direção aos confins da colônia. É sobre esse Sousa que narra Rendon, na estrofe:

Mas já sobre as estrelas refulgentes
Que dos deuses sustentam as moradas
As palmas e os loiros ‘stão pendentes
Pra outro novo herói já preparados.
É este aquele Sousa esclarecido
Do Rei 3º Afonso, ilustre neto,
Que em brenhas de *sertão desconhecido*,
Do monarca observando alto decreto,
Do oiro descobriu os ricos veios
Que a terra encobre nos profundos seios.⁶⁴²

A morte de d. Francisco de Sousa, longe de sua pátria e metido pelos sertões, é também contada em versos de exaltação, afirmando Rendon que “Honram seus ossos

⁶⁴¹ CIDADE, Hêrnani. *O bandeirismo paulista na expansão territorial do Brasil*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1954, p. 80-81.

⁶⁴² RENDON, op. cit., p. 76, grifos nossos.

esta pátria nossa”.⁶⁴³ Para o tenente-general, a narrativa ganha ares de genealogia própria,⁶⁴⁴ uma vez que um de seus antepassados mais distantes, Sebastião de Freitas – denominado tataraneto de seu avô, Diogo de Toledo Lara –, alegadamente “veiu á Bahia no ano de 1591, com o governador geral d. Francisco de Sousa, para o acompanhar ao sertão ao descobrimento das minas de prata”.⁶⁴⁵ O encerramento do poema soma Lorena à lista de descobridores, com os dizeres: “Admira as virtudes de Lorena, / Vergôntea ilustre, ramo florescente / De tão augustos troncos descendente”,⁶⁴⁶ assinalando com isso toda uma linhagem de homens desbravadores que teriam cruzado e expandido o território colonial português, em embate direto contra o “sertão desconhecido”.

A administração de Lorena foi período de grande agitação, com a conclusão das reformas na estrada que ligava São Paulo a Santos – e, assim, ao mercado atlântico. A Calçada do Lorena, como veio a ser conhecida, foi finalizada em 1792 e, pode-se dizer, constituiu passo essencial nas pretensões de organização civil e econômica da então capitania paulista, fundamentadas a partir da restauração (1765), ao facilitar a circulação e o escoamento dos produtos da agricultura paulista.⁶⁴⁷ Note-se que a declamação desses poemas data de apenas dois anos antes da publicação da primeira cartografia em que se utiliza a legenda “sertão desconhecido”, “Levantada em 1793, no tempo do capitão-general Bernardo José de Lorena (1788-1797), [...] um momento no qual a lavoura canavieira estava se consolidando nas terras de ‘serra acima’ [...]”.⁶⁴⁸ O venerado governador foi, segundo consta, o agente realizador de muitas “obras de

⁶⁴³ Id. A literatura de feitos militares de grandes fidalgos pode ser associada ao imaginário medieval, que é retomado posteriormente: “Em fins de seiscentos, como muitos anos depois, era aos governadores e vice-reis quinhentistas que se iam buscar os exemplos máximos da heroicidade lusitana”. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O “Ethos” Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. *Almanack Braziliense*, n. 2, p. 4-20, novembro, 2005, p. 12.

⁶⁴⁴ Destacamos que o aspecto simbólico da evocação das linhagens pode ser justaposto ainda às práticas de continuidade e formação de clãs, tal como evidenciadas pelos exemplos das famílias Amaral Gurgel e os irmãos Paes de Barros, anteriormente explicitados.

⁶⁴⁵ LEME, op. cit., t. II, p. 262.

⁶⁴⁶ RENDON, op. cit., p. 76.

⁶⁴⁷ Ver BELLOTTO, op. cit.; DELSON, Roberta Marx. O Marquês de Pombal e a política portuguesa de “europeização”. In: _____. *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: Editora Alva-Ciord, 1997, cap. VI, p. 49-68.

⁶⁴⁸ BEIER, 2015, op. cit., p. 227.

engenharia tendo-se [...] cercado de valiosos colaboradores”, entre os quais, os mesmos João da Costa Ferreira e Daniel Pedro Müller.⁶⁴⁹

O discurso vocalizado nos poemas de Rendon ressignifica as ações de seus antepassados, nas quais a violência estaria subordinada à razão, enquanto a aventura teria como horizonte a condição de “leais vassalos”, da mesma maneira como eram retratados os “paulistas” e outros agentes de relevo presentes nos escritos de Taques.⁶⁵⁰ Essas ideias, assim como a própria noção de “sertão desconhecido”, estavam em construção na segunda metade do século XVIII⁶⁵¹ e eram lançadas em textos e contextos nos quais se apelava para a índole desbravadora dos paulistas – que já estaria “adormecida”, nos dizeres do genealogista, e inoperante, segundo constatação de d. Luís Antonio de Souza.⁶⁵² Décadas depois, na construção da primeira representação oficial da província de São Paulo, seriam essas as imagens empregadas para reforçar a necessidade de “conquista” da região oeste – fazendo aqui uso do termo no sentido mesmo de enfrentamento das nações indígenas ali presentes, tal como denominava-se desde o século XVI, associando-as às empreitadas da Coroa portuguesa, desde séculos antes, em outras porções do mundo.

A expressão “sertão desconhecido” encapsulava uma ideia de lugar selvagem, em sua natureza e sua população, que deveria ser tomado por aqueles que possuísem a bravura necessária. No caso dos paulistas, como visto, remetia-se a seus ancestrais, que haviam empreendido originalmente essa tarefa, tanto em interesse próprio quanto a serviço da monarquia. Seu emprego na cartografia oficial tratou-se da veiculação de

⁶⁴⁹ TAUNAY, Affonso d'Escragno. *História da cidade de São Paulo*, v. 2, pt. 1. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1953, cap. XX e XXI, p. 130.

⁶⁵⁰ Mencionamos a esse respeito passagens em que o genealogista assinala a abstenção do uso de violência em recrutamento, as “morais virtudes” do próprio Carlos Pedroso da Silveira – cujos descobrimentos figuram como parte de uma carreira que incluiu diversos cargos de governança – e uma decisão de enfrentamento de oponentes de “poderosos e potentados” homens de São Paulo, tomada “não como filha do valor, sim como produto da barbaridade”. LEME, op. cit., t. II, p. 194; Ibid., p. 230; Ibid., t. III, p. 106-107.

⁶⁵¹ Vale notar que Pedro Taques caracteriza os sertões como “incógnitos” e “incultos”, em diversas passagens referentes às conquistas dos séculos XVI e XVII, alinhando-se tanto à ideia de desconhecimento, quanto à definição encontrada no dicionário de António de Morais Silva, datado de 1789, ao qual nos referimos no Capítulo 2.

⁶⁵² Referimo-nos às sucessivas tentativas de Mourão para encorajar seus governados a povoarem o sertão do Tibagi e os campos de Guarapuava, na década de 1770, que renderam poucos resultados, apesar dos incentivos, como “perdão geral a todos os ‘criminosos de quaisquer crimes’, [e] também mercês de senhorios de terras, alcaidarias-mores, foros de fidalgos e Hábitos de Cristo”. BELLOTTO, op. cit., p. 143.

um discurso e um plano específicos para a província, agora vinculados ao desenvolvimento agrário e fixação das populações mais pobres. Sua força estava propriamente na repetição em outros textos – cartográficos ou escritos, impressos ou recitados –, de modo que as ideias ali contidas ressoassem entre os administradores públicos e a população em geral, entre governantes e governados. Criava-se, assim, um referencial reconhecível, mobilizado com vistas ao avanço das mudanças pretendidas.

Ao imprimir tal legenda à recém-criada província de São Paulo – inaugurada em imagem pelo mapa de 1841 –, Müller e o governo provincial remetiam a um passado não muito distante, mas cuja reconstrução mostrava-se valiosa para os interesses desses homens. Como se verificou, muitos dos agentes presentes na administração pública paulista das últimas décadas do setecentos perfaziam ainda esses espaços no início do século seguinte. Para eles, sua atuação política e os resultados que disso adviriam eram calcados tanto em transformações quanto em permanências, e mesmo quando desapareciam, mantinha-se o lastro de suas ideias.

Não à toa, essa expressão não aparece nos escritos não literários, sejam as memórias ou a estatística. Quando esses documentos tratam de tal área, o desconhecimento é intraduzível, já que se baseiam em relatos, viagens e expedições exploratórias, cujos registros dão conta dos aspectos existentes nessas terras – elementos naturais, recursos, acontecimentos e, não com menos importância, grupos indígenas. Isso reforça a hipótese de que é nos dispositivos em que a formulação de imagens é mais propícia – fontes imagéticas ou textos literários – que encontramos as representações originais desse “sertão desconhecido” assinalado no *Mappa da Província*, tal como visto na poesia de Rendon. Para além da escala provincial, é central notarmos que as primeiras décadas do Império brasileiro são período de intensa movimentação no sentido de construir uma imagem de nação, como atesta, entre outros acontecimentos, a própria criação do IHGB. No discurso inaugural de fundação, Januário da Cunha Barbosa, primeiro secretário perpétuo do Instituto, elenca como objetivos dessa empreitada, a construção não apenas de representações históricas, mas também geográficas – ou territoriais, como se pode chamar:

Nós vamos salvar da indigna obscuridade, em que jaziam até hoje, muitas memórias da pátria, e os nomes de seus melhores filhos; nós vamos assinalar, com a possível exactidão, o assento de suas cidades e villas mais

notaveis, a corrente de seus caudalosos rios, a área de seus campos, a direcção de suas serras, e a capacidade de seus innumeraveis portos.⁶⁵³

Fica evidente no correr da fala a relevância dos aspectos naturais, tanto quanto o que podemos nomear como “acontecimentos históricos”, para a conformação de uma ideia de nação, de um território com alguma uniformidade ou algo que o faça uno:

Ou ella [nossa história] se considere pela conquista de intrepididos missionarios, que tantos povos attrahiram á adoração da cruz erguida por Cabral neste continente, que lhe parecia surgir do sepulchro do sol; ou pelo lado das acções guerreiras, na penetração de seus emaranhados bosques, e na defesa de tão feliz quanto prodigiosa descoberta, contra inimigos externos invejosos da nossa fortuna; *ou finalmente pelas riquezas de suas minas e mattas, pelos productos de seus campos e serras, pela grandeza de seus rios e bahias, variedades e pompas de seus vegetaes, abundancia e preciosidade de seus fructos, pasmosa novidade de seus animaes*, e finalmente pela constante benignidade de um clima, que faz tão fecundos os engenhos dos nossos patricios como o solo abençoado que habitam; acharemos sempre um thesouro inexgottavel de honrosa recordação e de interessantes idéas, que se deve manifestar ao mundo em sua verdadeira luz.⁶⁵⁴

O recolhimento de documentos de todas as partes do Império é mencionado recorrentes vezes, pela preocupação em concentrar esses registros em um só acervo e, assim, desfazer-se de histórias de alcance regional em prol de uma narrativa total, unificante. Os fundadores do Instituto alinham-se declaradamente aos desejos de enriquecimento da nação, em termos não muito variantes em relação aos vistos anteriormente no que concerne ao valor do trabalho regrado, e posicionam a construção histórica sobre esse prisma:

O Brazil guarda nas entranhas de suas terras, e assim tambem nos peitos de seus filhos e sinceros amigos, thesouros preciosos, que devem ser aproveitados por meio de constantes e honrosas fadigas. Sem trabalho, sem persistencia nas grandes empresas, jamais se conseguirá a gloria que

⁶⁵³ BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brazil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 3 ed., t. 1, p. 9-17, 1908, p. 10.

⁶⁵⁴ Ibid., p. 11, grifos nossos.

abrilhanta os nomes dos bons servidores da patria. A geographia é a luz da historia, e a historia, tirando da obscuridade as memorias da patria, honra por isso mesmo aos que lhes consagram constantes desvelos.⁶⁵⁵

Delineia-se assim um panorama de relevância das descrições geográficas na construção de um passado e um presente para a nação. Ainda que o IHGB tenha sido criado logo após a feitura do *Mappa da Provincia* e pouco antes de sua impressão, é compreensível que esse mesmo debate já ecoasse entre os ilustrados brasileiros. Assim, a escolha da nomenclatura “sertão desconhecido” pode ser lida também como a formulação ou apropriação de uma dicotomia eficiente entre as terras plenamente inseridas na nação que se desejava criar e aquelas fora dela, redigindo uma espécie de roteiro ou plano para a efetivação desse projeto.

Muitos são os olhares possíveis sobre os documentos produzidos nos primeiros anos de funcionamento da Assembleia Legislativa paulista, buscando as ideias que recuperam, ressignificam e edificam. Por certo, não estamos traçando aqui uma linha estrita entre o Iluminismo praticado por Pombal e as luzes da razão dos paulistas do Império brasileiro. Entretanto, insistiremos na relevância das manutenções dentro de um panorama cambiante.⁶⁵⁶ De certo modo, além dos interesses de preservação da posição de grupos e famílias paulistas ou aqui instaladas, a continuidade de certos elementos poderia conferir legitimidade aos movimentos em curso, tal como a ostentação de determinados sobrenomes e linhagens garantia ingresso em círculos sociais e econômicos restritos. Se alguns ideais são novos na aurora da nação e no desabrochar da província paulista, aparentemente nada impediu que as ideias se mantivessem algo antigas, sendo mais ressignificadas do que propriamente substituídas.

⁶⁵⁵ Ibid., p. 16-17.

⁶⁵⁶ No artigo já mencionado, diz Fernando Novais: “E de fato, o estudo mais acurado dessa época [final do século XVIII] tem revelado mais continuidade que ruptura com a anterior [...]”. NOVAIS, op. cit., p. 106.

5. Apontamentos finais: a marcha contra o oeste

Nos textos introdutórios da 5ª edição da *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica* de Pedro Taques, Affonso Taunay remete-se ao genealogista como “historiador desses bandeirantes com quem realizava todas as afinidades”.⁶⁵⁷ A vontade de aproximação – e atribuição de sentido – não escapou também a Jaime Cortesão, para quem Alexandre de Gusmão, apesar de imbuído de patente racionalidade e ilustração, seria “penetrado de espírito bandeirante”.⁶⁵⁸ O recorte que analisamos, conforme os capítulos prévios, encerra-se décadas antes do fim do Império, quando começaram a ser formuladas tais imagens heroicas dos paulistas, concomitantemente ao engrandecimento de sua hegemonia política. Antes, tratamos do período em que as relações entre colonos de São Paulo e indígenas foi infalivelmente transfigurada. Se primeiro, aos olhos dos demais agentes da colonização, os paulistas ocupavam posição dúbia, conformando uma cultura própria e apresada entre demonstrações de lealdade à monarquia portuguesa e acusações de insubordinação, passam depois a diferenciar-se do elemento natural, construindo para si um passado e

⁶⁵⁷ TAUNAY, Affonso d’Escragno. In: LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*. 5 ed. Belo Horizonte; São Paulo: Ed. Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, t. I, p. 41.

⁶⁵⁸ CORTESÃO, Jaime Zuzarte. *Alexandre de Gusmão & o Tratado de Madrid*, t. 2. São Paulo: Imprensa Oficial; Fundação Alexandre de Gusmão, 2006, p. 340.

um presente pautados pela distinção – superando, assim, as ambiguidades das alianças e articulações que permitiram suas ações de exploração e conquista territorial.

A questão central que abordamos em nossa tese, além dos debates e desenvolvimentos anteriormente apresentados, sugere ainda uma necessária revisão da historiografia paulística,⁶⁵⁹ de suas interlocuções e de seus desdobramentos. Vinculada originalmente à produção do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), fundado na Primeira República, essa produção construiu um discurso sobre os paulistas marcado por características como excepcionalidade e liderança, em um contexto de busca de reconfigurações políticas no cenário nacional.⁶⁶⁰ A mitologia bandeirante – se assim podemos chamá-la – talvez tenha sido um dos ápices dos processos de construção de imagens e ressignificação do passado dessa população e de seu território. Dentro dessa narrativa, a excepcionalidade do bandeirante paulista seria o elemento-chave na compreensão do sucesso que a antiga província e agora estado teria obtido, notadamente com a agricultura cafeeira, e justificaria também sua demanda por centralidade no cenário político republicano. O principal traço de sua atuação seria a expansão das ocupações territoriais ao longo do período colonial.⁶⁶¹

No início do século XX, a lavoura cafeeira estava em expansão no extremo oeste do estado – em pleno “sertão desconhecido” de Daniel Pedro Müller. Incógnita, aos olhos da pretensa ou intentada vida civilizada que as elites paulistas buscavam, essa região fora suficientemente avaliada e examinada com relação aos planos econômicos e políticos encampados por esses grupos. Potencial havia, mas era preciso dismantelar

⁶⁵⁹ Tomamos o termo de Ilana Blaj. Ver BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas; Fapesp, 2002.

⁶⁶⁰ SAES, Guillaume Azevedo Marques de. O Partido Republicano Paulista e a luta pela hegemonia política (1889-1898). In: ODALIA, Nilo (org.); CALDEIRA, João Ricardo de Castro (org.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. República, v. 2. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010, p. 189-206.

⁶⁶¹ Em publicação comemorativa da Comissão do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo, Affonso Taunay realiza uma síntese desse período, na qual é possível ver a força e a centralidade da expansão territorial na explicação proposta. Grande parte do texto reúne enumerações de bandeiras e batalhas realizadas nos sertões coloniais pelos paulistas, indicando a relevância de suas ações para a configuração da nação, em tom premonitório: “Em terras de São Paulo surgiu o primeiro marco definitivo da colonização portuguesa no Brasil. Tal circunstância foi como que um símbolo da devassa dos tempos, dado o papel capital que aos paulistas caberia na construção da pátria brasileira”. Ver TAUNAY, Affonso d’Escagnolle. *Súmula da História Colonial Paulista*. In: COMISSÃO DO IV CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO. *São Paulo em Quatro Séculos*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo; Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1953, p. 49-57.

a ordem vigente naqueles territórios – em grande medida, uma ordem de resistência, com encontros e conflitos entre modos de vida de diversos grupos indígenas, posseiros e grandes fazendeiros. Nas primeiras décadas do novecentos, a distinção entre “brancos” e “índios”, ao menos nos discursos científicos e políticos, não tinha mais áreas turvas – não havia mais “mamelucos”, “sertanistas” ou qualquer outra relação direta, parental ou por empreitada, entre essas elites e as populações nativas.⁶⁶² Em meios aos debates sobre possíveis soluções para o impasse da presença indígena nos territórios que interessavam aos planos de modernização, segundo veremos a seguir, esses grupos eram descritos como agressivos, improdutivos, pouco aptos ao trabalho regular e de difícil relação – não muito diferentemente, portanto, das caracterizações veiculadas no século XIX.

Com o reconhecimento do triunfo da dinâmica econômica cafeicultora, renova-se a historiografia paulística de exaltação, especialmente com a nomeação do engenheiro e historiador Affonso d’Escagnolle Taunay – já presente nos institutos históricos e geográficos nacional e paulista – como diretor do Museu Paulista, criado em 1894.⁶⁶³ A instituição, inicialmente de caráter naturalista, preparava-se para uma guinada calculada com a escolha do novo administrador. Nas palavras da historiadora Ana Claudia Fonseca Brefe,

Certamente, esta nomeação foi escrupulosamente calculada pelo governo do estado de São Paulo, dada a aproximação da comemoração do centenário da Independência brasileira, em 1922. A principal missão de Taunay ao assumir a direção do Museu era justamente preparar o Monumento do Ipiranga para

⁶⁶² Vale dizer que categorias como “bugreiro”, “caboclo” e “caipira”, construídas nesse momento, implicavam alguns tipos de mestiçagem, mas não se referiam às elites e à população das principais municipalidades, ficando restrita aos territórios distantes e à vida rural. Uma visada sobre o tema pode ser encontrada no trabalho de Antonio Candido sobre a cultura caipira em São Paulo. Ver CANDIDO, Antonio. O problema dos meios de vida. In: _____. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001, p. 21-41. Maria Luiza Marcílio relaciona “caboclo”, “caipira” e “mameluco”, tendo como aspectos comuns a prática de roças itinerantes e a presença de costumes originários de grupos indígenas. MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 2000, p. 161-162.

⁶⁶³ BREFE, Ana Claudia Fonseca. Paradigma da história nacional? O Museu Paulista ao longo do século XX. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MUSEUS NACIONAIS E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 2010, Rio de Janeiro. *Museus nacionais e os desafios do contemporâneo*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2011, p. 136-154.

o prestigioso aniversário, permitindo igualmente a São Paulo destacar-se no cenário nacional.

[...]

Entretanto, o gancho histórico escolhido por Taunay não é propriamente a proclamação da Independência, mas o advento deste evento em solo paulista e particularmente na colina do Ipiranga, lugar que ele e outros historiadores da mesma geração mostraram, através de seus estudos, ser reconhecido e importante desde o período colonial.⁶⁶⁴

Esse destaque da proclamação da Independência e sua territorialização em solo paulista, como vimos, já figurava nos supracitados trabalhos de Daniel Pedro Müller e Joaquim Floriano de Godoy. No trecho citado, a autora assinala que Taunay teria deslocado o centro das comemorações, transferindo-o do lugar simbólico da “nação” para o lugar do espaço “paulista”, tanto físico quanto imaginário. Em sua vasta obra escrita, o Ipiranga é revelado como parte do sistema de rotas e caminhos dos sertões, o que o vincula diretamente às movimentações bandeirantes, que por sua vez seriam responsáveis pelo alargamento das fronteiras e a conformação de limites, ainda no período colonial – praticamente idênticos aos da então nação brasileira que ora se celebrava.

Taunay compreendia claramente as funções e o potencial da iconografia e da museografia na construção de imagens históricas. Sob sua tutela, a dimensão imagético-pedagógica do Museu Paulista “foi concebida como uma representação visual do discurso historiográfico, uma espécie de ‘manual tridimensional’ da história brasileira de cunho paulista”.⁶⁶⁵ Pinturas e gravuras foram encomendadas; salas de exposição permanente foram montadas; e a decoração foi refeita, com destaque para o saguão principal, com esculturas e elementos representativos da grandeza, força e hegemonia do bandeirante no espaço e no tempo da história nacional. Esses recursos visuais tornaram-se componentes inalteráveis da edificação e, como pretendido, da historiografia brasileira.

Dessa maneira, a história nacional era superposta pela história dos paulistas – na figura da “raça de gigantes”, assim nomeada pelo viajante Auguste Saint-Hilaire, no

⁶⁶⁴ Ibid., p. 143.

⁶⁶⁵ Ibid., p. 146.

início do século XIX,⁶⁶⁶ e invocada nos escritos de Alfredo Ellis Jr.,⁶⁶⁷ publicados na primeira metade do século seguinte e pertencentes à linhagem historiográfica que argumentava em favor da superioridade biológica e política dos paulistas.⁶⁶⁸ Segundo esse autor, difusor prolixo da ideia de excepcionalidade, não apenas a conformação de isolamento combinado à mestiçagem teria resultado nessa peculiaridade, mas também o condicionamento imposto pelo regime de pequenas propriedades, que teria vigorado no planalto paulista durante o século XVII. Diz Ellis Jr.:

Pela publicação dos documentos dos *Inventarios e Testamentos*, bem como das *Sesmarias*, verifica-se que São Paulo no século XVII foi o centro de um enxame de fazendolas de pequena cultura e de pastoreio de diminutos rebanhos.⁶⁶⁹

Além de “fazendolas”, o autor usa ainda os termos “sitiecos”, “reduzidíssima área” e “minúsculos estabelecimento rurais” até chegar à constatação de que “A divisão territorial seria pois baseada na pequena propriedade. Esse era o único regime permitido pelas circunstâncias que cercavam a colônia [...]”.⁶⁷⁰

Tais considerações, reafirmadas nessas e n’outras páginas ao longo da obra, não são desinteressadas ou mero apontamento de revisão historiográfica em função das novas fontes. No capítulo anterior da mesma obra, “Psicologia do paulista”,⁶⁷¹ Ellis Jr. associa repetidamente as contingências econômicas dos primeiros tempos de colonização do planalto a um espírito de ordem prática que teria sido introjetado na estrutura psíquica dos bandeirantes e, assim, em seu modo de vida – algo próximo das

⁶⁶⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à Província de São Paulo*. São Paulo: Martins, 1940 [1851], p. 32-33.

⁶⁶⁷ ELLIS Jr., Alfredo. *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano*. São Paulo: Ed. Nacional, 1936, p. 177.

⁶⁶⁸ Segundo Katia Abud, os trabalhos de Taunay, Ellis Jr. e do mencionado Alcântara Machado tomam os escritos de Pedro Taques e frei Gaspar como referências centrais, imputando a esses homens do século XVIII as origens da historiografia dos bandeirantes, apesar de que nenhum dos dois utiliza-se desse termo. É redundante, porém indispensável, afirmar que não coadunamos com a formulação desses historiadores, apreendendo os textos do setecentos principalmente a partir das definições que propõem. ABUD, Katia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições*. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante. 1985. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985, p. 139.

⁶⁶⁹ ELLIS Jr., op. cit., p. 250, grifos do original.

⁶⁷⁰ Ibid., p. 251-253.

⁶⁷¹ Ibid., cap. XII, p. 189-248.

noções de empreendedorismo transmitidas por viajantes que estiveram em São Paulo nas primeiras décadas do século XIX.⁶⁷² Opondo-se à imagem dos paulistas como desafiadores insubordinados da Coroa, o autor recorre a fontes oficiais recém-publicadas para construir uma narrativa em que o eventual excesso de ação particular era justificado pelo insulamento desse território. Em suas palavras, “Esse regime, pois, era de verdadeiro *self government*, saturado da democracia, na mais ampla acepção da palavra. Isso é o que ressalta clara e positivamente da leitura da documentação de publicação oficial”.⁶⁷³

Vale dizer que a ideia central contida nesses argumentos, da existência de um regime de pequenas propriedades e da preponderância de iniciativas individuais de caráter amplamente democráticas, bem como a escolha da expressão em inglês para defini-la, posicionam Ellis Jr. – mesmo que não declaradamente – na esteira dos trabalhos que referenciavam a *Frontier Thesis*, inaugurada por Frederick Jackson Turner, em leitura proferida em 1893.⁶⁷⁴ A tese desse historiador justificava as características extraordinárias dos pioneiros estadunidenses – ou *pioneers*, no original – em função de suas práticas constantes na tomada de novas terras, percorrendo e povoando o território da costa leste à oeste. Em sua concepção, ele trata da fronteira como *frontier* e não *border*, ou seja, como espaço de expansão continuada – uma espécie de “sertão” – e não delimitação territorial – ou “confins”.

Ressaltamos que, mesmo que a historiografia brasileira pouco tenha se distanciado da produção europeia, a experiência histórica e historiográfica proveniente dos Estados Unidos nos é relevante pela similaridade entre certas construções, tais como a ênfase nas empreitadas particulares e a utilização da natureza e do território como imagens de unidade nacional. Não apenas a replicação ou o

⁶⁷² Segundo Spix e Martius, estaria no encontro afortunado entre colonos e indígenas a origem do espírito empreendedor dos paulistas, sendo a sede da capitania palco do “mais livre desenvolvimento das condições civis”. SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Phillipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938, p. 205. De modo geral, Rugendas descreve a população como amante da liberdade e avessa às ordens da Coroa, nos primórdios da ocupação da capitania. Ele também observou o que denominou como ímpeto empreendedor dos paulistas, outrora vinculado aos combates militares e, naquele momento, no começo do oitocentos, dirigido ao cultivo da terra e à criação de animais. RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1949, p. 100.

⁶⁷³ Ibid., p. 220.

⁶⁷⁴ TURNER, Frederick Jackson. *The Significance of the Frontier in American History*. In: _____. *Rereading Frederick Jackson Turner: “The Significance of the Frontier in American History” and Other Essays*. Nova Iorque: Henry Holt and Company, 1994, p. 31-60.

paralelismo entre historiografia brasileira e norte-americana foram registrados. Sérgio Buarque de Holanda foi igualmente conhecedor da *Frontier Thesis* e teve contato estreito com o espaço científico de produção histórica norte-americana. No entanto, manteve a formulação de que a expansão oeste encetada pelos paulistas não criou neles aspectos excepcionais, nem foi por isso motivada, sendo apenas manifestação dos intentos comuns aos colonos portugueses como um todo.⁶⁷⁵

Podemos afirmar que a tese de Turner, em que pesem as muitas revisões e críticas elaboradas pela historiografia norte-americana,⁶⁷⁶ brasileira e brasilianista,⁶⁷⁷ foi bem-sucedida no que diz respeito à criação de um imaginário nacional, de permanência ainda sensível em certas áreas e manifestações culturais e políticas estadunidenses – tal como a figura do bandeirante, no Brasil. Em ambos os mitos construídos, articulam-se as pessoas e os aspectos do território, bem como o próprio mover-se por ele, como elementos identitários, cuja síntese pode ser facilmente reproduzida. Recorre-se, portanto, ao espaço transformado pela ação humana –

⁶⁷⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 42.

⁶⁷⁶ As principais críticas acerca da tese de Turner podem ser assim elencadas: que apenas uma pequena porção da população esteve na situação da fronteira; que o foco nesse contexto tira atenção dos conflitos raciais e daqueles circunscritos ao espaço urbano; que veicularia preconceitos típicos do final do século XIX; além de questões acerca do formato de sua teoria, das metáforas usadas, do “evolucionismo” de seu pensamento, da imprecisão da delimitação da fronteira e do confronto de suas hipóteses com a contemporaneidade. Essa enumeração encontra-se na obra do professor de Estudos Americanos Alistair Hennessy, que explora a ideia da fronteira em toda a América Latina, incluindo a experiência dos bandeirantes. Sua definição de “sertão”, entretanto, refere-se mormente às regiões semiáridas. Ver HENNESSY, Alistair. *The Frontier in Latin American History*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1978. A discussão acerca dos limites da excepcionalidade das populações da fronteira, em moldes semelhantes ao debate sobre a formação de um tipo-social ou uma espécie de raça nas terras de serra acima, pode ser também encontrada. Ver ETULAIN, Richard W. (org.). *Does the Frontier Experience Make America Exceptional?*. Boston; Nova Iorque: Bedford; St. Martin's, 1999.

⁶⁷⁷ No contexto da historiografia brasileira e brasilianista, o tema da fronteira, a menção aos pioneiros e as comparações com os Estados Unidos foram frequentes desde o início do século XX, tendo influências diretas nas obras dos intelectuais do período, incluindo Sérgio Buarque de Holanda, que frequentou o ambiente acadêmico estadunidense. Ver WEGNER, Robert. *A conquista do oeste: A fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. Outra dimensão do debate encontra-se no campo do imaginário e das representações, relacionados à geografia, aos mitos e à expansão territorial. Ver OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: Representações e identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. Obras de meados do século XX, momento final de consolidação da ocupação do oeste paulista, com acentuada redução numérica dos indígenas e crescimento da industrialização na capital, também apontam para as comparações entre bandeirantes, fazendeiros e pioneiros, assinalando continuidades, rupturas e analogias. Ver MOOG, Clodomiro Vianna. *Bandeirantes e Pioneiros: Paralelo entre duas culturas*. 19 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2000 [1955]; MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. 2 ed. São Paulo: Hucitec; Polis, 1998 [1952].

marcadamente contido na ideia de “marcha para o oeste” – como elemento unificador da nação, num processo que não possuía analogias no contexto europeu.

Na análise empreendida, partimos da compreensão de que, nas terras da América portuguesa, não houve marcha paulatina, contínua e constante em direção ao interior do continente. Destacamos a esse respeito a articulação entre a ideia de ocupação dos confins através dos movimentos pendulares realizados pelos sertanistas – tal como aventada por Sérgio Buarque de Holanda⁶⁷⁸ – e a noção da existência de “territórios étnicos” indígenas – nos termos de Dora Shellard Côrrea⁶⁷⁹ –, considerando que os dois processos fizeram parte dos atributos conformadores da cultura híbrida que constituiu e foi constituída pelos sertões. Diferentemente dos *pioneers*, os sertanistas – ou os bandeirantes – e seus grupos familiares, administrados e agregados deixaram poucos registros materiais perenes pelos territórios em que circulavam, empreendendo poucos esforços de fixação, do que resultou o padecimento frequente de vilas, povoações e estradas.

De toda forma, as formulações embrenhadas na historiografia do mito fundante estadunidense foram inspiração certa para a reconstrução da história paulista em fins do século XIX e começo do seguinte. Munidas desse recontado imaginário, as elites paulistas puderam criar bases sólidas e justificadas para a marcha que enfim realizariam – a ocupação do noroeste do estado paulista e a concomitante dizimação quase total dos grupos indígenas resistentes –, apontada, como vimos, desde o momento de impressão e divulgação do *Mappa da Provincia*. Nos quase cem anos que estudamos – entre essa cartografia e a publicação do *Mapa das Cortes* –, constituiu-se uma transformação essencial da narrativa paulística, intrinsecamente atrelada a tais intentos, qual seja, o afastamento entre as elites de São Paulo e os grupos indígenas, além da reconfiguração da relação entre aquelas e o território. É notável que, a partir do princípio do século XX, a noção de “sertão” será identificada com as regiões mais áridas do nordeste, ficando associada às consequências devastadoras do clima seco.⁶⁸⁰

⁶⁷⁸ Trata-se de ideia de “equilíbrio vital”, segundo a qual a ocupação territorial empreendida pelos colonos de São Paulo teria ocorrido por meio de movimentos de duração e intensidade variáveis. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Movimentos da população em São Paulo no século XVIII. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 1, p. 55-111, 1966.

⁶⁷⁹ Ver Capítulo 2, “Sertanistas”.

⁶⁸⁰ Pode-se apreender a consolidação dessa noção de “sertão” nas obras de Josué de Castro, acerca da desnutrição e da fome no Brasil, e na literatura paradidática do início do século XX, escrita por Olavo Bilac e Manoel Bomfim. Em ambas, a cultura sertaneja e essa própria denominação são exclusivamente

À luz das questões apresentadas em nossa tese, voltamo-nos agora especificamente para a área do “sertão desconhecido” – tal como nomeada por Daniel Pedro Müller –, a última região a ser apropriada pelos fazendeiros paulistas no desenvolvimento da cafeicultura. Em menos de um século, o argumentado domínio inquestionável dos paulistas sobre os sertões meridionais – tese mobilizada pelos próprios e pela Coroa, ao sabor dos interesses, e articulada às imagens construídas sobre essa população – foi então apagado da representação oficial de seu território e substituído por uma sugestiva indagação, que conclamaria os habitantes de São Paulo a uma nova conquista dos sertões. Nas décadas seguintes, a categorização do oeste ainda vigoraria, com variações, tais como “terrenos despovoados” ou, já no período republicano, “terras pouco conhecidas”,⁶⁸¹ mantendo a orientação geral de não reconhecimento da ocupação existente – composta por pequenos sitiantes e populações nativas –, porém sem a menção ao termo e à imagem de “sertão”.

O que foi subtraído do mapa provincial pode ser divisado nas pesquisas históricas, arqueológicas, etnológicas e etnográficas do século XX, em diferentes discursos, quando parte dessa área estava em vias de ser tomada pela lavoura da rubiácea. No noroeste paulista, ainda nas primeiras décadas do dito século, predominavam grupos indígenas considerados pouco domesticáveis e agressivos, empecilhos ao desenvolvimento econômico, tal como descreve Egon Schaden, em artigo de 1954:

Ainda em princípios dêste século [XIX], grande parte do Estado figurava nos mapas como sertão desconhecido; era tôda a área ocidental, desde o baixo Tietê até às margens do Paranapanema, onde viviam as hordas setentrionais

referentes ao interior do nordeste, especificamente às regiões de clima semiárido, com longos períodos de seca. A criação do “Polígono da Seca”, demarcado em lei de 1936 e reforçado pela criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959, contribuiu para enfatizar a associação entre as condições naturais e a definição de “sertão”. Ver CASTRO, Josué. *Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço)*. São Paulo: Brasiliense, 1965 [1946]; BILAC, Olavo; BOMFIM, Manoel. *Através do Brasil: prática de língua portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000 [1910].

⁶⁸¹ Essas nomenclaturas aparecem no *Mappa da Provincia de São Paulo mandado organizar pela Sociedade Promotora de Imigração de S. Paulo* e no *Mappa do Estado de S. Paulo indicando a posição das Colonias existentes e em projecto*, respectivamente publicados em 1886 e 1908.

dos Kaingáng avêssas a qualquer aproximação com brancos em virtude de experiências negativas por que haviam passado no século anterior.⁶⁸²

A situação desse grupo era especialmente sensível por estarem em área tão cobiçada pelos agentes do “progresso”, atrapalhando a construção de ferrovias e a expansão das fazendas de café. Segundo Schaden, a centralidade do embate foi tamanha, que suas consequências tiveram repercussões para a totalidade dos indígenas no país, com o fortalecimento da iniciativa de criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), que foi levada a cabo em 1910. Pouco tempo depois, seria “resolvida” a querela entre os paulistas e os nativos:

Aldeados daí a alguns anos em dois postos oficiais, na proximidade da vila de Braúna (Icatu e Vanuire), os Kaingáng deixaram de ser o ‘terror da [Estrada de Ferro] Noroeste’, como haviam sido alcunhados por quem lhes disputava o domínio das terras. Hoje não há quase matas em tôda aquela região; tudo está transformado em lavouras de café, de algodão, de mandioca, de milho. E os índios, reduzidos a menos de uma centena [...].⁶⁸³

O SPI, portanto, mostrou-se bem-sucedido na empreitada de “pacificação” dos indígenas, limitando-os a pequenos núcleos, reduzidos, pouco expressivos e espoliados das matas que antes habitavam. É notável ainda um traço da cultura dos Kaingang mencionado pelo autor: “a ausência de rede de dormir”,⁶⁸⁴ o que os afasta da cultura mameluca e, assim, das alianças construídas entre paulistas e indígenas – nomeadamente os Tupi –, que se traduziram na conquista mais rápida de certos territórios. Sobre o mesmo grupo, diz Hermann von Ihering, primeiro diretor do Museu Paulista, ainda um museu de história natural:

Os actuaes Índios do Estado de S. Paulo *não representam um elemento de trabalho e de progresso*. Como também nos outros Estados do Brazil, não se pode esperar trabalho sério e continuado dos Índios civilizados e como os *Caingangs selvagens são um impecilio para a colonização das regiões do sertão*

⁶⁸² SCHADEN, Egon. Os primitivos habitantes do território paulista. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXV, n. 24.145, 25 Jan. 1954, p. 6-9.

⁶⁸³ Ibid., p. 9.

⁶⁸⁴ Id.

que habitam, parece que não ha outro meio, de que se possa lançar mão, senão o seu extermínio.⁶⁸⁵

Suas observações explicitam alguma continuidade em relação aos interesses postos desde fins do século XVIII, sob as ordens do futuro marquês de Pombal, também reverberada na aurora do oitocentos. Durante todo esse tempo – de 1765 ao começo do século XX –, a problemática dos grupos silvícolas permaneceu centrada nas intenções de desenvolvimento de um tipo de lavoura que requeria o trabalho regular e a liberação das terras. No momento em que escrevia Ihering, os resquícios da presença indígena estariam circunscritos às populações rurais, não tendo mais vínculos com as elites urbanas:

É interessante observar que na actual cultura da população rural podemos descobrir muitos vestígios da cultura indígena precedente. Os nomes d'um grande numero de localidades, montanhas, rios, etc., são derivados da linguagem tupi, e nas veias da maioria dos 'caboclos' ou 'caipiras' corre o sangue da raça de seus antecessores indios.

[...]

A casa do 'caipira' não é, senão com pequenas modificações, a dos Guaranis. É interessante que assim muitos costumes prehistoricos se conservaram até os nossos dias e é provável que futuras investigações augmentem o numero destes achados, correspondentes a resíduos da idade de pedra.⁶⁸⁶

Não é mais o sertanista, progenitor das famílias principais de São Paulo, cuja cultura embrenha-se no elemento indígena, e sim o “caipira” ou habitante das zonas agrícolas, pobre trabalhador rural. E as características que permaneceram no cotidiano dessas populações não remontariam ao período colonial – marcado pelo fulgor bandeirante –, pois seriam resquícios de um momento anterior, a chamada “pré-história americana”. Efetiva-se, assim, por meio da cientifização dos indígenas – transfigurados em objetos de estudo e de questões sociais e econômicas, tal como observado já em meados do século XIX –, um distanciamento que coloca essas populações em posição de controle e subjugação.

⁶⁸⁵ IHERING, Hermann von. A anthropologia do estado de São Paulo. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. VII, p. 202-257, 1907, p. 215, grifos nossos.

⁶⁸⁶ Ibid., p. 243-244.

O que procuramos assinalar é que o espaço do “sertão desconhecido” da província paulista – em que floresceram inúmeras fazendas de café na segunda metade do século XIX e primeira do seguinte – era ocupado, quando se planejava a expansão agrícola, justamente pelo elemento do qual a antiga elite paulista buscava expressamente, há quase um século, afastar-se – o indígena. Esse alheamento, ainda que não se desse de forma definitiva no modo de vida, poderia assim o ser na esfera das representações – espaço em que se articulavam os paulistas, os demais habitantes, os indígenas, os planos administrativos e a própria produção de conhecimento de caráter histórico e identitário. Para tanto, era indispensável às elites paulistas desconstruir as narrativas que as associavam intrinsecamente aos sertões – como conjunto de pessoas e práticas –, circunscrevendo e delimitando esse espaço, diferenciando-se dele e finalmente, expulsando-o de seu território e, portanto, de sua imagem, ao mesmo tempo em que dele se apropriavam para seus interesses econômicos.

Para analisar e apreender esse movimento, buscamos reconstruir essas elites como agentes históricos que empreenderam reflexões sobre si, reposicionando aquilo que foi sendo limado de seu território – o espaço do sertão –, em meio à elaboração de um imaginário de racionalização, elemento constitutivo dos processos de reordenamento do espaço e da população. Assim, a expulsão do sertão foi precisamente a expulsão das relações entre os grupos principais de São Paulo e os indígenas, a partir de uma articulação constante entre planos e construções materiais e imateriais. Essas duas dimensões apresentaram-se como colaborativas nesse arco de transformações e permanências, já que a presença historicizada – não folclorizada, circunscrita ao “caipira” ou como objeto antropológico – tornaria inevitável o reconhecimento da presença indígena na formação do território paulista e nacional e, portanto, da legitimidade de suas propriedades e de seus modos de vida. Convinha, então, encontrar ou criar outros lugares para os grupos nativos, tanto no passado quanto no presente – e ainda mais nas projeções futuras.

A efeméride dos 400 anos de fundação oficial da cidade de São Paulo, à qual já nos remetemos, comemorada em 1954, permite investigar a permeabilidade da imprensa, do empresariado e do público leitor à construção do mito do bandeirante, bem como em que termos essa formulação estava colocada naquele momento. Para Katia Abud,

Os meios de comunicação passaram para o senso comum a imagem do Bandeirante: um homem destemido, de uma raça privilegiada, que levou o progresso e anexou ao Brasil, regiões muito distantes que hoje compõem o 'imenso' território nacional. Os meios de comunicação transmitiram (e continuam transmitindo) a imagem que os historiadores construíram, ao produzir o conhecimento histórico sobre as bandeiras. É verdade que há momentos em que a utilização dessa imagem se esvanece, e outros aos quais ela reaparece com muita força.⁶⁸⁷

A autora refere-se especificamente ao período da chamada Revolução de 1932, entretanto tomamos sua ressalva final no trecho transcrito para perscrutarmos as comemorações do IV Centenário, a partir de suas repercussões em alguns jornais paulistanos,⁶⁸⁸ especialmente no que tange à forma como são retratados os indígenas e a expansão territorial. Destarte, nas primeiras duas páginas da edição comemorativa do *Diário de S. Paulo*, está estampado um poema de Guilherme de Almeida, intitulado "Acalanto de Bartira".⁶⁸⁹ O eu-lírico é a própria Bartira, cantando uma cantiga a seu filho, tido com o português João Ramalho, enquanto balançam na rede. No texto, a mãe, de origem indígena, filha do cacique Tibiriçá, representa a terra, tendo seu corpo mobilizado como parte da geografia da América portuguesa; enquanto o pai, português, simboliza o ímpeto da conquista. Do encontro desses dois elementos, surge uma "nova raça", sintetizada no filho, "feito de mar e feito de terra: / branco e moreno, de espuma e de chão, de alem e aquem-serra!". O movimento da rede é comparado às ondas do mar, esse trazendo Ramalho e aquele levando seus descendentes aos territórios desconhecidos.

Doravante, o autor constrói um percurso linear e cumulativo, entre vilas, paisagens, processos e acontecimentos, que podemos resumir no seguinte roteiro:

⁶⁸⁷ ABUD, op. cit., p. 182.

⁶⁸⁸ A análise desses objetos ora proposta não se pretende extensa, contudo convém enumerar duas referências de trabalhos com escopo similar, nos quais é possível encontrar maior aprofundamento. Sobre as imagens e construções específicas dos anúncios dos jornais comemorativos, ver LOFEGO, Silvio Luiz. A construção da memória na publicidade do IV Centenário da cidade de São Paulo. *Patrimônio e Memória*, Assis, v. 2, n. 2, p. 25-44, 2006. Sobre a criação de um imaginário de trabalho acerca da população e da cidade em meio à celebração, ver MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Bandeirantes do progresso: imagens do trabalho e do trabalhador na cidade em festa. São Paulo, 25 de janeiro de 1954. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 231-246, 1994.

⁶⁸⁹ ALMEIDA, Guilherme. Acalanto de Bartira. *Diário de S. Paulo*, São Paulo, ano XXVI, n. 7.647, 25 Jan. 1954, caderno 1, p. 1-2.

Santo André; São Vicente; São Paulo; a mudança do núcleo para junto dos jesuítas; os ataques dos indígenas Tamoios; a exploração de ouro no Jaraguá; a coroação do filho, “neto de um rei da terra e filho de um deus do mar”; a ampliação da ocupação para além da Linha de Tordesilhas; a ação do bandeirante, “Dono das quatro direções / por onde fogem os sertões”; a descoberta aurífera nas Minas Gerais; o pagamento do Real Quinto, momento em que se sugere que os paulistas mandariam na Coroa portuguesa (“Por isso és capaz / de mandar, como mandas, / a um rei de outras bandas”); os conflitos com os emboabas; a “Solidão” após esses enfrentamentos, quando os paulistas empreenderam poucas atividades e os olhares do filho se voltam para outros horizontes; a cafeicultura; o “Rodeio”; e, finalmente, o epílogo, chamado “9 de Julho”, em que o filho volta a ser “puro e central”, nas lutas “Contra a desordem”.⁶⁹⁰ Nessa linha, Almeida constrói um sentido para a miscigenação entre nativos e adventícios, circunscrita ao encontro inicial entre essas populações, ou seja, com o tom de “marco inaugural” ou “mito fundante”. Há ilustrações, de autoria de Quirino da Silva, somente na primeira página, e todas referem-se ao imaginário indígena, de maneira similar aos desenhos de costumes e atividades dos grupos nativos encontrados nas bordas e nos vazios de mapas do Novo Mundo, tal como apontado no Capítulo 2.

As matérias dos periódicos são também referentes às comemorações, com destaque para os aspectos históricos⁶⁹¹ e o desenvolvimento, supostamente ao longo de quatro séculos, da literatura, da imprensa, da indústria⁶⁹² e de outros temas.⁶⁹³ Entre os artigos, são notáveis as referências aos primeiros homens da capitania, tal como na peça “Os trinta e dois companheiros de Martim Afonso e a cidade de São Paulo”, em que Francisco de Assis Carvalho Franco defende que a fundação de

⁶⁹⁰ Id.

⁶⁹¹ Os artigos publicados são de autoria de importantes pesquisadores e intelectuais do período e circunscrevem aspectos da formação da cidade, desde vila colonial. Entre outros, ver FERREIRA, Otavio. Os vários tipos de navios da época dos descobrimentos. *O Estado de S. Paulo*, op. cit., p. 4; TAUNAY, Affonso d’Escagnolle. João Ramalho e São Paulo. Ibid., p. 10-15; CORTESÃO, Jaime Zuzarte. Martim Afonso de Sousa e a fundação de São Paulo. Ibid., p. 16-18; VIOTTI, Helio Abranches. A fundação de São Paulo pelos jesuítas. *Diário de S. Paulo*, op. cit., caderno 1, p. 8-9.

⁶⁹² Os textos sobre o desenvolvimento das artes, dos esportes e de outros aspectos buscam percorrer os quatro séculos da história paulistana, mesmo nos campos que podemos considerar inexistentes nos períodos mais remotos. Ver ISGOROGOTA, Judas. História das Artes Plásticas em São Paulo. *A Gazeta*, São Paulo, ano XLVIII, n. 14.590, p. 136, 140; KOPKE, Carlos Burlamaqui. Quatro séculos de literatura. *Diário de S. Paulo*, op. cit., caderno 1, p. 6; SILVEIRA, Luiz. A imprensa paulista. Ibid., caderno 2, p. 8-9.

⁶⁹³ O próprio artigo de Egon Schaden, citado anteriormente, consta do exemplar comemorativo d’*O Estado de S. Paulo*.

Piratininga – núcleo original de São Paulo – teria sido obra do donatário, ganhando direitos políticos anos depois, com a ereção de sua Câmara.⁶⁹⁴ A relevância do trabalho do povoador estaria, ainda, no grupo que teria trazido consigo, composto de membros de nobres famílias, cujos traços fidalgos seriam parte indissociável do âmago paulista. Conforme conclusão do autor, a nobreza desses homens seria o fundamento do sucesso posterior da cidade:

E ao terminar este nosso modesto ensaio, podemos tirar como conclusão que, desses trinta e dois fidalgos trazidos por Martim Afonso de Sousa e deixados como povoadores da capitania, a maioria deles dedicou dezenas de anos na defesa, na cristianização e na segurança do povoado humilimo de verdadeira taba indigena, que foi o inicio de São Paulo de Piratininga, entregando-o a seus posteros para que o preparassem para a visão clarividente do insigne colonizador que para ali os encaminhara, realizando enfim a missão grandiosa que lhe havia sido predestinada – de porta para a civilização de todo sul e sudoeste brasileiro, como de fato tem realizado e tem maravilhado a todos com seu extraordinario surto progressista que o transmutou numa das grandes capitais do mundo atual.⁶⁹⁵

A exaltação das qualidades dos colonizadores de São Paulo prossegue em texto de Almeida Magalhães, com menção ao espanto e aos previamente indicados termos usados por Saint-Hilaire, quando tratou da extensão territorial dos feitos desses homens:

Quando o fenomeno bandeirantista na sua formidavel atuação de duas longas centúrias – dentro das quis [sic] os paulistas, a principio os ‘portuguezes de San Pablo’, e mais tarde os mamelucos, vasculharam oito milhões e meio de quilometros quadrados, batendo o metal de lavagem, topando e descendo indios para o trabalho escravo, e, depois, deslumbrando o mundo, cuja facies iria transformar, com o grande ciclo do ouro e dos diamantes – fôr suficientemente conhecido, no Brasil e no estrangeiro, por sociologos, economistas e homens de pensamento, então, ninguem mais julgará exagerada a expressão Saint-Hilairiana, ante as façanhas de bandeirantes e

⁶⁹⁴ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. Os trinta e dois companheiros de Martim Afonso e a cidade de São Paulo. *O Estado de S. Paulo*, op. cit., p. 20-26.

⁶⁹⁵ Ibid., p. 26.

monçoeiros: ‘... fica-se como estupefato e levado a crer que estes homens pertenciam a uma raça de gigantes’.⁶⁹⁶

Em outro periódico, é reproduzido também um artigo especificamente sobre os bandeirantes, com alusão ao “valor indômito dos Paulistas”, cujas ações são assim descritas:

Iam como um cataclismo desencadeado avassalando o continente com uma bravura e temeridade lendárias, levando tudo de vencida no arrôjo do tremendo arranco, aquêles nossos próceres – dignos troncos que robustecem a raça heróica dos Paulistas, que tão justamente se orgulham de ter por célula-mater os Bandeirantes!⁶⁹⁷

Dessa maneira, os textos impressos nessas edições atualizam os valores celebrados por Pedro Taques e frei Gaspar – tais como a nobreza e a bravura –, inserindo-os na formação da cidade e em sua contemporaneidade. No entanto, é nas ilustrações e composições contidas nessas páginas, bem como nas homenagens feitas por empresas e associações, que encontramos a maior veiculação e reiteração de certas narrativas sobre o passado e seu legado. As associações entre os paulistas daquele momento e os de outrora são, por vezes, escancaradas, como consta na propaganda da Indústria de Pneumáticos Firestone, em que um enorme rosto de bandeirante repousa sobre o panorama da cidade, repleto de arranha-céus e fábricas, nos quais algumas mechas de sua barba se enroscam. O desenho é acompanhado de um texto, em que se lê a seguinte frase: “São, aproximadamente, 2.600.000 ‘Fernões Dias’ – não só paulistas, mas de todos os Estados, de tôdas as raças – que vivem, incessantemente, procurando a ‘esmeralda verde de um amanhã melhor...’”.⁶⁹⁸

As imagens de bandeirantes – nos moldes da iconografia encomendada por Affonso Taunay em sua gestão à frente do Museu Paulista,⁶⁹⁹ ou seja, ostentando trajes

⁶⁹⁶ MAGALHÃES, Almeida. Bandeirantes: “Estes homens pertenciam a uma raça de gigantes”. *A Gazeta*, op. cit., p. 123.

⁶⁹⁷ NOBRE, Fernando. Os bandeirantes. *Diário de S. Paulo*, op. cit., caderno 7, p. 1.

⁶⁹⁸ Ibid., caderno 7, p. 7.

⁶⁹⁹ Claudia Valladão de Mattos dá-nos uma síntese das diretrizes e da evolução do programa de “decoração” encabeçado pelo historiador, para o qual foram realizadas encomendas a diversos pintores e escultores, cujas obras deram corpo e identidade aos agentes da história paulista e nacional. Os bandeirantes, grande destaque desse acervo, aparecem representados em poses heroicas, orientadas

de couro, coletes, botas e chapéus,⁷⁰⁰ eretos e em postura de comando⁷⁰¹ – proliferam entre os escritos, muitas vezes na posição de elo que une a vila colonial e seus aspectos naturais à metrópole de então e suas indústrias ou observando a cidade contemporânea, quase como se a supervisionassem ou apadrinhassem seu desenvolvimento.⁷⁰²

A transformação da paisagem colonial em contemporânea é explicada, portanto, pela ação dos bandeirantes. Por sua vez, os indígenas, à exceção daqueles relacionados explicitamente com os primeiros colonizadores, são retratados coletivamente na posição de espectadores e contribuintes, tanto das empreitadas jesuíticas quanto das atividades dos colonos. Em um dos tributos comemorativos, da Empresa Brasileira de Relógios “Hora”, vemos, ao fundo, a ilustração da primeira missa celebrada em Piratininga; em primeiro plano, um indígena observa a cena e, ao seu lado, constam os dizeres: “Olhemos o passado, aquela hora que assinalou a fundação de São Paulo, o instante maravilhoso em que *bugres empenachados espiavam curiosos* a celebração da primeira missa no Planalto”.⁷⁰³ No anúncio da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, por cima do desenho da locomotiva nos trilhos figuram um bandeirante e um indígena, lado a lado, denotando a existência não apenas de contribuição, mas de harmonia entre ambos.⁷⁰⁴

segundo uma tradição de pinturas de cunho histórico. Ver MATTOS, Claudia Valladão de. Da Palavra à Imagem: sobre o programa decorativo de Affonso Taunay para o Museu Paulista. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, nova série, v. 6/7, p. 123-145, 1998/1999.

⁷⁰⁰ “As esculturas [encomendadas para o Museu Paulista] ressaltam a indumentária do bandeirante que ficou no imaginário popular – o chapéu com abas largas, botas de canos altos, bacamartes, polvarinho e facão. Duas esculturas apresentam o gibão de armas ou ‘aramas de algodão’, o ‘esculpil dos hespanhões’, no dizer de Taunay.” MAKINO, Miyoko. Ornamentação do Museu Paulista para o Primeiro Centenário: construção de identidade nacional na década de 1920. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, nova série, v. 10/11, p. 167-195, 2002/2003, p. 174.

⁷⁰¹ Nesses desenhos, sua altivez é associada diretamente à consagração de uma ética de trabalho incansável, com adjetivações escritas como “nobre e laborioso povo paulistano” e “operosa gente bandeirante”, além de descrições, tais como “Aos pioneiros, que já quatro séculos deram início a êste milagre continuado de trabalho, de progresso, de lutas e de glórias que têm sido a vida de São Paulo [...]”. Com essa caracterização, o mito do bandeirante podia servir agora aos interesses de continuado florescimento da indústria, em consonância com a dinâmica da nova metrópole. *Diário de S. Paulo*, op. cit., caderno 1, p. 16; caderno 2, p. 11; caderno 2, p. 6.

⁷⁰² Esse tipo de representação abunda nas páginas dos três jornais, muitas vezes repetindo-se entre um e outro. Por não se tratar do escopo central desta tese, nos limitaremos a essa descrição geral, sem alongarmo-nos nesse ponto ou incluir maiores caracterizações.

⁷⁰³ Ibid., caderno 6, p. 14, grifos nossos.

⁷⁰⁴ É indispensável fazermos menção aos esforços recentes empreendidos por pesquisadores e pesquisadoras do Museu Paulista (MP) – antigo Museu do Ipiranga –, agora vinculado à Universidade de

As imagens de nativos e colonizadores, leigos ou religiosos, em completo acordo contrastam com a batalha então em curso no “sertão desconhecido”, onde ferrovias e grandes lavouras arrasavam os territórios indígenas, constituindo “novas bandeiras”.⁷⁰⁵ No imaginário vigente em meados do século XX, formulado a partir do trabalho de alguns historiadores e propagado nos periódicos mencionados e em outros meios, os autóctones haviam cumprido suas atribuições, quais fossem, de concorrer para a formação da vila e depois cidade de São Paulo. Sua presença deveria restringir-se a esse passado remoto, na função de tributários, e não havia espaço – material e imaterial – para sua existência no presente. A dissociação completa entre os paulistas e os indígenas, expressa sem conflito ou questionamento nessas construções da imagem dos bandeirantes, tomou lugar especificamente no período analisado em nossa tese. Entre meados do século XVIII e as primeiras décadas do oitocentos, os moradores principais de São Paulo deixaram de ser reconhecidamente homens dos sertões e transfiguraram-se nas elites que encampavam a apropriação do território paulista por meio de um instrumental de racionalização e mediação, no qual estatísticas e mapas criavam direcionamentos explícitos para seus empreendimentos econômicos, políticos e sociais, nomeadamente a agricultura exportadora. Nesse tempo, entre permanências e transformações, as sucessivas elites paulistas expulsaram o sertão de sua representação coletiva, retomando essa categoria territorial apenas como estímulo para as novas empreitadas, nas quais não havia mais possibilidades de quaisquer relações com os indígenas que não fossem o confronto e a obliteração.

São Paulo, no sentido de problematizar a produção e o uso do imaginário acerca dos bandeirantes, veiculado nos quadros, gravuras e esculturas encomendados por Taunay, expostos até hoje na instituição e reproduzidos em livros didáticos e outros materiais, muitas vezes como exemplares “genuínos” do período que retratam, apesar de terem sido feitos já no século XX. A título de exemplo, citamos as exposições “Imagens Recriam a História” e “Bandeirante: um personagem em debate”, inauguradas respectivamente em 2007 e 2017, cujos conteúdos explicitavam os processos de encomenda e divulgação das obras que compõem a decoração do MP, bem como as contradições entre os agentes históricos nelas reproduzidos.

⁷⁰⁵ A expressão, reproduzida por Katia Abud, é originária da obra de Cassiano Ricardo, *Marcha para oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*, publicada em 1940. ABUD, op. cit., p. 199.

Referências

FONTES CENTRAIS – CARTOGRAFIA

Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo. Paris: Alexis Orgiazzi, [1841].
1 mapa, impr.: 100 x 72 cm. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Mapa dos confins do Brazil com as terras da Coroa da Espanha na América Meridional. [S.l.: s.n.], 1749. 1 mapa ms.: col.; 60 x 54 cm. em f. 70 x 64. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

FONTES CENTRAIS – GENEALOGIA

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, t. I-III. 5 ed. Belo Horizonte; São Paulo: Ed. Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

FONTES CENTRAIS – ESTATÍSTICA

MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo*. 3 ed. São Paulo: Governo do Estado, 1978 [1938].

FONTES COMPLEMENTARES – CARTOGRAFIA – BNRJ

Amérique Meridionale: publié sous les auspices de Monseigneur le Duc D'Orleans prémeér prince du Sang. Paris, França: Chez L'auteur aux Galeries du Louve, 1748. 1 mapa: col.; 78,3 x 126,3cm em f. 82 x 130,7 cm.

Brasília: frente generis nobilitate armerum et litterarum.... [Amsterdam, Holanda]: Execudebat Johannes Blaeu, [1640?]. 1 mapa: col.; 38,6 x 50 cm em f. 53,5 x 62,2 cm.

Carte de La Terre Ferme du Perou, du Bresil et du pays des Amazones : dressé sur les descriptions de Herrera, de Laet, et des PP. d'Acuña, et M. Rodríguez et sur plusieurs relations et observations posterieures. Paris, França: Chéz L'Auteur sur le Quai de l'Horloge a l'Aigle d'or auce Privilege du Roy pour 20 ans, 1703 [i.e 1718]. 1 mapa: 48,4 x 55,5 cm em f. 53,1 x 72 cm.

[Contorno da América do Sul, trazendo o nome de algumas cidades]. [S.l.: s.n.], [17--]. 1 mapa ms.: desenho a tinta ferrogálica e sanguínea; 64,5 x 107 cm.

[Mapa da região das monções de São Paulo a Cuiabá]. [S.l.: s.n.], [ca. 1720]. 1 mapa ms.: desenho a tinta ferrogálica; 55 X 104,5 cm.

[Mapas da região de encontro entre os atuais estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, e do curso do Rio São Francisco]. [S.l.: s.n.], [17--]. 3 mapas ms.: desenho a tinta ferrogálica; 52,5 x 64 cm.

Mappa da Capitania de Minas Gerais. [S.l.: s.n.], 1810. 1 mapa ms.: desenho a nanquim, col.; 95 x 82 cm.

[Parte do rio São Francisco, com seu afluente, o rio Verde, ao norte da Capitania de Minas Gerais]. [S.l.: s.n.], [17--]. 1 mapa ms.: desenho a tinta ferrogálica; 55 x 65,5 cm.

FONTES COMPLEMENTARES – CARTOGRAFIA – JCB

A general map of South America from the best surveys, 1796 B. Tanner, sculpt. Nova Iorque, Estados Unidos: J. Reid, 1796. 1 mapa, impr.: 36 x 44 cm.

Amérique meridionale par M. Moithey, ing. geog. du Roi, et professeur de mathématiques de M.M. les pages de S. A. S. Monseigneur le prince de Conty. Paris: chez le Sr. Moithey rue de la harpe la porte cochère no. 109 et chez Crépy rue S. Jacques près celle de la parcheminerie, 1785. 1 mapa impr.: col.; 81 x 58 cm.

Charte von Süd America nach den bewährtesten astronomischen Bestimmungen und den vorzüglichsten Charten, die Grenze zwischen den spanischen und portugiesischen Besitzungen aber, dem Tractat von St. Ildefonso v. J. 1777 gemäss entworfen mit röm. kayserl. allergnäd. Freyheit von F. L. Güssefeld. Nuremberg: Homannische Erben, 1797. 1 mapa impr.: col.; 57 x 46 cm.

Mapa Geografico De America Meridional. [S.l.: s.n.], 1775. 8 mapas: 220 x 162 cm.

Nova et Accurata Brasiliae totius tabula. [Amsterdã]: Abraham Wolfgangk, 1720. 1 mapa impr.: col.; 49,8 x 59 cm.

Part of a Map of South America by William Delisle, 1700, 1897. In: *Venezuela-British Guiana Boundary Commission. Maps Of The Orinoco-Essequibo Region, South America. Compiled For The Commission Appointed By The President Of The United States "To Investigate And Report Upon The True Divisional Line Between The Republic Of*

Venezuela And British Guiana". Washington: Estados Unidos da América, 1897. 1 mapa impr.: 42 x 35 cm.

Recenselaborata Mappa Geographica Regni Brasiliae. Augsburgo: Matthaeus Seutter, 1740-1751. 1 mapa impr.: col.; 51 x 58 cm.

South America from the latest discoveries, shewing the Spanish & Portuguese settlements according to Mr. D'Anville by De Larochette. Londres: Printed for John Bowles at the Black Horse in Cornhill, & Carington Bowles next the Chapter House in St. Pauls Church Yard, [ca. 1771]. 1 mapa impr.: col.; 47 x 57 cm.

South America Laid down from the Best Modern Maps with Improvements. [Londres]: [J. Newbery], 1751. 1 mapa impr.: 14,3 x 18,8 cm.

FONTES COMPLEMENTARES – CARTOGRAFIA – HL

Bresil, dont les Côtes sont divisées en Capitaineseries Dressé sur les dernieres Relations des Flibustiers et Fameux Voyageurs. Par N. de Fer, Geographe de sa Majesté Catoloque 1719. Paris: Chez G. Danet gendre de Auteur Sur le Pont notre Dame a la Sphere Royale, 1719. 1 mapa impr.: col.; 42 x 54 cm em f. 49 x 68 cm.

Carte de la Terre Ferme du Perou, Du Bresil et du Pays des Amazones : Dressée sur les descriptions de Herrera de Laet, et des P.P. d'Acuna, et M. Rodriguez, et sur plusieurs Relations et Observations posterieures / Par Guillaume Del'Isle, Geographe de l'Academie Royale des Sciences. Amsterdã: Covens et Mortier, [ca. 1741?]. 1 mapa: col.; 48 x 57 cm em f. 55 x 69 cm.

Carte de la Terre Ferme du Perou, du Bresil et du Pays des Amazones, Dressée sur les Descriptions de Herrera de Laet, et des PP d'Acuna, wt M. Rodriquéz et sur plusiers Relations et Observations posterieures, Par Guillaume Del'Isle Premier Geogra. du Roy de l'Academie Royale des Sciences. Paris: Buache, Philippe, 1745. 1 mapa; col.; 49 x 66 cm em f. 51 x 69 cm.

Carte de la Terre Ferme, du Perou, du Bresil, et du Pays des Amazones. [S.l.: s.n.], ca. 1720. 1 mapa: 41 x 53 cm em f. 49 x 59 cm.

New & Exact Map of the Coast, Countries and Islands within the Limits of the South Sea Company from the River Aranoca to Terra del Fuego, and from thence through the South Sea, to the North Part of California &c. With a View of the General and Coasting Trade-Winds. And particular Draughts of the most important Bays, Ports. &c. According

to the Newest Observations, By Herman Moll Geographer. Londres: [s.n.], [ca. 1720]. 1 mapa: col.; 66 x 49 cm em f. 69 x 52 cm.

Recens elaborata mappa geographica regni Brasiliae in America Meridionali maxime celebris accuratae delineata / per Matth. Seutterum Sac. Caes. Maj. Geogr. Augsburgo: Augustae Vind, 1734. 1 mapa: col.; 50 x 56 cm em f. 54 x 63 cm.

Tabula Americae specialis geographica regni Peru, Brasiliae, Terrae Firmae & Reg. Amazonum : secundum relationes de Herrera, de Laet, & PP. de Acuña & M. Rodriguetz, aliorumque observationes recentiores de signata & edita / per Guiliem. de l'Isle, Geogr. Reg. Parisiensem, nunc recusa. Nuremberg: Homann Erben (Firm), [ca. 1730]. 1 mapa: col.; 48 x 56 cm em f. 55 x 63 cm.

Tabula Americae specialis geographica regni Peru, Brasiliae, Terrae Firmae & Reg. Amazonum : secundum relationes de Herrera, De Laet, & P.P. de Acuna & M. Rodriguetz; aliorumque observationes recentiores de signata & edita / par Guiliem de l'Isle, Geogr. Reg. Parisiensem nunc recusa per Homanianos Heredes. Nuremberg: Homann Erben (Firm), [ca. 1720]. 1 mapa: col.; 48 x 56 cm em f. 52 x 61 cm.

Tabula Americae specialis geographica regni Peru, Brasiliae, Terrae Firmae & Reg. Amazonum : secundum relationes de Herrera, de Laet, & PP. de Acuña & M. Rodriguetz, aliorumque observationes recentiores de signata & edita / per Guiliem. de l'Isle, Geogr. Reg. Parisiensem, nunc recusa. Nuremberg: Homann Erben (Firm), [ca. 1730]. 1 mapa: col.; 48 x 56 cm em f. 55 x 63 cm.

FONTES COMPLEMENTARES – CARTOGRAFIA – IEB

Carta Geographica Del Bresil, [ca. 1740]. Fonte: Instituto de Estudos Brasileiros, Coleção de Artes Visuais, Coleção Justiça Federal de São Paulo – Banco Santos.

Mapa do Brasil segundo a visão do cartógrafo italiano Giovanni Battista Ramusio (In: *Delle Navigazioni et Viaggi*), 1556. Fonte: Instituto de Estudos Brasileiros, Coleção de Artes Visuais, Coleção Justiça Federal de São Paulo – Banco Santos.

FONTES COMPLEMENTARES – CARTOGRAFIA – OUTROS

[Mapa de América del Sur con la línea divisoria de las colonias pertenecientes a España y Portugal]. [S.I.: s.n.], [1759?]. 1 mapa ms.: col.; 65 x 71,4 cm. Archivo General de Simancas.

Alagoa do Rio Grande—R^o De São Fr.co. In: ALBERNAZ, João Teixeira. *Descrição de todo o marítimo da terra de s. Crvz, chamado vulgarmente o Brazil*, [manuscrito colorido]. Lisboa: 1640. Fonte: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, inv. n. CF 162, fl. 13.

ALBERNAZ, João Teixeira. *Descrição de todo o marítimo da terra de s. Crvz, chamado vulgarmente o Brazil*, [manuscrito colorido]. Lisboa: 1640. Disponível em: <[http://lhs.unb.br/atlas/\(Albernaz,_1640\)](http://lhs.unb.br/atlas/(Albernaz,_1640))>. Acesso em: 19 Maio 2017.

Entrada da Bahia de todos os Santos—Barra do Rio de S: Frco. pera caravelas e Pataxos. In: ALBERNAZ, João Teixeira. *Descrição de todo o marítimo da terra de s. Crvz, chamado vulgarmente o Brazil*, [manuscrito colorido]. Lisboa: 1640. Fonte: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, inv. n. CF 162, fl. 59.

Ilha de Sto Amaro—Emceada de Vbatvba. In: ALBERNAZ, João Teixeira. *Descrição de todo o marítimo da terra de s. Crvz, chamado vulgarmente o Brazil*, [manuscrito colorido]. Lisboa: 1640. Fonte: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, inv. n. CF 162, fl. 22.

Mapa do Sertão do Rio Preto para baixo pertence à capital do Rio de Janeiro, com os seus rios principais e descrição dos Caminhos de Paraíba abaixo notados com pingos. In: IÓRIO, Leoni. Valença ontem e hoje (Subsídios para a História do Município de Marquês de Valença): 1789-1952. Jornal de Valença, Valença, 1958, p. 14.

Nova et Accurata Brasiliae totius Tabula. Amsterdã, s/d. 1 mapa: color.; 49,7 x 58,6 em f. 53 x 62,4 cm. Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, Coleção Manuel Barata.

Terra de Santa Crvz, aqve chamãõ Brasil. In: ALBERNAZ, João Teixeira. *Descrição de todo o marítimo da terra de s. Crvz, chamado vulgarmente o Brazil*, [manuscrito colorido]. Lisboa: 1640. Fonte: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, inv. n. CF 162, fl. 4.

FONTES COMPLEMENTARES – MANUSCRITAS – ALPSP

ALPSP, Compra de mapa corográfico da província, Acervo Histórico, caixa 396, p. 1, código 39, documento 13890.

ALPSP, Demora na organização da Estatística Provincial, Acervo Histórico, caixa 392, p. 6, código 39, documento 13792.

ALPSP, Distribuição de terras / Posturas Municipais / Pontes e aterrados de estradas, Acervo Histórico, caixa 616, p. 10, código 39, documento 19999, folhas 1-2.

ALPSP, Mapa Corográfico da Província, Acervo Histórico, caixa 396, p. 1, código 39, documento 13873.

ALPSP, Organização da Estatística Provincial, Acervo Histórico, caixa 391, p. 3, código 39, documento 13784.

ALPSP, Pedido de um mapa da província, Acervo Histórico, caixa 351, p. 1, código 39, documento 12310.

ALPSP, Remessa de exemplar de Memórias da Província de São Paulo e de mapa corográfico da Província, Acervo Histórico, caixa 430, p. 1, código 39, documento 14797.

ALPSP, Remessa de exemplar de Memórias da Província de São Paulo e de mapa corográfico da Província, Acervo Histórico, caixa 430, p. 1, código 39, documento 14557.

ALPSP, Remessa de exemplares da primeira parte do Quadro Estatístico Provincial, Acervo Histórico, caixa 392, p. 1, código 39, documento 13524.

ALPSP, Solicitação de abertura de estrada para Goiás, Acervo Histórico, caixa 324, p. 14, código 39, documento 8523.

FONTES COMPLEMENTARES – PUBLICADAS – ATAS DA CÂMARA

Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1653-1678), v. VI. São Paulo: Archivo Municipal de S. Paulo; Typographia Piratininga, 1915.

[ATA da Câmara da vila de São Paulo, 27 de dezembro de 1678], p. 492-493.

[ATA da Câmara da vila de São Paulo, 30 de novembro de 1678], p. 485-487.

TERMO de obrigação q. fas L.co Correia Rib.ro, p. 497-498.

TERMO de obrigação q. fas o cap.tam fernão Paes de Barros, p. 498-499.

TERMO de obrigação que fas João Leite de Miranda, p. 496-497.

TERMO de Vereação, p. 491-492.

TERMO de vereansa feito em 26 de maio de mil he seis sentos he setenta anos, p. 205-207.

TERMO do vereasão, p. 487.

Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1596-1622), v. II. São Paulo: Archivo Municipal de S. Paulo; Typographia Piratininga, 1915.

CAMARA a 7 de jan.ro de 612, p. 306.

[DUVIDAS q. se oferesem pellos Moradores da V.a de sam Paulo], p. 455-456.

TERMO de Breasão e declaração de q. esta Camera consultou com o R.do p.e provimsial alexandre de gusmão sobre o particular do gentio, p. 275-276.

TERMO de como o adeministrador Dom Rodrigo Castel Banco veio a esta camera e asentarão o que em sua comp.a avia de levar ... não escuzados o sustento dos Indios e mais homens da administração, e de como João Alvres coutinho deu desculpa p.a não poder ir, o qual numero dos Indios são cento e vinte não entrando os que elle dá, p. 88-89.

TERMO de Requerim.to do povo sobre o descubrim.to dos cuatagoas, p. 536-537.

TERMO de Vereasão e asento q. se fes sobre a vinda do p.e provimsial alexando de gusmão com hua ordem do g.or geral e copia de hua Carta de sua mag.de q. deus guarde sobre particular de Indio e asento q. se fes sobre esa materia, p. 447-452.

Actas da Camara Municipal de S. Paulo (1701-1719), v. VIII. São Paulo: Archivo Municipal de S. Paulo; Typographia Piratininga, 1916.

TERMO de vereança, p. 157.

Actas da Camara Municipal de S. Paulo – 1788-1796, v. XIX. São Paulo: Archivo Municipal de S. Paulo; Typographia Piratininga, 1921.

TERMO de vereança que faz o juiz presidente e officiaes da Camara em terça feira 24 de dezembro de 1793, p. 418-421.

FONTES COMPLEMENTARES – PUBLICADAS – ALPSP

ALPSP, Lei n. 1, de 9 de março de 1835. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1835/lei-1-09.03.1835.html>>. Acesso em: 2 Set. 2016.

ALPSP, Lei n. 10, de 24 de março de 1835. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1835/lei%20n.10,%20de%2024.03.1835.pdf>>. Acesso em: 2 Set. 2016.

ALPSP, Lei n. 16, de 11 de abril de 1835. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1835/lei%20n.16,%20de%2011.04.1835.pdf>>. Acesso em: 2 Out. 2015.

PEIXOTO, Bernardo José Pinto Gavião. *Discurso que o presidente da provincia de São Paulo dirigio á Assembléa Legislativa Provincial na abertura da sua sessão ordinaria em 7 de janeiro de 1838*. São Paulo: Typ. do Governo, 1838.

FONTES COMPLEMENTARES – PUBLICADAS – ALESP

ALESP, Departamento de Documentação e Informação, Acervo Histórico, Base de Dados, Império – Deputados. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/acervo-historico/base-de-dados/imperio/imperio_deputados.html>. Acesso em: 15 Jun. 2016.

FONTES COMPLEMENTARES – PUBLICADAS – BNRJ

Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. LII, 1938.

DEPOIMENTOS jurados de onze índios, de 11 de Fevereiro a 21 de Agosto de 1756, p. 399-422.

DESPACHO do Ministro Portuguez para o Plenipotenciario de Portugal em Madrid, justificando o Plano do Tratado, p. 18-30.

INCONVENIENTES, que resultan de la demarcacion contratada entre de las dos Coronas de Espana y Portugal, segun los tratados impresos en Lisboa, p. 65.

Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. LVIII, 1938.

CORTESÃO, Jaime Zuzarte (org.). *Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640)*.

Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.

RELAÇÃO feita pelos padres Justo Mancilla e Simão Masseta, quer ao rei, quer ao provincial Francisco Vazques de Trujillo, sôbre os estragos causados pela grande bandeira de Rapôso Tavares às missões do Guairá nos anos de 1628-1629. Cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, 10-X-1629, p. 310-339.

TRASLADO do auto que mandou fazer d. Luis Diogo de Oliveira, governador do Brasil, sôbre as resoluções tomadas quanto à entrada de alguns portugueses no sertão. Cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, 27-IX-1629, p. 306-309.

FONTES COMPLEMENTARES – PUBLICADAS – OUTROS

FIGUEIREDO, Luciano Raposos de Almeida (org.); CAMPOS, Maria Verônica (org.). *Códice Costa Matoso*: Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários outros papéis, v. 1. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999.

FURTADO, Bento Fernandes. *Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas do ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios*, p. 166-193.

PEREIRA, João Gonçalves. *Verdadeira notícia que deu Francisco Leme do Prado do que passou viu e experimentou na viagem que fez destas minas do Moto Grosso pelo rio abaixo às missões dos padres da Companhia [de Jesus] do reino de Castela...*, p. 871-878.

S.I. *[Relação de um morador de Mariana e de algumas coisas mais memoráveis sucedidas]*, p. 203-209.

S.I. *Relação do princípio descoberto dessas Minas Gerais e os sucessos de algumas coisas mais memoráveis que sucederam de seu princípio até o tempo que as veio governar o Excelentíssimo Senhor dom Brás da Silveira*, p. 194-202.

MADRE DE DEUS, frei Gaspar da. *Memórias para a história da capitania de São Vicente*. Belo Horizonte; São Paulo: Ed. Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1975 [1797].

OLIVEIRA, Antônio Rodrigues Veloso de. *Memória sobre o melhoramento da província de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado, 1978 [1822].

RENDON, José Arouche de Toledo. *Obras*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.

Reflexões sobre o estado em que se acha a agricultura na capitania de S. Paulo, p. 1-16.

Memória sobre as aldeias de índios da província de S. Paulo, segundo as observações feitas no ano de 1798 – Opinião do autor sobre sua civilização, p. 37-53.

RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1949.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo*. Belo Horizonte; São Paulo: Ed. Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à Província de São Paulo*. São Paulo: Martins, 1940 [1851].

SPIX, Johann Baptist von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte; São Paulo: Ed. Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Phillipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

VIEIRA, Antonio. Voto do Padre Antônio Vieira sobre as dúvidas dos moradores de S. Paulo acerca da administração dos índios. In: _____. *Escritos instrumentais sobre os índios*. São Paulo: Educ; Loyola; Giordano, 1992, p. 102-121.

FONTES COMPLEMENTARES – PERIÓDICOS – RIHGB

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 3 ed., t. 1, p. 9-17, 1908.

ELLIOT, João Henrique. Itinerario das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da villa de Antonina e o Baixo Paraguay na provincia de Mato Grosso: feitas nos annos de 1844 a 1847 pelo sertanista o Sr. Joaquim Francisco Lopes, e descriptas pelo Sr. João Henrique Elliot. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 10, p. 153-177, 2º trimestre, 1848.

ELLIOT, João Henrique. Resumo de itinerario de uma viagem exploradora pelos rios Verde, Itareré, Paranapanema, e seus affluentes, pelo Paraná, Ivahy e sertões adjacentes, comprehendida por ordem do Exm. Sr. barão de Antonina. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 9, p. 17-42, 1º trimestre, 1847.

GURGEL, Manoel Joaquim do Amaral. Biographia dos Brasileiros Illustres por Armas, Lettras, Virtudes, etc. – tenente-general José Arouche de Toledo Rendon. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 5, n. 20, p. 522-526, 1843.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. Historia da capitania de S. Vicente desde a sua fundação por Martim Affonso de Sousa em 1531: escripta por Pedro Tacques de Almeida Paes Leme em 1772. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 9, p. 137-178, 2º trimestre, 1847; t. 9, p. 293-327, 3º trimestre, 1847; t. 9, p. 445-475, 4º trimestre, 1847.

LIMA, Francisco das Chagas. Memoria sobre o descobrimento e colonia de Guarapuava, escripta pelo Padre Francisco das Chagas Lima – MS. offerecido ao Instituto pelo Socio honorario o Sr. Marechal Daniel Pedro Müller. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 4, n. 13, p. 43-64, 1842.

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. Extracto da memorias para a Historia da Capitania de S. Vicente, pelo Beneditino Frei Gaspar da Madre de Deus, natural de S. Paulo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 4, n. 14, p. 202-206, 1842.

FONTES COMPLEMENTARES – PERIÓDICOS – JORNAIS

A Gazeta, São Paulo, ano XLVIII, n. 14.590.

ISGOROGOTA, Judas. História das Artes Plásticas em São Paulo. *A Gazeta*, São Paulo, ano XLVIII, n. 14.590, p. 136, 140.

MAGALHÃES, Almeida. Bandeirantes: “Estes homens pertenciam a uma raça de gigantes, p. 123.

Diario de S. Paulo, São Paulo, ano XXVI, n. 7.647, 25 Jan. 1954.

VIOTTI, Helio Abranches. A fundação de São Paulo pelos jesuítas, caderno 1, p. 8-9.

KOPKE, Carlos Burlamaqui. Quatro séculos de literatura, caderno 2, p. 8-9.

NOBRE, Fernando. Os bandeirantes, caderno 7, p. 1.

ALMEIDA, Guilherme. Acalanto de Bartira, caderno 1, p. 1-2.

O Estado de S. Paulo, São Paulo, ano LXXV, n. 24.145, 25 Jan. 1954.

FERREIRA, Otavio. Os vários tipos de navios da época dos descobrimentos, p. 4.

TAUNAY, Affonso d'Escagnolle. João Ramalho e São Paulo, p. 10-15.

CORTESÃO, Jaime Zuzarte. Martim Afonso de Sousa e a fundação de São Paulo, p. 16-18.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho, p. 20-26.

LIVROS, TESES, DISSERTAÇÕES E ARTIGOS

ABREU, João Capistrano de Abreu. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Rio de Janeiro; Brasília: Civilização Brasileira; INL, 1976 [1907].

ABUD, Katia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições*. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante. 1985. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

AGNOLIN, Adone. *Jesuítas e selvagens: a negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupi (Séculos XVI-XVII)*. São Paulo: Humanitas Editorial, 2007.

ALEGRIA, Maria Fernanda et al. Portuguese Cartography in the Renaissance. In: WOODWARD (ed.), *The History of Cartography*. v. 3: Cartography in the European Renaissance. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2007, p. 977-1059.

AMARAL, Antônio Barreto do. Introdução. In: OLIVEIRA, Antônio Rodrigues Veloso de. *Memória sobre o melhoramento da província de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado, 1978 [1822], p. V-X.

AMSELLE, Jean-Loup (org.); M'BOKOLO, Elikia (org.). *No centro da etnia: Etnias, tribalismo e Estado na África*. Petrópolis: Vozes, 2017 [1985].

ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de. Memória Sobre a Estatística ou Análise dos Verdadeiros Princípios Desta Ciência e Sua Aplicação à Riqueza, Artes e Poder do Brasil. In: VARELA, Alex Gonçalves. Um manuscrito inédito do naturalista e político Martim Francisco Ribeiro de Andrada. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 973-990, set., 2007.

ANTONIO Filho, Fadel David. Sobre a palavra “sertão”: origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da ciência geográfica). *Ciência Geográfica*, Bauru, v. XV, n. 1, p. 84-87, jan./dez., 2001.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na Primeira Metade do Oitocentos*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2006.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Área de Publicações CMU; Unicamp, 1997.

BARCELOS, Artur Henrique. A cartografia indígena no Rio da Prata colonial. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, X, 2010, Santa Maria. *Anais eletrônicos....* Santa Maria: UFSM, 2010. Disponível em: <http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279585458_ARQUIVO_trabalhoArturBarcelos.pdf>. Acesso em: 20 Dez. 2017.

_____. Guarani cartography as an instrument of autonomy. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON THE HISTORY OF CARTOGRAPHY, 27, 2017, Belo Horizonte. *Programme....* Belo Horizonte: UFMG, 2017, p. 83.

BASSO, Rafaela. A comida e o modo de vida dos paulistas. In: _____. *A cultura alimentar paulista: Uma civilização do milho? (1650-1750)*. São Paulo: Alameda, 2014, cap. 2, p. 67-136.

BEIER, José Rogério. *Artefatos de poder: Daniel Pedro Müller, a Assembleia Legislativa e a construção territorial da província de São Paulo (1835-1849)*. 2015. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

_____. De aldeias a freguesias e vilas: o processo de dissolução das aldeias indígenas na representação cartográfica do território de São Paulo (1765-1837). In: VI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL, 2016, Salvador. *Anais eletrônicos do VI Encontro Internacional de História Colonial*, 2017, p. 894-909.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conto no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Alameda, 2007.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Conquista, Mercês e Poder Local: a *nobreza da terra* na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. *Almanack Braziliense*, n. 2, p. 21-34, novembro, 2005.

BILAC, Olavo; BOMFIM, Manoel. *Através do Brasil: prática de língua portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000 [1910].

BLACK, Jeremy. *Mapas e história: construindo imagens do passado*. Bauru: EDUSC, 2005.

BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas; Fapesp, 2002.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial*. São Paulo: Alameda, 2010.

BOXER, Charles R. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BREFE, Ana Claudia Fonseca. Paradigma da história nacional? O Museu Paulista ao longo do século XX. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MUSEUS NACIONAIS E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 2010, Rio de Janeiro. *Museus nacionais e os desafios do contemporâneo*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2011, p. 136-154.

BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo: Volume I – Arraial de Sertanistas (1554-1828)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, nova série, v. 17, n. 2, p. 251-294, jul./dez., 2009.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro (org.); ODALIA, Nilo (org.). *História do estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*, v. 1. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010.

CANDIDO, Antonio. O problema dos meios de vida. In: _____. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001.

CASTRO, Josué. *Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço)*. São Paulo: Brasiliense, 1965 [1946].

CATHARINO, José Martins. *Trabalho índio em terras da Vera ou Santa Cruz e do Brasil: tentativa de resgate ergonológico*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1995.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994 [1992].

_____. O Mundo como Representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 11, n. 5, p. 173-191, 1991.

CHARTIER, Roger. Textos, impressos, leituras. In: _____. *A história cultural: Entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editorial, 2002, p. 121-139.

CIDADE, Hêrnani. *O bandeirismo paulista na expansão territorial do Brasil*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1954.

CINTRA, Jorge Pimentel. O Mapa das Cortes: perspectivas cartográficas. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, nova série, v. 17, n. 2, p. 63-77, jul./dez., 2009.

_____. Reconstruindo o Mapa das Capitanias Hereditárias. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, nova série, v. 21, n. 2, p. 11-45, jul./dez., 2013.

CORRÊA, Dora Shellard. Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 63-87, 2006.

CORTESÃO, Jaime Zuzarte. A província do Paraguai: origens; antecedentes portugueses; fundação, progresso e termo. In: CORTESÃO, Jaime Zuzarte (org.). *Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951, p. 63-85.

_____. *Alexandre de Gusmão & o Tratado de Madrid*, t. 1-2. São Paulo: Imprensa Oficial; Fundação Alexandre de Gusmão, 2006 [1953-1963].

_____. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrí – Conferência pronunciada no Itamaratí em setembro de 1949. *Revista de História*, ano I, n. 4, p. 437-452, out./dez., 1950.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CYMBALISTA, Renato. *Sementes de Cristãos: Mártires jesuítas na América, 1554-1767*. 2017. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: Editora Alva-Ciord, 1997.

ELLIS Jr., Alfredo. *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano*. São Paulo: Ed. Nacional, 1936.

ETULAIN, Richard W. (org.). *Does the Frontier Experience Make America Exceptional?*. Boston; Nova Iorque: Bedford; St. Martin's, 1999.

FARIA, Maria Dulce de; OLIVEIRA, Uilton dos Santos. A Coleção Cartográfica do Tratado de Santo Ildefonso na Biblioteca Nacional. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 3, 2016, Belo Horizonte. *Anais do 3º Simpósio....* Belo Horizonte: UFMG, 2016. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simpósio2016/pdf/7MariaDulceFaria-UiltonOliveira_3SBCH.pdf>. Acesso em: 23 Jun. 2017.

FERREIRA, Mário Clemente. O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 51-69, jan./jun., 2007.

_____. *O Tratado de Madrid e o Brasil meridional: os trabalhos demarcadores das partidas do sul e a sua produção cartográfica (1749-1761)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'El Rei: Espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51 ed. São Paulo: Global, 2006 [1933].

FURTADO, Júnia Ferreira. Fidalgos e laçaios. In: _____. *Homens de negócio: A interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. *O mapa que inventou o Brasil*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2013.

GIRARDI, Gisele. Leitura de mitos em mapas: um caminho para repensar as relações entre geografia e cartografia. *Geografares*, Vitória, v. 1, n. 1, p. 41-50, jun., 2000.

GODOY, Joaquim Floriano de. *A província de S. Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007 [1875].

GOMES, Maria do Carmo Andrade. Velhos mapas, novas leituras: revisitando a história da cartografia. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 16, p. 67-79, 2004.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

HARLEY, John Brian. Deconstructing the map. *Cartographica*, v. 26, n. 2, p. 1-20, 1989.

_____. Maps, Knowledge and Power. In: COSGROVE, Denis (org.); DANIELS, Stephen (org.). *The Iconography of Landscape*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p. 277-312.

HARLEY, John Brian; WOODWARD, David. Preface. In: ____ (ed.). *The History of Cartography*, v. 1: Cartography in Prehistoric, Ancient, and Medieval Europe and the Mediterranean. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1987, p. xv-xxi.

HARLEY, John Brian (ed.); WOODWARD, David (ed.). *The History of Cartography*, v. 1: Cartography in Prehistoric, Ancient, and Medieval Europe and the Mediterranean. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1987.

HENNESSY, Alistair. *The Frontier in Latin American History*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1978.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994 [1957].

_____. *Capítulos de expansão paulista*. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. *Monções*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. Movimentos da população em São Paulo no século XVIII. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 1, p. 55-111, 1966.

_____. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1936].

IHERING, Hermann von. A anthropologia do estado de São Paulo. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. VII, p. 202-257, 1907.

KAGAN, Richard L.; SCHMIDT, Benjamin. Maps and the Early Modern State: Official Cartography. In: WOODWARD, David (ed.). *The History of Cartography*. v. 3: Cartography in the European Renaissance. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2007, p. 661-679.

KANTOR, Iris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 39-61, jul./dez., 2009.

KARROW, Robert. Centers of Map Publishing in Europe, 1472-1600. In: WOODWARD (ed.), *The History of Cartography*. v. 3: Cartography in the European Renaissance. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2007, p. 611-621.

KOBELINSKI, Michel. *Heroísmos, sedições e heresias: A construção do ufanismo e do ressentimento nos sertões da capitania de São Paulo (1768-1774)*. 2008. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2008.

KOK, Glória. *O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Editora Hucitec; Fapesp, 2004.

LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. Representações sociais e elite política: o exercício do poder na província de São Paulo e sua articulação com o Governo Central (Segundo Reinado). In: CALDEIRA, João Ricardo de Castro (org.); ODALIA, Nilo (org.). *História do estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*, v. 1. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010, p. 427-455.

LEITE, Lorena. *“Déspota, Tirano e Arbitrário”*: O Governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha na Capitania de São Paulo (1775-1782). 2013. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat & Comp., 1903.

LEME, Marisa Saenz. A construção do poder de governo na província de São Paulo e o Estado em formação no Brasil independente: entre a Revolução do Porto e a outorga constitucional. In: CALDEIRA, João Ricardo de Castro (org.); ODALIA, Nilo (org.). *História do estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*, v. 1. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010, p. 373-406.

LOFEGO, Silvio Luiz. A construção da memória na publicidade do IV Centenário da cidade de São Paulo. *Patrimônio e Memória*, Assis, v. 2, n. 2, p. 25-44, 2006.

MACHADO, José de Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte; São Paulo: Ed. Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1980 [1929].

MAKINO, Miyoko. Ornamentação do Museu Paulista para o Primeiro Centenário: construção de identidade nacional na década de 1920. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, nova série, v. 10/11, p. 167-195, 2002/2003.

MALDI, Denise. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 40, n. 2, p. 183-221, 1997.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 2000.

MATTOS, Claudia Valladão de. Da Palavra à Imagem: sobre o programa decorativo de Affonso Taunay para o Museu Paulista. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, nova série, v. 6/7, p. 123-145, 1998/1999.

MEDICCI, Ana Paula. *Administrando conflitos: o exercício de poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.

_____. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 2, p. 9-42, jan./dez., 1994.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. 2 ed. São Paulo: Hucitec; Polis, 1998 [1952].

MONT SERRATH, Pablo Oller. *Dilemas & conflitos na São Paulo restaurada: formação e consolidação da agricultura exportadora (1765-1802)*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O “Ethos” Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. *Almanack Braziliense*, n. 2, p. 4-20, novembro, 2005.

MOOG, Clodomiro Vianna. *Bandeirantes e Pioneiros: Paralelo entre duas culturas*. 19 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2000 [1955].

MORAES, Antonio Carlos Robert. O sertão: um outro geográfico. *Terra Brasilis* (on-line), n. 4-5, 2003. Disponível em: <<http://terraBrasilis.revues.org/341>>. Acesso em: 24 Jan. 2015.

MORSE, Richard M. Morse. *Formação histórica de São Paulo: de comunidade à metrópole*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Bandeirantes do progresso: imagens do trabalho e do trabalhador na cidade em festa. São Paulo, 25 de janeiro de 1954. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 231-246, 1994.

NIELSON, Rex P. The Unmappable Sertão. *Portuguese Studies*, v. 30, n. 1, p. 5-20, 2014.

NOVAIS, Fernando A. (org.); SILVA, Rogerio F. da (org.). *Nova história em perspectiva*, v. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 370-407

NOVAIS, Fernando A. O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 7, p. 105-118, 1984.

ODALIA, Nilo (org.); CALDEIRA, João Ricardo de Castro (org.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. República, v. 2. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010.

OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o estado moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar Editoria, 2001.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. A província de São Paulo à época da independência. In: ODALIA, Nilo (org.); CALDEIRA, João Ricardo de Castro (org.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. República, v. 2. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010, p. 333-350.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: Representações e identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. *Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações: a economia colonial no centro da América do Sul*. 2012. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____. Desconstruindo mapas, revelando espacializações: reflexões sobre o uso da cartografia em estudos sobre o Brasil colonial. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, n. 68, p. 151-174, 2014.

PAIVA, Adriano Toledo. *Uma Tradição Paulista nas Minas: descobridores e conquistadores nos sertões dourados*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

PATLAGEAN, Évelyne. A história do imaginário. In: LE GOFF, Jacques (org.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PRADO Jr., Caio. *A cidade de São Paulo: geografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Edusp; Hucitec, 2002.

RAMINELLI, Ronald. Justificando nobrezas: Velhas e novas elites coloniais 1750-1807. *História*, São Paulo, v. 35, e. 97, p. 1-26, 2016.

REIS, Paulo Pereira dos. Introdução – O tenente-general José Arouche de Toledo Rendon. In: RENDON, José Arouche de Toledo. *Obras*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978, p. VII-XXIX.

REITINGER, Franz. Literary Mapping in German-Speaking Europe. In: WOODWARD (ed.), *The History of Cartography*. v. 3: Cartography in the European Renaissance. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2007, p. 448.

RIBEIRO, Fernando V. Aguiar. A fundação de municípios no planalto de São Paulo em um contexto de integração entre América portuguesa e espanhola (séc. XVI-XVIII). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28, 2015, Florianópolis. *Anais do 28º Simpósio....* Disponível em: <
https://www.academia.edu/15687902/A_funda%C3%A7%C3%A3o_de_munic%C3%ADpios_no_planalto_de_S%C3%A3o_Paulo_em_um_contexto_de_integra%C3%A7%C3%A3o_entre_Am%C3%A9rica_Portuguesa_e_Espanhola_s%C3%A9c._XVI-XVIII_>. Acesso em: 4 Maio 2017.

_____. *Vilas do planalto paulista: a criação de municípios na porção meridional da América Portuguesa (séc. XVI-XVIII)*. 2015. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas: Idéias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

ROSSI, Paolo. *O nascimento da ciência moderna na Europa*. Bauru: EDUSC, 2001.

RUSSELL-WOOD, Anthony. Identidade, etnia e autoridade nas Minas Gerais do século XVIII: leituras do *Códice Costa Matoso*. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 15, n. 21, p. 100-118, jul., 1999.

SAES, Guillaume Azevedo Marques de. O Partido Republicano Paulista e a luta pela hegemonia política (1889-1898). In: ODALIA, Nilo (org.); CALDEIRA, João Ricardo de Castro (org.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. República, v. 2. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010, p. 189-206.

SAFIER, Neil; FURTADO, Júnia. O sertão das Minas como espaço vivido: Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia europeia sobre o Brasil. In: PAIVA, Eduardo F. (org.). *Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (século XVI-XVIII)*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 263-277.

SALVADOR, Frei Vicente. *História do Brasil: 1500-1627*. 6 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975 [1889].

SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, Amália Cristovão dos. *Em obras: os trabalhadores da cidade de São Paulo entre 1775-1809*. São Paulo: Alameda, 2015.

SCHADEN, Egon. Os primitivos habitantes do território paulista. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXV, n. 24.145, 25 Jan. 1954, p. 6-9.

SCHNEIDER, Luiz Alberto. Os *paulistas* e os *outros*: fama e infâmia na representação dos moradores da capitania de São Paulo nas letras dos séculos XVII e XVIII. *Projeto História*, São Paulo, n. 57, p. 84-107, set./dez., 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVA, Kalina Vanderlei. O sertão na obra de dois cronistas coloniais: a construção de uma imagem barroca (séculos XVI-XVII). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. XXXII, n. 2, p. 43-63, dezembro, 2006.

SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*, v. III. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: Política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. Vícios, virtudes e sentimento regional: São Paulo, da lenda negra à lenda áurea. *Revista de História*, São Paulo, n. 142-143, p. 261-276, 2000.

SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros: Indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845)*. São Paulo: Alameda, 2012.

TAUNAY, Affonso d'Escagnolle. *História da cidade de São Paulo*, v. 2, pt. 1. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1953.

_____. *História geral das bandeiras paulistas: Escripta á vista de avultada documentação inedita dos archivos brasileiros, hespanhoes e portugueses*, v. III, 1641-1651. São Paulo: Typ. Ideal, 1927.

_____. Prefácio. In: LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, t. I. 5 ed. Belo Horizonte; São Paulo: Ed. Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 11-36.

_____. Súmula Biográfica. In: MADRE DE DEUS, frei Gaspar da. *Memórias para a história da capitania de São Vicente*. Belo Horizonte; São Paulo: Ed. Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1975 [1797], p. 7-23.

_____. Súmula da História Colonial Paulista. In: COMISSÃO DO IV CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO. *São Paulo em Quatro Séculos*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo; Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1953, p. 49-57.

TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do Agricultor Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TURIN, Rodrigo. *Tessituras do tempo: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

TURNER, Frederick Jackson. *The Significance of the Frontier in American History*. In: _____. *Rereading Frederick Jackson Turner: "The Significance of the Frontier in American History" and Other Essays*. Nova Iorque: Henry Holt and Company, 1994, p. 31-60.

VILARDAGA, José Carlos. *São Paulo na órbita do Império dos Felipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*. 2010. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

WEGNER, Robert. *A conquista do oeste: A fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

WOODWARD, David. Cartography and the Renaissance: Continuity and Change. In: _____. (ed.). *The History of Cartography*. v. 3: Cartography in the European Renaissance. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2007, p. 3-24.

WOODWARD, David (ed.). *The History of Cartography*. v. 3: Cartography in the European Renaissance. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2007.

Impresso no verão de 2018.